

**UFRRJ**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**DISSERTAÇÃO**

**“CENA DE SANGUE”: o homicídio na imprensa carioca na primeira década do século XX.**

Thiago Torres Medeiros da Silva

**2017**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**“CENA DE SANGUE”: O HOMICÍDIO NA IMPRENSA CARIOCA NA  
PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XX**

**THIAGO TORRES MEDEIROS DA SILVA**

*Sob a orientação do Professor Dr.*

**Felipe Santos Magalhães**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**, no Programa de Pós-Graduação em História, Área de concentração: Relações de Poder e Cultura.

Seropédica  
Abril de 2017

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

T586 Torres Medeiros da Silva, Thiago , 09/03/1988-  
"CENA DE SANGUE": o homicídio na imprensa carioca na  
primeira década do século XX. / Thiago Torres  
Medeiros da Silva. - 2017.  
179 f.: il.

Orientador: Felipe Santos Magalhães.  
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural  
do Rio de Janeiro, PPHR/História, 2017.

1. Imprensa. 2. Homicídio. 3. Processo Criminal. 4.  
Rio de Janeiro. I. Santos Magalhães, Felipe, 1973-,  
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de  
Janeiro. PPHR/História III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO E  
DOUTORADO

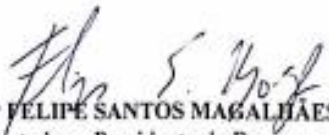
*“CENA DE SANGUE”: o homicídio na imprensa carioca na primeira década do século  
XX*

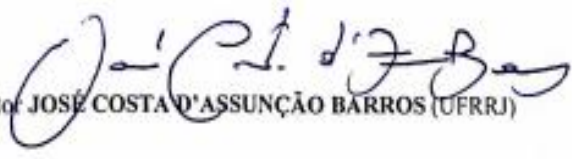
**THIAGO TORRES MEDEIROS DA SILVA**


Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, no Programa de Pós-Graduação em História – Curso de Mestrado, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 25/05/2017

Banca Examinadora:

  
Professor Doutor FELIPE SANTOS MAGALHÃES (UFRRJ)  
Orientador e Presidente da Banca

  
Professor Doutor JOSÉ COSTA D'ASSUNÇÃO BARROS (UFRRJ)

  
Professor Doutor MARCOS LUIZ BRETAS DA FONSECA (UFRJ)

*Dedico este trabalho aos meus saudosos avós,  
Delorme e Judite.  
(In memoriam)*

## **Agradecimentos**

Agradeço aos meus pais, João e Rute e ao meu querido padrasto, Cláudio. Obrigado por todo o suporte para a realização da pesquisa. Gostaria de agradecer aos membros da minha banca de qualificação, Prof. Dr. Marcos Bretas e Prof. Dr. José D'assunção e ao meu orientador, Prof. Dr. Felipe Magalhães.

Por último, mas não menos importante, minha querida companheira e namorada, Leila Medina, obrigado pelo carinho e paciência durante todo este período. Suas palavras de incentivo foram fundamentais para que eu chegasse até aqui.

## RESUMO

SILVA, Thiago Torres Medeiros da. **“CENA DE SANGUE”**: o homicídio na imprensa carioca na primeira década do século XX. 178p. Dissertação (Mestrado em História; Relações de Poder, Trabalho e Práticas Culturais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2017.

A presente dissertação busca analisar as reportagens sobre os homicídios perpetrados na cidade do Rio de Janeiro na primeira década do século XX. Com este fito, pesquisaremos os principais jornais da capital federal do período. Além disso, iremos cotejar os relatos dos impressos com os documentos produzidos pelas autoridades policiais e judiciárias. Nesse sentido, pretendemos observar as similaridades e disparidades entre as nossas principais fonte de pesquisa, ou seja, os jornais cariocas e os processos criminais. Para tanto, analisaremos o homicídio de um soldado policial no Morro da Favela. Em primeiro lugar, veremos como os diferentes jornais relataram o conflito envolvendo diversos agentes de segurança pública. Em seguida, analisaremos os depoimentos das testemunhas e protagonistas deste assassinato.

Palavras chaves: Rio de Janeiro; Homicídio; Jornais; Processo criminal;

## ABSTRACT

SILVA, Thiago Torres Medeiros da. **“BLOOD SCENE”: homicide in the carioca press in the first decade of twentieth century**. 178p. Dissertation (Masters in History; Power Relations, Labour and Cultural Practices). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2017.

This dissertation seeks to analyze the reports about the homicides perpetrated in the city of Rio de Janeiro in the first decade of the twentieth century. With this aim, we will research the main newspapers of the federal capital of the period. In addition, we will collate the newspaper reports with the documents produced by the police and judicial authorities. In this sense, we intend to observe the similarities and disparities among our main sources of research, that is, Rio's newspapers and criminal processes. To do so, we will analyze the murder of a police soldier in Morro da Favela. In the first place, we will see how the different newspapers reported the conflict involving several public security agents. Next, we will analyze the testimonies of the witnesses and protagonists of his murder.

Keywords: Rio de Janeiro; Murder; Newspapers; Criminal process.



## SUMÁRIO

|  |            |
|--|------------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>  | <b>11</b>  |
| <b>Capítulo I: Os impressos cariocas e a divulgação de homicídios na primeira década do século XX.....</b>   | <b>16</b>  |
| I. 1 A estatística criminal e a mudança na prática de homicídio na capital federal...  | 16         |
| I. 2 A imprensa carioca no período de transformações urbanas .....   | 21         |
| I. 3 Os periódicos e as notícias de homicídios na primeira década do século XX .....   | 26         |
| I. 4 O homicídio nas páginas dos impressos: algumas disparidades e outras semelhanças .....  | 37         |
| I. 5 Noticiário criminal e romance criminal: algumas aproximações.....   | 46         |
| I. 6 As trajetórias dos assassinos nas páginas dos jornais .....   | 54         |
| I. 7 Os crimes passionais na imprensa e a defesa do homicida .....   | 60         |
| <b>Capítulo II: Homicídio no Morro da Favela .....</b>   | <b>68</b>  |
| II.1 Introdução .....  | 68         |
| II.2 Noticiário criminal: a representação do Morro da Favela nas páginas dos impressos cariocas .....  | 70         |
| II.3 O projeto de arrasamento do Morro da Favela nas páginas impressas .....   | 83         |
| II.4 A elaboração de uma cartografia criminal na cidade do Rio de Janeiro: uma análise comparativa entre o noticiário criminal e as crônicas .....         | 88         |
| II.5 A Freguesia de Santana e o Morro da Favela: a multiplicidade de agentes de segurança pública e o desenlace de conflitos .....                         | 99         |
| <b>Capítulo III: “O SAMBA DA MORTE”: O homicídio no Morro da Favela. Uma análise comparativa entre os jornais da grande imprensa e os processos crimes</b> | <b>109</b> |
| III.1 “Cabeças” das notícias: semelhanças entre os jornais da grande imprensa.....   | 109        |
| III.2 Pormenores do assassinato nas páginas dos impressos .....  | 115        |
| III.3 Inquérito policial: depoimentos e o relatório do delegado .....  | 118        |
| III.4 Reflexões sobre as diferenças entre os jornais e o processo criminal .....   | 150        |

|  |            |
|--|------------|
| III.5 A Polícia no Morro da Favela: uma análise do cotidiano do serviço policial.. | 160        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>   | <b>170</b> |
| <b>BIBLIOGRAFIA E FONTES .....</b>   | <b>174</b> |
| Arquivos (fontes):.....  | 174        |
| Leis e relatórios oficiais.....  | 174        |
| Periódicos: .....  | 175        |
| Fontes primárias: .....  | 175        |
| Fontes secundárias.....  | 176        |

## INTRODUÇÃO

Nossa proposta de trabalho consiste em analisar o noticiário dos assassinatos perpetrados na cidade do Rio de Janeiro da primeira década do século XX. Com este fito, examinaremos sistematicamente os principais jornais da grande imprensa carioca<sup>1</sup>. No primeiro capítulo, abordaremos as taxas de homicídios da capital federal referentes ao nosso recorte cronológico. Em seguida, apresentaremos as principais modificações vivenciadas pelos jornais em um momento de intensas transformações urbanas e sociais. Mais adiante, averiguaremos separadamente os impressos que divulgavam, com maior frequência, os homicídios perpetrados no cotidiano da cidade.

Além disso, evidenciaremos as semelhanças e disparidades na maneira dos impressos abordarem os mesmos homicídios. Inclusive, observaremos as afinidades entre o noticiário criminal e os romances criminais. Na parte final deste capítulo, acompanharemos os passos de alguns homicidas, isto é, seguiremos os seus vestígios nas páginas impressas. Nesse sentido, veremos como os jornais são fontes privilegiadas, sobretudo porque eles nos permitem acessar os caminhos traçados por alguns criminosos no decorrer dos anos. Por fim, examinaremos os casos em que os maridos assassinavam as esposas e/ou rivais. Nessas circunstâncias, percebemos que os homicidas passionais eram, na maioria das vezes, absolvidos pelos jornalistas dos impressos cariocas.

Por outro lado, no segundo capítulo, veremos que o tipo de abordagem era muito diferente quando o assassinato ocorria nos morros cariocas, principalmente os perpetrados no Morro da Favela. Nessas ocasiões, os repórteres descreviam os protagonistas e os moradores desta localidade como indivíduos propensos a prática de diversos crimes e delitos. Por conseguinte, neste capítulo, mostraremos como era a composição dos relatos sobre os crimes desfechados no Morro da Favela. Além disso, veremos algumas similaridades entre o noticiário criminal e algumas crônicas literárias. Vale ressaltar que tanto os repórteres policiais quanto os cronistas objetivavam demarcar “fronteiras” na cidade do Rio de Janeiro.

---

<sup>1</sup> Considero como grande imprensa os periódicos de grande porte que circulavam intensamente no cotidiano da cidade, tais como o *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *Gazeta de Notícias*, *O Paiz*, *A Notícia*, *A Imprensa*, *O Século*, *Cidade do Rio*, etc. O único impresso da grande imprensa que não esteve presente neste trabalho foi o *Jornal do Commercio*. Deste modo, utilizo este termo – grande imprensa – para me referir aos jornais acima mencionados.

Por último, fecharemos o capítulo com uma análise pormenorizada da região que circundava o Morro da Favela. Neste sentido, abordaremos as características mais salientes da Freguesia de Santana. Em síntese, nesta região da cidade havia uma grande incidência de conflitos envolvendo os agentes de segurança pública – tais como os praças de polícia, do exército, da marinha, guardas noturnos. Logo, todo o terceiro capítulo versa sobre o assassinato de um soldado policial no Morro da Favela. De acordo com os relatos dos jornais da grande imprensa, este crime foi ocasionado após um desentendimento entre o praça de polícia e um grupo de militares de baixa batente.

Assim sendo, iniciaremos o último capítulo com a apresentação das “cabeças” dos relatos sobre o homicídio do soldado Isidro José dos Santos. Veremos que havia uma certa similaridade na maneira dos jornalistas introduzirem as notícias. Independente das distintas vertentes políticas, os impressos se coadunavam em um objetivo, isto é, incriminar os moradores da Favela, suas moradias e meios de vida. Mais adiante, averiguaremos como os diversos jornais retrataram os acontecimentos que antecederam à prática do crime.

Não pretendemos antecipar alguns detalhes sobre este crime, porém cabe salientar que os periódicos sublinharam que o assassinato foi praticado em um “samba” no Morro da Favela. Logo, segundo veicularam os jornalistas, este cenário serviu de teatro para o conflito entre o soldado policial e um grupo de indivíduos provenientes, em sua grande maioria, das classes armadas. Inclusive, dois periódicos publicaram este crime sob a epígrafe de “samba da morte”.

Com o fito de avaliarmos a veracidade das notícias publicadas pelos diversos jornais, iremos cotejar estes relatos com os documentos produzidos pela investigação policial. Neste sentido, o inquérito policial instaurado pelo delegado de Santana nos permitirá confrontar nossas principais fontes de pesquisa. Em virtude disso, optamos em analisar todos os depoimentos presentes no processo criminal, ou seja, tanto as declarações prestadas pelos protagonistas quanto as prestadas pelos espectadores do homicídio.

Por conseguinte, este trabalho também objetiva esmiuçar as diferenças e semelhanças entre o discurso jornalístico e o jurídico. A leitura do processo criminal foi imprescindível, principalmente porque ela nos permitiu visualizar este homicídio sob outra perspectiva. Apesar das versões contrastantes, a maneira dos envolvidos narrarem o crime para a autoridade policial, em pontos cruciais, difere das notícias divulgadas

pelos jornais da grande imprensa. Assim sendo, o principal objetivo do presente trabalho foi averiguar o noticiário de homicídio nos primeiros anos do século XX.

No entanto, diversos motes correlatos estarão presentes no decorrer dos capítulos. Entre outros, iremos discorrer sobre o serviço policial no cotidiano do Morro da Favela e acerca da tentativa de remoção dos casebres desta localidade. Todos estes assuntos nos possibilitarão aprofundar a análise sobre os jornais cariocas e a divulgação dos homicídios.

\*\*\*

Feita à exposição sumária dos capítulos que constituem esta dissertação, vale a pena destacarmos nossa trajetória até a escolha do objeto de pesquisa. Ingressamos no programa de pós-graduação com um pré-projeto distinto. Em síntese, a perspectiva anterior tinha como foco principal a análise dos livros de matrículas de detentos na Casa de Detenção do Rio de Janeiro na primeira década do Século XX.

Inicialmente, pretendíamos construir um banco de dados com as informações contidas nos registros de detentos. Esta documentação possui dados sobre os detentos baseados em um padrão: nome, idade, filiação, naturalidade, motivo da prisão, morada, sinais característicos dos detentos: cor, formato do rosto, cabelos, olhos, nariz, boca, barba e altura; sinais particulares: tatuagens, cicatrizes, entre outros; data de entrada, por quem foi conduzido, à disposição de quem, nota de culpa, pronúncia, data de absolvição ou condenação, penas correccionais, enfermaria (data de baixa e alta), sinais adquiridos na prisão, soltura, óbito, observações, profissão, trajes, além de saber ‘como se mantém’, ou seja, se o detento sabe ler. Constam ainda, livros de registros de receituários médicos, um livro razão e um de registro de pecúlio de detentos.

Nota-se que a documentação revela dados riquíssimos de uma parte fundamental das classes subalternas. Almejávamos, após a criação de séries, elegermos alguns questionamentos que futuramente norteariam o andamento da pesquisa. Por exemplo, qual seria o grupo étnico mais recorrente nos registros? Qual era a ocupação profissional mais perseguida pelas autoridades policiais? Quais eram as ruas e regiões mais habitadas por detentos? Quais eram os principais crimes cometidos nesta época? Os detentos, em sua maioria, eram brasileiros ou estrangeiros? Qual era o país estrangeiro que mais “exportava” detentos para a cidade do Rio de Janeiro na primeira

década do século XX? Cada questionamento desses originaria um objeto de pesquisa distinto contribuindo imensamente para o alargamento do conhecimento do período.

Assim sendo, a análise serial dos livros de matrículas serviria como um modo de seleção dos elementos que seriam trabalhados posteriormente. Ou seja, indicaríamos um objeto de estudo somente após o levantamento estatístico. Todavia, ao ingressar no mestrado e com os encontros estabelecidos com o orientador foi constatado que o projeto inicial teria que ser readequado em vista do curto período para a fomentação da pesquisa.

Em um primeiro encontro para conversarmos sobre o projeto foi sugerido estabelecermos um recorte de estudo mais específico. Dessa forma, com um tema melhor delimitado, almejávamos gerenciar melhor as etapas da pesquisa. A partir desse momento começamos a refletir sobre uma forma de contornar este obstáculo. Desde então enfoquei na análise dos casos de homicídio na cidade do Rio de Janeiro na primeira década do século XX.

Existem inúmeros trabalhos que se debruçaram sobre os diversos tipos de crimes praticados no período do início da República. Entre os mais averiguados pela historiografia brasileira encontram-se os seguintes delitos: vadiagem<sup>2</sup>, capoeiragem<sup>3</sup>, ofensas físicas<sup>4</sup> e caftismo<sup>5</sup>. Entretanto, notamos que ainda não existem trabalhos historiográficos que tenham como foco principal de investigação o estudo de casos de homicídio nos primeiros anos do século XX. Portanto, a inexistência de trabalhos foi quem motivou e estimulou na escolha do tema de pesquisa.

Como foi salientado, os historiadores ainda não produziram trabalhos que procurassem analisar unicamente os casos de homicídios na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Uma das tarefas realizadas no decorrer da pesquisa foi encontrar livros, artigos, dissertações e teses que tivessem como mote principal o estudo de casos

---

<sup>2</sup> Artigo 399 do Código Penal de 1890 – “Deixar de exercitar profissão, ofício, ou qualquer mister em que ganhe a vida”. Pena de prisão de quinze a trinta dias.

<sup>3</sup> Artigo 402 do Código Penal de 1890 – “Fazer nas ruas e praças públicas exercícios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação capoeiragem; andar em correrias, com armas e instrumentos capazes de produzir lesão corporal, provocando tumultos ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou inculcando temor de algum mal”. Pena de prisão de dois a seis meses.

<sup>4</sup> Artigo 303 do Código Penal de 1890 – “Ofender fisicamente alguém, produzindo-lhe dor ou alguma lesão no corpo, embora sem derramamento de sangue”. Pena de prisão de três meses a um ano.

<sup>5</sup> Artigo 277 do Código Penal de 1890 – “Excitar, favorecer, ou facilitar a prostituição de alguém para satisfazer desejos desonestos ou paixões lascivas de outrem”. Pena de prisão de dois a quatro anos. E artigo 278 do Código Penal de 1890 – “Induzir mulheres, quer abusando de suas fraquezas ou miséria, quer constringendo-as por intimidações ou ameaças, a empregarem-se no tráfico da prostituição, prestar-lhes, por conta própria ou de outrem, sob sua ou alheia responsabilidade, assistência, habitação e auxílios para auferir, direta ou indiretamente, lucros desta especulação”. Pena de prisão de um a dois anos e multa.

de homicídios nas cidades brasileiras no início da República. Entretanto, localizamos poucos trabalhos que privilegiam a compreensão da prática de homicídio na sociedade brasileira<sup>6</sup>. Assim sendo, neste trabalho pretendemos contribuir para o debate historiográfico sobre o Rio de Janeiro dos primeiros anos do século passado.

---

<sup>6</sup> SOUZA, Wanderson Bispo de. **Nos labirintos da criminalidade: práticas de homicídios no cotidiano dos grupos subalternizados em Salvador (1940-1960)**. Dissertação de mestrado, UNEB, Santo Antônio de Jesus – BA, 2010.

## **Capítulo I: Os impressos cariocas e a divulgação de homicídios na primeira década do século XX.**

### **I. 1 A estatística criminal e a mudança na prática de homicídio na capital federal**

De acordo com o cronista e jornalista Luiz Edmundo a cidade do Rio de Janeiro não era palco de crimes sangrentos, isto seria mais uma invenção das mentes dos seus colegas de profissão em busca de alavancar a venda de periódicos. O autor destaca o empenho depositado na busca de crimes que pudessem angariar maior notabilidade aos jornais. Entretanto, segundo Edmundo, este esforço seria improfícuo, pois, raras eram as vezes em que os homicídios apareciam e quando estes afluíam nas páginas dos periódicos eram casos isolados que acabavam sendo modificados para caírem no gosto do público “que só vive a reclamar coisas pungentes e de sensação”<sup>7</sup>.

O cronista observa que atribuíam a carência de tragédias no Brasil devido ao seu atraso na escala de civilização e por isso invejavam os crimes ocorridos nas principais capitais do mundo, “com uma pontinha de despeito e de ciúme”<sup>8</sup>. Além disso, Edmundo ressalta que esta falta de tragédias horrendas era suprida pelos folhetins e romances de autores como Ponson Du Terrail e Xavier de Montépin que contavam histórias empolgantes que faziam o “delírio das moçoilas histéricas e o consolo das velhotas que as lêem à luz dos bicos *Auer*, engolindo sentimentalmente soluços que se afogam em vastas catarreiras crônicas”<sup>9</sup>.

Com o fito de corroborar a sua tese, Luiz Edmundo cita um caso envolvendo um repórter policial bastante conhecido no período. Ele se chamava Castelar de Carvalho e certa vez utilizou um método peculiar na escrita da notícia. O repórter teve a engenhosidade de matar um leitão e guardar o sangue pretendendo utilizá-lo para plantar um crime no ainda despovoado bairro de Copacabana. A imaginação era frutífera e ao arranjar o cenário, “preparou-se a sequência da farsa, calmamente. E desfechou-se, no jornal, a tremenda notícia do misterioso crime”<sup>10</sup>.

A imaginação fantasiosa dos repórteres também foi um tema trabalhado por Lima Barreto. Em *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, o literato propõe revelar

---

<sup>7</sup> EDMUNDO, Luís. **O Rio de Janeiro do meu tempo**. Edição do Senado Federal – Vol. 1, 2003. p.555.

<sup>8</sup> Idem.

<sup>9</sup> Ibidem, p.556.

<sup>10</sup> Ibidem, p.602.



os bastidores dos jornais cariocas do início do século XX <sup>11</sup>. Barreto traça o perfil dos funcionários dos impressos, desde o redator-chefe até os repórteres incumbidos das matérias policiais. Estes últimos se caracterizavam por farejarem escândalos e tinham “uma imaginação doentia; forjava coisas terríveis, inventava, criava crimes. Eram cárceres privados, enterramentos clandestinos, incestos, tutores dolosos, etc.” <sup>12</sup>.

Acreditamos que artefatos como estes são passíveis de terem sido arquitetados no momento de composição das notícias por parte dos repórteres, mas estabelecem um posicionamento que não engloba toda a realidade se levarmos em consideração os números de casos envolvendo assassinatos descritos na imprensa periódica.

Como podemos depreender na narrativa deste repórter: “a quinzena que está a findar pode ser com grande propriedade cognominada ‘rubra’ pois tem sido a série de crimes sanguinolentos, rodeados de profundos mistérios” <sup>13</sup>. Por mais que em alguns casos os repórteres dessem certa incrementada no conteúdo das notícias, não restam dúvidas quanto à existência de um número considerável de homicídios.

Se consultarmos as taxas de homicídios na cidade, veremos que o argumento defendido por Luiz Edmundo não se sustenta frente ao quantitativo. Sendo assim, poderíamos nos questionar: qual seria a taxa de homicídios na cidade do Rio de Janeiro na primeira década do século XX? Com o intuito de estipularmos uma estimativa destes números, apresentaremos alguns dados e outros tantos entraves encontrados na delimitação deste quantitativo.

De acordo com os relatórios anuais do Ministro da Justiça e dos Negócios Interiores, referidos a década de 1900-1910, o ano em que os homicídios foram mais recorrentes na Capital Federal foi o de 1909. Neste ano 83 casos de homicídios passaram a fazer parte das estatísticas <sup>14</sup>. Entretanto, outros autores apontam um número

---

<sup>11</sup> Mais precisamente, Lima Barreto descreve o “*Globo*”, nome fictício criado para o *Correio da Manhã*. BARRETO, Lima. **Recordações do Escrivão Isaías Caminha**. 2ª ed. São Paulo: Editora Escala, s/d.

<sup>12</sup> BARRETO, Lima. Op., Cit., p.111.

<sup>13</sup> “O crime do Quilômetro 11”, *Jornal do Brasil*, 13/06/1906, p.1.

<sup>14</sup> Relatórios ministeriais por ordem cronológica:

61 homicídios em 1900. PESSOA, Eptácio. **Relatório do Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores (1900)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1901. p.161.

51 homicídios em 1901. BARROSO JUNIOR, Sabino. **Relatório do Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores (1901)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902. p.81.

65 homicídios em 1902. SEABRA, José Joaquim. **Relatório do Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores (1902)**. Rio de Janeiro: 1903. p.78.

58 homicídios em 1903. CASTRO. A. A. Cardoso de. **Relatório do Chefe de Polícia do Distrito Federal**, in: SEABRA, José Joaquim. **Relatório do Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores (1903)**. Rio de Janeiro: 1904. p.130.

superior aos apresentados nos relatórios. Elysio de Carvalho destaca que na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1909, houve 63 homicídios por imprudência e outros 57 voluntários, contabilizando ao todo 120 homicídios, ou seja, há um aumento de quase 45% em relação ao dado oferecido pelo relatório ministerial. Vale ressaltar que este quantitativo foi enunciado por um membro dos quadros da polícia, onde desempenhava relevante papel em sua reorganização <sup>15</sup>.

Não obstante estas taxas apresentadas, um terceiro trabalho surge para inviabilizar qualquer precisão sobre o número de assassinatos na cidade do Rio de Janeiro. O Dr. Hermeto Lima, em publicação no *Boletim Policial*, revista oriunda do corpo da polícia, reflete sobre os casos de suicídio na cidade do Rio de Janeiro. Em certo momento da narrativa o autor busca desconstruir a ideia de que quando há um aumento na taxa de homicídios diminui o número de suicídios. Segundo Lima, não existe uma ligação de interdependência entre estes. De qualquer forma, ao se debruçar sobre os casos de suicídio o autor nos apresenta indícios sobre o quantitativo de assassinatos na cidade. Hermeto Lima aponta a existência de 187 homicídios ocorridos no ano de 1909 <sup>16</sup>, ou seja, um número superior a 125% ao indicado no relatório ministerial e mais de 56% ao apontado por Elysio de Carvalho. Tendo isso em vista, como podemos explicar tamanha discrepância entre estes números?

Podemos conjecturar que os números de homicídios presentes nos relatórios ministeriais estão aquém do quantitativo do período. Este procedimento pode ter sido motivado com o fito de ocultar a realidade conturbada pela qual a capital da recente República passava, e, assim, a divulgação da existência de um aumento significativo

---

45 homicídios em 1904. CASTRO, A. A. Cardoso de. **Relatório do Chefe de Polícia do Distrito Federal**, in: SEABRA, José Joaquim. **Relatório do Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores (1904)**. Rio de Janeiro: 1905. p. 235.

74 homicídios em 1905. ESPÍNOLA, Manoel José. **Relatório do Chefe de Polícia do Distrito Federal**, in: SEABRA, José Joaquim. **Relatório do Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores (1905)**. Rio de Janeiro: 1906. p.80; p.15 relatório.

81 homicídios em 1906. LYRA, Augusto Tavares de. **Relatório do Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores (1906)**. Rio de Janeiro: 1907. p.78.

Não informa o número de homicídios em 1907. LYRA, Augusto Tavares de. **Relatório do Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores (1907)**. Rio de Janeiro: 1908.

Não informa o número de homicídios em 1908. LYRA, Augusto Tavares de. **Relatório do Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores (1908)**. Rio de Janeiro: 1909.

83 de homicídios em 1909. BANDEIRA, Esmeraldino Olímpio de Torres. **Relatório do Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores (1909)**. Rio de Janeiro: 1910. p.87.

81 homicídios em 1910. CORRÊA, Rivadavia da Cunha. **Relatório do Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores (1910)**. Rio de Janeiro: 1911. p.80.

<sup>15</sup> CARVALHO, Elysio de. **A polícia carioca e a criminalidade contemporânea**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910. p.50.

<sup>16</sup> LIMA, Dr. Hermeto. **O Suicídio no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913 (Biblioteca do Boletim Policial-XIII), p.26.

nos casos de homicídios poderia acarretar em uma perda de legitimidade <sup>17</sup>. Dito isto, acreditamos que o número “real” de homicídios na cidade do Rio pode estar mais próximo ao indicado por Carvalho e por Lima. Além disso, o quantitativo oferecido por Elysio de Carvalho é igual ao que consta na pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana da UFRJ <sup>18</sup>.

Para complicar o quadro nebuloso que paira sobre o quantitativo de casos de assassinato na cidade do Rio de Janeiro, Elysio de Carvalho observa que as estatísticas criminais, até aquele momento, não atentavam para a diferenciação das práticas de homicídio. Segundo o autor, os casos de infanticídio eram englobados na estatística dos casos de homicídio. E assim sendo, ele defendia que por se tratarem “de dois crimes fisiologicamente diversos”, estes não poderiam ser reunidos num só grupo, sem especificação, como até então se fazia. E por isso exigia “essa distinção para melhor compreensão da criminalidade” <sup>19</sup>.

Esta discussão é interessante para pensarmos as dificuldades encontradas para o fornecimento de uma estimativa adequada aos casos de homicídios na cidade do Rio. Ainda que este seja um obstáculo significativo, Marcos Bretas aponta que seria possível afirmar que a capital federal, em comparação com as outras cidades da época, conservava “taxas já bem mais elevadas do que as grandes capitais do mundo, ainda que

---

<sup>17</sup> Vale ressaltar que as informações sobre as taxas de homicídios da cidade em alguns anos foram fornecidas pelo Chefe de Polícia do Distrito Federal, sendo depois anexado ao relatório ministerial do Ministro da Justiça. Ao longo do período analisado, em três anos os chefes de polícias foram encarregados por apresentarem o quantitativo dos homicidas:

58 homicídios em 1903. CASTRO. A. A. Cardoso de. **Relatório do Chefe de Polícia do Distrito Federal**, in: SEABRA, José Joaquim. **Relatório do Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores (1903)**. Rio de Janeiro: 1904. p.130.

45 homicídios em 1904. CASTRO. A. A. Cardoso de. **Relatório do Chefe de Polícia do Distrito Federal**, in: SEABRA, José Joaquim. **Relatório do Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores (1904)**. Rio de Janeiro: 1905. p. 235.

74 homicídios em 1905. ESPÍNOLA, Manoel José. **Relatório do Chefe de Polícia do Distrito Federal**, in: SEABRA, José Joaquim. **Relatório do Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores (1905)**. Rio de Janeiro: 1906. p.80; p.15 relatório.

Este fato pode contribuir para o número baixo de homicídios apresentados nestes relatórios, já que estes poderiam estar sendo silenciados pelo Chefe de Polícia na tentativa de salvaguardar sua posição de comando.

<sup>18</sup> O Núcleo através do Projeto SIV (Sistema de Informação da Criminalidade, Violência e Justiça Criminal do Estado do Rio de Janeiro) analisou o material oriundo da Secção de Estatística do Gabinete de Identificação e Estatística da Polícia do Distrito Federal. A pesquisa aponta para o ano de 1909 a existência de 57 homicídios dolosos e 63 homicídios culposos, ou seja, exatamente o mesmo número apresentado por Carvalho.

<sup>19</sup> CARVALHO, Elysio de. **Estatística criminal**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1912. p.25.

se mantivesse num padrão compatível com a cultura mediterrânea, encontrável em Roma ou Buenos Aires”<sup>20</sup>.

Ao analisar a criminalidade contemporânea, Elysio de Carvalho discorreu sobre as transformações ocorridas nas práticas delituosas com o desenvolvimento de uma ordem urbana e industrial na capital brasileira. O diretor da Escola de Polícia e diretor do Gabinete de Identificação e Estatística postulava que até o próprio crime de homicídio havia se transmutado. Ou seja, numa sociedade em estágio precário de civilização haveria mais ocorrências de crimes brutais e violentos, e, em contrapartida, nas sociedades mais avançadas os homicídios aconteceriam de forma mais fraudulenta. Como adverte Carvalho, “não se mata mais com o punhal nem com o revólver. Nos grandes crimes, é com o veneno de ação lenta que se assassina, e com as torturas morais, os traumatismos, que evitam toda responsabilidade legal e direta”<sup>21</sup>. Assim sendo, haveria uma evolução na criminalidade: “outrora brutal e agudo, o crime hoje é intelectual e crônico”<sup>22</sup>.

No entanto, em contraposição ao sustentado pelo autor, ao nos debruçarmos sobre as páginas dos periódicos nos deparamos com inúmeros casos de homicídios praticados de formas brutais, sendo comum até mesmo o emprego de paus e foices. Em um caso relatado pelo *Jornal do Brasil*, Félix Marques da França, lavrador e morador de Paciência, armou uma emboscada numa estrada deserta da localidade com o intuito de assassinar o também lavrador Manoel dos Santos. Estando em companhia de um indivíduo “misterioso”, Félix deu várias pauladas em seu vizinho, enquanto o seu comparsa o auxiliou com uma foice<sup>23</sup>.

Vale ressaltar que a localidade era uma área rural da cidade do Rio e, por ser o acusado um lavrador, a utilização dos instrumentos da lida no campo para perpetração de homicídios seria, ao que nos parece, uma consequência natural no desenlace de conflitos. Além disso, este fato revela os limites existentes no argumento de Elysio de Carvalho, ou seja, as fontes não indicam a existência de modificações substanciais nas práticas de homicídio como sugerido pelo autor.

Acreditamos que a assertiva de Elysio de Carvalho não contempla o cotidiano vivido pela sociedade carioca do período. Os jornais estão permeados de crimes

---

<sup>20</sup> BRETAS, Marcos Luiz. **As Empadas do Confeiteiro Imaginário. A pesquisa nos arquivos da justiça criminal e a história da violência no Rio de Janeiro**. Acervo (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 15, n.01, p. 7-22, 2002. p.13.

<sup>21</sup> CARVALHO, Elysio de. **Estatística criminal**. Op., Cit., p.14.

<sup>22</sup> Idem.

<sup>23</sup> “Hortelão Feroz”, *Jornal do Brasil*, 15/06/1906, p.3.

sangrentos, indicando que a prática de homicídios não havia sofrido alterações significativas em sua estrutura com o avanço material e tecnológico trazido pela modernidade<sup>24</sup>.

Outro exemplo que contrapõe a perspectiva de Elysio de Carvalho foi o crime ocorrido na Estrada do Colégio, localidade situada na região suburbana da cidade. Juvêncio Thomaz da Silva “armado de uma mão de pilão” descarregou uma “terrível pancada na cabeça” de Marcolina “abrindo-lhe uma brecha na região occipital”. Após receber o golpe, a vítima “caiu de bruços, perdendo completamente os sentidos”<sup>25</sup>. Com a apresentação sumária desses casos, nota-se que diversos instrumentos eram utilizados para a execução dos assassinatos, sendo comum até mesmo o uso de objetos menos usuais como cadeira<sup>26</sup> e vassoura<sup>27</sup>.

## I. 2 A imprensa carioca no período de transformações urbanas

Antes de nos debruçarmos sobre as notícias de crimes, é imprescindível a apreciação de importantes modificações na estrutura da imprensa ocorridas nos primeiros anos do século XX. De acordo com Nelson Werneck Sodré, este período foi um marco divisor na imprensa do Rio de Janeiro, pois significou a transição para sua fase industrial, “era agora empresa, grande ou pequena, mas com estrutura comercial inequívoca. Vendia-se informação como se vendia outra qualquer mercadoria. E a sociedade urbana necessitava de informação para tudo, desde o trabalho até a diversão”<sup>28</sup>.

Em seu estágio inicial a imprensa era engenhosidade de um número restrito de participantes. No geral, quase todo o processo de produção do jornal era desempenhado por um grupo limitado de pessoas, sendo comum uma única pessoa acumular várias tarefas na confecção dos periódicos. Em contraposição, no início do século XX, com as mudanças iniciadas nas últimas décadas do século XIX, ela “havia conquistado o seu

---

<sup>24</sup> Encontramos também um caso em que o assassino utiliza um machado, “Crime misterioso”, *Jornal do Brasil*, 14/01/1902, p.1.

<sup>25</sup> “Ladrão assassino”, *O Paiz*, 14/01/1900, p.1.

<sup>26</sup> “Divertimento funesto”, *O Paiz*, 24/03/1901, p.2.

<sup>27</sup> “Assassino preso”, *O Paiz*, 15/12/1900, p.1.

<sup>28</sup> SODRÉ, Nelson Werneck (1966). **Historia da Imprensa no Brasil**. 4ª edição com capítulo inédito. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p.275.

lugar, definido a sua função, provocado a divisão do trabalho em seu setor específico, atraído capitais”<sup>29</sup>.

A transição entre as duas fases da imprensa também foi debatida por Lima Barreto. Em *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, o literato deixa transparecer o seu descontentamento com o estágio alcançado pela empresa jornalística. O autor, por meio dos personagens da trama, traça os contornos dos jornais cariocas do início do século XX.

Em um determinado momento do livro, um dos personagens destaca que o jornal somente prestava um serviço de qualidade “quando era manifestação individual, quando não era coisa que desse lucro; hoje, é a mais tirânica manifestação do capitalismo e a mais terrível também. É um poder vago, sutil, impessoal”. Deste modo, nota-se que Lima Barreto mantinha uma postura crítica em relação aos bastidores dos jornais e das negociações escusas que eram tratadas nessa nova faceta do jornalismo. Ao adentrar a fase empresarial, os jornais eram propriedades de grandes associações de capitalistas e eram dedicados a lhes proporcionarem “o domínio sobre as massas, em cuja linguagem falam, e a cuja inferioridade mental vão ao encontro, conduzindo os governos, os caracteres para os seus desejos inferiores, para os seus atrozes lucros”<sup>30</sup>.

De acordo com Nicolau Sevcenko, o incremento do jornalismo “desassossegou os literatos mais ciosos de sua seara”<sup>31</sup>. A mercantilização das letras, como acima vociferou Lima Barreto, havia exercido um efeito deletério sobre a criatividade literária. A padronização da linguagem jornalística, como nos informa Sevcenko, “levou ao sufocamento da originalidade dos autores e contribuindo em definitivo para o processo de banalização da linguagem literária”<sup>32</sup>. Todos os escritores renomados do período foram recrutados pelos principais periódicos da grande imprensa. Nas redações, os literatos escreviam, com grande celeridade, sobre diversos assuntos, o que impossibilitava “qualquer preocupação com o apuro da expressão ou do estilo”<sup>33</sup>.

Vale ressaltar que alguns escritores conseguiram se adaptar a esta nova conjuntura, sobretudo pelo jornal ter sido um importante veículo de divulgação de suas

---

<sup>29</sup> Idem.

<sup>30</sup> BARRETO, Lima. *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. Op., Cit., p.81.

<sup>31</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão. Tensões culturais e criação na Primeira República*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999. p.100.

<sup>32</sup> Idem.

<sup>33</sup> Idem.

obras. Contudo, outros literatos, como o próprio Lima Barreto, tiveram uma relação conflituosa com esta nova faceta da imprensa carioca<sup>34</sup>.

A fase empresarial do jornalismo em terras tupiniquins havia limitado, principalmente nos grandes centros urbanos, o pleno desenvolvimento dos jornais oriundos dos setores médios e populares. Lima Barreto observou que era inacessível para um “indivíduo qualquer, pobre, cheio de grandes ideias, fundar um que os combata. Há necessidade de dinheiro; são precisos, portanto, capitalistas que determinem e imponham o que se deve fazer num jornal”<sup>35</sup>.

Símbolo expoente da entrada da capital federal na rota da civilização, a Avenida Central, após a inauguração em 1905, passou a abrigar os principais jornais do período. A mudança já tinha sido projetada antes mesmo de concluírem as obras de construção da Avenida. Ali se instalariam, por exemplo, *O Paiz*, *Jornal do Brasil* e o *Jornal do Commercio*. Descrevendo as novas instalações, Marialva Barbosa observa que eram prédios “suntuosos, em cimento armado, o que de mais moderno havia em tecnologia de construção, com elevadores e fachadas com cantarias ricamente ornadas, transformam-se em símbolos desse novo jornalismo que entra em cena”<sup>36</sup>.

A mudança dos jornais para este novo logradouro ilustra o quanto a imprensa desejava vincular-se ao processo mais amplo de reformulação da capital do país. Nesse sentido, os jornalistas seriam agentes de transmissão do discurso da modernização. Em outras palavras, caberia aos jornalistas a tarefa de disseminar o projeto de intervenção governamental no espaço urbano da cidade.

As transformações no campo jornalístico não eram apenas perceptíveis para os jornalistas que circulavam no interior das redações ou para os transeuntes que se deparavam com as luxuosas construções estabelecidas na atual Avenida Rio Branco. Para o público leitor, estas mudanças também se tornaram sensíveis. Isso porque através da utilização de máquinas de impressão mais modernas, os jornais conseguiram

---

<sup>34</sup> De acordo com Sevcenko, os recursos básicos da ficção de Barreto, na totalidade de sua obra, consistiam “inelutavelmente na ironia e na caricatura”. (SEVCENKO, 1999: 166). Foi dessa forma que o literato encontrou um instrumento capaz de lidar com “os percalços que lhe entravavam a carreira”. (SEVCENKO, 1999: 166). O texto literário de Lima Barreto, segundo Sevcenko, estava sintonizado com os “fenômenos sociais” contemporâneos que ele vivenciava. (SEVCENKO, 1999: 232).

<sup>35</sup> BARRETO, Lima. **Recordações do Escrivão Isaías Caminha**. Op., Cit., p.82. No entanto, é preciso relativizar o argumento proposto pelo literato, uma vez que pequenos jornais, principalmente os de origem proletária e suburbana, continuaram florescendo e circulando no início do século XX.

<sup>36</sup> BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa. Brasil (1800-1900)**. Rio de Janeiro: Mauadx, 2010. p.123.

reproduzir com enorme rapidez a divulgação de ilustrações e fotos, e cada vez mais estes recursos tecnológicos foram invadindo as páginas dos periódicos.

Além disso, evidencia-se, ainda, uma modificação significativa nos conteúdos abordados pelos impressos. Em sua primeira fase, os jornais eram gestados para instruir politicamente os leitores, com isso, os artigos abordavam as questões pertinentes aos escalões do governo, narrando a atuação dos políticos e o comportamento dos indivíduos situados nas altas esferas do poder. A partir do final do século XIX, os periódicos lançaram diversas estratégias para atrair o público, e a divulgação das notícias de crimes fazia parte desta tentativa de aproximação do cotidiano dos leitores e ouvintes.

Esta sensível variação na temática dos jornais foi fruto de um momento de intensas transformações ocorridas nas estruturas dos jornais. Em uma nova lógica de funcionamento, o jornal para garantir sua sobrevivência dependeria do aumento da vendagem. Ou seja, os periódicos não se sustentavam apenas pela arrecadação do montante das assinaturas. É neste contexto de tentativa de ampliação do número de vendagens e do incremento da publicidade <sup>37</sup> que o noticiário sobre o homicídio se intensificou nas páginas dos periódicos. Como observa Ana Ottoni, por meio das reportagens policiais, os jornais “pareciam buscar representar os mais variados interesses e perspectivas dos mais diferentes grupos, incluindo os dos setores médios e pobres da população” <sup>38</sup>.

Ao analisar o estágio do jornalismo nos primeiros anos do século XX, Luiz Edmundo observa que “a política não interessa a essa gente. Também não interessa a literatura. Boas novas são as que relatam os grandes crimes, as que descrevem grandes desgraças. Para ouvi-las duplicam-se os ouvidos” <sup>39</sup>. Dessa forma, nota-se que as notícias de crimes tinham mais apelo popular do que os informes sobre os desdobramentos políticos.

---

<sup>37</sup> Além dos jornais terem ampliado o número de leitores para as suas obras literárias, escritores como Bastos Tigre, Olavo Bilac e Emílio de Meneses enveredaram no ramo da publicidade com a criação de versos-reclame para os produtos e marcas anunciadas nos impressos. Quer dizer, além de ser a “única trilha concreta em direção à profissionalização para os escritores”, a imprensa possibilitou ainda, através da publicidade, um incremento nos rendimentos dos escritores mais adaptados com a mercantilização das letras. SUSSEKIND, Flora. **Cinematógrafo das letras. Literatura, técnica e modernização no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1987. 1ª impressão, 2006. p.74.

<sup>38</sup> OTTONI, Ana Vasconcelos. **"O paraíso dos ladrões": crime e criminosos nas reportagens policiais da imprensa (Rio de Janeiro, 1900-1920)**. Tese de Doutorado em História, PPGH/UFF, 2012.p.12

<sup>39</sup> EDMUNDO, Luís. Op. Cit., p.85.



Entretanto, vale ressaltar que as colunas políticas continuaram sendo partes integrantes no corpo dos periódicos. Era dado grande destaque para os artigos de fundo que versavam sobre a conjuntura política e econômica do país e do restante do mundo, sendo comum que estas fossem publicadas nas primeiras páginas dos jornais. Não obstante, como atestou Edmundo, as notícias de crimes alcançavam maior sucesso e repercutiam profundamente no cotidiano da cidade.

Mas quando precisamente surgiram as primeiras notícias retratando os casos de assassinato na imprensa brasileira? De acordo com Ana Porto, o noticiário criminal no Brasil apareceu sob a forma de crônicas judiciárias. Estas eram inspiradas nas encontradas na imprensa francesa e versavam sobre as audiências dos julgamentos dos crimes ocorridos na cidade, relatando minuciosamente a fala dos agentes jurídicos e o testemunho dos envolvidos nos processos. Entretanto, como alega Porto, “na década de 1870 no Brasil, as crônicas judiciárias não eram uma forma comum nos jornais. Alguns crimes, entretanto, já eram foco da atenção pública”<sup>40</sup>.

Além disso, o aparecimento de notícias sobre os crimes ocorridos na cidade também se deu em desdobramento ao grande sucesso alcançado pelos folhetins. De acordo com Nelson Werneck, “o folhetim era, via de regra, o melhor atrativo do jornal, o prato mais suculento que podia oferecer, e por isso o mais procurado”<sup>41</sup>. Werneck Sodré observa que o hábito de ler o folhetim era disseminado por toda a família, sendo permitida até a presença de mulheres<sup>42</sup>.

Entre os principais autores encontrava-se Xavier de Montépin. O romancista francês caracterizava-se por tematizar os contrastes e contradições próprias de uma realidade cotidiana em constante transformação. Dessa forma, Montépin opunha “as mais sedutoras imagens de amor, de abnegação e virtude as mais sombrias e tétricas evocações do vício e do crime”<sup>43</sup>. Nessas histórias, o autor apresentava uma ampla variedade de personagens, desde “heróis e celerados, virgens puras e cortesãs impudicas, inocentes e criminosos” que entre si combatiam até a vitória definitiva do bem sobre o mal<sup>44</sup>.

Robert Moses Pechman adverte que desde a primeira parte do século XIX havia uma preocupação em controlar o desenvolvimento da criminalidade, por meio de

---

<sup>40</sup> PORTO, Ana Gomes. **Novelas sangrentas: literatura de crime no Brasil, (1870- 1920)**. Tese de Doutorado em História, UNICAMP, Campinas, 2009. p.24.

<sup>41</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. Op., Cit., p.242-243.

<sup>42</sup> Idem

<sup>43</sup> “A mulher do realejo”, *Gazeta de Notícias*, 26/02/1900, p.3.

<sup>44</sup> Idem.

estudos voltados para a compreensão do crime e do criminoso. Este era o mote do trabalho de diversos indivíduos que desempenharam vários tipos de atividades, desde os “romancistas policiais, os grandes literatos, os folhetinistas, a imprensa, os juristas, os juízes, os médicos, todos, deram sua contribuição no sentido de transformar a questão da criminalidade num objeto de análise”<sup>45</sup>.

Ao objetivar compreender o crime e o criminoso, a intenção destes estudos era encontrar uma forma de conter o desenvolvimento da criminalidade através do fornecimento de um aparato de defesa social. Dessa maneira, podemos afirmar que o advento de notícias criminais nos periódicos era fruto de um processo amplo em que vários atores buscavam operar no sentido de solucionar os problemas perpassados pela sociedade. No entanto, o argumento do autor não se sustenta por si só, pois se deve levar em consideração a grande receptividade do público para com o noticiário criminal. Assim sendo, não podemos pensar no aparecimento de crimes na imprensa apenas como uma demanda imposta por parte das classes dominantes sedentas em conhecer os criminosos, sendo preciso levar em conta o potencial atrativo dos crimes em relação aos leitores.

### **I. 3 Os periódicos e as notícias de homicídios na primeira década do século XX**

Segundo Nelson Werneck Sodré, *O Diário do Rio de Janeiro* foi o precursor neste tipo de abordagem. Fundado em 1821, *O Diário* “foi o primeiro jornal informativo a circular no Brasil”<sup>46</sup>. Em suas páginas não eram discutidas questões políticas, pois de acordo com Sodré, *o Diário do Rio*:

ocupava-se quase tão somente das questões locais, procurando fornecer aos leitores o máximo de informação. Inseria informações particulares e anúncios: aquelas tratavam de furtos, assassinios, demandas, reclamações, divertimentos, espetáculos, observações meteorológicas, marés, correios; estes tratavam de escravos fugidos, leilões, compras, vendas, achados, alugueis e, desde novembro de 1821, preços e gêneros<sup>47</sup>.

---

<sup>45</sup> PECHMAN, Robert Moses. **Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista**. Tese de Doutorado em História, FFCH/UNICAMP, 1999. p.287.

<sup>46</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. Op., Cit., p.50.

<sup>47</sup> Idem

E quais eram os periódicos que apresentavam os casos de homicídios perpetrados na cidade do Rio no início do século XX? Ao que nos parece, a tarefa de narrar os assassinatos era compartilhada por todos os periódicos da capital federal. Entretanto, cada um deles dedicava um espaço distinto no corpo do jornal.

Ao que nos parece, o *Jornal do Brasil*<sup>48</sup> foi o periódico que mais noticiou os homicídios na primeira década do século XX. No período analisado nessa pesquisa eram os diretores e proprietários da folha os irmãos Fernando Mendes e Cândido Mendes<sup>49</sup>. Estes irmãos, como nos informa Edmundo, apesar do laço consanguíneo que os uniam, não compactuavam do mesmo credo político. Fernando era republicano e Cândido, monarquista. De acordo com Luiz Edmundo, este fato é revelador do caráter ambíguo do jornal que em determinadas situações não se posicionava claramente. Edmundo ao descrever os membros do jornal, ressalta que a maioria dos que trabalhavam na redação era condecorada com patentes militares.

No tempo em que os irmãos Mendes estiveram à frente do periódico, o *Jornal do Brasil* incorporou algumas mudanças que foram determinantes para o seu crescente sucesso. O jornal anteriormente, quando estava sob a direção de Rui Barbosa, era distinguido pelos debates políticos acalorados<sup>50</sup>.

Em contraposição, nos primeiros anos do século XX o *Jornal do Brasil* se caracterizava por dar grande espaço às notícias informativas em detrimento das opinativas. Entre estas notícias que visavam informar à população dos acontecimentos ordinários, destaca-se a crescente divulgação dos assassinatos desenlaçados na cidade. Segundo Romulo Mattos, o “diário de maior tiragem na cidade costumava ocupar mais

---

<sup>48</sup> O *Jornal do Brasil* foi fundado 1891. De acordo com Tânia de Luca “por simpatizantes da monarquia que optaram por levar a cabo uma oposição moderada”. LUCA, Tania Regina de; Martins, Ana Luiza. (orgs.) **História da imprensa no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2011. p.159.

<sup>49</sup> Entre o período de 1894-1919 o *Jornal do Brasil* foi propriedade da firma Mendes e Cia. Durante esse período o redator chefe era Fernando Mendes de Almeida, filho de um senador do Império e graduado em Direito. MATTOS, Romulo Costa. **Pelos pobres! As campanhas pela construção de habitações populares e o discurso sobre as favelas na Primeira República**. Tese de Doutorado em História, PPGH-UFF, 2008. p.110-111.

<sup>50</sup> Segundo Eduardo Silva, desde a proclamação da República o *Jornal do Brasil* percorreu três fases mais ou menos distintas. A primeira delas foi sob a chefia de Rodolfo Dantas e ficou comumente conhecida como o “Jornal Monarquista” (1891-1893). Posteriormente, sob a tutela de Rui Barbosa, o “Jornal Legalista”, ferrenho opositor à ditadura do Marechal Floriano (1893-1894) e defensor fervoroso da Constituição. Por último, o “Jornal Popular” (1898-1918), o período que abarca o recorte cronológico deste trabalho, principalmente pela crescente divulgação dos assassinatos praticados no cotidiano da capital federal. Importante salientar que uma característica unia estas distintas fases do periódico: a oposição aos governos instaurados pelo novo regime. SILVA, Eduardo. **As queixas do povo**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988. p.41- 42.

de 50% do seu noticiário com os crimes sanguinolentos, as notícias hediondas e as tragédias cotidianas”<sup>51</sup>.

A mudança na estratégia editorial do *Jornal do Brasil* obteve grande sucesso, pois era ele o periódico mais lido da cidade. Em consequência, nota-se claramente que a divulgação dos assassinatos contribuiu largamente para a conquista do prestígio do jornal frente aos setores populares. Nessa nova fase, o *Jornal do Brasil* se intitulava defensor dos interesses do povo, buscando se desvencilhar do passado em que esteve estreitamente vinculado às questões políticas<sup>52</sup>. Esta escolha de dedicar bastante espaço para a divulgação dos crimes ocorridos na cidade era responsável diretamente pela popularidade dos periódicos, além de ampliar “o público desses impressos em níveis impensáveis anteriormente”<sup>53</sup>.

Para Luiz Edmundo o *Jornal do Brasil* também era afamado por outros atributos. Segundo o cronista este periódico, no começo do século XX, possuía as melhores máquinas de impressão e a melhor oficina de gravura<sup>54</sup>. Os leitores do *Jornal do Brasil* eram “basicamente trabalhadores, os pequenos comerciantes, os militares de baixa patente e os moradores dos subúrbios e bairros centrais, além de mulheres e presidiários”<sup>55</sup>.

Em relação ao modo de expor os homicídios, o *Jornal do Brasil* foi o pioneiro na utilização de subtítulos endereçados em resumir os pontos abordados, facilitando o entendimento do leitor<sup>56</sup>. A apresentação desses subtítulos põe em relevo a origem popular dos seus leitores, pois a anúnciação de “palavras soltas e separadas por traços gráficos, normalmente em travessão, a síntese da notícia parece indicar uma leitura titubeante de quem ainda não está familiarizado com as letras impressas”<sup>57</sup>.

---

<sup>51</sup> MATTOS, Romulo Costa. **Pelos Pobres!** Op., Cit., p.110-111.

<sup>52</sup> Em especial, uma coluna do *Jornal do Brasil* ilustra a crescente divulgação dos problemas vivenciados pelas camadas populares. Trata-se das “Queixas do Povo”. Segundo Eduardo Silva, esta coluna pretendia dar voz ao discurso da “maioria silenciada”. SILVA, Eduardo. Op., Cit., p.26-27. As “Queixas” eram publicadas gratuitamente e não havia necessidade do queixoso saber escrever, “já que os interessados podiam queixar-se pessoalmente na redação ou nas agências do jornal”. Ibidem, p.50.

<sup>53</sup> BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa. Brasil (1800-1900)**. Op., Cit., p. 118.

<sup>54</sup> EDMUNDO, Luís. Op., Cit., p.592.

<sup>55</sup> MATTOS, Rômulo Costa. **Pelos Pobres!** Op., Cit., p.110-111.

<sup>56</sup> Que jornal tem, primeiro, ideia de se insurgir contra a estólida tradição do título solitário, morno, sedido, arejando-o, dando-lhe caráter, interesse, valor, com a criação de inquietos e sugestivos subtítulos? O *Jornal do Brasil*. O interesse que essas pequeninas novidades acordam no espírito do público, até então habituado a normas das velhas gazetas portuguesas! EDMUNDO, Luís. Op., Cit., p.592.

<sup>57</sup> BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa. Brasil (1800-1900)**. Op., Cit., p.123.

Segundo Luiz Edmundo, na alvorada do século XX o jornal já era muito prestigiado pelas camadas populares, sendo inclusive alcunhado de popularíssimo<sup>58</sup>. Antes da construção da Avenida Central, a sua oficina e redação estavam estabelecidas na Rua Gonçalves Dias.

De acordo com Ana Ottoni, o *Jornal do Brasil* se notabilizou pelo emprego de um linguajar mais próximo do falado no cotidiano da cidade. Em outras palavras, ao descrever os assassinatos, este periódico costumava inserir alguns diálogos entre os personagens da cena de sangue. Por conseguinte, esta estratégia adotada pretendia simplificar a assimilação do conteúdo pelo leitor, sobretudo aqueles que não tinham tanta intimidade com as palavras impressas. Além da adoção de um vocabulário em consonância com o vivido pelos estratos populares, este periódico, segundo Ottoni, introduziu uma “estrutura novelesca nas reportagens que incluía ilustrações e um texto que se assemelhava a uma narrativa ficcional sensacionalista”<sup>59</sup>.

O *Jornal do Brasil* apresentava inúmeras fotos e ilustrações em suas edições. Era comum que alguns desenhos simulassem o desenrolar do crime e também a fisionomia da vítima e do acusado. Nota-se que no início da década há uma maior profusão de ilustrações e gravuras nas páginas do *Jornal do Brasil* do que em relação aos outros periódicos. Já no decorrer da primeira década do século XX, principalmente depois da primeira metade, os demais jornais começaram a publicar com maior intensidade imagens em seus exemplares. Contudo, o *Jornal do Brasil* foi o pioneiro na exploração destes recursos no noticiário criminal.

Os homicídios eram noticiados em diferentes partes do jornal, pois não existia um espaço reservado para os acontecimentos criminais. Sendo assim, era comum que alguns assassinatos fossem publicados na capa do jornal. No entanto, percebemos que as notícias de crimes sangrentos apareciam mais regularmente na segunda página. Esta estratégia adotada poderia dificultar que os leitores visualizassem as notícias sem comprar os exemplares.

Em alguns casos, as imagens referentes aos crimes eram publicadas na capa do jornal, mas os pormenores eram tratados nas páginas seguintes. Esse modo de confecção do noticiário criminal revela o quanto eram importantes estas notícias para a venda dos periódicos. Assim sendo, “a introdução de um conceito de manchete, a

---

<sup>58</sup> EDMUNDO, Luís. Op., Cit., p.583-584

<sup>59</sup> OTTONI, Ana Vasconcelos. **Flores do vício: imprensa e homicídios de meretrizes no Rio de Janeiro (1896-1925)**. Dissertação de Mestrado em História, PPGHIS-UFRRJ, 2007. p.19

sucessiva edição de ilustrações e fotografias na capa, tudo isso faz parte de uma estratégia para alcançar um público mais vasto”<sup>60</sup>.

O *Correio da Manhã* era também outro periódico de grande porte que retratava, em número considerável, os casos de homicídios ocorridos na cidade<sup>61</sup>. Diferentemente de Edmundo, Nelson Werneck ressalta que o “órgão popular por excelência” era o *Correio da Manhã*. Este, desde o ano de sua fundação, em 1901, se apresentava como um jornal crítico e opositor ao governo.

O *Correio da Manhã* vinha romper, efetivamente, o cantochão de louvores ao governo Campos Sales que presidia a política de estagnação, onerando terrivelmente as classes populares. Quebrava a placidez aparente, alcançada pelo suborno, pela sistematizada corrupção, institucionalizada a compra da opinião da imprensa. (...) o jornal de Edmundo Bittencourt foi, realmente, veículo dos sentimentos e motivos da pequena burguesia urbana, em papel dos mais relevantes. Quebrou a monótona uniformidade política das combinações de cúpula, dos conchaves de gabinete; levantou sempre o protesto das camadas populares, na fase histórica em que a participação da classe trabalhadora era mínima. Através desse caminho, vindo de baixo, portanto, é que se transformou, e depressa, em empresa jornalística<sup>62</sup>.

Assim sendo, nota-se que esta folha desde o seu surgimento rapidamente caiu no gosto do público, principalmente no das camadas populares. Apesar disso, acreditamos que a assertiva de Edmundo está mais em consonância com a realidade do período do que a afirmativa feita por Werneck Sodré. Os indícios levam a crer que o *Jornal do Brasil* era a folha mais popular da cidade do Rio de Janeiro na primeira década do século XX.

Em especial, podemos inferir este dado por ser o *Jornal do Brasil* o periódico mais mencionado nos depoimentos presentes nos processos criminais referentes aos assassinatos ocorridos na primeira década do século XX. Isso porque em diversos autos processuais nos deparamos com testemunhas que declararam que haviam lido a notícia do crime neste periódico. A título de exemplo, no dia 10 de Fevereiro de 1902, quando Victoriano Estevão foi assassinado na Praia do Caju foi aberto inquérito policial na 8ª circunscrição urbana para investigar os possíveis autores do crime. Como era comum, algumas pessoas foram intimadas para prestar depoimento na sede da delegacia. Entre elas estava presente José Antônio, pescador de 36 anos e residente próximo ao local do

---

<sup>60</sup> BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa. Brasil (1800-1900)**. Op., Cit., p.172.

<sup>61</sup> O *Correio da Manhã* foi fundado em 1901, por Edmundo Bittencourt.

<sup>62</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. Op., Cit., p.287.

crime. Esta testemunha declarou que nada tinha visto do conflito, e deste só soube no dia seguinte quando leu o *Jornal do Brasil* <sup>63</sup>.

Um caso em particular nos revela que a leitura do *Jornal do Brasil* estava sedimentada no cotidiano da cidade. No dia 26 de Novembro de 1900, o mestre da lancha “Isabel”, Joaquim Fernandes Porto munido de um cabo de vassoura assassinou o mestre da lancha “Mosca”, Domingos Martins da Silva. Esse crime ocorreu por volta das seis horas da manhã em uma ponte situada nas Docas Nacionais e no mesmo dia várias testemunhas foram intimadas, principalmente os trabalhadores que ali se achavam, para prestarem os seus depoimentos. O negociante português Manoel de Oliveira da Silva Neves declarou na delegacia que estava neste local “lendo o *Jornal do Brasil* quando viu e ouviu os mestres das lanchas discutindo” <sup>64</sup>. Vale ressaltar que existem outros depoimentos em situações semelhantes aos casos apresentados, portanto, podemos inferir que era este o periódico que mais repercutia no cotidiano da cidade <sup>65</sup>.

Em que pese a preferência do público em relação ao *Jornal do Brasil*, eram estes os periódicos mais difundidos na cidade do Rio de Janeiro, pois circulavam com “maior expressividade entre grupos populares e também junto às mulheres” <sup>66</sup>. Em consequência, era o *Correio da Manhã* o segundo jornal mais lido da cidade, ficando atrás somente do *Jornal do Brasil* no quesito de circulação. Contudo, segundo afirma Rômulo Mattos, entre os jornais cariocas, o *Correio da Manhã* “era o mais consumido no interior fluminense e em outros estados, como Minas e São Paulo, sendo lido em maior número pelos moradores dos subúrbios, seguidos pelos do centro e da Tijuca” <sup>67</sup>.

Como já foi lembrado, o rápido sucesso alcançado pelo *Correio da Manhã* advinha do grande espaço dado à divulgação de temas que estavam diretamente relacionados aos interesses dos setores populares. Desde a sua gestação esta folha se intitulava como um órgão de oposição, sendo por isso adotada uma estratégia nítida de

---

<sup>63</sup> Arquivo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Réu: José Índio; Ação: Homicídio; Ano: 1902. f.57.

<sup>64</sup> Arquivo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Réu: Joaquim Fernandes Porto; Ação: Homicídio; Ano: 1900. f.8.

<sup>65</sup> Em outro processo o advogado do réu baseou a sua defesa em uma notícia publicada no *Jornal do Brasil*. Arquivo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Réu: José Maria Exposto; Ação: Homicídio; Ano: 1901. f.68. Se por um lado este fato revela o quanto o noticiário criminal influenciava no desenrolar do processo, por outro, é possível afirmar que havia estreita relação entre os funcionários da imprensa com as autoridades policiais e judiciárias. Um precioso indicativo desta proximidade era quando os repórteres se tornavam testemunhas de um processo criminal.

<sup>66</sup> BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa. Brasil (1800-1900)**. Op., Cit., p.222.

<sup>67</sup> *Ibidem*, p.96.

condenação das medidas tomadas pelo governo que interferiam bruscamente na vida dos habitantes da cidade.

Esta estratégia de se manter em oposição ao governo foi o fator preponderante para a crescente popularização da folha. Lima Barreto, por meio do fictício *o Globo*, descreve o aumento de popularidade do *Correio da Manhã* de forma emblemática, pois de “dia para dia, o jornal crescia em venda. Todos o liam; era o jornal dos desgostosos, dos pequenos empregados, dos *ratés* de todas as profissões e também dos ricos que não podem ganhar mais e dos destronados das posições e das honras”<sup>68</sup>.

Através desse fragmento, podemos observar que os leitores do *Correio da Manhã* eram oriundos de diversas classes, pois englobava entre eles trabalhadores de ocupações variadas. De acordo com Rômulo Mattos, eram os leitores desta folha de origem semelhante aos consumidores do *Jornal do Brasil*, porém eles se distinguiam, sobretudo, pela decisão editorial do *Correio* de “motivar uma maior pulverização de seu público entre operários, profissionais liberais, políticos, militares, homens de negócio e funcionários públicos”<sup>69</sup>.

Lima Barreto ressalta a independência do *Correio da Manhã* em relação aos demais periódicos da capital federal, especialmente no que tange ao relacionamento destes jornais com o poder público. Para o cronista, até a fundação do *Correio* era mais simples para o governo comprar a opinião favorável destes impressos e “subvencionados, a crítica em suas mãos ficava insuficiente e covarde. Limitavam-se aos atos dos pequenos e fracos subalternos da administração”<sup>70</sup>. Nesse sentido, estes jornais e, logo, os jornalistas, exerceriam somente um papel de disseminação dos ideais governistas.

Em contraposição, o *Correio da Manhã* se opunha a este tipo de procedimento até então largamente difundido na imprensa da capital federal. Em sua linha editorial, este periódico pretendia revelar os bastidores políticos e as mensagens veiculadas nos artigos influenciavam diretamente no comportamento do público. Sendo assim, nos momentos de maior efervescência social, onde ocorriam alguns motins populares na cidade, era comum que o *Correio* manifestasse apoio a estas causas.

---

<sup>68</sup> BARRETO, Lima. **Recordações do Escrivão Isaías Caminha**. Op., Cit., p.109.

<sup>69</sup> MATTOS, Romulo Costa. **Pelos Pobres!** Op., Cit., p.96.

<sup>70</sup> BARRETO, Lima. **Recordações do Escrivão Isaías Caminha**. Op., Cit., p.86.



Contudo, mesmo que o *Correio* representasse uma “voz dissonante no coro que aplaudia o então presidente Campo Sales”<sup>71</sup>, em algumas situações as suas reportagens se assemelhavam às encontradas nos demais periódicos. Essa proximidade era evidenciada principalmente no noticiário dos assassinatos desenlaçados na cidade. Como veremos no segundo capítulo, quando ocorriam homicídios nos morros da capital federal, os jornais, inclusive o *Correio da Manhã*, tendiam a representar estas localidades e seus moradores de forma pejorativa.

Os relatos envolvendo casos de homicídios também estiveram presentes nas páginas da *Gazeta de Notícias*. Ao que nos parece, os jornais que mais noticiaram os homicídios ocorridos na cidade foram: *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *Gazeta de Notícias* e *O Paiz*. A *Gazeta*, assim como outros periódicos, abrigava entre os seus quadros de funcionários, alguns literatos que escreviam sobre diversos temas do cotidiano da cidade<sup>72</sup>.

A presença de escritores renomados nas redações dos periódicos fazia parte de uma estratégia de divulgação dos jornais na tentativa de atrair outros potenciais leitores. Por sua vez, como salienta Ottoni, “os literatos faziam do jornal um meio de divulgação e de publicação de seus escritos”<sup>73</sup>. A *Gazeta de Notícias* parece ter sido o periódico que mais angariou parceiros entre os escritores. Apesar disso, não era incomum que os literatos circulassem pelas distintas folhas<sup>74</sup>. Ainda assim, ao analisarmos a forma de narrar os homicídios, notamos que a *Gazeta de Notícias* era a folha que apresentava um linguajar mais romanceado em comparação aos demais.

A *Gazeta de Notícias*, durante a primeira década do século XX, era um jornal situacionista. Porém, em 1904, ano da Revolta da Vacina, este periódico, ao se manter ao lado da população amotinada, se posicionou contrariamente às medidas que visavam impor a vacinação obrigatória<sup>75</sup>.

No que diz respeito à estrutura, a *Gazeta de Notícias* se notabilizava pela introdução de modernas máquinas rotativas que aceleravam o processo de impressão

---

<sup>71</sup> LUCA, Tania Regina de. *A grande imprensa na primeira metade do século XX*. In: LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luíza. (Orgs.). **História da Imprensa no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2011, v. 1, p. 149-175. p.163.

<sup>72</sup> A *Gazeta de Notícias* foi fundada em 1875, por José Ferreira de Sousa Araújo. LUCA, Tania Regina de. Op., Cit., p.89.

<sup>73</sup> OTTONI, Ana Vasconcelos. **Flores do vício**. Op., Cit., p.16.

<sup>74</sup> Segundo Flora Sussekind, a *Gazeta de Notícias* pagava salário mensal a Olavo Bilac. Por sua vez, o *Correio da Manhã* também pagava a Coelho Neto e *O Paiz* a Medeiros e Albuquerque. SUSSEKIND, Flora. Op., Cit., p.74.

<sup>75</sup> LUCA, Tania Regina de. Op., Cit., p.165.

dos exemplares. A partir de 1907, segundo Marialva Barbosa, esta folha inseriu diversas mudanças “gráfico-editoriais e de conteúdo, passando a destacar os crimes monstruosos, a publicar fotos e ilustrações das vítimas mortas e mutiladas”<sup>76</sup>. Porém, em contraposição ao destacado por Barbosa, encontramos notícias de homicídios nesta folha ainda nos primeiros anos do século XX, mas neste momento ela ainda não havia empregado imagens na composição das reportagens sobre os assassinatos. Os leitores da *Gazeta* eram oriundos, principalmente, das camadas dominantes<sup>77</sup>.

O *Paiz*, igualmente de grande porte, mesmo dando maior destaque às questões políticas, também noticiava os casos de homicídios que desabrochavam na capital federal, ainda que a sua forma de narrar os crimes apresentasse certas peculiaridades. O jornal estava situado na Rua do Ouvidor e com a inauguração da Avenida Central, teve sua sede transportada para este novo logradouro. Ali permaneceu até a década de 1930, quando em consequência dos estragos causados por um incêndio veio a fechar as portas<sup>78</sup>.

Os leitores d’*O Paiz* eram oriundos das classes mais abastadas, sendo mais consumido por políticos e funcionários públicos. Marialva Barbosa ao pesquisar os diálogos estabelecidos entre os leitores e a folha conseguiu esquadrihar a origem social desses missivistas. Entre os principais leitores que enviavam cartas para *O Paiz* destacavam-se jornalistas, literatos e estudantes do ensino superior. Ainda assim, encontravam-se trabalhadores entre estes leitores, sobretudo os empregados no comércio<sup>79</sup>.

*O Paiz*, assim como a *Gazeta de Notícias*, também foi um periódico que ao longo de toda a Primeira República se manteve ao lado do governo. Em termos de circulação, *O Paiz* não obtinha grande expressividade, mas era, o jornal preferido pelos grupos dominantes, sendo por isso considerado um jornal tradicional. No entanto, apesar de seu caráter conservador, era esta folha também consumida pelas mulheres<sup>80</sup>.

Segundo Marialva Barbosa, na primeira década do século XX, os quatro jornais mencionados, juntamente com o *Jornal do Commercio*, alcançaram o

---

<sup>76</sup> BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa. Brasil (1800-1900)**. Op., Cit., p. 230.

<sup>77</sup> Ibidem, p.222.

<sup>78</sup> *O Paiz* foi fundado em 1884, sendo diretor neste período Quintino Bocaiúva, “figura eminente do periodismo republicano”. LUCA, Tania Regina. Op., Cit., 87.

<sup>79</sup> BARBOSA, Marialva. Op., Cit., p.222.

<sup>80</sup> Idem.

significativo número de 150 mil exemplares comercializados. Estes números os qualificavam como os periódicos mais importantes da capital federal <sup>81</sup>.

Vale ressaltar que as notícias sobre os homicídios não estavam restritas apenas aos periódicos mencionados. Estes foram selecionados tão somente por dedicarem um maior espaço para os assassinatos. Rui Barbosa, editor-chefe do jornal *A Imprensa*, condenava a divulgação de crimes, a linguagem empregada e o excessivo interesse por escândalos pelos quais as folhas concorrentes entravam em constantes disputas <sup>82</sup>. Entretanto, para além da opinião de Rui Barbosa, percebemos que as notícias sobre homicídios também estiveram presente nas páginas deste periódico <sup>83</sup>.

Este fato demonstra o quanto o noticiário criminal estava difundido na imprensa do período e que, a partir deste momento, para conquistar um maior número de leitores, os jornais precisariam dedicar maior espaço “a um tipo de notícia que, até então, estivera relegada a segundo plano: a de natureza policial. Com o mesmo objetivo observa-se a difusão do folhetim” <sup>84</sup>.

A *Notícia* também esteve presente entre os principais periódicos veiculadores dos crimes na capital federal. De acordo com Edmundo era “dos vespertinos da cidade, o mais simpático, o mais lido e o de maior tiragem” <sup>85</sup>. O jornal estava estabelecido na Rua do Ouvidor, como a maior parte dos jornais da época e onde também se concentravam as editoras <sup>86</sup>. Esta folha, desde a sua fundação, se dedicou prioritariamente a divulgar notícias informativas (tais como os assassinatos e os acontecimentos ordinários do cotidiano da cidade) em detrimento das que versavam sobre os debates políticos <sup>87</sup>.

Assim como o *Jornal do Brasil*, *A Notícia* também foi citada por algumas testemunhas em seus depoimentos prestados nos processos criminais baseados nos homicídios desenlaçados na capital federal. Isso acontecia principalmente quando os crimes ocorriam na madrugada e não eram retratados pelos jornais matutinos.

---

<sup>81</sup> Ibidem, p.41.

<sup>82</sup> GARZONI, Leric de Castro. **Disputas políticas e disputas por leitores: a criação do Correio da Manhã (1898-1901)**. Topoi (Rio de Janeiro), v. 12, p. 158-177, 2011. p.172.

<sup>83</sup> “O Samba da morte”, *A Imprensa*, 05/07/1909, p.3.

<sup>84</sup> BARBOSA, Marialva. **Imprensa, poder e público: os diários do Rio de Janeiro (1880-1920)** INTERCOM – Revista Brasileira de Comunicação. São Paulo, vol. XX, Nº2, p.87-102, Jul./Dez. 1997. p.90.

<sup>85</sup> EDMUNDO, Luís. Op., Cit., p.595.

<sup>86</sup> *A Notícia* foi fundada em 1894.

<sup>87</sup> LUCA, Tania Regina de. Op., Cit., p.160.

Em particular, um processo ilustra o que estamos sugerindo. Quando o menor Victor Júlio de Souza Magalhães, vulgo “Jagunço”, foi encontrado degolado na Ilha dos Melões surgiram algumas suspeitas que incriminavam o praça do Exército Vicente Ferreira da Cruz. O ansepeçada do Exército, Mariano Rodrigues da Silva, apontou o cabo Vicente como o provável autor deste homicídio. Isso porque um indivíduo tinha contado para Mariano que o acusado andava propalando que havia se vingado da vítima. Em consequência, Mariano “procurou ver se os jornais da manhã noticiavam alguma coisa que houvesse sucedido a Jagunço”, porém não conseguiu achar nenhuma notícia que revelasse o paradeiro da vítima. Apesar disso, “Mariano ao ler tarde *A Notícia* viu que infelizmente” a vítima havia sido assassinada <sup>88</sup>.

Consequentemente, por ser *A Notícia* um jornal vespertino, era comum, nessas circunstâncias, que estes crimes fossem narrados previamente por esta folha. Esse fator foi determinante para que *A Notícia* fosse mencionada pelas testemunhas em alguns dos processos analisados.

O preço dos jornais analisados se equiparava, pois todos os exemplares avulsos custavam 100 réis. Como nos informa Marialva Barbosa, este era o valor “de uma passagem de bonde ou a travessia da barca Rio-Niterói” <sup>89</sup>. Este pequeno custo evidencia que era viável para os trabalhadores, principalmente os mais pobres, adquirirem os exemplares. Deste modo, nota-se que a leitura dos jornais era parte constitutiva do cotidiano dos habitantes da capital federal. Os jornais eram vendidos por pequenos jornaleiros e também eram comercializados nos quiosques da cidade.

O preço módico dos exemplares também nos revela que os jornais teriam que competir incessantemente na busca de alavancar suas vendagens. A conquista de um público mais amplo era a meta principal destas folhas e elas constantemente rivalizavam entre si.

A concorrência entre os periódicos era bastante acirrada na primeira década do século XX. O *Jornal do Brasil*, a folha mais lida da cidade, teve sua hegemonia ameaçada após o aparecimento e a rápida ascensão do *Correio da Manhã* em 1901. Estes dois jornais disputavam fervorosamente a preferência do público. Por sua vez, *O Paiz* e a *Gazeta de Notícias* ao tentar alcançar um maior número de consumidores

---

<sup>88</sup> Arquivo Nacional. Notação: OR. 1772. Pretoria do Rio de Janeiro 8ª (Freguesia de Santana), f.13.

<sup>89</sup> BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa. Brasil (1800-1900)**. Op., Cit., p.124.

fizeram de “suas páginas verdadeiros libelos de denúncias contra o jornal de Edmundo Bittencourt e contra o novo *Jornal do Brasil*.”<sup>90</sup>

Como já foi assinalado, juntamente com o *Jornal do Commercio*, estes eram os impressos mais importantes da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Esse panorama não sofreu grandes alterações com o término da primeira década desta centúria, pois o *Jornal do Brasil* permaneceu com a sua primazia inalterada, entretanto, o seu principal adversário, o *Correio da Manhã*, conseguiu cativar um maior número de leitores em relação ao período anterior. O *Paiz* também avançou neste quesito, pois houve uma maior adesão de leitores a esta folha. Em contrapartida, este período foi marcado pelo declínio da *Gazeta de Notícias*, principalmente se comparada aos outros periódicos<sup>91</sup>.

#### **I. 4 O homicídio nas páginas dos impressos: algumas disparidades e outras semelhanças**

De acordo com Ana Porto, foi ao longo da primeira década do século XX que as notícias sobre crimes invadiram as páginas dos jornais e passaram a ganhar maior destaque<sup>92</sup>. Nesse sentido, optamos por eleger esta década como recorte temporal da pesquisa, e assim, abordaremos os crimes de homicídios divulgados na imprensa neste período.

A valorização das notícias envolvendo crimes está inserida no bojo das transformações sofridas pelos periódicos. Nos primeiros anos do século XX, a imprensa havia superado a sua fase artesanal e iniciara seu processo de massificação. Ao principiar esta nova fase, os periódicos adotaram outra lógica de atuação ao buscarem atrair novos leitores com o objetivo expresso de alavancar o número de vendas. Sendo assim, a intensificação de notícias sobre homicídios é parte expressiva desta estratégia.

Ana Porto observa que na década de 1910 os periódicos ampliaram o número de páginas, abrindo possibilidades para o incremento de novos assuntos. “Entretanto, os

---

<sup>90</sup> Ibidem, p.122-123.

<sup>91</sup> Ibidem, p.222.

<sup>92</sup> PORTO, Ana Gomes. **Crime em letra de forma: sangue, gatunagem e um misterioso esqueleto na imprensa do prelúdio republicano**. 2003. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, Campinas, 2003. p.32.

novos temas não surgiram e assuntos já antigos como as notícias de crime passaram a ocupar cada vez mais as páginas desse jornal”<sup>93</sup>.

Ana Ottoni nos dá indícios de que até o findar do século XIX, as notícias sobre crimes apareciam apenas esparsamente ao longo do jornal, mas no começo do século XX elas “passaram a ganhar mais espaço nas folhas e um espaço organizado racionalmente com o intuito de criar e atender a uma demanda do mercado em formação”<sup>94</sup>.

E como as notícias criminais preenchiam os espaços dos jornais? Segundo Porto, a formatação das notícias foi bastante similar no decorrer das duas primeiras décadas do século XX, “as notícias de crime apresentavam as ‘chamadas’ em destaque – característica inexistente em anos analisados anteriormente, sendo que no ano de 1910, essa chamada vinha acompanhada de um resumo do crime”<sup>95</sup>.

Como abordado pela autora, as notícias de crimes expunham títulos que eram acompanhados por palavras-chave empregadas para situar o leitor sobre o fato ocorrido, construindo um breve panorama do relato. Porém, ao observarmos os periódicos da capital federal, percebemos que esta característica era comum já nos primeiros anos do século XX. Vejamos alguns exemplos que são indicativos desta presença no alvorecer da nova centúria.



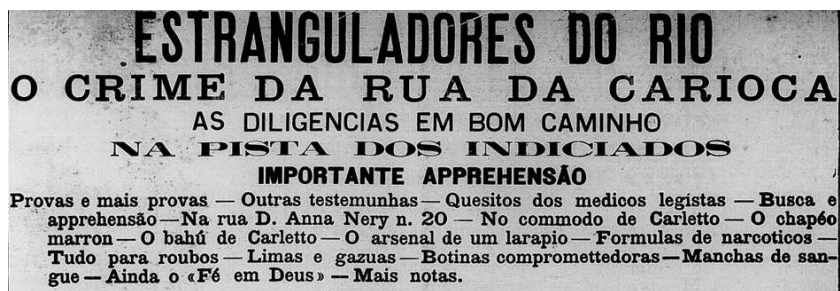
*Jornal do Brasil, 22/01/1903, p.1.*

---

<sup>93</sup> Ibidem, p.118.

<sup>94</sup> OTTONI, Ana Vasconcelos. "O paraíso dos ladrões" Op., Cit., p.11.

<sup>95</sup> PORTO, Ana Gomes. **Crime em letra de forma** Op., Cit., p.33.



*Jornal do Brasil, 22/10/1906, p.3.*

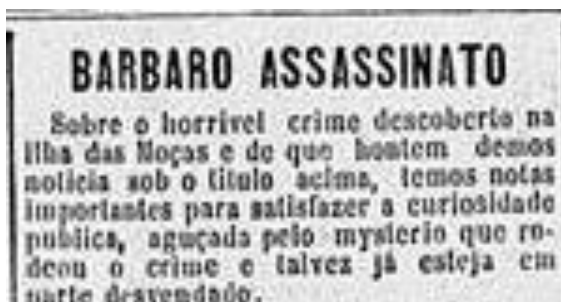
Dessa forma, com a apreciação de duas notícias de homicídios veiculadas no *Jornal do Brasil*, nota-se, em contraposição ao defendido por Ana Porto, que os resumos já eram bastante utilizados pelos repórteres na confecção de suas notícias nos primeiros anos do século XX. Pode ser que esta característica não estivesse presente em todos os periódicos como posteriormente se notabilizaria, mas já era comum o seu emprego. Ao que tudo indica, como nos exemplos demonstrados, o *Jornal do Brasil* foi o precursor na adoção deste tipo de estratégia. Em comparação aos demais periódicos, evidencia-se uma maior incidência em suas páginas.

Percebemos ainda, com estes exemplos, que o espaço destinado a narrar os crimes de homicídios não apresentavam uma regularidade em sua extensão. Pois, se repararmos bem, o primeiro título tem menos espaço de divulgação em relação ao segundo. Isto revela que cada caso de homicídio tinha uma intensidade distinta e este potencial era explorado pelas folhas de formas variadas. Em outras palavras, existiam casos de homicídio que causavam maior repercussão do que outros e, logo, os jornais demandavam maior espaço a estes homicídios em relação àqueles. Deste modo, em última instância, o que definia a dimensão da reportagem sobre estes casos era o potencial atrativo que exerciam sobre as classes populares. Ou seja, o destaque dado a uma determinada notícia era fomentado em virtude da demanda popular.

Com o fito de ilustrarmos as diferenças estilísticas na composição das notícias envolvendo assassinatos, apresentaremos um caso que foi noticiado por mais de um periódico da cidade.



*Jornal do Brasil, 02/09/1901, p.1.*



*O Paiz, 02/09/1901, p. 2.*

Como podemos perceber tanto o *Jornal do Brasil* quanto *O Paiz* noticiaram o assassinato cometido pelo praça do 24º Batalhão de Infantaria do Exército, Vicente Ferreira da Cruz. Entretanto, visualmente nota-se uma grande diferença no modo de elaborar a notícia sobre o crime. Enquanto o *Jornal do Brasil* apresenta uma epígrafe contendo inúmeros subtítulos que servem para descrever sumariamente a notícia, *O Paiz* investe em um título curto que não transmite os pormenores ao leitor.

Além de criarem títulos chamativos e subtítulos que resumiam os crimes, os periódicos trouxeram algumas novidades proporcionadas pelo desenvolvimento tecnológico e material vivenciado na primeira década do século XX. De acordo com Ottoni, foi, sobretudo, neste momento “com a crescente concorrência entre as empresas jornalísticas, que assistimos a uma ampliação substancial das páginas policiais, além de uma profusão de fotos e ilustrações tipicamente chamativas”<sup>96</sup>. A partir de então os jornais passaram a exibir em abundância fotografias e ilustrações dos homicídios perpetrados no cotidiano da cidade. Vale ressaltar que havia certas diferenças na intensidade no emprego destes instrumentos.

<sup>96</sup> OTTONI, Ana Vasconcelos. *Flores do vício*. Op., Cit., p.34.



As imagens eram bastante utilizadas em crimes que monopolizavam a atenção da cidade. Segundo Ottoni, estas notícias foram batizadas pelos jornalistas de “sensacionais” e invadiram as páginas dos jornais da cidade do Rio no início do século XX. “Nesta época, os periódicos passavam a destacar, em manchetes graficamente chamativas e em páginas inteiras editadas com grande quantidade de ilustrações e fotografia, o que eles chamavam de ‘crimes horríveis e monstruosos’”<sup>97</sup>.

De acordo com Marília Oliveira, a utilização de imagens e ilustrações na composição dos relatos dos jornalistas tinha a finalidade de “‘causar sensação’ no público leitor, dando maior realismo às narrativas jornalísticas por oferecer rostos aos protagonistas da história”<sup>98</sup>. Porém, na primeira década do século XX a difusão de imagens não estava presente em todos os casos de homicídios relatados na imprensa. Estas estavam restritas tão somente aos casos de maior repercussão na cidade. Isso porque existia um problema de dimensão técnica que impossibilitava a maior difusão de imagens nas páginas dos jornais.

Nesse sentido, vale ressaltar que ao analisarmos os crimes descritos na imprensa, notamos que nem todos os homicídios eram caracterizados como crimes sensacionais. Esta constatação foi determinada em função da existência de uma abordagem diferenciada pelas quais os jornalistas<sup>99</sup> narravam as distintas práticas de homicídios. Em alguns crimes, os repórteres descreviam os pormenores da cena de sangue, os supostos motivos que levaram à perpetração do crime, os depoimentos das testemunhas, o relatório do delegado e até mesmo realizavam entrevistas com o acusado. Além disso, recorriam ao emprego de ilustrações e fotografias.

Entretanto, nem todas as notícias envolvendo assassinatos eram tão ricas em minúcias, havendo casos em que os repórteres descreviam apenas a cena de sangue, sem que a notícia apresentasse qualquer detalhe sobre os indivíduos. Em última instância, podemos conjecturar que algumas práticas de homicídios causavam maior repercussão na cidade e monopolizavam a atenção do público. Sendo assim, os repórteres ambicionavam suprir a curiosidade dos leitores com o detalhamento do caso.

---

<sup>97</sup> OTTONI, Ana Vasconcelos. **"O paraíso dos ladrões"**. Op., Cit., p.39.

<sup>98</sup> OLIVEIRA, Marília Rodrigues. **"A tragédia da rua Januzzi": narrativas sensacionais, justiça, ciência e moral no Rio de Janeiro da Primeira República**. Dissertação de Mestrado em História, PUC, Rio de Janeiro, 2014. p.109.

<sup>99</sup> De uma maneira geral, utilizo este termo – jornalista – para me referir aos indivíduos que ocupavam os cargos de repórteres policiais. Importante destacar que os jornalistas do início do século XX não tinham formação acadêmica em jornalismo.

Não obstante, outra particularidade sinaliza diferenças nas abordagens sobre o homicídio na imprensa. Como já foi ressaltada, no início do século XX a imprensa tinha tomado proporções de empresa capitalista e a profusão de notícias de crimes estava inserida em uma lógica de mercado. A presença de homicídios nas páginas dos jornais intensificou-se neste contexto. Contudo, devemos levar em consideração que os jornais apresentavam estas notícias sob ângulos muito distintos.

Segundo Marcos Bretas, “discutir a violência tendo como fonte o *Jornal do Comércio*, o *Correio da Manhã*, ou *A Noite* pode levar a resultados bastante diversos”<sup>100</sup>. Partindo desta advertência feita por Bretas, observamos diferentes estratégias na confecção das notícias por parte dos periódicos. Com o fito de exemplificarmos as diferentes maneiras dos repórteres abordarem um fato criminal selecionamos alguns trechos em especial.

Antes de partirmos diretamente para a fala dos repórteres, vale a pena sintetizar os acontecimentos que desabrocharam no crime. Miguel Daniel namorava às escondidas em virtude dos pais da moça não consentirem com a união do casal. Então, teve Daniel a ideia de combinar com a sua amada de fugirem juntos, com o intuito de consumarem o matrimônio. Daniel, entretanto, tinha contado a um amigo do seu intento de cometer o rapto. Este, por sua vez, contou à família da namorada os planos do casal. Ao ficar ciente da atitude do seu amigo, Daniel investiu contra ele fazendo uso de uma navalha ferindo-o gravemente.

Sendo assim, após tentarmos construir um pequeno resumo do conflito amoroso, abordaremos algumas diferenças encontradas nas narrativas de diferentes periódicos, neste caso o *Paiz* e a *Gazeta de Notícias*. Primeiramente, vejamos como *O Paiz* noticiou o desenlace do conflito,

Enfurecido, o namorado jurou vingar-se e, ontem, encontrando-se com Custódio, após tremenda alteração, tirou do bolso uma navalha e vibrou três profundos golpes no contendor.

O ofendido caiu por terra e aos apitos de socorro compareceu o inspetor Bayrão, da 3ª delegacia urbana que, prendendo o ofensor em flagrante, fez remover o ferido para a Santa Casa de Misericórdia em estado grave

<sup>101</sup>.

Vale a pena observarmos como a *Gazeta de Notícias* narra o momento do crime. Segundo o repórter,

---

<sup>100</sup> BRETAS, Marcos Luiz. *As Empadas do Confeiteiro Imaginário*. Op., Cit., p.18.

<sup>101</sup> “Navalhadas”, *O Paiz*, 09/04/1905, p.2.

Saía Custódio de sua residência, no n.128, quando a figura de Miguel surgiu-lhe a frente. Impedindo-lhe os passos.

- Que me queres?

- Isto, bradou Miguel, ao mesmo tempo que, navalha em punho, investia para Custódio e lhe atirava o primeiro golpe, que o atingiu na mão esquerda, posta em defesa do pescoço, visado pelo valente namorado. Segundo golpe foi talhar o peito de Custódio e o terceiro a cabeça, fazendo-o cair a escorrer sangue <sup>102</sup>.

Ao contrapormos as matérias dos respectivos jornais, nota-se que o jornalista d’*O Paiz* deu menor ênfase nas minúcias e descrições dos golpes, trazendo uma linguagem mais sóbria e distante do fato <sup>103</sup>. Por sua vez, a *Gazeta de Notícias* relatou o caso de forma mais detalhada ao construir uma narrativa semelhante às histórias encontradas nos romances, com a apresentação de diálogos, dando a impressão de que o repórter esteve presente no momento da cena do crime. Em outras palavras, o jornalista parece construir seu relato de forma direta, como expectador da contenda. Acreditamos que a *Gazeta de Notícias* expunha esse relato mais romanceado em vista de abrigar literatos em sua redação. No entanto, importante salientar, os literatos também colaboravam com os demais periódicos da grande imprensa, ou seja, sua presença não estava restrita somente a *Gazeta*, porém, esta folha parece ter angariado maiores parceiros entre os escritores.

Esta maneira de relatar o crime de forma direta, com a exposição de diálogos e o emprego de uma linguagem coloquial, era introduzida para simplificar a notícia para o leitor e também como uma maneira de atrair novos leitores e ouvintes para suas edições. De acordo com Valéria Guimarães, quando os escritores incorporam estes recursos na elaboração da notícia conseguem “atingir com muito mais eficácia, inclusive aos que não sabem ler, aos que apenas ouvem nas leituras em grupo as histórias destes crimes” <sup>104</sup>.

Dessa forma, podemos inferir que os relatos sobre crimes contidos na *Gazeta de Notícias* em comparação aos relatos d’*O Paiz* eram mais agradáveis e iam de

---

<sup>102</sup> “Amor e navalha”, *Gazeta de Notícias*, 09/04/1905, p.3.

<sup>103</sup> Marília Rodrigues de Oliveira também evidenciou isto em seu trabalho: “A história de Edina e Paulo foi apresentada ao público pelo jornal *O Paiz* de forma bastante distinta do caráter melodramático presente nas narrativas dos jornais *Correio da Manhã*, *A Época*, *A Noite*. O jornal que adotava um perfil mais conservador de jornalismo e resistia à onda de transformações que marcavam a imprensa do século XX fornecia aos leitores uma abordagem mais objetiva do caso”. OLIVEIRA, Marília. Op., Cit., p. 98.

<sup>104</sup> GUIMARÃES, Valéria. **Paixão que Mata - leitura popular no início do século XX em São Paulo**. Klepsidra. Revista Virtual de História, net, v. III, 2002. p.9.

encontro ao interesse do público leitor e ouvinte, pois apresentava um linguajar mais próximo do cotidiano da cidade. Ao mesmo tempo, a forma de narrar o crime apresentada por este periódico era bastante influenciada pelos romances que desfrutavam de enorme sucesso neste momento.

Além disso, a *Gazeta de Notícias*, o *Jornal do Brasil* e o *Correio da Manhã*, dispendiam maiores espaços para os relatos sobre os acontecimentos criminais. No entanto, mesmo um jornal conservador como *O Paiz* também noticiava os homicídios ocorridos na cidade.

Para além das distintas maneiras de narrar um homicídio, os jornais “muitas vezes, com linhas editoriais e públicos aparentemente diversos (...) possuíam identidade de conteúdo e mensagens. E isso também não acontecia por acaso”<sup>105</sup>. Este fato é bastante elucidativo da representação do jornalismo no período. Mesmo que os jornais tivessem suas particularidades na elaboração das notícias criminais, em alguns casos estas narrativas se mostravam bastante similares.

Em uma notícia de assassinato, os repórteres das distintas folhas cariocas produziram enredos sobre a contenda que se aproximaram claramente. Na noite do dia 23 de Março de 1904, em Vargem Pequena, Freguesia de Jacarepaguá, Antônio Rodrigues de Oliveira, um senhor de 65 anos, assassinou o vizinho que havia invadido sua casa. Este homicídio foi noticiado pela imprensa alguns dias após o conflito e foi abordado por três periódicos da cidade.

Todas as reportagens foram unânimes em inocentar o velho Rodrigues por sua atitude homicida. *O Paiz* inicia a narrativa dizendo que por bastante tempo Rodrigues vivia na localidade em um pequeno sítio de sua propriedade. Neste sítio, Rodrigues e sua mulher Leonarda Maria de Sant’Anna cuidavam de “uma pequena lavoura, que lhes dava a subsistência”<sup>106</sup>. Por sua vez, o *Jornal do Brasil* avaliou o acusado Rodrigues da seguinte maneira, “muito trabalhava na rude faina de lavrador, (...) naquele sítio nascera, ali passou a infância, a adolescência, e trabalhando sempre pôde agora no inverno da vida, adquirir um pequeno sítio”<sup>107</sup>.

Em contraposição, o seu vizinho não foi retratado da mesma forma elogiosa pelos periódicos. “Nos arredores, porém possuía igualmente uma pequena lavoura o pardo Severino de tal, homem de 50 anos de idade, rixoso e valente e que, por causa de

---

<sup>105</sup> BARBOSA, Marialva. **Imprensa, poder e público**. Op., Cit., 1997. p.92.

<sup>106</sup>“Desfecho imprevisto”, *O Paiz*, 28/03/1904, p.1.

<sup>107</sup>“Cena de sangue”, *Jornal do Brasil*, 28/03/1904, p.1.

uma discussão que com aquele tivera se tornara seu inimigo”<sup>108</sup>. Relato similar ao noticiado pela *Gazeta de Notícias*, segundo esta folha, “era tido como mau homem o indivíduo que se chamava Severino e que na noite de 23 do corrente foi assassinado em Jacarepaguá”.<sup>109</sup>

Através destes fragmentos, nota-se que em alguns casos os jornais construíam discursos que partilhavam de uma matriz comum. Neste caso em específico, as folhas prontamente absolveram o assassino por sua prática homicida. Para tanto recorreram a um arsenal de adjetivos que descreviam o acusado como trabalhador morigerado e de passado ilibado. Em contrapartida, a vítima foi retratada como um indivíduo “valente”, “rixoso”, o verdadeiro responsável por sua própria morte.

Vale ressaltar que não pretendemos entrar nos pormenores do caso, nosso intuito é tão somente exemplificar como em determinadas circunstâncias as folhas eram unívocas nas formas de expor os homicídios. Este episódio ainda revela uma outra perspectiva possível para a análise dos assassinatos retratados nos jornais. Por meio deste caso, podemos conjecturar que nem todos os homicidas eram execrados pela imprensa, em vista de que em algumas situações eles eram representados de forma positiva.

Em particular, neste caso o jornal enfatizou a espera do velho Rodrigues para conquistar um pedaço de terra para sua subsistência. A valorização da perseverança do velho Rodrigues era endereçada aos outros indivíduos que ainda não contavam com os meios necessários para o seu sustento. Estes deveriam esperar calmamente, sem incomodarem a ordem “natural” do meio social. Em outras palavras, podemos inferir que os jornalistas queriam inculcar nos leitores que somente os indivíduos pacíficos e ordeiros conseguiriam alcançar o patamar ao qual chegou o velho Rodrigues, ainda que fosse somente ao final da vida.

Ao que nos parece, a imprensa, independentemente da vertente política pela qual era orientada, relatava os assassinatos apresentando um discurso padronizado, isto é, comum aos inúmeros periódicos. Dessa forma, ao noticiar os crimes ocorridos na cidade, os jornalistas procuravam difundir uma gama de valores e comportamentos assinalados como ideais para o bom funcionamento do organismo social.

Neste período os jornalistas ganharam maior notoriedade e relevo na sociedade carioca captando uma parcela de poder considerável com o desempenhar do seu ofício.

---

<sup>108</sup> “Desfecho imprevisto”, *O Paiz*, 28/03/1904, p.1.

<sup>109</sup> “Assassinato em Jacarepaguá”, *Gazeta de Notícias*, 28/03/1904, p.2.

De acordo com Marialva Barbosa, os jornalistas transformaram-se “em verdadeiro mito social e a escrita era alavanca para ascensão, para adquirir respeitabilidade pública, para ser incorporado ao centro de poder”<sup>110</sup>. Dessa maneira, compreende-se o real motivo da existência de relatos tão próximos que reproduziam enredos similares sobre os envolvidos.

Assim sendo, por defenderem um projeto político comum, raras foram às vezes em que um jornal apresentou um relato sobre um assassinato diferente dos encontrados nos demais periódicos. Com isso, nota-se uma certa limitação na possibilidade do repórter defender um ponto de vista original, sendo mais comum que os discursos fossem compartilhados por diferentes agentes.

Além do mais, outro fator pôde contribuir para a existência de relatos tão próximos. Segundo nos informa Ana Ottoni, havia uma alta rotatividade de funcionários entre as folhas, principalmente no que se refere aos cargos inferiores, como era o caso dos repórteres policiais. A autora ressalta, também, que “podia ainda um jornalista trabalhar em mais de um jornal ao mesmo tempo”<sup>111</sup>. Sendo assim, podemos supor que um determinado repórter poderia escrever sobre o mesmo caso de homicídio para diferentes periódicos da cidade, o que tornaria mais palatável a descoberta de relatos associados, quase idênticos<sup>112</sup>.

## **I. 5 Noticiário criminal e romance criminal: algumas aproximações**

Neste capítulo objetivamos discutir como era retratado o homicídio nos periódicos da cidade do Rio de Janeiro nos primeiros anos do século XX. Como já foi indicado, invariavelmente, todos os principais jornais da capital federal divulgavam em suas páginas os crimes ocorridos nas diferentes regiões da cidade. Em diversas notícias os repórteres fazem menção à existência de crimes sangrentos na sociedade carioca. Uma reportagem dá um indicativo destes casos ao informar que, “corre a semana cheia de crimes sensacionais. Assassinatos, espancamentos bárbaros não tem faltado”<sup>113</sup>.

---

<sup>110</sup> BARBOSA, Marialva. **Imprensa, poder e público** Op., Cit., p.98.

<sup>111</sup> OTTONI, Ana Vasconcelos. **"O paraíso dos ladrões"**. Op., Cit., p.47.

<sup>112</sup> Vale ressaltar que em alguns processos criminais nos deparamos com alguns funcionários da imprensa que depuseram na delegacia e/ou pretoria. Por conseguinte, nota-se que os jornalistas tinham uma estreita relação com as autoridades policiais e judiciárias.

<sup>113</sup>“Crime de morte”, *Gazeta de Notícias*, 16/06/1906, p.3.

No entanto, a exposição de crimes não se restringia somente às páginas dos periódicos, tendo o gênero se espreado para outros tipos de publicações. De acordo com Ana Porto, foi ainda na década de 1870, que as narrativas de crime ocuparam papel de destaque no mercado editorial brasileiro, transformando-se em “fenômeno midiático”<sup>114</sup>. A partir deste momento, os crimes passaram a ser abordados por meio de diversos formatos: livros, notícias nos jornais, folhetins, crônicas do júri.

Tendo em vista se inserir nesta seara que Francisco Alvarenga Neto<sup>115</sup>, em 1933, lançou um livro “despretensioso” sobre os “casos criminais de maior sensação verificados nos últimos vinte anos e cujo desdobramento judiciário” teve “ensejo de acompanhar, como jornalista, ou advogado”<sup>116</sup>. Vale lembrar que o autor adverte que não caberia em seu trabalho o relato de todos os crimes perpetrados na cidade ao longo das duas décadas. Sendo assim, através de seu depoimento, denota-se que os crimes de sangue não eram tão escassos assim como alguns assinalavam.

Alvarenga Neto faz questão de assegurar que as narrativas apresentadas neste livro seriam expressões fidedignas dos fatos ocorridos<sup>117</sup>. Esta importância dada à veracidade dos testemunhos não se apresentava despretensiosamente. Os repórteres na confecção das notícias criminais também ressaltavam que os seus relatos eram expressões da verdade. Pronunciar que determinada versão sobre um homicídio de grande repercussão fosse autêntica poderia contribuir para trazer maior visibilidade aos jornais e, logo, aumentar a vendagem destes. Segundo Ana Porto, o atributo mais “importante que une diferentes histórias de crime e criminoso é o seu caráter de veracidade. Mesmo quando fica visível que se trata de uma história fictícia, havia um apelo ao verossímil, ao plausível”<sup>118</sup>.

Esta busca incessante pela veracidade, como destacado por Ana Porto, era compartilhada por escritores de histórias ficcionais. Até mesmo o escritor naturalista de maior expressão do período, Aluísio Azevedo, escrevia também histórias de crimes, o que evidencia o quanto estas histórias eram bem recebidas pelo público. Aluísio, como

---

<sup>114</sup> PORTO, Ana Gomes. **Novelas sangrentas**. Op., Cit., p.46.

<sup>115</sup> Juiz Municipal em Águas Virtuosas e filho do 1º oficial da secretaria da agricultura, Alvarenga Neto, como muitos outros bacharéis em Direito, tinha trabalhado na imprensa no início da carreira. “Vida Social”, *O Paiz*, 28/10/1918, p.5.

<sup>116</sup> ALVARENGA NETO, Francisco de Paula. **Comédias e dramas judiciárias (Crônicas de processos célebres) 1912-1933**. Rio de Janeiro: Ed. Marisa, 1933. p.9.

<sup>117</sup> Idem.

<sup>118</sup> PORTO, Ana Gomes. **Novelas sangrentas** Op., Cit., p.7.

destaca Ana Porto, “ressaltava a importância de reproduzir no papel personagens reconhecíveis no cotidiano dos leitores”<sup>119</sup>.

Nesse sentido, podemos observar que Alvarenga Neto também se utilizou desta estratégia para promover a sua obra. E com intuito de convencer os leitores de sua imparcialidade, o autor menciona que seu envolvimento com os casos narrados era estritamente profissional, ora atuando como jornalista, ora como advogado. Entretanto, ao folhearmos as suas narrativas, localizamos muitas características similares ao que era comum nas notícias de homicídios na imprensa do período. Em um dos casos relatados em seu livro, Alvarenga Neto aborda o assassinato de uma meretriz muito famosa na época, conhecida como “Lili das Jóias”. Deixemos o autor narrar a cena do crime:

O leito, em desalinho, tinha pontilhados vivos de sangue. No pescoço, uma ferida enorme, um talho extenso e profundo, onde o sangue coagulado, formava uma pasta rubra um tanto enegrecida. Tão grande era o golpe vibrado, que se tinha a impressão de estar à cabeça decepada! Os cabelos empapados de sangue, colavam-se ao rosto e olhos desmesuradamente abertos, completavam o quadro tétrico. Neles havia como que um reflexo da impressão de pavor e de sofrimento ao último instante da desventurada ‘Lili das Joias’. Todo o seu medo, toda a sua dor, no momento extremo da vida, pareciam fotografados naquele olhar alucinante e morto<sup>120</sup>.

Neste trecho, Alvarenga Neto procurou descrever minuciosamente o quadro trágico em que a vítima se encontrava. Este recurso utilizado pelo autor também era compartilhado pelos repórteres na elaboração das notícias envolvendo os homicídios. Os jornalistas procuravam explorar os detalhes que pudessem sensibilizar os leitores. O emprego de termos como “sangue coagulado”, “pasta rubra enegrecida” e “cabeça decepada” possuíam a conotação ideal para que a notícia se tornasse mais atrativa e, ao mesmo tempo, permitiam aos periódicos recrutarem outros potenciais leitores. Assim sendo, podemos perceber que havia uma grande receptividade do público para com este tipo de narrativa, caso contrário elas não estariam difundidas em diferentes veículos de informação.

Apresentaremos um caso de homicídio com o fito de exemplificarmos a grande proximidade existente entre as narrativas presentes nos jornais e a exposta no livro de

---

<sup>119</sup> Ibidem, p.302.

<sup>120</sup> ALVARENGA NETO, Francisco de Paula. Op., Cit., p.59.



Alvarenga Neto. As semelhanças evidenciadas nos indicam que havia um estilo comum na narração das histórias de crimes.

O espanhol Dorotheu San Martin estava à procura de sua mulher que havia fugido de casa levando os filhos do casal enquanto ele estava no trabalho. Ao passar dos dias, San Martin ficou sabendo, após revelações de alguns vizinhos, que sua mulher estava morando com o seu antigo sublocatário, mas ainda não sabia em que localidade. Ao descobrir o endereço do trabalho de seu rival, Dorotheu seguiu rumo à Praça Tiradentes confiando que desvendaria o paradeiro de sua família. Ao chegar à obra, onde Joaquim Pereira Gonçalves desempenhava o ofício de carpinteiro e mestre de obra, houve negativa por parte deste em revelar a nova moradia da família de San Martin. Neste momento, o espanhol

apontou para Pereira o revólver que tirou do bolso da calça e detonou-o, indo a bala atingir Pereira na nuca. Este caminhou uns quatro ou cinco metros para diante, deitando sangue pela boca e regressou ao ponto de onde havia partido com o rosto sobre um serrote e um cano d'água, para não se levantar mais <sup>121</sup>.

Ao lermos a notícia do assassinato de Joaquim Pereira Gonçalves observamos que o repórter, assim como Alvarenga Neto, deu bastante ênfase nos detalhes da cena do crime. A descrição de objetos como “serrote” e “cano d'água” nos dá a impressão de que o repórter esteve presente no momento do desenlace do homicídio. Este recurso era utilizado como uma forma de justificar que o relato do jornalista era a expressão da verdade, pois do contrário ele não poderia descrever aspectos tão minuciosos. Sendo assim, um dos objetivos do repórter era transportar o leitor para a cena do crime levando-o a fazer parte da trama, quase como uma testemunha ocular do assassinato de Pereira.

Importante elucidarmos que esta característica era bastante evidenciada na literatura realista naturalista, muito em voga neste período. Principalmente o fato de narrar os acontecimentos, reais ou fictícios, sob uma perspectiva aproximada, buscando transpor os acontecimentos, “como se o escritor ficasse diante de uma situação de mero sujeito observador, registrando noções e impressões, a partir das quais construía o texto” <sup>122</sup>. Sendo assim, na elaboração do noticiário criminal, os repórteres se apropriavam de elementos que já haviam sido experimentados e que gozavam de grande

---

<sup>121</sup>“Coração de pai”, *Jornal do Brasil*, 30/01/1906, p.2.

<sup>122</sup> OTTONI, Ana Vasconcelos. **Flores do vício** Op., Cit., p.65.

receptividade por parte do público leitor e ouvinte. Como podemos observar nos casos acima relatados, a descrição minuciosa dos objetos encontrados na cena do crime ou a imagem de um corpo desfigurado, eram recursos que proporcionavam causar sensação nos leitores, significando estes momentos o ápice do efeito sensacional <sup>123</sup>.

Poderíamos nos perguntar como os leitores decodificavam as notícias envolvendo crimes de homicídio. De acordo com Marialva Barbosa, esta poderia se dar de diversas formas, até mesmo relacionar a realidade com a fantasia <sup>124</sup>. Em outras palavras, o leitor poderia compreender o cotidiano da cidade, permeado de conflitos sangrentos, mesclado aos elementos ficcionais encontrados nas obras literárias. Dessa forma, os leitores confundiriam os atores dos dramas da cidade com os personagens encontrados nas páginas do romance <sup>125</sup>.

Essa confusão era até justificável se levarmos em consideração que os jornais publicavam em formato de folhetim algumas histórias ficcionais envolvendo homicídios, geralmente expostas no rodapé das páginas. Portanto, a aproximação destas narrativas revela que a interpretação do leitor poderia transitar entre o real e o imaginário.



*Gazeta de Notícias, 22/11/1903, p.2.*

<sup>123</sup> De acordo com Ana Porto, a palavra ‘sensação’ era usada em Portugal em jornais e nos textos literários como sinônimo de grandes fatos de imprevisível desfecho. PORTO, Ana Gomes. **Crime em letra de forma**. Op., Cit., p.148.

<sup>124</sup> BARBOSA, Marialva. **Imprensa, poder e público**. Op., Cit., p.100.

<sup>125</sup> Os romances eram bastante divulgados na imprensa no formato de folhetim. Nesse período, desfrutavam de enorme prestígio entre o público, as obras dos autores franceses Xavier de Montépin e Pouson Du Terrail. Vale ressaltar que a divulgação desses folhetins era compartilhada por todos os grandes jornais da cidade do Rio de Janeiro.



*Jornal do Brasil, 27/07/1900, p.2.*

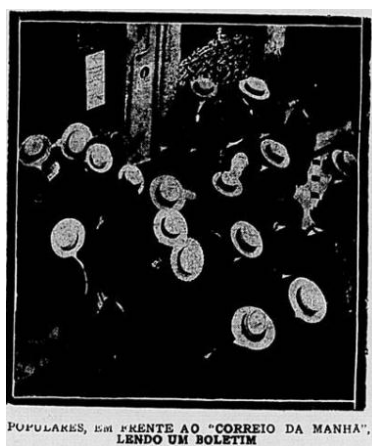
Os jornais selecionados exemplificam a proximidade existente entre as notícias dos assassinatos desenlaçados na cidade com as histórias de ficção de autores consagrados. Além disso, evidencia-se outra apropriação dos elementos utilizados em romances criminais por parte dos repórteres policiais. Estes, ao construírem seus relatos sobre os crimes reais lançavam mão de artifatos próprios dos escritores de romances de crime. Entre estes recursos, um especial foi bastante preponderante: a utilização de uma linguagem que valoriza o suspense e o mistério na elucidação dos crimes, característica principal nos romances criminais expostos no rodapé da página <sup>126</sup>. Nesse sentido, as narrativas de crimes “tornam-se construções literárias, as quais, se por um lado deixavam a leitura mais instigante e enfática, por outro possuíam forte ligação com o naturalismo vigente no momento” <sup>127</sup>.

No que diz respeito à recepção do público para com o noticiário criminal, nos deparamos com algumas passagens nas obras literárias do período que nos dão um interessante panorama das possibilidades da repercussão dessas notícias no meio social.

<sup>126</sup> A apresentação do mistério já era anunciada no título da reportagem. Além disso, no início da narrativa o jornalista ainda reforça o caráter enigmático de alguns crimes, como podemos observar neste relato: “envolvido no mais profundo mistério, deu-se há pouco dias na nossa formosa baía de Guanabara um desses crimes, cujo protagonista demonstra ter descido o último do degrau da degeneração humana”. “Crime misterioso”, *Jornal do Brasil*, 14/01/1902, p.1. No decorrer da narrativa o repórter procura prolongar o efeito do suspense, passando a revelar alguns detalhes somente nos últimos momentos da reportagem. Esta maneira de narrar era muito comum nos folhetins.

<sup>127</sup> PORTO, Ana Gomes. **Crime em letra de forma**. Op., Cit., p.26.

Lima Barreto descrevendo o cotidiano e ambiente da redação aponta que certa vez pregaram a notícia de um crime na porta do jornal, logo, “o primeiro curioso que passou, parou e ficou-se a ler. Vieram outros e em breve uma multidão estacionava” ali em frente. Barreto compara a propagação da notícia com a “rapidez de um telégrafo” e “com a velocidade espantosa da eletricidade”.



*Correio da Manhã*, 10/07/1913, p.3.

Orestes Barbosa também reverberou a maneira pela qual os populares se relacionavam com os crimes presentes nas páginas dos jornais. Ao descrever a caftina *Alice Cavalo de Pau*, disse que quando surgiu o crime da Rua da Carioca, “ela queria saborear as narrativas do crime de Rocca e Carleto. Aprendeu a ler e saboreou”<sup>128</sup>.

No entanto, nem todos os crimes mobilizavam esse esforço demonstrado por Alice, chegando ao ponto dela aprender a ler. Lima Barreto em *Clara dos Anjos* ressalta que somente os crimes envoltos em circunstâncias misteriosas calhavam de monopolizar a atenção do público. Para estes crimes, “faz sempre trabalhar todas as imaginações de uma cidade”<sup>129</sup>. Inversamente, “um homicídio banal em que se conheceu a causa, o autor, capturado ou não, e outros pormenores, deixa de oferecer interesse, para ser um acontecimento banal na vida urbana”<sup>130</sup>. Contudo, nunca eram escassos os homicídios que impactavam fortemente a população da cidade, sendo que nessas ocasiões “faz parecer a toda a gente que há, soltos e esbarrando conosco nas ruas, nas praças, nos bondes, nas lojas, nos trens, matadores”<sup>131</sup>. Nesse momento, deveria ser

<sup>128</sup> BARBOSA, Orestes. **Bambambã**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993 [1922], p.92.

<sup>129</sup> BARRETO, Lima. **Clara dos Anjos**. 2ª Ed. São Paulo: Editora Escala, 1999.p.113.

<sup>130</sup> Idem.

<sup>131</sup> Idem.

comum que as pessoas buscassem, cada qual ao seu modo, explicações sobre os possíveis motivos que levaram ao crime.

Além disso, alguns intelectuais do período chegaram a reexaminar os efeitos do noticiário criminal para a mente dos populares. A. Lowenstimm procurou refletir sobre a influência das superstições populares nas práticas de crimes. Em determinado momento da narrativa, o autor advertiu que juntamente com a educação que as crianças recebiam na primeira infância “a leitura ou audição de notícias de assassinato, relatados nos jornais e historiados romances, se os não levam diretamente” a executar estes crimes, “ensina-os, dada a ocasião propícia, a empregar meios que eles leram ou ouviram ler”<sup>132</sup>. Em outras palavras, o autor acreditava que a divulgação desses crimes na imprensa, fossem eles “reais” ou “fictícios”, influenciava no estado mental dos indivíduos, principalmente aqueles oriundos dos setores mais populares.

Por um tempo considerável as fontes jornalísticas foram desqualificadas por parte dos historiadores no fomento de suas pesquisas. O argumento proferido era de que a imprensa veiculava apenas imagens parciais da realidade do cotidiano da cidade. Além disso, os conteúdos articulados nos jornais serviriam apenas aos interesses das classes dominantes, sendo as notícias apenas instrumentos de dominação de classe. De acordo com esta perspectiva, os grupos populares tinham pouca influência na seleção destas notícias.

No entanto, com o grande destaque dado ao noticiário criminal, percebemos que os leitores interferiam diretamente na escolha dos assuntos narrados pelos periódicos. Segundo Marialva Barbosa, os periódicos readequariam os seus conteúdos em vista de atender a uma “demanda cultural do público e não ao contrário”<sup>133</sup>. Dessa maneira, em última instância, foi o público que se materializou no principal agente responsável pelas transformações evidenciadas nas estruturas e temáticas dos periódicos.

Luiz Edmundo observa a existência de uma predileção do público por notícias de crimes. O autor, ao descrever os periódicos no início do século XX, cita que o jornal era movimentado, alegre e vivo. Não obstante, ele faz algumas ponderações. Segundo o autor, “o que possui de mau não é dele, é do tempo, herdou. Há rotinas que se herdaram e que ficam. Explora, a folha, como imprensa que se tem por moderna, escândalo com os

---

<sup>132</sup> LOWENSTIMM, A. **Superstição e Direito Penal. Pecúlio para apreciação da influência dos preconceitos populares nas práticas de crime.** Tradução: Alfredo Ansur. Porto: Livraria Chardron, 1905. P. XV-XVI.

<sup>133</sup> BARBOSA, Marialva. **Imprensa, poder e público.** Op., Cit., p.98.

quais, o público, constantemente, se entretém”<sup>134</sup>. Este depoimento é elucidativo de que o público tinha uma parcela dos seus interesses sendo representada nas páginas dos jornais, contrariando àqueles que percebiam as folhas somente como representativas dos grupos dominantes.

Vale lembrar que a utilização da imprensa não pode ser empregada apenas como uma forma de comprovação dos argumentos defendidos ao longo do trabalho historiográfico. Como nos informa Fonteles Neto, ao termos a imprensa como fonte de pesquisa “devemos problematizá-la, entendendo o lugar social ocupado pelos periódicos, ou seja, o momento em que este veículo de informação ganha força na divulgação da notícia do crime”<sup>135</sup>. Tendo isto em vista, desejamos desnudar os reais motivos dos articulistas ao abordarem casos de homicídios na cidade do Rio, buscando levar em conta o que autoriza um determinado assunto ser noticiado em detrimento de outro, e o espaço destinado aos crimes de homicídio no corpo dos periódicos.

## **I. 6 As trajetórias dos assassinos nas páginas dos jornais**

Ao analisarmos os periódicos neste período, evidenciamos algumas particularidades em relação à prática de homicídio. De acordo com Ana Gomes Porto, foi neste período que a polícia lançou mão de instrumentos técnicos e científicos capazes de mapear os indivíduos que haviam cometido crimes anteriormente. Segundo a autora, “os reincidentes eram, em sua maioria, acusados de roubo, furto e vadiagem, enquanto que aqueles que cometiam os crimes de sangue eram, geralmente, indiciados primários”<sup>136</sup>. Como bem salientado pela autora, eram os homicidas, na maior parte das vezes, réus primários. Porém, alguns assassinos apareciam recorrentemente nos jornais como sendo autores de outros homicídios.

Blandino Augusto de Brito é um desses indivíduos que fogem à regra. Brasileiro, natural da Capital Federal e contando apenas 20 anos de idade, Blandino se envolveu em conflito com Castor Pereira do Espírito Santo na Rua da América próximo à cancela da Estrada de Ferro da Central do Brasil.

---

<sup>134</sup> EDMUNDO, Luís. Op., Cit., p.592.

<sup>135</sup> FONTELES NETO, Francisco Linhares. **Crimes impressos: a imprensa como fonte de pesquisa para a história social do crime**. In: XXV Simpósio Nacional de História, 2009, Fortaleza - CE. XXV Simpósio Nacional de História. Fortaleza, 2009. p.4-5

<sup>136</sup> PORTO, Ana Gomes. **Crime em letra de forma** Op., Cit., p.97.

Esta querela se deu no dia 20 de Janeiro de 1903 por volta da meia noite quando os envolvidos se encontraram e, após terem discutido asperamente por “questões antigas”, começaram a atracar-se. Neste ínterim, Blandino, quase à queima roupa, desfechou alguns tiros, e dois deles atingiram o peito de Castor. “Não contente com isso ainda, o perverso empunhou a arma pelo cano e a coronhadas quebrou a cabeça do desventurado, que momentos depois era cadáver”<sup>137</sup>. Blandino, mais conhecido pela alcunha de *Moleque Galo*, foi preso em flagrante e no primeiro momento negou que tivesse sido o autor da morte de Castor. Entretanto, o acusado, após as primeiras negativas, assumiu a autoria do crime, embora tivesse justificado a sua atitude dizendo ter agido em legítima defesa, já que Castor teria o atacado utilizando uma navalha<sup>138</sup>.

Este homicídio também foi mencionado por Orestes Barbosa em *Bambambã*. No entanto, o cronista retrata o conflito de forma distinta da que aparece nas páginas dos jornais. Orestes Barbosa aponta que não foi essa a arma utilizada para a perpetração do crime. Relembrando os conflitos de outrora, Barbosa observa que das lutas envolvendo faca “foi memorável a do Moleque Galo com o Castor. Houve emoção na Cancela da Providência. A luta durou mais de trinta minutos e por fim Castor foi abatido, como um herói”<sup>139</sup>.

Como podemos observar, existe uma nítida contradição entre os relatos. Enquanto os jornais descreveram o crime afirmando que *Moleque Galo* assassinou a vítima utilizando uma arma de fogo, Orestes Barbosa aponta a utilização de uma faca. Além disso, os jornais observaram que a cena de sangue se desenvolveu rapidamente. Inversamente, o cronista relembrou este crime justamente por ele ter se tornado célebre pelo prolongamento do seu desfecho. Porém, ambos os relatos apontam o mesmo local do crime, a Rua da América, próximo à cancela da Central do Brasil. Assim sendo, acreditamos que Orestes Barbosa se equivocou quando no momento em que rememorou este crime. Isso é totalmente compreensível se formos levar em consideração que seu

---

<sup>137</sup>“Assassinato”, *Jornal do Brasil*, 21/01/1903, p.2.

<sup>138</sup> Vale ressaltar que o jornal qualificou o acusado como “trabalhador e desordeiro conhecido por aquelas redondezas” e, por sua vez, a vítima foi descrita como trabalhador de trapiche e que “gozava fama de valente e desordeiro”. “Assassinato”, *Jornal do Brasil*, 21/01/1903, p.2. Além disso, a vítima estava respondendo por dois crimes de ofensas físicas na 2ª Circunscrição, “Assassinato”, *Jornal do Brasil*, 22/01/1903, p.1. Os periódicos relatam também que Castor, pouco antes passando pelo morro de Paula Mattos, atacou e feriu um indivíduo com uma navalha, “Assassinato”, *Correio da Manhã*, 21/01/1903, p.2.

<sup>139</sup> BARBOSA. Orestes. Op., Cit., p.100.

livro foi escrito de memória quando ele esteve preso e que ele foi publicado quase vinte anos após o crime <sup>140</sup>.

Dito isto, voltaremos aos jornais que noticiaram o assassinato cometido por *Moleque Galo*. O *Jornal do Brasil* pouco tempo depois, cerca de nove meses, noticiou o julgamento de *Moleque Galo* <sup>141</sup>, onde por decisão do júri ele foi absolvido por oito votos. Contudo, Blandino ainda surgiria novamente no noticiário criminal acusado de ser o autor de outro homicídio.

O *Correio da Manhã* divulgou a nova “cena de sangue” em que *Moleque Galo* participou como personagem principal. Segundo consta no periódico, Blandino Brito “tipo de instintos perversos, antipático e propenso às ações criminosas”, cometeu “fria e estupidamente” um novo assassinato <sup>142</sup>. Mas dessa vez o cenário era distinto, pois o caso tinha se dado na Rua Frei Caneca na noite do dia 5 de Outubro do mesmo ano de 1903, tendo *Moleque Galo* cravado uma faca no tórax de Silvino Augusto dos Santos. Nada mais acrescentou o periódico sobre este novo caso, uma vez que o articulista tinha outras intenções ao relatar esta nova investida homicida. Pretendia o repórter culpabilizar o júri e a justiça pela decisão de inocentar um indivíduo que manifestou em tão pouco tempo a sua inadaptação à vida social, ao cometer mais um caso de homicídio num breve intervalo de tempo.

Segundo o repórter, o indigitado *Moleque Galo* queria provar a sua “inocência” praticando um novo assassinato e, com isso, ele pedia “aos céus que, sendo capturado não seja, quando julgado, dado e havido como uma criatura incapaz de fazer mal a um mosquito” <sup>143</sup>. Entretanto, para além da denúncia dos periódicos sobre a culpabilidade do acusado no que tange a autoria dos crimes noticiados, e da crítica levantada sobre a instituição do júri na absolvição de alguns réus homicidas, o que nos chamou a atenção neste caso em particular, foi Blandino Brito ter reaparecido nas páginas da imprensa ligado novamente com a prática de homicídio.

Em circunstâncias parecidas rastreamos outro homicida nas páginas dos impressos cariocas. Vale a pena dedicarmos um espaço para a divulgação do seu

---

<sup>140</sup> De acordo com Monica Pimenta Velloso, Orestes Barbosa “nasceu nas imediações do bairro de Vila Isabel. Iniciou seus estudos de forma autodidata, sendo criado em contato direto com as ruas da cidade. Aprendeu a ler nos jornais, letreiros de bonde e placas de avisos, ajudado por Clodoaldo Pereira de Moraes, pai de Vinícius de Moraes. Só aos 12 anos ingressou no Liceu de Artes e Ofícios, onde aprendeu o ofício de revisor”. VELLOSO, Monica Pimenta. **A cultura das ruas no Rio de Janeiro (1900-1930): mediações, linguagens e espaço**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2004. p. 20.

<sup>141</sup> *Jornal do Brasil*, 02/10/1903, p.3.

<sup>142</sup> “Na Polícia e nas ruas”, *Correio da Manhã*, 26/10/1903, p.2.

<sup>143</sup> Idem.



percurso ao longo dos anos. Assim como Blandino Brito, Sabino José Correia era mais conhecido pela alcunha de “moleque”,<sup>144</sup> sendo este último o “*Moleque Sabino*”. As semelhanças entre os dois não se davam apenas em relação ao apelido, pois ambos já tinham aparecido mais de uma vez na imprensa por serem apontados como autores de assassinatos. O repórter ao narrar a última cena em que Sabino tinha sido protagonista, aborda o seu histórico nos anais do crime:

É incrível o acoroçoamento que algumas dezenas de indivíduos desclassificados, profissionais do crime, gozam nas suas constantes façanhas sanguinárias. Um desses tipos é Sabino José Correia, vulgo Moleque Sabino, indivíduo que já respondeu a júri duas vezes, por crime de morte<sup>145</sup>.

As similaridades entre estas trajetórias nos revelam que não era muito incomum os assassinos reaparecerem, passado algum tempo, nas páginas dos periódicos. Sempre que esses indivíduos brotavam nos jornais, era lembrado o seu passado no crime. Com os dados trazidos pelos impressos é possível vislumbrar os caminhos traçados por alguns criminosos e, em alguns casos, essas informações perpassam um período considerável. Em outras palavras, ao longo do correr dos anos são atualizadas novas informações que nos permitem acessar os rumos tomados pelos homicidas. Um personagem, em especial, o *Moleque Sabino*, ilustra essa permanência do homicida no noticiário criminal.

Após esse último crime cometido, Sabino José Correia voltou a ser tema de uma reportagem depois de quase dez anos. Nesse intervalo de tempo, Sabino esteve cumprindo pena na Casa de Correção, e no dia 15 de fevereiro de 1915 os jornais estamparam a notícia do seu suicídio em um cubículo daquela penitenciária<sup>146</sup>. Nessa matéria, como era de praxe, o repórter buscou trazer os detalhes da vida do *Moleque Sabino* na prisão. Ali ele não tinha conseguido se regenerar, pois constantemente era mudado de cubículo e da oficina em que trabalhava, “devido ao seu gênio, que o fazia com que nunca se desse com pessoa alguma. Entre os seus companheiros não contava Sabino um único amigo”<sup>147</sup>, ou seja, tinha uma natureza antissocial.

---

<sup>144</sup> “Moleque”, segundo Romulo Mattos, “era definido pejorativamente como a ‘flor do bambabã, que, por sua vez, era o (mais) valente”. MATTOS, Romulo Costa. **Pelos pobres!** Op., Cit., p.225.

<sup>145</sup> “Sanguinário”, *O Paiz*, 17/12/1909, p.2.

<sup>146</sup> “Trágico fim de um criminoso”, *Gazeta de Notícias*, 15/02/1917, p.2.

<sup>147</sup> Idem.

Após indicar que *Moleque Sabino* tinha tentado matar diversos companheiros de cela e também de se manter sempre em atitude de confronto perante os funcionários da Correção, era ele constantemente levado para a solitária, “mas apesar de toda a vigilância em torno do detento, não foi evitado o seu trágico suicídio”. Sabino havia se enforcado com uma “camisa de algodão que arrancara do corpo”<sup>148</sup>.

Poderíamos supor que o *Moleque Sabino*, após a sua morte, jamais teria seu nome divulgado na imprensa novamente. No entanto, passados alguns dias da notícia do seu suicídio, os jornais começaram a dar espaço para outra versão envolvendo os acontecimentos que levaram à sua morte.

Um dos seus companheiros na prisão, após ser posto em liberdade, resolveu contar os pormenores que envolveram o suicídio tão divulgado pela imprensa. Essa nova versão teve publicidade em um curto intervalo de tempo. De acordo com o companheiro de cubículo, os guardas haviam assassinado *Moleque Sabino* e tentaram ocultar o crime informando que ele próprio havia se matado. Segundo o jornalista, a denúncia “projeta luz sobre certos pontos do suicídio de Sabino, os quais sempre nos pareceram escuros”<sup>149</sup>. Nesse ponto, o repórter adverte que ele já havia desconfiado da versão contada pelos funcionários da Casa de Correção. Porém, na primeira notícia após o crime, a versão do suicídio foi a que ganhou publicidade nos jornais da cidade. Isso nos revela que os repórteres competiam com as autoridades policiais e judiciárias na elucidação dos crimes.

Isso porque se na primeira notícia o jornalista se baseou nas informações cedidas pelas autoridades policiais para a confecção do noticiário criminal, com o desenrolar dos acontecimentos, quando surgiram novas informações que mudaram o rumo das investigações, os repórteres modificaram o modo de descrever o crime. O jornalista inclusive chega a defender que sempre achou inverossímil a história contada pelos guardas que encontraram o *Moleque Sabino* morto. Mas, como pudemos observar, essa assertiva não esteve presente nos relatos subsequentes ao crime.

Essa versão do assassinato em detrimento da primeira, a que defendia que Sabino tinha se suicidado, permaneceu sendo defendida pelos jornais ao longo do tempo, pois um ano e pouco após o crime a *Gazeta de Notícias* lembrou este episódio. O jornal rememorou este caso em virtude de outro assassinato. Um ex-sentenciado da Casa de Correção havia matado um guarda assim que se viu livre da pena. O repórter,

---

<sup>148</sup> Idem.

<sup>149</sup> “Gravíssimo”, *Gazeta de Notícias*, 09/03/1917, p.1.

em busca dos motivos que levaram ao crime, entrevistou o acusado. Augusto Figueiredo disse que tinha cometido o crime por ser a vítima um guarda malvado e perverso durante o período em que esteve trancafiado naquela instituição. Ele aponta que o Moleque Sabino “morreu assassinado por “Mariola”, como era conhecido o guarda Mello, e mais dois guardas da Correção”<sup>150</sup>.

Através da trajetória criminosa de *Moleque Galo e*, principalmente, do *Moleque Sabino* acreditamos que os jornais constituem uma fonte de pesquisa indispensável para o aprofundamento e esclarecimento dos caminhos traçados por alguns criminosos<sup>151</sup>. Com isso, não seria forçoso imaginar que poderiam existir outros indivíduos em casos semelhantes aos apresentados neste item.

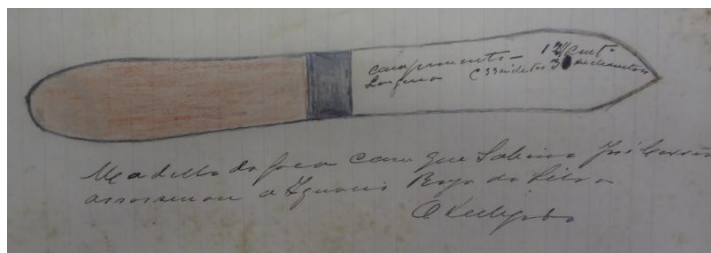
No que se refere ao *Moleque Sabino*, uma última característica merece ser mencionada. Uma das suas primeiras aparições na imprensa foi por ter cometido um assassinato<sup>152</sup>. Nesta época os jornais já publicavam fotos e gravuras em suas páginas. No entanto, em vista de um problema de dimensão técnica, a difusão desses recursos estava restrita tão-somente aos casos que mais repercutiam no cotidiano da cidade. Sendo assim, o crime cometido por Sabino não obteve nenhum tipo de destaque em relação ao uso de imagens. Vale também ressaltar que no processo criminal referente ao primeiro homicídio cometido pelo *Moleque Sabino*, ocorrido no ano de 1903, existe um desenho que simboliza a faca utilizada para a perpetração do assassinato. Esse desenho é bastante indicativo do quanto os recursos tecnológicos não haviam alcançado um maior desenvolvimento neste período. Em contrapartida, no ano de sua morte, em 1917, já havia um importante incremento no uso de imagens nas páginas dos jornais, assim como elas possuíam melhor qualidade gráfica.

---

<sup>150</sup> “Ódio de morte”, *Gazeta de Notícias*, 21/06/1908, p.4.

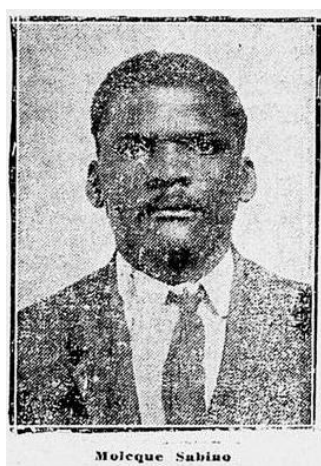
<sup>151</sup> Outro caso bastante intrigante foi o acompanhamento da trajetória de Romulo Bisaglia. A primeira notícia que temos na imprensa foi encontrada no ano de 1901, quando foi preso em Juiz de Fora por passar estampilhas falsas (“Estampilhas falsas”, *Jornal do Brasil* 17/12/1901, p.2). No ano de 1908, Romulo se envolveu em um caso que teve grande repercussão na Capital Federal. Após alguns policiais disfarçados de compradores de notas falsas terem dado ordem de prisão para Bisaglia e outros indivíduos, houve intenso tiroteio ficando ferido um comparsa de Bisaglia e um agente de segurança pública (“Vigaristas sanguinários”, *Jornal do Brasil*, 06/05/1908, p.7). No dia 04 de Fevereiro de 1926, encontramos no *Pharol* uma última notícia sobre Bisaglia. Neste ano ele era vice-presidente do clube dos grafos de Juiz de Fora e convidava a todos os sócios para um baile em comemoração à suas bodas de prata. (“A Pedidos”, *Pharol*, 04/02/1926, p.4). Vale ressaltar que existem ainda outras notícias neste intervalo de tempo, mas acreditamos que as selecionadas dão um panorama consistente sobre a vida de Romulo Bisaglia. E através de sua trajetória podemos vislumbrar as mudanças ocorridas em sua atuação, pois se no início do século ele é representado como um falsário, já na segunda década, Bisaglia se transfigura em um homem de distinção na sua localidade. Com isso, percebemos uma inversão na representação de Bisaglia nas páginas dos periódicos.

<sup>152</sup> “Derradeira Pugna”, *Jornal do Brasil*, 08/08/1903, p.1.



Desenho da arma utilizada para a perpetração do crime.

Arquivo do Museu da Justiça; Réu: Sabino José Correia; Ação: Homicídio; Ano: 1903. f.10.



“Trágico fim de um criminoso”, *Gazeta de Notícias*, 15/02/1917, p.2.

## I. 7 Os crimes passionais na imprensa e a defesa do homicida

Ao analisarmos os homicídios noticiados pelos periódicos uma característica se torna logo aparente: os assassinos eram em sua maioria indivíduos do sexo masculino. Wanderson Bispo de Souza, ao se debruçar sobre os processos criminais envolvendo a prática de homicídio na capital baiana entre as décadas de 1940 a 1960, também destacou a predominância dos homens na execução dos homicídios <sup>153</sup>.

Os motivos que levavam os homens a cometerem os homicídios eram os mais variáveis possíveis, porém os jornais dedicavam maior espaço para os assassinatos que comumente eram batizados de crimes de paixão. Estes eram definidos como os casos em que os maridos assassinavam as esposas, amantes e/ou os rivais. Quando sucedia um crime desta natureza na cidade do Rio de Janeiro a repercussão era espantosa, e isto

<sup>153</sup> SOUZA, Wanderson Bispo de. Op., Cit., p. 128.

pode ser verificado com o grande espaço destinado para estas reportagens nas páginas dos periódicos.

Nos crimes de paixão, os repórteres iniciavam as narrativas buscando reconstruir os antecedentes que levaram à perpetração do homicídio. Estes acontecimentos anteriores ao crime eram resgatados até mesmo em um passado muito distante. Como o homicídio cometido por Dorotheo San Martin que assassinou o rival que havia fugido com a sua mulher e filhos. As folhas ao retratarem este crime, procuraram transportar o leitor para um passado muito longínquo,

Há 14 anos, quando de principiou a desenvolver nesta capital o gosto pelo jogo da pelota, entre outros profissionais, emigrou para aqui Dorotheo San Martin, espanhol, então com 19 anos apenas de idade e alimentando as ilusões próprias da mocidade.

San Martin foi trabalhar no Frontão Brasileiro e hospedou-se com outros companheiros no prédio, onde se acha atualmente instalada a sede da 5ª delegacia, justamente na sala onde funciona o cartório.

Quatro anos passou San Martin, sem que se deixasse prender por nenhum afeto, até que, certo dia, deparou na estrada da vida com uma sua compatriota de nome Elvira Lare, mais conhecida pela antonomásia de florista <sup>154</sup>.

Como podemos perceber, o *Jornal do Brasil* tentou expor o crime trazendo em detalhes toda a trajetória do homicida, iniciando com a sua chegada ao país, indicando a sua primeira residência e a ocasião em que conheceu a sua mulher. Ana Ottoni observou que nesses casos o crime “passava a ser um detalhe secundário na trama montada. Interessava tanto ou mais a particularização da vítima, a descrição cotidiana de sua vida, a pormenorização do lugar onde mora, dos seus hábitos” <sup>155</sup>. Este recurso era utilizado como uma forma de demonstrar para o público que o personagem descrito era uma pessoa real, que habitava a cidade e que até circulava pelos mesmos lugares que os leitores.

O detalhamento da vida pregressa do homicida não era apenas abordado como uma forma de esquadrihar os passos dos envolvidos, revelando o máximo possível de informação para os leitores. Muitas vezes a apresentação do passado do homicida era relatada como uma forma de opinar sobre o caso. Em outras palavras, ao demonstrar uma conduta envolta de bons valores e de um passado virtuoso, os jornalistas

---

<sup>154</sup> “Coração de pai”, *Jornal do Brasil*, 30/01/1906, p.2.

<sup>155</sup> OTTONI, Ana Vasconcelos. **Flores do vício** Op., Cit., p.39-40.

pretendiam justificar a ação criminosa do homicida pronunciando que esta atitude tinha sido instintiva e que este ato não poderia resumir a personalidade do acusado.

Veremos através de alguns fragmentos da notícia do homicídio cometido por San Martin como isto se dava na prática. Após o repórter relatar como Dorotheu conheceu sua esposa, ele ressalta que San Martin “tudo fazia para que nada faltasse a Elvira”<sup>156</sup>. O repórter prossegue seu relato abordando que dessa união tiveram quatro filhos.

Entretanto, algo mudaria no cotidiano da família de Dorotheu. Trocando em miúdos, o sublocatário tinha contratado a esposa de San Martin para realizar alguns afazeres domésticos em sua casa. Dorotheu era pelotário no Frontão de Niterói<sup>157</sup>, passando grande parte do dia ausente de sua residência e do convívio familiar. Neste momento, notamos que o repórter observa que a conduta da mulher de Dorotheu tinha sido alterada com o despertar de uma nova função. Segundo o jornalista,

este contato dos dois deu margem a que ela se esquecesse dos seus compromissos contraídos com San Martin, fortemente vinculados pelo nascimento dos quatro filhos. Tal procedimento chegou aos ouvidos de San Martin, a princípio vagamente, e mais acentuadamente mais tarde<sup>158</sup>.

Neste andamento da narrativa, como podemos compreender no fragmento, há uma inversão na representação dos papéis do envolvidos. O autor do assassinato parece se transformar em vítima, pois o jornalista parece querer culpar a mulher e o sublocatário pelo ato cometido por San Martin. Como bem salientou Elizabeth Cancelli, “matérias de jornais evidenciavam, na verdade, a tolerância e até mesmo a simpatia da sociedade em relação aos crimes de paixão”<sup>159</sup>.

Esta simpatia para com os homicidas apaixonados pode ser bem evidenciada na parte do relato em que o jornalista dá ênfase na condição em que se encontrava o homicida quando se deparou com a sua casa vazia,

é fácil de imaginar o estado de espírito em que ficou San Martin, ao saber da ausência de Elvira e seus filhos e ter quase a certeza de que o

---

<sup>156</sup> “Coração de pai”, *Jornal do Brasil*, 30/01/1906, p.2.

<sup>157</sup> A pelota era um jogo proveniente da Espanha, mais precisamente do país basco, e que se difundiu no Brasil no início do século XX. Os frontões eram onde se realizavam as partidas.

<sup>158</sup> “Coração de pai”, *Jornal do Brasil*, 30/01/1906, p.2.

<sup>159</sup> CANCELLI, Elizabeth. **Na virada do século: a cultura do crime e da lei**. SEMINÁRIOS, São Paulo, v. 01, n.01, p. 17-24, 2002. p.4.

sedutor havia sido Pereira, que, desde então, deixou de pernoitar na casa da rua de Santo Amaro<sup>160</sup>.

Nota-se que o jornalista tenta absolver San Martin por ter tirado a vida de seu rival, mostrando o quanto era justificável o seu ato em vista do seu estado de completo abandono e sofrimento. Vale ressaltar que este mesmo caso de homicídio foi também relatado em outros periódicos da cidade, a saber: *Gazeta de Notícias*<sup>161</sup>, *Correio da Manhã*<sup>162</sup>, *A Notícia*<sup>163</sup> e o *Fluminense*<sup>164</sup>. As notícias encontradas nestes periódicos não se distanciam muito da maneira pela qual o repórter do *Jornal do Brasil* abordou o crime. Apenas em alguns pontos estas narrativas assinalam um detalhe ou outro que não esteve presente nos diferentes jornais, mas o sentido permanece inalterado.

Podemos perceber com a história homicida de San Martin que a imprensa tendia a caracterizar positivamente o marido que cometia o assassinato da esposa ou do rival. Independentemente das vertentes políticas pelas quais os jornais eram orientados, todos observaram que a ação homicida foi justificada pela conduta da mulher e do seu amante.

Antônio Carlos Lima da Conceição teve constatação semelhante ao analisar os crimes passionais na cidade de Salvador. O autor se concentra no estudo dos processos criminais corroborando que estas práticas contribuíram para a desigualdade de gênero na sociedade soteropolitana. E, ao analisar como a imprensa reconstruía estes acontecimentos, Conceição ressalta que com a apresentação destes episódios, o interesse dos periódicos era estritamente pedagógico, “pois os diversos segmentos da sociedade deveriam reter do caso, amplamente divulgado, as lições pertinentes sobre quais deveriam ser as condutas do homem e da mulher no relacionamento amoroso ideal”<sup>165</sup>.

Dessa forma, o grande espaço reservado aos crimes passionais nos periódicos cariocas revela o quanto a imprensa propagava um discurso que visava reforçar os valores e padrões de condutas aceitos socialmente. Muitas outras notícias sobre os

---

<sup>160</sup> “Coração de pai”, *Jornal do Brasil*, 30/01/1906, p.2.

<sup>161</sup> “O desespero de um pai” *Gazeta de Notícias*, 30/01/1906, p.4.

<sup>162</sup> “À bala”, *Correio da Manhã*, 30/01/1906, p.3.

<sup>163</sup> “Assassinato de ontem”, *A Notícia* 31/01/1906, p.3.

<sup>164</sup> “Homicídio”, *Fluminense*, 31/01/1906, p.1.

<sup>165</sup> CONCEIÇÃO, Antônio Carlos da Lima. **Lavar com sangue a honra ferida: os crimes passionais em Salvador (1890-1940)**. Dissertação de Mestrado em História, FFCH/UFBA, 2009. p.95

crimes de paixão foram noticiados pela imprensa nesta primeira década do século XX<sup>166</sup>.

Os títulos destas reportagens são bem sugestivos em relação ao posicionamento dos periódicos frente aos conflitos amorosos. O título da *Gazeta de Notícias*, “Adultério de morte”<sup>167</sup>, é interessante, em particular, pois revela o quanto os jornalistas se esforçavam para que os crimes noticiados servissem de exemplo para que outras pessoas não viessem a cometer os mesmos erros. Principalmente, a mensagem era endereçada as mulheres e pretendia educá-las de acordo com os preceitos da “boa sociedade”. Por conseguinte, a associação entre adultério e morte cumpre essa função pedagógica, alertando que o desfecho para as mulheres adúlteras seria a morte.

Vale ressaltar também que a cobertura destes casos era sempre mais extensa em comparação aos outros tipos de homicídios. Somente um único episódio era explorado por diferentes folhas e, em todos estes discursos, os diferentes agentes buscavam reforçar os valores dominantes da relação entre os gêneros.

Além disso, podemos ressaltar que nestes crimes a cobertura se prolongava por um longo tempo. Ou seja, a cada passo da investigação os jornais iam noticiando os desenlaces dos processos chegando até mesmo ao resultado do julgamento. Entretanto, no caso específico de San Martin, uma última notícia foi divulgada no *Correio da Manhã*, apenas dez dias após o crime. Neste relato, o jornalista informa que o acusado, com ajuda de alguns amigos, havia contratado o advogado Evaristo de Moraes<sup>168</sup>. Porém, a forma de caracterizar o homicida não se distancia muito das primeiras notícias. O jornalista ressalta que “pela 5ª pretoria já se processa uma justificação completamente favorável ao acusado, havendo prova plena do seu bom comportamento e do fato doloroso que o levou ao crime”<sup>169</sup>.

Em comparação aos outros crimes passionais, o caso de Dorotheu não foi tão explorado pela imprensa. Alguns crimes permaneciam nas páginas dos jornais por um longo tempo. Um dos crimes passionais de maior sensação nos primeiros anos do século XX foi a famosa “Tragédia da Tijuca”. Em pormenores, o advogado Luiz de Faria Lacerda assassinou o Dr. João de Moraes e tentou assassinar Clymene Bezanilla. Este

---

<sup>166</sup> “A vingança do coveiro”, *Correio da Manhã*, 11/01/1906, p.2; “Drama Passional”, *Gazeta de Notícias*, 25/04/1906, p.1.

<sup>167</sup> “Adultério de morte”, *Gazeta de Notícias*, 11/01/1906, p.2.

<sup>168</sup> Evaristo de Moraes se notabilizou pela defesa de homicidas passionais. Para ver sua atuação: MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Evaristo de Moraes: justiça e política nas arenas republicanas (1887-1939)** Tese de doutorado, FFCH-UNICAMP, 2004.

<sup>169</sup> *Correio da Manhã*, 09/02/1906, p.4.



episódio foi longamente detalhado pela imprensa durante quase um ano. Somente a *Gazeta de Notícias* abordou este crime por nove vezes ao longo do período, entre o crime e o julgamento <sup>170</sup>.

A maneira de narrar o homicídio é semelhante ao exposto no caso de San Martin, onde os repórteres tendiam a inocentar o réu por sua atitude homicida. Porém, existem algumas diferenças entre elas. Primeiramente, neste caso, os envolvidos eram oriundos de classes mais abastadas. A vítima era filho de um importante proprietário de terras no interior do estado, o réu era filho do diretor do museu nacional, e D. Clymene Bezanilla era viúva de um diplomata chileno. Tendo em vista a posição social dos personagens, os jornais oscilavam entre os dois extremos: ora culpava, ora perdoava. Ainda assim, quando destacava a culpabilidade do réu, eram em termos mais brandos aos encontrados em outros homicídios <sup>171</sup>.

Pormenorizando, em um primeiro momento condenaram Lacerda pelo seu ato homicida. Ao passar dos dias com o andamento das investigações, na procura de conhecer os possíveis motivos que levaram à tragédia, os jornais começaram a dar mais destaque para os argumentos de Lacerda. Neste relato, o homicida disse que tinha tido um caso com D. Clymene e pouco tempo depois ficou sabendo que ela estava noiva de outro sujeito, no caso o médico João Moraes. Inconformado com a atitude de Bezanilla, Lacerda foi ao encontro do casal e desfechou alguns tiros que vieram a matar o noivo e feriram gravemente a noiva. Os periódicos também reproduziram na íntegra algumas cartas que revelaram o envolvimento de D. Clymene com Luiz Lacerda. Estas minúcias foram exploradas visando desconstruir a figura de vítima da senhora Bezanilla e, em consequência, inocentar o réu <sup>172</sup>.

Ainda, neste caso, uma outra particularidade se destaca em comparação ao caso de San Martin: a divulgação de fotos dos envolvidos. Os periódicos também publicaram fotos do local em que se deu o homicídio. Dessa forma, podemos observar que com a

---

<sup>170</sup> *Gazeta de Notícias*, “Drama passional”, 25/04/1906, p.1; “Drama passional”, 26/04/1906, p.1; “Drama passional”, 01/05/1906, p.4; “A Tragédia da Tijuca”, 27/12/1906, p.3; “O ano policial”, 02/01/1907, p.3; “A Tragédia da Tijuca”, 26/01/1907, p.4; “A Tragédia da Tijuca”, 27/01/1907, p.6; “A Tragédia da Tijuca”, 24/02/1907, p.5; “Crime Passional”, 27/02/1907, p.1.

<sup>171</sup> Como veremos no capítulo dos homicídios ocorridos no Morro da Favela.

<sup>172</sup> A defesa dos homicidas passionais se concentrava na dirimente do §4 do art.27 do Código Penal de 1890: “Os que se acharem em estado de completa privação de sentidos e de inteligência no ato de cometer o crime”. Quem estivesse incluso nesta dirimente não seria criminoso, e portanto, seriam inimputável perante a lei. Ao que nos parece os jornalistas se esforçavam para qualificar o réu nesta dirimente, ao ressaltar que aquele momento era apenas um intervalo infeliz na conduta ilibada de um cidadão honrado.

utilização desses recursos os jornalistas conseguiam transportar os leitores para a cena do crime, ao mesmo tempo em que intensificava o efeito sensacional da notícia.

Ao observamos este caso, e outros tantos similares, percebemos que alguns crimes poderiam monopolizar a atenção da cidade. Como ressalta Elizabeth Cancelli, alguns crimes “chamavam tamanha atenção que figuravam em uma espécie de espetáculo público sobre a condição humana, uma nítida imitação dos espetáculos teatrais”<sup>173</sup>. Ao que nos parece, os homicídios passionais eram os que mais propiciavam a utilização destes recursos para confecção da notícia. Nesse sentido, em sua maioria, os crimes passionais corresponderiam àqueles denominados como sensacionais<sup>174</sup>.

Contudo, não eram todos os crimes de paixão que alcançavam o *status* de sensacionais. Como vimos, há uma nítida discrepância entre o modo de compor os relatos dos homicídios analisados neste item. Existe outro aspecto que corrobora esta assertiva. Ambos os réus foram defendidos por Evaristo de Moraes, pois era este muito afamado por conseguir a absolvição dos maridos que matavam suas parceiras e/ou os rivais.

Em 1933, o renomado advogado publicou um livro em que relembra os casos em que esteve atuando diretamente nos julgamentos. Entre os crimes analisados destaca-se justamente à “Tragédia da Tijuca” e, ao rememorar este episódio, o autor indica o principal motivo que levou este homicídio a obter grande repercussão na cidade. Segundo Evaristo, “as aludidas origens familiares dos protagonistas e a justificada fama de beleza de D. Clymene deram, desde logo, ao crime foros de sensacional”<sup>175</sup>. Deste modo, nota-se que os crimes passionais cometidos por indivíduos situados nas classes mais abastadas fascinavam mais o público do que os cometidos por indivíduos oriundos das camadas populares - como foi o assassinato protagonizado por Dorotheu San Martin.

No entanto, para além das diferenças nas formas de narrar os homicídios passionais, estas notícias apresentavam algumas similaridades. Nestes dois casos, os

---

<sup>173</sup> CANCELLI, Elizabeth. Op., Cit., p.3.

<sup>174</sup> Para Ana Porto a palavra “Sensação” seria uma “referência a um determinado tipo de narrativa da década de 1860 na Inglaterra. Os “romances de sensação” eram “sensacionais” pelo conteúdo – crimes, em geral assassinatos, consequência de adultérios e algumas vezes bigamia, na maior parte das vezes em um ambiente doméstico e burguês”. PORTO, Ana Gomes. **Novelas sangrentas**. Op., Cit., p.77. Por sua vez, Ana Ottoni observa que em “grosso modo, nos jornais cariocas, a palavra ‘sensação’ era utilizada como sinônimos de crimes de sangue”. OTTONI, Ana Vasconcelos. **“O paraíso dos ladrões”**. Op., Cit., p. 41.

<sup>175</sup> MORAES, Evaristo de. **Criminalidade Passional. O Homicídio e o Homicídio-suicídio por amor. (Em face da Psicologia Criminal e da Penalística)**. São Paulo: Saraiva & Cia, 1933, p.110.

homicidas foram qualificados de forma positiva, em detrimento das vítimas que foram descritas como moralmente responsáveis pelas ações. De acordo com Ana Porto, se “fosse possível uma padronização dos romances de crime, diria que, apesar de elementos de maior complexidade narrativa ou não, há uma constante: mostrar o “bem” e o “mal”<sup>176</sup>. Neste sentido, constatamos que esta característica também esteve presente nos relatos sobre homicídios encontrados na imprensa carioca. E, através dos casos narrados, evidenciamos que os homicidas passionais eram frequentemente bem acolhidos pelos periódicos. Entretanto, estas representações poderiam sofrer alterações com o desdobramento dos acontecimentos.

---

<sup>176</sup> PORTO, Ana Gomes. **Novelas sangrentas** Op., Cit., p.119.

## Capítulo II: Homicídio no Morro da Favela

### II.1 Introdução

Ao relacionarmos o homicídio e a sua divulgação na imprensa carioca do início do século XX alguns questionamentos vieram à tona. Entre estes, um em particular foi sensível para o desenvolvimento da pesquisa. Um de nossos principais objetivos foi compreender como os periódicos apresentavam os homicidas. Em outras palavras, pretendíamos entender como a imprensa narrava os assassinatos praticados por indivíduos situados em diferentes esferas sociais.

Visando este objetivo, neste capítulo nos debruçaremos sobre os homicídios noticiados na imprensa e que tiveram como cenário os morros cariocas. Mais precisamente, daremos maior publicidade para os crimes ocorridos no morro da Favela. De acordo com Ana Gomes Porto, “os crimes passionais eram muito noticiados, mas não estavam entre os únicos considerados como sensacionais”<sup>177</sup>. Deste modo, podemos inserir os crimes ocorridos nos morros da cidade nesta tipologia, pois quando os homicídios eclodiam nessas localidades a imprensa imediatamente destinava uma atenção especial na construção destes relatos.

Assim sendo, neste capítulo almejamos entender como eram traçados os perfis dos assassinos e/ou acusados de homicídio oriundos das classes menos favorecidas do Rio de Janeiro no início do século XX. Para tanto, optou-se por investigar os crimes desenlaçados nos morros da cidade do Rio de Janeiro. Como veremos no decorrer do capítulo, os jornais não descreveram somente os homicidas pertencentes a estas comunidades, mas também os demais habitantes dessas regiões. Os contornos traçados pelos jornalistas nos revelam que os impressos estigmatizavam os indivíduos situados nas classes menos favorecidas, principalmente os que viviam nos morros cariocas.

A partir dos relatos apresentados, argumento que a imprensa se esforçava em representar os habitantes dos morros como indivíduos propensos para a prática de crimes. Ressalto que esta atitude também esteve presente em algumas crônicas analisadas. Orestes Barbosa observa que havia uma grande predisposição para a existência de crimes hediondos na sociedade brasileira. Para o cronista essa aptidão

---

<sup>177</sup> PORTO, Ana Gomes. **Crime em letra de forma**. Op., Cit., p. 130.

advinha da miséria que assolava grande parte da população. Nos dizeres de Barbosa, “os crimes nascem da falta de dinheiro no homem que se vê abandonado pela mulher que foge da fome”<sup>178</sup>.

No entanto, alguns trabalhos já tinham contestado este tipo de perspectiva adotada por Orestes Barbosa. Entre os intelectuais que tinham como mote o estudo da criminalidade na sociedade brasileira num período de intensas transformações urbanas, destacava-se Aurelino Leal. No seu trabalho em que versava sobre as principais causas que levavam os indivíduos a cometerem crimes, o então futuro chefe de polícia do Distrito Federal defendeu um ponto de vista que contraria o postulado sugerido por Barbosa. Aurelino Leal argumentou que as dificuldades materiais seriam apenas fatores secundários no recrutamento dos indivíduos pelo mundo do crime. Com isso, a miséria significaria somente um “veículo capaz de conduzir inclinações latentes, mas que não seriam patenteadas sem o auxílio”<sup>179</sup>.

Nota-se uma significativa diferença entre os autores no que tange ao modo de conceber a relação dos populares com a perpetração de crimes. Ao passo que Orestes Barbosa advertiu que a pobreza levava os indivíduos a cometerem os assassinatos, Aurelino Leal buscou relativizar a correlação entre a escassez de recursos e a predisposição para a execução de crimes.

Tentarei evidenciar que essa maneira de representar os mais pobres não era exclusividade de Orestes, mas estava largamente difundida na imprensa carioca, sobretudo se formos levar em consideração a análise das notícias dos homicídios desfechados em uma das regiões mais carentes da cidade do Rio de Janeiro, ou seja, o tão mal afamado Morro da Favela<sup>180</sup>.

Esta pesquisa também se dedica a investigar o Morro da Favela como objeto de estudo. São poucos os trabalhos acadêmicos que versaram sobre esta localidade, sendo um tema que, nas palavras de Rômulo Mattos, “carece de historicidade”<sup>181</sup>. Visando enriquecer o debate historiográfico acerca do Rio de Janeiro do início do século XX, neste capítulo examinaremos as notícias dos assassinatos que foram perpetrados no

---

<sup>178</sup> BARBOSA, Orestes. Op., Cit., p. 25.

<sup>179</sup> LEAL, Aurelino. **Estudos da Sociologia e Psicologia Criminal**. Bahia: Reis e Comp. Editores, 1902, p.44.

<sup>180</sup> Existe uma clara ambiguidade no posicionamento de Orestes Barbosa. Sua ascendência popular colaborava para a predisposição em tratar de temáticas focadas nas imagens do submundo. Se por um lado, o cronista concede espaço para a divulgação de práticas culturais das camadas populares, por outro, ele reforça os estereótipos construídos contra estes mesmos grupos e ao seu modo de vida.

<sup>181</sup> MATTOS, Romulo Costa. **Pelos pobres!** Op., Cit., p. 42.

Morro da Favela. Com este fito foram analisados alguns dos principais jornais veiculados na cidade do Rio de Janeiro.

Em primeiro lugar, iremos nos dedicar exclusivamente ao noticiário criminal exibido nas páginas dos periódicos da Capital Federal. Especialmente, daremos maior atenção para as matérias que trataram do Morro da Favela. Posteriormente, abordaremos algumas crônicas sobre este morro. Em seguida, no terceiro capítulo, analisaremos como os jornais da grande imprensa narraram o assassinato de um policial nesse local. Por fim, iremos cotejar as reportagens desse crime com os depoimentos presentes no processo criminal. Dessa maneira, um de nossos objetivos consistirá em dialogar com estas distintas fontes, ou seja, buscaremos evidenciar algumas congruências e outras disparidades entre essas narrativas.

## **II.2 Noticiário criminal: a representação do Morro da Favela nas páginas dos impressos cariocas**

Encerramos o primeiro capítulo com uma análise pormenorizada dos homicídios passionais. Naquela ocasião, observamos que na maioria dos casos os impressos cariocas inocentavam os maridos que assassinavam as esposas e/ou rivais. Porém, quando havia um assassinato nos morros cariocas, sobretudo no Morro da Favela, a maneira de descrever o homicida era diametralmente oposta. De uma maneira geral, os impressos caracterizavam os protagonistas como indivíduos extremamente perigosos. No jornal *A Notícia* de 10 de janeiro de 1906, temos a seguinte descrição:

Serviu de teatro a essa sanguinolenta cena o tão celebre morro da Providência, onde inúmeros crimes têm sido cometidos, por servir ele de coito a indivíduos da pior espécie. Assim esse fato não trouxe o natural abalo aos moradores no morro citado, o que se produziria profundamente em qualquer outro bairro, por já estar a população dali afeita a casos idênticos e muitos até mais horripilantes<sup>182</sup>.

Através deste trecho, torna-se manifesto que o articulista tem por objetivo caracterizar o Morro da Favela como um local predisposto a abrigar criminosos e onde as cenas de sangue aconteciam com grande frequência. Além disso, o jornalista ressalta que os crimes ali perpetrados não chegavam a comover os moradores, pois a violência seria parte constitutiva do cotidiano da localidade.

---

<sup>182</sup> “Ódio incontido”, *A Notícia*, 10/01/1906, p.2.

Segundo Ana Ottoni, ao longo das duas primeiras décadas do século XX, o Morro da Favela era, entre os morros da cidade, o lugar que mais atraía a atenção da imprensa<sup>183</sup>. A assertiva da autora está em conformidade com os resultados obtidos na presente pesquisa, pois, ao rastreamos o homicídio e a sua divulgação na imprensa, encontramos inúmeros casos que desabrocharam no referido morro.

Era principalmente no noticiário criminal que os jornais da cidade retratavam o Morro da Favela. No período inicial, quando estreou nas páginas impressas, este morro era visto mais como “um problema de segurança pública do que, propriamente, a expressão de um problema habitacional”<sup>184</sup>. Em outras palavras, através de um estilo moralizador, os jornalistas se preocupavam mais em destacar os crimes ocorridos nesta região do que problematizar os fatores que fomentavam o novo tipo de vivenda que ali se tornava característica.

Romulo Mattos aponta que essa forma de habitação poderia ser percebida apenas como construções provisórias na paisagem urbana da Capital Federal. Até porque neste momento o governo estava mais preocupado em combater outro tipo de morada característica das classes populares, isto é, as habitações coletivas. As casas de cômodos, cortiços e estalagens situadas nas ruas centrais representavam “formas mais antigas e emblemáticas de um Rio de Janeiro imperial”<sup>185</sup>. Em consequência, essas construções foram vorazmente destruídas no alvorecer da recente República.

A condenação destas instalações escondia um ressentimento das classes dominantes. Isso porque nos tempos do Império, os cortiços<sup>186</sup> eram habitados por uma parcela da população escrava. Ali os escravos estabeleciam relações de solidariedade que possibilitavam muitas vezes “realizar o sonho de comprar a alforria a seus senhores; e, é claro, misturar-se à população variada de um cortiço podia ser um ótimo esconderijo, caso houvesse a opção pela fuga”<sup>187</sup>. É provável que a luta dos negros pela liberdade, segundo Chalhoub, “teve a ver com a histeria do poder público contra tais habitações e seus moradores”<sup>188</sup>.

---

<sup>183</sup> Segundo Ottoni, o morro da Favela teve uma representatividade de 16 notícias, cerca de 53,4 % das notícias criminais consultadas. OTTONI, Ana Vasconcelos. **“O paraíso dos ladrões”**. Op., Cit., p.116.

<sup>184</sup> MATTOS, Romulo Costa. **Pelos pobres!** Op., Cit., p. 129.

<sup>185</sup> Idem.

<sup>186</sup> De acordo com Chalhoub, cortiço era o “termo que as autoridades sanitárias passaram a utilizar quando desejavam estigmatizar em definitivo determinada habitação coletiva”. CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril. Cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996:40.

<sup>187</sup> Ibidem, p.28-29.

<sup>188</sup> Idem.

A partir do início do século XX, o Morro da Favela juntamente com o Morro de Santo Antônio se tornaram centrais no debate em torno da discussão da pobreza na imprensa. Se no século XIX havia uma forte tendência dos periódicos em condenar as instalações precárias dos cortiços encravados nas ruas principais, na alvorada da centúria seguinte, os morros da cidade haviam catalisado a atenção das folhas cariocas<sup>189</sup>.

Após a demolição do cortiço mais famoso deste período, o *Cabeça de Porco*, em 1893, os seus moradores, segundo nos informa Chalhoub, de posse do material retirado dos escombros, ergueram algumas casinhas precárias no morro que existia nos fundos do cortiço e que já era povoado neste período. Coincidentemente, esta era a colina que vulgarmente ficou conhecida como o Morro da Favela. Inclusive, Chalhoub observa que “uma das proprietárias possuía lotes naquelas encostas, podendo assim até manter alguns de seus inquilinos”<sup>190</sup>. Vemos que este processo de estigmatização da Favela foi um desdobramento do processo de combate aos cortiços do final do século XIX.

De qualquer forma, o noticiário criminal foi o principal veículo de elaboração de um discurso sobre o Morro da Favela nos jornais<sup>191</sup>. O vocabulário utilizado na confecção dos relatos nos permite vislumbrar que os jornalistas enxergavam esta localidade como um ambiente intensamente povoado pelas “classes perigosas” da capital federal<sup>192</sup>.

Ao contrário do que imaginava anteriormente, esse morro não foi o primeiro a ser condenado pelos impressos. Isso porque a crítica à existência de habitações precárias nas encostas da cidade teve como “alvo inicial o Morro de Santo Antônio”<sup>193</sup>. Contudo, gradativamente o Morro da Favela alcançou o protagonismo ao se destacar nas matérias dos jornais da Capital Federal. Em especial, encontramos uma notícia que estimava a sua população no período subsequente às reformas urbanas. Segundo o repórter do

---

<sup>189</sup> MATTOS, Romulo Costa. **Pelos pobres!** Op., Cit., p. 143-144.

<sup>190</sup> CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril.** Op., Cit., p.17.

<sup>191</sup> Em pesquisa realizada na hemeroteca digital do sítio eletrônico da Biblioteca Nacional, encontramos a palavra *Morro da Favela* (sic.) principalmente no noticiário criminal. Entre os anos de 1900 a 1909, em 57% das ocorrências os periódicos da capital federal mencionaram este morro nas reportagens criminais.

<sup>192</sup> De acordo com Sydney Chalhoub, “classes perigosas” seria para os legisladores brasileiros uma expressão equivalente para as “classes pobres”. Ou seja, “o fato de ser pobre torna o indivíduo automaticamente perigoso à sociedade”. CHALHOUB, **Trabalho, Lar e Botequim.** Campinas: Editora da Unicamp, 2001. p.76.

<sup>193</sup> MATTOS, Romulo Costa. **Pelos pobres!** Op., Cit., p.15.



*Jornal do Brasil* não seria “exagero dar ao Morro da Favela uma população de 2.000 almas”<sup>194</sup>.

Os morros de Santo Antônio e da Favela, eram compreendidos, segundo entendiam os responsáveis pelas reportagens, como os piores locais para se habitarem na capital da recente República. As moradias eram descritas de forma semelhante ao que tinha sido pintado pelos cronistas e escritores que avaliaram o estado das habitações coletivas no final do século XIX. Contudo, há uma sensível diferença na maneira de descrever estes dois morros, pois ao passo que a Favela era compreendida pelos jornalistas como “o território por excelência das ‘classes perigosas’”, o Morro de Santo Antônio, por estar situado em pleno centro da cidade, era um alvo mais visado pelo governo no seu plano de remoção desse cenário da paisagem urbana da cidade<sup>195</sup>.

Apesar disso, no decorrer da primeira década do século XX, o Morro da Favela igualmente sofreria com as ameaças de despejo impostas pela prefeitura. A administração Pereira Passos foi marcada pela intensificação do discurso que criminalizava os habitantes deste morro. A partir desse momento, além de ser representado como um reduto clássico das “classes perigosas”, as narrativas presentes nos jornais cariocas passaram a dialogar “fartamente com a retórica sanitarista”<sup>196</sup>.

Além disso, outros acontecimentos contribuíram incisivamente para o vertiginoso aumento da repressão ao Morro da Favela nas páginas dos impressos. Romulo Mattos adverte que após a Revolta da Vacina os jornais da grande imprensa amplificaram as matérias sobre essa localidade e seus moradores<sup>197</sup>. Cabe frisar que esse morro estava localizado muito próximo à região portuária e que os bairros da Gamboa e Saúde haviam se notabilizado por abrigar grande número de populares que tenazmente se opuseram à campanha da vacinação obrigatória. Dito isto, nota-se que os jornais não conseguiram ocultar o ressentimento criado por estes episódios, sendo mais tarde empregada uma série de adjetivos que desqualificavam os habitantes dessas áreas.

De acordo com Romulo Mattos, no início do século XX a região portuária era mais mencionada pelos escritores brasileiros do que o Morro da Favela<sup>198</sup>. Contudo, no transcorrer da primeira década, a Favela passou a monopolizar o noticiário criminal da cidade. Vale ressaltar que até mesmo quando a cena de sangue não tinha sido perpetrada

---

<sup>194</sup> “Uma visita ao morro da Favela”, *Jornal do Brasil*, 12/06/1907, p.3.

<sup>195</sup> MATTOS, Romulo Costa. **Pelos pobres!** Op., Cit., p.144.

<sup>196</sup> MATTOS, Romulo Costa. **A aldeia do mal.** Op., Cit., p. 58.

<sup>197</sup> *Ibidem*, p. 225.

<sup>198</sup> *Idem*.

nesta localidade os jornalistas mencionavam o Morro da Favela no momento da composição da notícia. Trago este relato como exemplo:

O morro do salgueiro, no Andaraí Grande, é uma espécie de Morro da Favela. Raro é o dia em que aquele local não forneça, pelo menos, um fato à polícia da 13ª circunscrição urbana. Apesar de ter-se tornado tenebroso aquele morro, a polícia o deixa em completo abandono. É um perigo passar-se por ali: ninguém está salvo de ser agredido nas desertas e mal iluminadas ruas que cortam o morro<sup>199</sup>.

Ao estabelecer uma analogia entre estes morros, o repórter reforça o argumento de que a Favela era um ambiente marcado pela criminalidade, onde a segurança e a lei não encontravam amparo. Em particular, o mais interessante nesta matéria é que os assassinatos não necessitavam ter o seu desfecho nesse morro para que discursos similares a esses emergissem nos jornais. Este fato revela o quanto a Favela esteve constantemente representada nas páginas dos principais periódicos, sobretudo nas matérias que versavam sobre os acontecimentos criminais da cidade.

Essa passagem também ilustra o início do longo processo que culminou na substantivação do vocábulo “favela”, ou seja, o instante em que essa palavra deixou de se referir exclusivamente ao Morro da Favela e passou também a abarcar os demais morros que abrigavam em sua extensão casebres e barrocões construídos precariamente. De acordo com Romulo Mattos, o uso do termo favela se generalizou na década de 1920<sup>200</sup>, porém, como podemos perceber, os jornalistas estabeleceram algumas conexões entre estas distintas localidades ainda nos primeiros anos do século XX.

Em determinadas circunstâncias, segundo Ana Ottoni, a imprensa caracterizava os habitantes do Morro da Favela como extremamente perniciosos para o ambiente social e detentores de um comportamento agressivo simplesmente por residirem nesse morro. Assim sendo, os moradores da localidade que haviam cometido delitos de pequena gravidade eram descritos de forma similar aos que haviam perpetrados crimes horrendos<sup>201</sup>. Além disso, a estigmatização dos habitantes do Morro da Favela se estendia até mesmo aos indivíduos que não haviam cometido qualquer infração penal.

Uma matéria em especial dá conta de ilustrar o que estamos sugerindo. Trata-se de um caso típico de disputa amorosa, algo muito presente nas páginas dos periódicos do período. Entretanto, ao contrário dos conflitos amorosos envolvendo os moradores

---

<sup>199</sup> “Namorado sanguinário”, *Correio da Manhã*, 07/07/1906, p.4.

<sup>200</sup> MATTOS, Rômulo. *A aldeia do mal*. Op., Cit., p. 13.

<sup>201</sup> OTTONI, Ana Vasconcelos. “*O paraíso dos ladrões*”. Op., Cit., p. 123-124.

de outros bairros da cidade, como os apresentados no capítulo anterior, o repórter descreveu este episódio carregado de conotações negativas.

Segundo o jornalista, dois homens disputavam o coração da mesma mulher. A luta se desenrolara de forma tão agressiva que dificilmente um dos litigantes sairia com vida da batalha. Enquanto os rivais se digladiavam, a mulher assistia ao desenlace do conflito. Neste momento, poderíamos imaginar que ela estivesse apreensiva e aterrorizada com tamanha brutalidade. Contudo, o jornalista defende um ponto de vista inverso: “Amélia viu a luta acostada à parede rebocada do seu casebre da Favela, com aquele sorriso canalha, peculiar a gente de sua ‘nobre estirpe’”<sup>202</sup>.

Ao que nos parece, muito possivelmente o repórter não esteve presente no momento da contenda. Com o fito de criar o efeito sensacional, os jornalistas, segundo nos informa Ana Porto, frequentemente imaginavam atos e faziam referência a algo que podia ter acontecido a um personagem<sup>203</sup>. Neste caso em específico, o repórter se aproveitou deste recurso para estigmatizar o comportamento dos participantes da cena de sangue. Em especial, isso se torna mais evidente na parte em que o jornalista descreve a reação da mulher ao ser disputada pelos dois amantes. Isso nos revela que os jornais construía seus relatos sobre o Morro da Favela levando em consideração ideias preconcebidas sobre seus habitantes não se preocupando em averiguar as diferentes possibilidades de interpretação de um determinado episódio. Dessa forma, mesmo que a imprensa pretendesse informar a população sobre os fatos criminais ocorridos na cidade, era justamente nestas reportagens que os jornalistas destacavam sua opinião em relação aos mesmos acontecimentos<sup>204</sup>.

Com a divulgação de julgamentos similares aos mencionados; os periódicos, como indicou Lucas Pereira, desempenhavam um “papel importante na formação e consolidação de representações de mundo e, ao mesmo tempo, na criação de efeitos de verdade, estimulando a atenção da população ao criar acontecimentos”<sup>205</sup>. Por conseguinte, acreditamos que o grande destaque dado pelos jornais aos crimes ocorridos

---

<sup>202</sup> “A cavalaria na Favela”, *O Paiz*, 09/11/10, p.6.

<sup>203</sup> PORTO, Ana Gomes. *Novelas sangrentas*. Op., Cit., p.165.

<sup>204</sup> OTTONI, Ana Vasconcelos. “**O paraíso dos ladrões**”. Op., Cit., p. 33-34.

<sup>205</sup> PEREIRA, Lucas Carvalho Soares de Aguiar. **Sociabilidades e moralização dos costumes: os guardas civis e a experiência do policiamento do meretrício em Belo Horizonte. (1928-1934)**. História e Perspectivas, Uberlândia (49):41-68, Jul./Dez., 2013. p.62.

no Morro da Favela fazia parte da estratégia adotada pelos grupos que visivelmente ambicionavam maiores interferências nesta localidade <sup>206</sup>.

Nesse sentido, os jornalistas seriam disseminadores desses ideais, sendo a eles incumbida a tarefa de legitimação destas propostas em um círculo social mais amplo. Em parte, isso explicaria o fato dos jornalistas elegerem algumas medidas, antes mesmo de narrarem o crime, que objetivavam dirimir o desenvolvimento da marginalidade nesta região, tais como pedidos de melhorias no policiamento e, conseqüentemente, a intensificação da repressão ao Morro da Favela.

Wanderson Bispo de Souza apresentou semelhante assertiva ao analisar a imprensa soteropolitana entre as décadas de 1940 e 1960. De acordo com o autor, o acréscimo nos pedidos de policiamento e coerção às camadas populares desnudava a intenção dos periódicos em difundir o medo na sociedade baiana. Deste modo, ao instituir o terror com a divulgação dos crimes, os periódicos angariavam o respaldo necessário para legitimar as “intervenções urbanas contra os criminosos, cujo objetivo era manter distante e sob controle aqueles considerados os indesejáveis”<sup>207</sup>.

Nota-se que a tentativa de imposição de uma ordem social era sedimentada por diferentes agentes e foi gestada em distintas épocas nos principais centros urbanos brasileiros. No que se refere à cidade do Rio de Janeiro, esse processo se intensificou ainda nos primeiros anos do século XX e, como podemos perceber, a imprensa carioca foi um importante veículo de divulgação do projeto de reforma orquestrado pela prefeitura.

A introdução de uma reportagem sobre um assassinato ocorrido no Morro da Favela dimensiona bem esta faceta da imprensa carioca,

É forçoso dizer-se, porém, que o pessoal que ali reside, na sua maioria indivíduos de má nota e positivamente vagabundos e desordeiros, tem-se mantido sempre em atitude ameaçadora contra qualquer autoridade que ousa andar por lá. Isso aconteceu não há muito tempo, por ocasião de um despejo que ali pretendeu executar a higiene. Os moradores do morro, esses temíveis facínoras da Favela, insurgiram-se contra os mandatários do despejo, obrigando-os a não terminar a diligência. Nessa ocasião propalou-se o boato de que o morro da Favela seria evacuado, entrando em função a higiene com os poderosos corrosivos e desinfetantes e simultaneamente a Prefeitura, com a picareta

---

<sup>206</sup> Não podemos subestimar o poder de atração dessas narrativas para o público leitor e ouvinte. Deste modo, o destaque dado aos crimes na Favela poderia ser um reflexo da demanda imposta pelos próprios populares. Contudo, a maneira de abordar essa localidade sugere que os jornais representavam os interesses daqueles que clamavam por interferência governamental.

<sup>207</sup> SOUZA, Wanderson Bispo de. **Nos labirintos da criminalidade**. Op., Cit., p.115.

aguçada das demolições. Não se realizou esse importante melhoramento. O colosso da Favela lá está, gigantesco, à margem da Estrada de Ferro Central do Brasil. Como ele, estão bem firmes, as celebres palhoças e espeluncas. Da malandragem nem se fala: o pessoal, ao contrário, está aumentando em gênero e número<sup>208</sup>.

Este fragmento retirado de uma notícia sobre um assassinato ocorrido no Morro da Favela é bastante ilustrativo dos relatos que divulgavam os crimes desabrochados na localidade. Ao analisarmos o noticiário referente ao homicídio nessa morro percebemos que as matérias apresentavam algumas características similares. Note-se que a semelhança existente entre os relatos tornava-se mais evidente no momento em que os repórteres iniciavam as narrativas.

A partir do trecho selecionado, podemos observar que o jornalista já na primeiras linhas da reportagem articulou algumas considerações sobre o Morro da Favela. Segundo o repórter, a prefeitura não executou o plano de desapropriação e arrasamento deste morro. Dessa maneira, esta localidade permaneceu, ao longo da década, acumulando um montante expressivo de notícias de crimes sanguinolentos, tendo inclusive aumentado o recrutamento de criminosos ao longo do período.

Nota-se que o periodista insiste em representar o Morro da Favela como um território excessivamente povoado pelos indivíduos oriundos das chamadas “classes perigosas”. A parte da matéria que era responsável por transmitir este enunciado ao leitor era comumente conhecida como a “cabeça” da notícia. De acordo com Sidney Chalhoub, “cabeça” era definida como as considerações que precediam os relatos sobre os crimes<sup>209</sup>.

Esta estratégia redacional se singularizava por um filosofar marcadamente moralizante e que se contrapunha fortemente aos hábitos adquiridos pelos populares. Portanto, não caberia somente ao jornalista registrar a ocorrência que acarretou no homicídio, isto é, ele não se dedicava somente em relatar as prováveis motivações do assassino com a prática do crime, o estado da vítima e as diligências efetuadas pelas autoridades policiais para a captura do criminoso. Muitas vezes, o caráter sensacional destas narrativas já se manifestava ainda nessas linhas introdutórias.

No que diz respeito ao Morro da Favela, Romulo Mattos assegura que a primeira vez que a “cabeça” foi utilizada pelos jornalistas na composição do noticiário

---

<sup>208</sup> “O samba da morte”, *O Paiz*, 05/07/1909, p.3.

<sup>209</sup> CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. Op., Cit., p. 27.

criminal foi no mês de maio de 1902 <sup>210</sup>. Assim sendo, a partir dessa época, as reportagens sobre este morro foram editadas com a incorporação das extensas introduções moralizadoras que brutalizavam os indivíduos ali residentes.

Importante assinalar que esta forma de principiar os relatos posteriormente se articulava ao modo de retratar os acontecimentos que davam origem aos assassinatos. Em outras palavras, o estilo adotado na elaboração das “cabeças” se conservava inalterável no transcorrer dessas narrativas. Em geral, os repórteres desejavam que os consumidores dos periódicos adotassem o ponto de vista dessas matérias, ou seja, que estes visualizassem o quanto este morro estava envolvido com a marginalidade carioca ao se opor a qualquer tipo de intromissão externa.

Como já mencionamos, havia uma característica que predominava nos relatos envolvendo os crimes praticados no Morro da Favela. Em geral, antes de apresentar os pormenores dos crimes, os jornalistas construía uma exposição topográfica do morro. Com o fito de exemplificarmos a semelhança no modo de narrar os crimes desabrochados na Favela, apresentaremos um outro periódico que também divulgou esse mesmo assassinato. O repórter, assim como o antecedente, antes de se dedicar a narrar a cena de sangue, teceu algumas considerações sobre a paisagem social da localidade:

A Favela, o reduto dos temerosos desordeiros e vagabundos, acaba, mais uma vez, de dar a nota assombrosa de um crime terrível e que para se chegar a um resultado proveitoso para a justiça, demandará de muita argúcia por parte da autoridade policial do 8º distrito. Como é sabido o Morro da Favela é habitado, em sua quase totalidade, por indivíduos desordeiros e mulheres de vida alegre, da mais baixa espécie. É uma verdadeira Bastilha de bandidos <sup>211</sup>.

Esse jornalista também destacou os criminosos como sendo os principais moradores da localidade. Assim como no relato predecessor, o periodista descreve os habitantes da Favela empregando adjetivos que o desqualificavam enquanto cidadãos probos. Os homens eram em sua maioria vadios e desordeiros. Por sua vez, as mulheres seriam todas meretrizes. Ao ressaltarem que esta região era reduto da malandragem carioca, os repórteres utilizavam essas categorias na tentativa de influenciar o governo a adotar medidas repressoras contra o crime e, logo, sobre a Favela.

---

<sup>210</sup> MATTOS, Romulo Costa. **A aldeia do mal**. Op., Cit., p. 36.

<sup>211</sup> “O samba da morte”, *A Imprensa*, 05/07/1909, p.2.

É bem verdade que essas mesmas medidas eram bem quistas pelo Poder Público e iam de encontro ao plano de modernização urbana introduzido na Capital Federal na primeira década do século XX. Dessa forma, não seria fantasioso acreditarmos que a estigmatização do Morro da Favela nas páginas dos jornais seria uma faceta desse projeto político. Isso nos indica que, em sua grande maioria, os interesses dos governantes eram compartilhados pelos jornalistas. Especialmente, essa particularidade da imprensa tornava-se mais evidente quando os repórteres construam as narrativas sobre os homicídios cometidos na Favela.

Uma medida interessante para combater o crime nesta localidade, segundo acreditavam alguns jornalistas, seria a utilização das “picaretas aguçadas” da prefeitura. Por meio da atuação destas, a capital da recente República poderia finalmente ficar livre dos habitantes da Favela e dos conflitos sangrentos que ali se desfechavam corriqueiramente. Assim sendo, nota-se que os periódicos não abordavam outros tipos de relações estabelecidas entre os habitantes deste morro, tais como as relações de sociabilidade, solidariedade e afetividade. Sobre esses laços construídos pouca atenção foi dispensada. Muito pelo contrário, os jornais se interessavam mais em destacar as práticas de crimes violentos e o expressivo aumento da criminalidade nessa região da cidade. Este fato evidencia um objetivo claro dos jornais cariocas do período: “transformar a sociedade, idealizando novos sujeitos tomando aqueles que fugiam desta idealização criminosos bárbaros e sanguinários e, não por acaso, a maioria estava entre as classes pobres da sociedade”<sup>212</sup>.

No início do século XX, O Morro da Favela foi uma alternativa encontrada pelos trabalhadores desalojados de suas moradias durante a reforma urbana empreendida pelo prefeito Pereira Passos<sup>213</sup>. De acordo com Cláudia Míriam Quelhas Paixão, nos primeiros anos do século XX este morro logrou frustrar as pretensões do governo de controlar a totalidade do espaço urbano carioca. Isso quer dizer que a existência da Favela era uma afronta ao projeto urbanístico proposto, tendo inclusive se transmutado em um símbolo daquilo “que se pretendeu erradicar da cidade”<sup>214</sup>. Isso porque com a expulsão dos moradores de suas habitações situadas nas ruas centrais da

---

<sup>212</sup> PORTO, Ana Gomes. **Crime em letra de forma**. Op., Cit., p.155.

<sup>213</sup> Antes disso, no final do século XIX, o Morro da Favela foi uma opção para os moradores dos cortiços que foram demolidos. Assim sendo, o desaparecimento dos cortiços, sobretudo o “cabeça de porco”, foi determinante para a vertiginosa ocupação do Morro da Favela. Sobre este processo ver: Chalhoub, Sidney. *A Cidade Febril*. Op., Cit.

<sup>214</sup> PAIXÃO, Cláudia Míriam Quelhas. **Rio de Janeiro e o morro do Castelo: populares, estratégias de vidas e hierarquias sociais (1904-1922)**. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói, 2008. p. 41.

Capital Federal, estes encontraram no Morro da Favela um local acessível para se reestabelecerem.

Vale lembrar que a ocupação desse morro se iniciou ainda no final do século XIX, e a escolha por habitarem essa localidade fazia parte de uma tática<sup>215</sup> de sobrevivência dos indivíduos que não possuíam os recursos necessários para se instalarem nas escassas e dispendiosas moradias situadas próximas ao centro econômico da cidade. Entretanto, foi sobretudo na primeira década do século XX que o Morro da Favela passou a acolher uma maior parcela dos indivíduos desalojados, alavancando consideravelmente o seu número de moradores. Segundo Cláudia Paixão, “a ocupação das encostas dos morros próximos ao centro, um espaço que ainda não havia sido alvo de controle, foi a resposta dos populares frente à ação interventora do governo”<sup>216</sup>.

De acordo com Oswaldo Porto Rocha, a origem deste tipo de ocupação se deu em virtude da confluência de alguns fatores. Em primeiro lugar, como já foi lembrada, a reforma de Pereira Passos que demoliu um número expressivo de habitações. Em consequência disso, a crescente valorização das residências que não foram derrubadas dificultava o acesso a uma nova moradia para os mais necessitados. Além disso, e não menos importante, a ineficácia dos transportes coletivos urbanos. Mesmo que os bondes já existissem, as tarifas eram muito elevadas, o que contribuía diretamente para que se elevasse o custo de vida do trabalhador caso eles optassem residir nas regiões mais afastadas do centro da cidade<sup>217</sup>.

Dessa forma, com a apresentação de tais fatores, podemos captar os reais motivos pelos quais uma parcela dos indivíduos desalojados elegeu o Morro da Favela como o sítio propício para o estabelecimento de sua moradia. Sendo assim, frente às muitas incertezas da época, estes moradores manejaram todos os recursos disponíveis para aumentarem a sua margem de segurança. Ou seja, em um período marcado por profundas transformações no organismo social, onde as dúvidas se multiplicavam, a escolha pela fixação da residência neste morro se apresentava como a solução mais

---

<sup>215</sup> Chamo de tática, no sentido proposto por Michel de Certeau, uma “ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio [campo de atuação]. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de precisão e de convocação própria: a tática é movimento ‘dentro do campo de visão do inimigo’, como dizia Von Bullow, e no espaço por ele controlado”. CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994. p.100.

<sup>216</sup> PAIXÃO, Cláudia Míriam Quelhas. Op., Cit., p. 41.

<sup>217</sup> ROCHA, Oswaldo Porto. e, CARVALHO, Lia Aquino de. **A era das demolições. Cidade do Rio de Janeiro. 1870-1920/ Contribuição ao estudo das habitações populares. Rio de Janeiro 1886-1900**. 2ª edição. Rio de Janeiro, Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 1995. p.95.



ajustada ao seu meio de vida, além de permitir aos moradores um maior controle sobre o seu futuro.

Por seu turno, o governo, pretendendo obstruir a expansão da ocupação na localidade, mirou suas picaretas em direção ao Morro da Favela. É possível supor, pela pesquisa realizada, que a imprensa objetivava consolidar o projeto de reforma urbana empreendido nesse momento. Para alcançar essa meta seria imprescindível apresentar os moradores envolvidos nos conflitos sob uma óptica depreciativa.

Dessa maneira, o Morro da Favela seria a antítese da clássica concepção que se tinha de uma cidade civilizada. Em grosso modo, um dos fatores que demarcaram o advento da civilização foi a introdução de um cabedal técnico-científico que pretendia racionalizar e planejar a forma de ocupação da cidade. Assim sendo, uma cidade civilizada seria aquela em que toda a sua extensão estivesse plenamente em conformidade com os preceitos higiênicos. Por sua vez, a Favela era vista como um dos lugares que mais contribuía para a existência das moléstias que assolavam a sociedade carioca. Além disso, essa área, como defendiam os periódicos, era predominantemente habitada por “indivíduos de má nota, sempre aptos para promover desordens”<sup>218</sup>.

Isso nos mostra, como asseverou Robert Pechman, que “sem a barbárie, a civilização não faz sentido”<sup>219</sup>. Ou seja, em seu processo de significação estas categorias foram concebidas como antagônicas. Por conseguinte, a compreensão do que constitui a civilização torna-se inteligível quando se relaciona ao significado de barbárie. Uma “dialética amarra ambas as representações, definindo as condições sociais de sua constituição, isto é, o processo de construção das representações sobre a civilidade é a contraface do processo de construção do imaginário sobre a barbárie”<sup>220</sup>.

Tendo em vista esta lógica de funcionamento, a ferrenha crítica ao Morro da Favela e aos habitantes que ali residiam alimentava o próprio projeto de reforma urbana arquitetada pelas classes dominantes. E a imprensa contribuía igualmente para atingir este objetivo com a divulgação dos assassinatos desenlaçados no morro<sup>221</sup>.

Além disso, vale ressaltar que os propositores do plano de remodelação da cidade procuraram se desvencilhar do caráter estritamente político contidos em tais mudanças. Para os governantes, mais benéfico seria que essas se apresentassem somente

---

<sup>218</sup> “Cena de sangue”, *O Paiz*, 27/01/1906, p.2.

<sup>219</sup> PECHMAN, Robert Moses. Op., Cit., p. 15.

<sup>220</sup> Idem.

<sup>221</sup> Romulo Mattos também destacou esse caráter dos jornais, pois, segundo o autor, no contexto das reformas urbanas ficou “evidente o objetivo da grande imprensa ao dar ênfase aos conflitos ocorridos na favela”. MATTOS, Romulo Costa. **Pelos pobres!** Op., Cit., p.99.

como um desdobramento do progresso científico. Isto é, as transformações urbanas seriam proporcionadas, sobretudo, pelo avanço verificado no campo científico com a descoberta e com o aprimoramento de novas formas de conhecimento e o incremento de tecnologias mais adiantadas.

No entanto, como adverte Robert Pechman, o “urbanismo como campo científico e, portanto, apolítico, é verdadeiramente um lugar de política, embora seus ‘inventores’ construam esse saber, justamente, no movimento de desfazer a política”<sup>222</sup>. Nesse sentido, sob a capa de uma suposta “neutralidade” o governo interferiu bruscamente na vida de um número expressivo de pessoas situadas nas camadas menos favorecidas da sociedade carioca.

A nosso ver, esta conjuntura apresentada na primeira década do século XX contribuiu incisivamente para a publicação de uma grande quantidade de matérias envolvendo os assassinatos ocorridos na Favela. Como veremos no próximo item, até o ano de 1905, o morro da Favela não tinha passado por nenhum tipo de intervenção do Poder Público. As picaretas demolidoras não entraram em cena neste palco da cidade. Não obstante, esse era um desejo sedimentado pelos jornalistas e eles não se preocupavam em ocultá-los.

Deste modo, em um dos fragmentos extraídos de uma reportagem sobre homicídio na Favela, nota-se que o periodista dedicou um espaço no noticiário criminal para a apresentação e divulgação de argumentos que objetivavam validar a ingerência do Poder Público nesse morro. Poderíamos supor que essa característica seria apenas uma especificidade trazida por esta reportagem. Contudo, rastreamos inúmeras matérias que corroboram o que estamos sublinhando. Isto é, a presença maciça desses relatos nos impressos nos evidencia que os governos, tanto o municipal quanto o federal, sondaram expurgar esse morro da paisagem urbana carioca<sup>223</sup>.

Cabe frisar que a condenação das habitações da Favela era compartilhada por diferentes agentes. Inclusive, encontramos críticas ao morro no relatório do delegado de Santana. Em dezembro de 1903, Alfredo Santiago concluiu as investigações sobre um assassinato ocorrido na Favela. Neste relatório, a autoridade policial deveria sintetizar os acontecimentos que deram ensejo ao crime. Vejamos, no entanto, como o delegado introduziu a exposição dos fatos:

---

<sup>222</sup> PECHMAN, Robert Moses. Op., Cit., p. 371.

<sup>223</sup> “Operários despedidos”, *Correio da Manhã*, 05/06/1907, p.1; “Uma visita ao morro da Favela”, *Jornal do Brasil*, 12/06/1907, p.3; “Choupanas e choças”, *O Paiz*, 17/06/1907, p.2; “Nos bairros da pobreza”, *Correio da Manhã*, 26/08/1907, p.3.

Um agrupamento de pardieiros infectos, sem condições higiênicas, vivendo em promiscuidade abjeta homens e mulheres da mais baixa estirpe, em ambiente de crime – é o Morro denominado da “Favela”. Ali naquele morro de difícil ascensão, cuja topografia do terreno torna-se impraticável um completo policiamento, cometem-se crimes frustrando, por vezes, a vigilância da autoridade, como este que ora vê-se nos presentes autos<sup>224</sup>.

Vemos que o delegado de Santana iniciou o relatório expondo sua opinião sobre o Morro da Favela. Assim, essa autoridade não se concentrou apenas em registrar a ocorrência, uma vez que ele denunciou o estado precário das instalações e o comportamento dos habitantes da localidade. Vale notar que essa maneira de introduzir a narrativa tinha estreita correlação com a imprensa carioca. Isso nos permite evidenciar uma interconexão entre as nossas principais fontes de pesquisa. Neste caso em especial, a autoridade policial compartilhou da mesma opinião que os repórteres policiais, isto é, ambos criminalizaram o comportamento dos moradores da Favela e denunciaram o estado das casas precariamente construídas.

### **II.3 O projeto de arrasamento do Morro da Favela nas páginas impressas**

De acordo com Romulo Mattos, o plano de arrasamento começou a ser arquitetado a partir da metade dos anos 1900, ou seja, esse processo teve o seu ensejo na administração do prefeito Pereira Passos<sup>225</sup>. Assim sendo, antes desse governo não se falava abertamente na imprensa sobre o projeto de despejo dos moradores da Favela, sendo que era até mesmo permitido habitar as encostas da cidade, sobretudo nos morros que ainda não careciam de licença para o assentamento.

Segundo Romulo Mattos, as primeiras notícias referentes às diligências feitas pelo governo para a desocupação do Morro da Favela são datadas de março de 1907<sup>226</sup>. Portanto, em um momento em que Pereira Passos já não era mais responsável pela administração municipal. Contudo, localizamos uma menção à desapropriação dos casebres ainda no ano de 1905, ou seja, quando Pereira Passos era prefeito da cidade do Rio de Janeiro.

---

<sup>224</sup> Arquivo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Réu: Francisco Honorato Bandeira, Ação: Homicídio; Ano: 1903. f.17.

<sup>225</sup> MATTOS, Romulo Costa. **A aldeia do mal**. Op., Cit., p. 57-58.

<sup>226</sup> Ibidem, p. 61.

Essas informações acerca da remoção dos habitantes da Favela não foram retiradas do noticiário criminal. Portanto, foi necessário mapearmos outras reportagens que se referiam às medidas impostas pelo governo. Cabe frisar que, diferentemente dos relatos envolvendo os homicídios nesse morro, estas matérias eram mais comedidas na maneira de representar os habitantes da localidade:

Livre nas suas deliberações, sem ordens superiores que a isso o obriguem e sem explícitas e determinadas imposições de lei, o Dr. Oswaldo Cruz, manda espontaneamente desalojar, dos seus miseráveis casebres do Morro da Favela, pobres que irão morrer por aí além às intempéries, sem teto a que se acolham<sup>227</sup>.

Como podemos observar, o periodista defende um ponto de vista que se distancia dos relatos presentes no noticiário criminal, onde, em geral, não havia esse comedimento na hora de descrever os moradores do Morro da Favela. Essas reportagens eram mais frequentemente veiculadas no período em que o movimento operário se encontrava mais organizado na Capital Federal. Assim sendo, nota-se que havia um certo limite na dominação imposta pela classe dominante, pois em alguns contextos os jornais cediam espaço para a divulgação de perspectivas que seriam mais harmônicas com os interesses das classes menos favorecidas<sup>228</sup>. Deste modo, o ano de 1907 parece ter sido um momento propício no que tange à difusão dos argumentos que se relacionavam aos problemas enfrentados pelos indivíduos mais pobres<sup>229</sup>.

Apesar disso, devemos visualizar essa tendência levando em consideração algumas ressalvas. Isso porque em certas ocasiões os jornalistas ficavam sensibilizados pela situação vivenciada pelos populares, porém havia determinadas particularidades que diferenciavam os moradores dessa localidade. Como já foi lembrada, a primeira notícia rastreada nos periódicos que citou o plano de remoção dos habitantes da Favela é

---

<sup>227</sup> “Operários despedidos”, *Correio da Manhã*, 05/06/1907, p.1.

<sup>228</sup> Como bem observou Thompson, “muito raramente – e, neste caso, por pouco tempo – uma classe dominante exerce, sem mediações, sua autoridade por meio da força militar e econômica direta” THOMPSON, Edward P. “*Folclore, antropologia e história social*”, in: **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2001. Pp 227- 263. p. 239.

<sup>229</sup> Nesse ano foram encontradas inúmeras reportagens que pretendiam chamar a atenção do Poder Público para a situação degradante em que vivia os moradores da Favela, principalmente entre os meses de maio e agosto. “Operários despedidos”, *Correio da Manhã*, 05/06/1907, p.1; “Uma visita ao morro da Favela”, *Jornal do Brasil*, 12/06/1907, p.3; “Choupanas e choças”, *O Paiz*, 17/06/1907, p.2; “Nos bairros da pobreza”, *Correio da Manhã*, 26/08/1907, p.3. Vale lembrar que a maioria dos jornais da grande imprensa, independente das distintas orientações políticas, concedeu espaço para a exposição de argumentos mais ajustados a situação das classes menos favorecidas.

datada do início de 1905. E foi justamente nessa matéria que notamos uma distinção entre os moradores do morro nas páginas impressas.

Nessa reportagem, o jornalista utilizou a imprensa para defender os interesses de uma família residente no morro. A justificativa tinha como principal destinatário o prefeito, pois desejava que ele pudesse reconsiderar a remoção de um “casal de pobres lavradores”. Isso porque devido à “reforma das habitações existentes no Morro da Favela, foi ordenada também a demolição de uma casa, que não está propriamente naquele morro e sim na sua divisa com o chamado ‘Pedreira dos Cajueiros’”<sup>230</sup>.

Nesse ponto, o repórter ressaltou que o terreno do casal não estava situado nos limites daquele famoso morro. Com isso, podemos inferir que o repórter/peticionário pretendeu desassociar essa microrregião do estigma atrelado ao Morro da Favela. Por outro lado, esta reportagem corrobora a assertiva de que havia um processo de desalojamento dos habitantes desse território.

Vale a pena nos dedicarmos um pouco mais a esse relato com o intuito de evidenciarmos as distinções na representação dos moradores da Favela no noticiário criminal e nas reportagens que abordaram o contexto vivenciado pelos populares em meio ao processo de desapropriação das habitações.

No desenrolar da narrativa o solicitante observou que o casal residente naquele terreno havia feito diversas melhorias e transformou aquele “sítio agreste” num lugar “aprazível e culto”. Além disso, o jornalista destaca que esse pedaço de chão era a única fonte de sustento do casal e de seus dez filhinhos. Nesse trecho, o periodista descreve os cônjuges de forma similar ao perfil comumente atrelado aos cidadãos probos. Em contrapartida, quando os repórteres narravam as cenas dos homicídios ocorridos nesse morro, a forma de representar estes moradores era bem distinta.

Em particular, o mais interessante nesse relato é que o periodista utilizou a imprensa para defender os interesses de um casal residente no Morro da Favela. Para tanto, ele buscou desconstruir a perspectiva de que esses indivíduos eram criminosos, como era costumeiramente exposto no noticiário criminal. Outro aspecto significativo foi o jornalista não ter se preocupado em representar os demais habitantes da Favela, uma vez que ele se concentrou apenas em remediar os contratemplos vivenciados por esse casal.

---

<sup>230</sup> “Justo pedido”, *Correio da Manhã*, 19/02/1905, p.3.

No entanto, encontramos outras reportagens em que os noticiaristas estendem a sua solidariedade para uma parcela maior dos moradores desse morro. Em 1907, houve uma tentativa por parte da repartição de higiene de demolir as habitações do Morro da Favela. Foi justamente nesse ano que os impressos foram mais benevolentes com os habitantes do morro. Os principais jornais de grande circulação deram publicidade para os desdobramentos desse plano e o modo como ele havia interferido na vida dos populares. Ao contrário do que foi apontado por Romulo Mattos, notamos que a imprensa tratou abertamente sobre a tentativa de remoção ainda no calor dos acontecimentos<sup>231</sup>.

Em junho de 1907, o repórter do *Jornal do Brasil* compareceu ao Morro da Favela para cobrir *in loco* a ação dirigida por Oswaldo Cruz. O prazo para as mudanças dos moradores havia se encerrado em menos de dois dias, mas o jornalista em um “golpe de vista” tinha verificado que “há muito se fazia a derrubada dos casebres”<sup>232</sup>. Não obstante, o repórter foi além ao denunciar os “homens da higiene” proferindo que eles estavam derrubando algumas “casas ainda com as famílias dentro, desumanamente”<sup>233</sup>.

Passado alguns dias, *O Paiz* informou que o diretor da Saúde Pública, o Dr. Oswaldo Cruz, tinha prorrogado o prazo de desocupação do Morro da Favela que havia terminado. Esse era o ultimato para o abandono definitivo dos casebres. O repórter não desmereceu a atitude do governo de interferir nessa região, inclusive considerava louvável, mas observou que a mudança em massa seria coisa impraticável, pois não havia para onde transferir o contingente. O jornalista chegou a ser profético ao descrever algumas possíveis consequências para essa medida do governo, visto que,

A demolição dos casebres da Favela não resolverá o problema. Por todo o Rio, aglomerações semelhantes se formam. Nos morros da cidade vão, pouco a pouco, surgindo às casinhas de taboa, os ranchos primitivos. Ora, a demolição dos casebres da Favela, aumentará a população das Favelas de arrabaldes. E por enquanto, na atual crise domiciliar, será impossível desalojar de suas choupanas toda essa gente pobre. Não nos esqueçamos, portanto, de dar casa aos operários, à gente pobre. A ocasião é excelente<sup>234</sup>.

---

<sup>231</sup> MATTOS, Romulo Costa. *A aldeia do mal*. Op., Cit., p. 69.

<sup>232</sup> “Uma visita ao morro da Favela”, *Jornal do Brasil*, 12/06/1907, p.3.

<sup>233</sup> Idem.

<sup>234</sup> “Choupanas e choças”, *O Paiz*, 17/06/1907, p.2.

Esse fragmento retirado d'*O Paiz* nos ajuda a fazer uma reflexão sobre o posicionamento das classes dominantes em relação aos possíveis desdobramentos da obstinada ordem governamental. Primeiramente, o repórter sinaliza que a destruição das habitações da Favela não solucionaria a questão mais ampla da ocupação desenfreada das encostas da cidade. Muito pelo contrário, ela acarretaria na intensificação da invasão dos outros morros da cidade. Em segundo lugar, essa reportagem nos permite mais uma vez ilustrar o início do processo de substantivação do vocábulo “favela”, visto que o repórter estendeu o sentido da palavra para os outros morros da cidade que continham em sua extensão habitações precárias e insalubres.

Por último, o periodista reivindicou a necessidade de construção de novas residências para os moradores desalojados. Nessa parte, o jornalista deixou transparecer um receio compartilhado pelas classes dominantes, ou seja, a existência de um grande número de populares desabrigados causava uma forte sensação de insegurança no meio social. Isso porque os mais abastados poderiam temer a reação dos indivíduos removidos da Favela. Deste modo, ele reivindicou do governo medidas para solucionar, com certa urgência, o problema da carestia de moradias para os mais pobres.

Vemos que as reportagens que procuravam representar os interesses dos populares eram, perante diversos aspectos, favoráveis aos propósitos das classes dominantes. No entanto, isso não quer dizer que essas matérias tenham surgido apenas em virtude da generosidade dos mais poderosos. Muito pelo contrário, a pressão feita pelos populares contribuiu incisivamente para existência dessas narrativas.

Nesse sentido, poderíamos nos perguntar como os moradores da Favela se opuseram ao processo de desapropriação de suas casas. De acordo com Romulo Mattos, eles “havia protestado em frente às redações dos jornais cariocas”<sup>235</sup>. O autor ainda acrescenta que foi em virtude dessa ação que os impressos passaram a argumentar em favor dos desamparados. A tática adotada parece ter alcançado um resultado positivo, pois o engendrado processo de remoção não foi concluído. Até mesmo porque após o término do prazo imposto pela prefeitura nenhum periódico, segundo nos informa Romulo Mattos, abordou esse assunto novamente<sup>236</sup>.

A tentativa de desalojamento dos moradores da Favela é importante para este trabalho na medida em que ela põe em relevo as razões que levavam os jornais a criticarem os habitantes nas matérias dos assassinatos ocorridos no Morro da Favela.

---

<sup>235</sup> MATTOS, Romulo Costa. **Pelos pobres!** Op., Cit., p. 177-178.

<sup>236</sup> MATTOS, Romulo Costa. **A aldeia do mal.** Op., Cit., p. 70.

Em outras palavras, acreditamos que o fracasso desse projeto influenciou na representação dos indivíduos residentes no Morro da Favela, uma vez que as reportagens se tornaram mais agressivas depois desses acontecimentos<sup>237</sup>. Assim sendo, após refletirmos sobre as investidas feitas pelo governo no Morro da Favela, voltaremos a nos concentrar em analisar o noticiário criminal e proporemos uma confrontação dessas narrativas com as crônicas sobre o morro.

#### **II.4 A elaboração de uma cartografia criminal na cidade do Rio de Janeiro: uma análise comparativa entre o noticiário criminal e as crônicas**

Em geral, as narrativas sobre os homicídios desfechados na Favela exibiam uma composição simples em sua estrutura. Na maior parte das vezes os repórteres transitavam entre dois mundos. De um lado a parte civilizada, com seus monumentos suntuosos, e de outro lado, a parte negligenciada, sobretudo a Favela, área habitada por casebres improvisados.

Esta estrutura é similar às encontradas nos romances criminais franceses. De acordo com Dominique Kalifa, era comum nestes romances o autor intercalar no transcorrer da narrativa a exibição de dois cenários notadamente antagônicos. Dessa forma, era por isso que os personagens transitavam “tão frequentemente da opulência dos belos bairros ao pavor gerado pelas imagens do submundo. Nada melhor para evocar esse horror do que mergulhar o mais profundo possível nas representações”<sup>238</sup>.

Assim sendo, percebe-se claramente que os jornalistas compunham os enredos das reportagens de crimes ocorridos na Favela se apropriando de alguns atributos encontrados nos romances criminais que desfrutavam de estimável sucesso nos países europeus e inclusive no Brasil. Isso porque a contradição estabelecida pela intercalação de cenários destacava o aspecto nebuloso do morro da Favela. Quer dizer, esta confrontação amplificava o efeito de sensibilização encontrado nas narrativas.

Deste modo, essa característica presente no noticiário criminal não se manifestava despreziosamente. Com a confrontação desses cenários antagônicos, os impressos cariocas projetavam os alicerces indispensáveis para a construção de uma geografia simbólica na cidade do Rio de Janeiro, pois com o aparecimento do morro da

---

<sup>237</sup> Ibidem, p. 72-73.

<sup>238</sup> KALIFA, Dominique. **Os lugares do crime: topografia criminal e imaginário social em Paris no século XIX**. Topoi (Rio de Janeiro). Rio de Janeiro, v.15, n.25, p.287-307. Jan./Jul. 2014. p.304.



Favela nas páginas impressas, os jornalistas edificaram metaforicamente outra cidade no interior da Capital Federal, fruto da imaginação dos letrados, essa localidade era concebida como o oposto da parcela civilizada.

Por conseguinte, a delimitação de fronteiras por parte dos jornais representou a rejeição das regiões da cidade que obstaculizavam a consolidação das reformas urbanas em voga nesse período. Sendo assim, os discursos dos periódicos tendiam a condenar em absoluto os comportamentos contrários aos princípios instituídos por esse projeto, especialmente os hábitos e costumes dos moradores da Favela eram retratados como nocivos e prejudiciais à inserção do país na rota da civilização. O efeito prático dessa atitude consistiu na modificação definitiva da maneira pelo qual a sociedade, como um todo, enxergava os habitantes da Favela<sup>239</sup>.

O principal modo de demarcar uma distinção territorial na cidade do Rio era confrontando as paisagens encontradas no Morro da Favela com as luxuosas construções erigidas no alvorecer da República. Assim sendo, os jornais tendiam a identificar esse morro como um ambiente arcaico e fadado ao declínio, onde o cotidiano dos moradores era retratado de forma semelhante ao evidenciado no âmbito rural. Por outro lado, os monumentos recém-edificados seriam expressões de um novo tempo, ou seja, eram símbolos, por excelência, do advento da nova ordem social instituída com proclamação da República.

Deste modo, a oposição entre o mundo rural e o urbano esteve presente nos relatos que abordavam os assassinatos sucedidos no Morro da Favela. De acordo com esta perspectiva, era especialmente nos territórios sertanejos do país onde a incidência de crime era mais acentuada. Logo, essa analogia era reiterada para corroborar o argumento de que essa localidade era a mais perigosa do Rio de Janeiro. Apesar disso, mesmo que algumas regiões apresentassem um número elevado de homicídios em comparação às demais, a incidência de assassinatos estava disseminada por toda a extensão territorial da cidade.

Os crimes de morte aconteciam até mesmo no metro quadrado mais valorizado da cidade do Rio, ou seja, na Avenida Central, símbolo expoente e o que melhor personificava o caráter das reformas urbanas implementadas nos primeiros anos do século XX. Nesse sentido, é importante observarmos como eram retratados os

---

<sup>239</sup> MATTOS, Romulo Costa. **A aldeia do mal**. Op., Cit., p. 13.

assassinatos ocorridos nessa localidade com o fito de compará-los com as narrativas dos homicídios sucedidos na Favela.

Uma característica, em especial, une essas diferentes matérias. Isto é, os jornalistas, antes de narrarem os acontecimentos que davam origem ao crime, costumavam introduzir alguns comentários sobre os locais que serviram de cenário para o assassinato. Como já foi apontado, nos bastidores dos impressos, essa era uma estratégia redacional comumente conhecida como “cabeça”.

É imprescindível ilustrarmos como essas “cabeças” eram diferentes das construídas na descrição dos crimes dos morros cariocas. Vale ressaltar que não pretendemos entrar nos pormenores de cada caso, pois nosso intuito é tão somente exemplificar as disparidades entre essas narrativas. Deste modo, iniciaremos com o introito de um homicídio cometido na Avenida Central. O periodista observa que nessa artéria da cidade

de um e outro lado, em ambos os sentidos, elegantes automóveis, carros descobertos, *diletante* passeavam, parando em frente aos edifícios, cuja construção moderna enche de graça, de verdadeiro encanto o espírito observador, ávido de novidades<sup>240</sup>.

O interessante nesse fragmento é que o repórter deixou transparecer o seu entusiasmo com a inauguração da mais moderna Avenida da Capital Federal e das propriedades que ali foram construídas. Além disso, vemos outro fator que contribuiu para que o noticiário fosse simpático com esse ambiente, isto é, o advento dos automóveis na Avenida sinalizava o rumo desses novos tempos e se converteu em mais um símbolo do florescimento da civilização no Brasil.

Se isolarmos essa introdução do restante da narrativa, julgaríamos certamente que o repórter estava se referindo às solenidades surgidas em decorrência da inauguração da Avenida Central. Porém, essa era a “cabeça” da notícia de um homicídio ocorrido nessa localidade. Esta maneira de retratar esse crime, também esteve presente em outros periódicos. Vejamos como a *Gazeta de Notícias* divulgou este episódio:

O primeiro assassinato praticado na magnífica via pública não foi talvez a contento dos mais exigentes. Não foi o epílogo de uma tragédia escandalosa, nem os seus protagonistas pertencem à alta sociedade. Por isso, o crime de ontem, se fizer época, não será devido

---

<sup>240</sup> “Homicídio”, *Correio da Manhã*, 05/02/1906, p.2.

a outro motivo, talvez, que ao de ter sido o batismo de sangue da Avenida <sup>241</sup>.

Mais uma vez, vemos que os adjetivos utilizados para descrever a Avenida Central – neste caso “magnífica” – eram opostos aos empregados na elaboração dos relatos dos crimes ocorridos no Morro da Favela. Em particular, esse noticiarista deixou até mesmo transparecer a sua frustração em relação ao crime. Isso porque esse homicídio não alcançou o *status* de sensacional e também não contou com a participação direta de indivíduos oriundos das classes mais abastadas.

Esse dado trazido pelo jornalista é significativo sob diversos ângulos. Por um lado, ele nos indica que os assassinatos protagonizados pelos ricos tendiam a chamar mais a atenção da população. Por outro lado, vemos que a imprensa procurava separar territorialmente as diferentes classes sociais. Dessa maneira, a Avenida Central seria um espaço exclusivo dos grupos dominantes, logo, os crimes sucedidos ali deveriam contar, necessariamente, com a participação direta dos indivíduos mais afortunados.

Nesse sentido, os jornalistas seriam “guardiães” <sup>242</sup> de seus domínios, sobretudo se levarmos em consideração que a maioria dos periódicos havia mudado para a Avenida Central após a sua inauguração. Outro repórter ao descrever esse assassinato ocorrido na localidade nos indica de qual parte da cidade ele estava vociferando, ou seja, ao se colocar diante desses espaços, criados artificialmente pelos letrados, ele se projeta ao lado das mudanças e compartilha das premissas que dão corpo a esse discurso. Isso porque ao iniciar a narrativa ele ressaltou que era o primeiro assassinato que se dava na “majestosa artéria carioca e oxalá seja o último” <sup>243</sup>.

Em contrapartida, quando os crimes ocorriam nos morros cariocas, as imaginárias barreiras que separavam os jornalistas dessas regiões impediam que eles defendessem o mesmo posicionamento diante dos crimes ocorridos nos territórios ocupados pelos grupos populares. Assim sendo, os impressos se interessavam mais em destacar os assassinatos manifestados nos ambientes frequentados pelos indivíduos pobres, empregando, obstinadamente, uma linguagem que depreciava esses espaços.

---

<sup>241</sup> “Assassinato”, *Gazeta de Notícias*, 05/02/1906, p.1.

<sup>242</sup> Como nos informa Bronislaw Baczko, “ao produzir um sistema de representações que simultaneamente traduz e legitima sua ordem, qualquer sociedade instala também “guardiães” do sistema que dispõem de uma certa técnica de manejo das representações e símbolos”. BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social*. In: ROMANO, Ruggiero (Dir.). **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1985, vol.5. pp. 296-332. p. 299.

<sup>243</sup> “Assassinato na Avenida Central”, *A União*, 05/02/1906, p.1.

A ênfase na demarcação de fronteiras também foi compartilhada pelos escritores que retrataram o Morro da Favela em suas crônicas. Deste modo, não era apenas no noticiário criminal divulgado pelos periódicos que tal discurso era empregado. As crônicas são fontes úteis para os historiadores na medida em que elas nos permitem enriquecer as histórias das cidades e nos possibilitam aprofundar os dados extraídos nos documentos oficiais. Segundo Romulo Mattos, elas devem ser lidas “como narrativas subjetivas do real vivido e esboços de identidades”<sup>244</sup>. Isso porque, assim como os repórteres dos jornais diários, os escritores estiveram estreitamente envolvidos com os projetos políticos das classes dominantes<sup>245</sup>.

Orestes Barbosa foi um dos escritores que focalizou o Morro da Favela em suas crônicas. O tema preferido de suas narrativas eram as imagens do submundo, o retrato das camadas mais baixas da sociedade e da miséria que assolava os ambientes em que os populares circulavam. Inclusive, ele adquiriu maior notoriedade ao descrever os prisioneiros da Casa de Detenção do Rio de Janeiro. Nesta instituição penal, Orestes Barbosa ficou detido durante um curto período e o contato mais estreito com essas personagens rendeu ao cronista uma enorme variedade de assuntos que posteriormente estiveram presentes nos seus livros - principalmente n’o *Bambambã*.

E foi justamente nessa obra que Orestes mirou sua pena para o Morro da Favela. Optamos por analisar, particularmente, as passagens que remontam a uma divisão territorial, ainda que fictícia, na cidade do Rio de Janeiro. De acordo com o cronista:

Há sem dúvida duas cidades no Rio. A misteriosa é a que mais me encanta.

Eu goste de vê-la e senti-la na luta contra a outra – a cidade que todos têm muito prazer em conhecer...<sup>246</sup>.

Vemos, claramente, que o nosso cronista corroborou com a interpretação que postulava a existência de outra cidade encravada no interior da Capital Federal. Além disso, Orestes proclamou que ele tinha maior afinidade com o lado menos conhecido do grande público, isto é, os locais onde os cidadãos oriundos das classes dominantes nunca tinham ido, uma vez que,

---

<sup>244</sup> MATTOS, Romulo Costa. **Pelos pobres!** Op., Cit., 227.

<sup>245</sup> Porém, alguns literatos denunciaram em suas obras os projetos políticos em voga neste período. Um escritor que se manteve sempre em franca oposição ao governo foi Lima Barreto. Segundo Nicolau Sevcenko, o autor fazia de seus escritos verdadeiros “instrumentos de pressão e de transformação social e política”. SEVCENKO, Nicolau. Op., Cit., p. 218.

<sup>246</sup> BARBOSA, Orestes. Op., Cit., p.115.

Pouca gente já subiu aquela montanha – raríssimas pessoas chegaram a ver e a compreender o labirinto das baiucas, esconderijos, sepulturas vazias e casinhas de portas falsas que formam toda a originalidade do bairro terrorista onde a polícia do 8º distrito não vai. Os *chauffeurs*, depois de dez da noite, não aceitam passageiros para a Rua da América. Os bondes depois dessa hora passam a nove pontos, e o motoneiro e o condutor levam nas mãos as suas pistolas engatilhadas

<sup>247</sup>

Assim sendo, por ser o nosso cronista grande conhecedor do Morro da Favela, caberia somente a ele desvendar os mistérios que cercavam essa outra “cidade”, muitas vezes estrangeira aos olhos daqueles que ficavam restritos às avenidas recentemente construídas no contexto das reformas urbanas. Vemos também que o autor sinaliza os contornos desse território ao estabelecer alguns pontos limítrofes. Por conseguinte, uma área de transição entre esses dois “mundos”, assim entendia Orestes, seria a Rua da América. Isso porque quem caminha por ela,

bem sabe que já nesta rua devia sentir temor... Ao longe a Favela tem até uma aparência poética – aqueles casebres que dão ideia da pobreza resignada, alguns arbustos descontentes com o terreno em que vivem, e os lampiões, em pontos diferentes, tortos, como bêbados, piscando o olhar cá para baixo <sup>248</sup>.

Em particular, esse trecho é significativo porque ele nos permite visualizar de *onde* o cronista estava observando esse outeiro, ou seja, o *lugar social* que fomentava esse discurso. Orestes Barbosa, assim como os repórteres policiais, descrevia a paisagem da Favela sob a óptica de quem vive nas áreas mais “civilizadas” da cidade e a partir das impressões que só podem ser captadas a certa distância. Esse fator foi determinante para que as descrições do ambiente da Favela estivessem carregadas de expressões que desqualificavam os moradores e o seu cotidiano <sup>249</sup>.

Além de Orestes Barbosa, outros escritores retrataram o Morro da Favela em suas crônicas. Particularmente, um desses autores apresentou em sua narrativa uma

---

<sup>247</sup> Ibidem, p.111.

<sup>248</sup> Idem.

<sup>249</sup> Vale ressaltar que Orestes Barbosa apresentava uma visão de mundo demasiadamente particular. De acordo com Monica Pimenta Velloso, isso se dava em virtude da sua “posição fronteiriça”. Orestes circulava entre “universos culturais distintos”. Assim sendo, esta dupla vinculação cultural era responsável pelas opiniões temperadas com forte ambiguidade, ou seja, ao mesmo tempo em que o cronista dava visibilidade aos territórios relegados pela cultura “oficial”, ele construía um discurso que reforçava os estereótipos atrelados a estes espaços. VELLOSO, Monica Pimenta. **A cultura das ruas do Rio de Janeiro**. Op. Cit., p. 36.

estrutura muito semelhante a que foi utilizada por Orestes. Benjamim Costallat também percebia e existência de dois espaços contrastantes no âmago da cidade do Rio de Janeiro. Isso se torna evidente quando esse cronista relata o seu regresso de uma visita ao Morro da Favela: “com muito custo descemos, chegamos, finalmente, à rua, ao pé do morro. Voltávamos à vida, à cidade, com luz, com ruas, com bondes”<sup>250</sup>.

Vemos que os cronistas se intitulavam sujeitos corajosos por circularem nas áreas perigosas em busca das informações que seriam as “fontes” dos seus relatos. Por outro lado, eles representariam uma espécie de tradutores dessa realidade para os indivíduos que nunca estiveram nesse morro e eram oriundos dos estratos mais altos da sociedade. Nota-se claramente que esses intelectuais desempenhavam o papel de intermediadores culturais, sobretudo pelo trânsito livre entre os diferentes “mundos sociais”. Os autores supracitados conseguiam, ainda que de maneira desigual, “veicular e pôr em contato valores, percepções e hábitos culturais distintos”<sup>251</sup>.

À exceção de Orestes Barbosa, a grande maioria dos repórteres policiais e escritores eram provenientes de famílias economicamente poderosas. Assim sendo, por estarem em campos opostos e conflitantes, os cronistas recriminavam os habitantes da Favela, suas moradias e costumes. De acordo com Costallat, o Morro da Favela, juntamente com a Rua da América, eram os locais que mais ofertavam “pensionistas para a prisão”<sup>252</sup>. Percebe-se, claramente, o objetivo de representar essa região como sendo o reduto principal das classes perigosas. O cronista também destacou as peculiaridades de cada uma das localidades pertencentes a este território, isto é, enquanto que “lá em cima, no morro, é o crime, é a facada, a violência, a vingança, a valentia; cá em baixo, na Rua da América, é o roubo, é a astúcia, é o profissional da gazua e do pé-de-cabra”<sup>253</sup>.

Vemos que Benjamim Costallat, assim como Orestes Barbosa, delineou as fronteiras imaginárias que separavam essas cidades. Ambos revelaram que a Rua da América representava uma espécie de local de transição entre esses dois espaços, marcadamente antagônicos. O transeunte que caminhava por aquela rua estava adentrando na cidade do crime, do caos e do mistério. Nota-se, ainda, que o cronista pretendeu especificar as vocações criminais das microrregiões desse território. Se por

---

<sup>250</sup> COSTALLAT, Benjamim. **Mistérios do Rio**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1990. p. 39.

<sup>251</sup> VELLOSO, Monica Pimenta. **A cultura das Ruas no Rio de Janeiro**. Op. Cit., p. 21.

<sup>252</sup> COSTALLAT, Benjamim. Op., Cit., p. 37.

<sup>253</sup> Ibidem, p. 33.

um lado, a rua que dava acesso ao morro era caracterizada pelos crimes contra a propriedade – roubo e furto –, o Morro da Favela se distinguia pelos crimes contra a pessoa – homicídio, tentativa de homicídio e ofensas físicas.

Apesar das distinções, ambas as localidades eram pertencentes à outra cidade que foi criada pela imaginação dos letrados. Esse território foi concebido pelos cronistas tendo como principal contraponto os espaços e os monumentos construídos nas reformas urbanas. Em outras palavras, o Morro da Favela – capital simbólica da cidade do crime – era representado de forma diametralmente oposta à cidade da ordem – ou seja, a cidade considerada ideal pelas classes dominantes. Assim sendo, alguns aspectos do morro eram descritos em comparação aos atributos provenientes desse modelo de civilização:

Na Favela ninguém paga impostos e não se vê um guarda civil. Na Favela, a lei é a do mais forte e a do mais valente. A navalha liquida os casos. E a coragem dirimem as contendas. Há muito crime, muita morte, porque são essas as soluções para todos os gêneros de negócios – os negócios de honra com os negócios de dinheiro<sup>254</sup>.

Nota-se que Benjamim Costallat descreveu o Morro da Favela como sendo a antítese da clássica concepção de uma cidade civilizada. Para tanto, o cronista apontou alguns contrastes, ainda que implicitamente, entre este morro e as demais regiões da cidade. Na Favela, segundo entendia Costallat, os preceitos básicos para a organização social não estavam disponíveis. Assim sendo, a ausência desses elementos – neste caso específico, lei, imposto e polícia – reforçava o caráter ilegítimo da aglomeração nas encostas.

A impotência do governo diante desse território, segundo os cronistas, fomentou a existência de um poder paralelo no Morro da Favela. Por conseguinte, a ineficácia do Poder Público deu ensejo para o aparecimento de algumas personalidades que exerceram a sua autoridade sobre essa região. Em especial, na visão dos escritores supracitados, uma figura se destacou nesse papel de árbitro local. De acordo com Benjamim Costallat,

um dia chegou à Favela um homem – *Zé da Barra*. Vinha da Barra do Piraí. Já trazia grande fama. Suas proezas eram conhecidas. Era valente, mais um grande coração. E *Zé da Barra* chegou e dominou a

---

<sup>254</sup> Ibidem, p. 37.

Favela... E a Favela, que não conhece polícia, não conhece impostos, não conhece autoridades, conheceu Zé da Barra e a ele teve que obedecer!<sup>255</sup>.

Vemos que o cronista apontou esse personagem como líder dos moradores da Favela. Nesta localidade ele desempenhava diversas funções que eram da alçada do governo. Orestes Barbosa também enfatizou a notoriedade deste indivíduo em suas crônicas sobre o Morro da Favela. De acordo com este último, “o chefe de polícia da Favela não é desembargador nem general – é o José da Barra, com quem o chefe de Polícia da capital da República não quer conversa”<sup>256</sup>.

Nesse quesito, percebemos nitidamente uma aproximação entre os cronistas, isto é, ambos os escritores indicaram o Zé da Barra como o principal agente responsável pelo gerenciamento do cotidiano do Morro da Favela. Creio que essas similaridades não se apresentavam casualmente; esse personagem foi destacado nas crônicas em virtude dele materializar as diferenças entre estas regiões – ou cidades, como os cronistas intitulavam.

Como podemos perceber através das crônicas, a delimitação desses espaços se dava por diversas maneiras. Por um lado, ela era traçada territorialmente, ou seja, através da justaposição de cenários contrastantes. Por outro lado, os autores afirmavam que essas regiões não pertenciam à mesma jurisdição. Isso porque, segundo entendiam os cronistas, o Morro da Favela contava com sua própria autoridade e não estava sob a tutela dos agentes externos<sup>257</sup>.

Ao utilizarmos as crônicas neste trabalho nosso objetivo principal foi esquadrihar como os escritores apresentaram o Morro da Favela. Para tanto, buscamos analisar os trechos em que os diferentes autores esboçaram o mapa criminal da cidade do Rio de Janeiro. Deste modo, observamos que essa maneira de descrever a Favela não estava restrita apenas aos jornais da grande imprensa e ao seu noticiário criminal.

Assim sendo, percebemos que as crônicas e as reportagens sobre os homicídios partilhavam do mesmo universo valorativo. A construção de uma cidade do crime, cuja capital simbólica era o Morro da Favela, era conveniente porque implicitamente ela admitia a existência de uma cidade da ordem. Em outras palavras, a negação do Morro

---

<sup>255</sup> Idem.

<sup>256</sup> BARBOSA, Orestes. Op., Cit., p. 112.

<sup>257</sup> Cabe frisar que esse personagem presente nas crônicas dos escritores supracitados não era necessariamente fictício, pois encontramos referência ao Zé da Barra no depoimento prestado pelo acusado de um homicídio nesse morro. Em um momento mais oportuno, iremos analisar esse crime.



da Favela nos periódicos e nas crônicas legitimava e corroborava a suposta superioridade do mundo concebido como civilizado. A tarefa do historiador consiste em averiguar como esses discursos são elaborados no decorrer do processo histórico.

Neste item evidenciamos como esse discurso foi compartilhado por diferentes gêneros textuais. Essa forma de representar o Morro da Favela, tanto na imprensa quanto nas crônicas, era um elemento indispensável para a reprodução de um determinado tipo de sociedade engendrada pelas classes dominantes. Deste modo, ao constatarmos esse esquema, é forçoso, como sugeriu Marcos Bretas, refundirmos “estes espaços, fazendo uma cartografia da cidade do crime, onde se perceba uma só cidade enfrentando o drama de sua compartimentação”<sup>258</sup>.

Como podemos observar, a visão de mundo das classes dominantes expressava como característica fundamental um “discurso ideológico dualista e profundamente maniqueísta - baseado na tradição cristã ocidental de procurar distinguir sempre o bem do mal, o certo do errado”<sup>259</sup>. Logo, muito em decorrência dos resquícios dessa prática, o Morro da Favela foi representado como sendo a cidade do crime. Desta maneira, percebemos que os jornalistas e os cronistas construíram o perfil dos habitantes da Favela, fossem estes malfeitores ou não, parecido com a definição usual dos criminosos natos e/ou habituais<sup>260</sup>. Nesse sentido, os repórteres destacaram algumas características observadas na conduta dos moradores da localidade para, em seguida, identificá-las com o comportamento comumente apresentado pelos indivíduos transgressores da lei.

No entanto, como bem salientou Aderbal de Carvalho, “o criminoso não é um tipo anatomicamente psíquico ou social, e que é uma utopia procurar um traço especial, que caracterize o criminoso em sua complexidade anatômica, psíquica e social”<sup>261</sup>. Por conseguinte, o autor se manifestou cético em relação aos métodos utilizados na identificação dos criminosos. Segundo o autor, haveria certos limites que impediam a exatidão desses mecanismos de classificação.

---

<sup>258</sup> BETRAS, Marcos Luiz. **Guerra das Ruas. Povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional – Ministério da Justiça, 1997. p. 73.

<sup>259</sup> CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. Op., Cit., p. 78.

<sup>260</sup> De acordo com Aurelino Leal, os criminosos natos ou instintivos, “São homens ou selvagens ou brutos, ou então velhacos e ociosos, que não fazem distinção entre a morte, o roubo, o crime em geral”. Por sua vez, “os criminosos por hábito adquirido são os que não tendo tão acentuados caracteres antropológicos do criminoso nato, cometem seu primeiro delito muitas vezes na mocidade e até na infância, quase exclusivamente contra a propriedade e muito mais por fraqueza moral com a impulsão da circunstância e do meio mefítico, do que por tendências inatas e enérgicas”. LEAL, Aurelino. **Germens do Crime**. Bahia: Livraria Magalhães, 1896. p.207.

<sup>261</sup> CARVALHO, Dr. Aderbal. **Preleções de Direito Penal**. Rio de Janeiro: Bernard Freres, 1914. p.14.

Em pormenores, esta postura já vinha se desenvolvendo lentamente dentro desse campo do conhecimento, onde alguns criminalistas tinham passado a questionar veementemente determinadas premissas tidas como verdadeiras. Como por exemplo, alguns defendiam que não existia nenhuma relação entre o formato do rosto e a probabilidade desse indivíduo cometer um tipo específico de crime, algo percebido como verdade em outros momentos<sup>262</sup>. Além disso, outros autores denunciavam que o meio social degenerado não fomentaria somente indivíduos criminosos<sup>263</sup>.

Deste modo, a questão da criminalidade e do criminoso seriam temas mais complexos e não poderiam ser respondidas apenas sobre o prisma de alguns fatores. Estes até que poderiam influir nesse processo, mas isso não quer dizer que os indivíduos que tiveram origens e trajetórias similares fossem revelar, no decorrer de suas vidas, concepções de mundo e valores rigorosamente iguais.

Ainda, vale ressaltar que Aderbal de Carvalho era professor de direito e o trecho foi extraído de sua obra baseada nas aulas realizadas no terceiro ano letivo da Faculdade Teixeira de Freitas. Dessa forma, percebe-se que aos poucos iriam surgindo novos apontamentos sobre a criminologia que começaram a deteriorar a “aparelhagem mental”<sup>264</sup> até então em voga.

Sendo assim, em 1914, ano de publicação dessa obra, os cursos de direito já se preocupavam em formar novos profissionais oferecendo algumas ressalvas aos enunciados mais proeminentes desta área. No entanto, no que tange à imprensa carioca da primeira década do século XX, essa perspectiva ainda não havia encontrado muitos defensores. Com isso, em vista das abordagens feitas pelos jornalistas sobre os homicídios ocorridos na Favela, torna-se evidente o quanto a representação construída sobre o morador da Favela deitou suas raízes num *modus operandi* que objetivava reconhecer o criminoso levando em consideração, especialmente, a sua aparência.

---

<sup>262</sup> Henrique Ferri, proeminente criminalista, assim descreveu a sua experiência na elucidação dos tipos de criminosos: “No asilo de Magnon, eu demonstrei então, a Lacassagne e Tarde, como no tipo somático se podiam distinguir os violentos (homicidas) dos ladrões não violentos, os primeiros com mandíbulas grossas e quadradas (que eu demonstrei ser caráter bastante frequente nos sanguinários por instinto), zigomas salientes, fronte fugidia ou estreita, olhos pequenos e vítreos, enquanto que os ladrões (especialmente os gatunos) tem mandíbulas delgadas e olhos mobilíssimos”. FERRI, Henrique. **Princípios de Direito Criminal. O criminoso e o crime**. São Paulo: Livraria Acadêmica Saraiva, 1931. p.248.

<sup>263</sup> “Em todo o caso, a miséria é um fator constante da criminalidade, embora secundário. É um veículo capaz de conduzir inclinações latentes, mas que não seriam patenteadas sem o auxílio”. LEAL, Aurelino. **Estudos da Sociologia e Psicologia Criminal**. Op., Cit., p.44.

<sup>264</sup> Utilizo o termo – “aparelhagem mental” – quando me refiro ao “modo de pensar e sentir” de uma determinada época. CHARTIER, Roger. **A beira da falésia: a história entre certezas e incertezas**. Porto Alegre/RS: Editora da UFRGS, 2002. p. 30.

Isso nos revela que a imprensa se apoiava nas teorias que almejavam reconhecer o criminoso através da análise de seu meio social e por sua compleição física. Deste modo, seguindo esta linha raciocínio, os jornalistas tão-somente ao observarem os moradores do Morro da Favela conseguiriam detectar sua predisposição ao crime. No entanto, como já foi observado, alguns estudiosos sobre o crime no Brasil já vinham reconsiderando tais premissas.

## **II.5 A Freguesia de Santana e o Morro da Favela: a multiplicidade de agentes de segurança pública e o desenlace de conflitos**

Neste item buscaremos inserir no debate sobre o Morro da Favela, a região que o circundava, ou seja, analisaremos mais detidamente a freguesia de Santana. O nosso interesse por essa região surgiu em decorrência de algumas particularidades evidenciadas, especialmente, por ser a pretoria de Santana responsável por abrigar os processos criminais dos homicídios cometidos no Morro da Favela. Deste modo, era fundamental evidenciarmos as relações estabelecidas entre o morro e as outras áreas que compunham a freguesia.

Acreditamos que Santana apresentava um maior número de assassinatos entre as freguesias situadas no centro da cidade. Podemos cogitar isto em virtude da confluência de alguns fatores. Em primeiro lugar, a pretoria de Santana estava encravada numa das regiões mais povoadas da Capital Federal no início do século XX. Esta área teve sua densidade demográfica aumentada, sobretudo, na época do bota abaixo empreendido no governo Pereira Passos. Isso porque as picaretas aguçadas não a afetaram incisivamente, como se verificou em outros distritos. Em consequência disso, os moradores das áreas reformadas migraram para a região de Santana em busca de uma nova morada.

Para Marcos Bretas, nos anos de 1908 e 1909, Santana foi o distrito que apresentou o maior número de crimes entre todos os distritos policiais da Capital Federal<sup>265</sup>. Por sua vez, em sua dissertação de mestrado, Leric de Castro Garzoni analisou os processos criminais envolvendo mulheres reincidentemente autuadas pelo delito de vadiagem na pretoria de Santana. A autora observa, de uma maneira geral, que

---

<sup>265</sup> BRETAS, Marcos. **Ordem na Cidade. O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro. 1907-1930**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1997. p. 29.

“a grande quantidade de documentos policiais arquivados sobre essa área testemunha que ela recebeu especial atenção da polícia”, sobretudo, nos primeiros anos do século XX<sup>266</sup>.

Esta região era habitada, de acordo com Garzoni, principalmente pelos trabalhadores pobres que foram desapropriados de suas casas nas áreas reformadas. Além disso, a autora aponta que neste momento Santana se notabilizava por abrigar um número muito elevado de habitações coletivas e botequins<sup>267</sup>. Ainda mais se formos traçar um comparativo entre este distrito e as outras regiões que haviam sofrido um maior impacto com as transformações urbanas. Isso nos evidencia, como atestou Cláudia Paixão, que “apesar dos populares terem tido seu local de moradia removido, frente a uma reforma autoritária, desenvolveram estratégias e continuaram a disputar o espaço urbano com as elites”<sup>268</sup>.

Os habitantes de Santana se caracterizavam pela diversidade étnica. Ali se encontravam indivíduos de nacionalidades variadas que viviam muitas vezes no mesmo ambiente, isto é, nas hospedarias, casas de cômodos, estalagens, cortiços e avenidas. O geógrafo Everardo Backheuser descreve os diferentes tipos sociais que ali se homiziavam nos primeiros anos do século XX: “trabalhadores, carroceiros, homens ao ganho, catraieiros, caixeiros de bodegas, lavadeiras, costureiras de baixa freguesia e mulheres de vida reais”<sup>269</sup>. Ele também afirma que Santana era a região que mais concentrava habitações coletivas. Menciona até mesmo os locais onde elas se aglomeravam mais intensamente, como nas ruas Camerino, Barão de São Felix e Visconde de Itaúna. De qualquer forma, estas instalações se espalhavam por uma infinidade de outras ruas dos bairros da Saúde, Gamboa e Cidade Nova<sup>270</sup>.

Para complementar o quadro social dessa região, Everardo Backheuser, necessariamente, deveria mencionar os militares – Exército e Marinha – e os policiais que também eram bastante numerosos nessa área da cidade. Lericé Garzoni observou que alguns policiais residiam próximos das mulheres processadas por vadiagem. Sendo

---

<sup>266</sup> GARZONI, Lericé de Castro. **Vagabundas e conhecidas: novos olhares sobre a polícia republicana**. (Rio de Janeiro, início século XX). Dissertação de Mestrado em História, IFCH/UNICAMP, 2007. p..5.

<sup>267</sup> Idem.

<sup>268</sup> PAIXÃO, Cláudia Míriam Quelhas. Op., Cit., p.44.

<sup>269</sup> BACKHEUSER, Everardo. “Onde moram os pobres”. **Revista Renascença. Revista Mensal de Letras, Ciências e Artes**. Ano 2, Março de 1905, n.13. *apud* PAIXÃO, Cláudia Míriam Quelhas. **Rio de Janeiro e o morro do Castelo: populares, estratégias de vidas e hierarquias sociais (1904-1922)**. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói, 2008. p.42-43.

<sup>270</sup> Idem.

assim, a autora ressalta que muitas vezes eles esbarravam com estas mulheres nos botequins, casas de pastos e habitações que se multiplicavam nas inúmeras ruas que cortavam esse distrito<sup>271</sup>.

Este contato estreito entre policiais e paisanos também foi evidenciado no noticiário criminal dos homicídios cometidos nessa região. Não foram poucas as vezes em que nos deparamos com policiais e militares envolvidos em casos de assassinato. Ora tinham participação direta no crime, como assassinos ou vítimas, ora estavam presentes no ambiente em que o homicídio foi perpetrado.

A multiplicidade de agentes nessa área da cidade dava ensejo para que os conflitos entre os militares e a polícia fossem frequentes. Importante salientar que os agentes envolvidos nesses crimes eram, geralmente, oriundos das camadas inferiores das corporações. Os mínguaos salários desses agentes faziam com que eles optassem por fixar residência na região de Santana. Isso porque essa freguesia era a que mais ofertava moradia aos pobres, principalmente, as hospedarias e casas de cômodos eram as alternativas mais acessíveis para esses indivíduos.

Não obstante, outros fatores contribuíram para o florescimento de conflitos entre as diferentes forças repressivas. Santana era o mais importante entroncamento da cidade, especialmente por abrigar a principal estação ferroviária da Capital Federal. Nessa área o fluxo de pessoas era incessante, pois os trabalhadores que moravam nos subúrbios, necessariamente, passavam pela Estação Central antes de continuarem os seus trajetos até os locais de trabalho. Por conseguinte, a migração pendular da população residente nas áreas suburbanas também poderia colaborar para a conflagração de pequenos distúrbios entre os indivíduos situados em diferentes camadas sociais, inclusive, entre militares de baixa patente e os soldados da Polícia.

É importante mencionarmos outra singularidade que contribuía diretamente para que as distintas forças de segurança entrassem em constantes desavenças nessa área da cidade. A freguesia de Santana abrigava em seus limites o Quartel General do Exército, situado em frente à estação ferroviária, logo, essa região concentrava um expressivo contingente de militares que, segundo Bretas, “sempre foi sinônimo de problemas para a polícia”<sup>272</sup>.

Vemos que o cenário mais amplo em que o Morro da Favela estava inserido era reconhecido pela incidência de crimes protagonizados pelos militares, paisanos e a

---

<sup>271</sup> GARZONI, Leric de Castro. **Vagabundas e conhecidas** Op., Cit., p.5.

<sup>272</sup> BRETAS, Marcos. **Ordem na Cidade**. Op., Cit., p. 28.

polícia. Ao investigarmos o noticiário criminal encontramos inúmeras ocorrências que retrataram os conflitos em que esses agentes estiveram envolvidos no Morro da Favela. Em especial, foram rastreados em maior quantidade os crimes cometidos pelos praças do Exército.

Como temos visto nos decorrer do capítulo, em (quase) todos os crimes sucedidos no Morro da Favela, o periodista introduzia a narrativa tecendo alguns comentários sobre o território. Nas reportagens dos crimes cometidos pelos agentes essa característica também esteve presente:

O perigoso reduto dos homens desordeiros, que se dizem valentes, tornando-se ultimamente silencioso e esquecido, volta agora ao tempo antigo, fornecendo a nota sensacional e sangrenta, cheia de mistério e horror. (...) Os donos do reduto, os valentes da Favela, são única e exclusivamente valentes, promovem desordens, espancam, ferem e matam- mas não roubam<sup>273</sup>.

Vemos que o jornalista classificou o Morro da Favela como sendo um território habitado pelas classes perigosas. Conforme salientamos inúmeras vezes, esse era um discurso largamente difundido pelos impressos cariocas. Contudo, esse repórter nos permitiu evidenciar quem eram os “donos do reduto”, ou seja, quais os grupos sociais que dominavam o cenário criminal da Favela. Segundo o periodista: “os que não são soldados do Exército, são homens trabalhadores”<sup>274</sup>.

Nota-se que o jornalista definiu os militares como sendo os “valentes da Favela”. Ele ainda menciona que uma parcela significativa dos seus habitantes eram oriundos das classes armadas:

Segundo os costumes, os moradores da Favela, quando ouvem nos quartéis, cá em baixo, no centro da cidade, o toque de silêncio eles, parece que obedecendo aos preceitos da disciplina militar, também vão se recolhendo aos seus casebres, verdadeiros cortiços imundos e infectos<sup>275</sup>.

Vemos que os militares não circulavam apenas nas ruas centrais da freguesia de Santana, pois o noticiário criminal nos indicou que eles eram figuras de destaque no

---

<sup>273</sup> “Última noite de um larápio”, *A Imprensa*, 15/07/1909, p.2.

<sup>274</sup> Idem.

<sup>275</sup> Idem.

Morro da Favela. É significativa essa correlação entre as classes perigosas e as classes armadas nas páginas dos impressos. Acreditamos que tal paralelo foi construído em decorrência dos inúmeros conflitos protagonizados pelos soldados no Morro da Favela.

Assim sendo, analisaremos alguns desses relatos que foram divulgados pelos jornais cariocas. Nosso principal objetivo aqui é compreender como os jornalistas abordavam os conflitos protagonizados pelos militares no Morro da Favela. Como vimos anteriormente, em particular, uma característica unia as diferentes narrativas sobre esses crimes, isto é, a crítica ao morro e aos hábitos dos moradores estava presente desde as linhas introdutórias. Por conseguinte, daqui em diante, privilegiaremos recompor os pormenores de cada cena de sangue, ou seja, a forma como os impressos retratavam os acontecimentos que antecediam os crimes.

Deste modo, nossas atenções estarão voltadas para os detalhes das ocorrências criminais em que os militares estiveram envolvidos no Morro da Favela. Cabe frisar que os repórteres apontavam as motivações do homicida com a prática do crime, porém, uma infinidade de outras causas poderia ser relegada no momento da confecção da matéria. Portanto, não podemos considerar esses relatos como verdades absolutas.

Os crimes cometidos pelos praças do Exército eram frequentes nas páginas impressas, especialmente os desenlaçados no Morro da Favela. Os relatos sobre essas ocorrências nos permite avaliar o modo de vida dos seus habitantes, principalmente dos personagens principais da cena de sangue. Com o fito de ilustrar o que estamos sublinhando é fundamental a apreciação de algumas reportagens:

O anspeçada Antônio José de Lima n.31 da 3ª companhia de 1º batalhão de infantaria do exército, reside em casa de Antônio Martins Rodrigues Tavares, naquele morro em companhia de sua mulher, Maria Magdalena do Espírito Santo. Eram constantes as cenas de ciúme entre o casal, mas como Antônio temesse o soldado, nunca intervinha, embora não se conformasse com o procedimento do inquilino, que geralmente espancava a mulher sem piedade. Ontem, porém, Antônio Tavares não pôde conter a explosão do seu sentimento nobre. Na ocasião em que o anspeçada Antônio Lima espancava novamente a mulher sem motivo plausível, o velho interveio serenamente para acalmar o ânimo do irritado soldado. Antônio Lima, que já esbordoara Maria, fazendo-lhe contusões e ferimentos no rosto abandonou sua vítima e agrediu bruscamente o pobre homem, deixando-o caído sem sentidos e com largo ferimento no frontal direito.<sup>276</sup>

---

<sup>276</sup> “Cena de sangue”, *O Paiz*, 27/01/1906, p.2.

Vemos que o jornalista descreveu a cena de sangue oferecendo diversas informações sobre o cotidiano dos protagonistas do conflito. O acusado do crime, o soldado Antônio José de Lima, morava com sua mulher na casa do seu senhorio no Morro da Favela, logo, podemos inferir que nesta localidade também era comum que diferentes famílias dividissem o mesmo teto, tal como foi verificado nas ruas centrais do distrito de Santana. A existência de habitações coletivas no Morro da Favela contribuía para o florescimento de alguns distúrbios entre os moradores.

De acordo com o noticiário, esse crime foi originado em virtude do temperamento do soldado que constantemente agredia sua esposa por motivos de ciúme. O senhorio não aprovou o procedimento do inquilino e, ao interceder no conflito, foi ele também espancado pelo soldado Antônio. Vemos uma nítida contradição entre a representação dos moradores da Favela na “cabeça” da narrativa e nos desenlaces do conflito. Isso porque nas linhas introdutórias, os periódicos afirmavam que os habitantes do morro eram, em sua totalidade, indivíduos desordeiros e vagabundos. No entanto, nos pormenores da cena de sangue, o repórter avaliou os participantes de maneira totalmente diferente. O senhorio foi descrito como sendo um cidadão probo, pois o seu “sentimento nobre” não foi silenciado pela fama de valente e destemido do soldado Antônio <sup>277</sup>.

Importante salientar que o senso de justiça foi despertado no senhorio somente quando ele considerou injusta a agressão do soldado <sup>278</sup>. Com isso, podemos inferir que os habitantes da Favela apresentavam um código de conduta específico, logo, determinadas agressões poderiam ser consideradas legítimas para os integrantes dessa comunidade. Porém, o comportamento do soldado parece ter violado as normas valorizadas pelos habitantes da Favela.

Assim como neste episódio, percebemos que os militares residentes nesse morro eram frequentemente denunciados como autores dos espancamentos das suas mulheres e/ou amásias. Em determinadas ocasiões, os praças ofendiam até mesmo as esposas de outros moradores da Favela. Em outro crime, o marido da vítima, Joaquim Costa, residente com sua mulher Maria Benedicta naquele outeiro, inconformado “foi se

---

<sup>277</sup> Idem.

<sup>278</sup> O repórter afirma que o crime foi cometido “sem motivo plausível”. Acreditamos que essa assertiva foi sustentada tendo como provável fonte os depoimentos das vítimas. Contudo, os jornais tinham forte tendência para simplificar os móveis dos crimes, ou seja, eles divulgavam frequentemente que a cena de sangue foi originada por motivo frívolo. “Cena de sangue”, *O Paiz*, 27/01/1906, p.2.



queixar ao comissário de serviço no 8º distrito, de que um cabo do exército, tentando conquistar a rapariga e não sendo correspondido, espancou-a”<sup>279</sup>.

A multiplicação de casos similares aos mencionados nas páginas dos impressos nos indica que havia uma grande concorrência entre os homens na busca por uma parceira. Neste período era acentuado o desequilíbrio de gênero na cidade do Rio de Janeiro, pois o imigrante recém-chegado era, em sua grande maioria, um indivíduo do sexo masculino, jovem e solteiro. Consequentemente, a ausência de mulheres na cidade fomentava o acirramento de disputas amorosas. Através do poder simbólico que exerciam nessa sociedade, os militares apareciam regularmente envolvidos nessas querelas, como foi o caso do cabo do exército que foi denunciado pelo marido da vítima.

O envolvimento dos militares em conflitos no Morro da Favela era mencionado pelo noticiário policial até mesmo quando não se tinha certeza sobre a existência do crime:

Andaram ontem, durante o dia pela zona central da cidade, nas ruas onde residem meretrizes, o foguista da armada Benedito da Silva e o soldado do exército Inocêncio dos Santos. Perambularam pelas tascas, e já noite, foram vistos embriagados. Às 10 horas da noite, novamente apareceu o marinheiro foguista Benedito no centro da cidade, que, encontrando o empregado da Prefeitura João Pereira Braga, a quem conhecia, disse-lhe que o soldado Inocêncio havia sido assassinado no alto do morro da Favela, junto às escadinhas da capelinha ali existente, onde haviam estado juntos<sup>280</sup>.

Nota-se que os militares apresentados nesse relato se distanciam claramente do programa disciplinar instituído pelas corporações. Esses indivíduos frequentavam prostíbulos, andavam pelas ruas e botequins alcoolizados e se envolviam em conflitos no Morro da Favela. A suposta morte do soldado Inocêncio foi comunicada às autoridades do 8º distrito policial que nada sabia sobre o ocorrido, “mas foi logo mandado o comissário Aguiar, para o morro da Favela”<sup>281</sup>.

Não conseguimos, infelizmente, localizar outras reportagens que mencionaram esse episódio, logo, nunca saberemos se a denúncia do crime tinha fundamento. Contudo, as fontes indicam que os militares eram habitualmente avistados nas

---

<sup>279</sup> “Fatos de nonada”, *O Paiz*, 09/10/1908, p.4.

<sup>280</sup> “Denúncia de crime”, *O Paiz*, 07/09/1909, p.4.

<sup>281</sup> *Idem*.

reportagens sobre os crimes sucedidos no Morro da Favela. Nessas matérias, os repórteres destacavam a periculosidade dos militares que ali residiam e/ou transitavam.

Em mais uma cena de sangue ocorrida no Morro da Favela observamos outra vez a participação dos militares nos crimes ocorridos. Antes de analisarmos essa narrativa, vale a pena tecermos um breve comentário sobre os jornais cariocas e a divulgação dos homicídios. Era comum que a imprensa publicasse em suas páginas os depoimentos prestados pelos envolvidos no assassinato. Dessa maneira, em algumas ocasiões havia uma estreita relação entre os jornalistas e as autoridades policiais e judiciárias, uma vez que aqueles se apropriavam dos materiais produzidos por estas autoridades para a elaboração da notícia.

Assim sendo, nas sucessivas etapas dos processos criminais – primeiro inquérito policial na delegacia, seguido do sumário de culpa na pretoria – os repórteres estiveram frequentemente presentes nesses locais tomando nota dos depoimentos dos protagonistas e das testemunhas para a confecção da reportagem. Em outras ocasiões, os impressos nitidamente publicavam inteiramente esses depoimentos tal como fora redigido pelas instâncias que elaboravam esses documentos, inclusive era preservado o linguajar jurídico. Vejamos um desses casos para visualizarmos como isso se dava na prática:

Presente o acusado, que diz chamar-se Juvêncio José Magdalena, brasileiro, natural de Pernambuco, com 40 anos de idade, solteiro, cabo de esquadra do 23º batalhão de infantaria do exército, sabendo ler e escrever, interrogado disse: Que as 5 ½ horas da tarde, mais ou menos, quando subia o morro da Providência em demanda de sua casa, ouviu o indivíduo morto dizer que todos os que moravam no morro eram... Que chamando-o mesmo à ordem fez-lhe ver que nem todos o eram: ao que o morto retrucou dizendo que eram; Que a vista de tal desaforo, puxou do sabre e deu um golpe no pescoço do mesmo, o qual fugindo com o corpo, investiu contra ele acusado, que esperou com o sabre, resultando feri-lo<sup>282</sup>.

Nota-se claramente que o repórter do *Jornal do Brasil* construiu sua narrativa tendo como base o depoimento prestado pelo acusado na delegacia. Quer dizer, ele não somente utilizou o material produzido pelos policiais, como também publicou esse depoimento sem nenhuma modificação substancial. Isso nos revela que os jornalistas muitas vezes tinham acesso aos inquéritos policiais e aos sumários de culpa custodiados pelas autoridades policiais e judiciárias.

---

<sup>282</sup> “Sanguinário”, *Jornal do Brasil*, 15/12/1901, p.5.

Após essa pequena digressão, voltaremos a nos concentrar em apreciar como os militares apareciam no noticiário dos homicídios ocorridos no Morro da Favela. Nesse depoimento divulgado pelo *Jornal do Brasil*, o acusado Juvêncio foi qualificado como sendo cabo do Exército e morador do Morro da Favela. A parte mais significativa do testemunho do militar foi quando ele apontou o motivo da desavença entre ele e a vítima. O acusado relatou que quando subia a morro em direção a sua residência foi interpelado pela vítima que insultava os habitantes da Favela. Contudo, não podemos precisar o que realmente o falecido proferiu que incomodou intensamente o cabo ao ponto dele agredi-lo com um sabre. Possivelmente, a vítima deve ter corroborado com o discurso bastante difundido, especialmente pelos impressos, de que o morro era um território habitado por indivíduos desqualificados, um reduto de criminosos e desordeiros, entre outros adjetivos pouco glorificantes. Em consequência, o militar ferido no seu brio, ofendeu a vítima com um golpe no pescoço que foi a causa de sua morte.

Vemos que o cabo Juvêncio quis contrapor esse estigma atrelado aos moradores da Favela, porém, ironicamente, ele somente conseguiu robustecer a crônica policial sobre o famoso morro. O depoimento do acusado também dialoga com a fama de valente dos militares que ali residiam. Isso porque a praça moralmente ofendida pela vítima buscou resolver a querela através da força física. Nesse sentido, ao que nos parece, os militares se percebiam como seres superiores aos demais indivíduos, principalmente em relação aos trabalhadores pobres.

Dessa forma, através dos inúmeros casos de conflitos no Morro da Favela em que evidenciamos a participação dos militares, percebemos que estes indivíduos eram identificados como sendo representantes, por excelência, da malandragem carioca. Essa perspectiva é significativa porque ela estava sedimentada em diferentes formatos textuais, ou seja, não era somente nos jornais de grande circulação que tal equivalência foi evidenciada.

Em *Bambambã*, Orestes Barbosa refletiu sobre a origem da malandragem carioca. O cronista indicou que desvendaria para o público de onde e como se formavam os célebres personagens do noticiário criminal. Segundo Orestes, estes “saem dos garotos, saem das classes armadas, na rua, nos quartéis e a bordo e aprendem a rebeldia que a miséria faz”<sup>283</sup>. Vemos que ao lado de outros perfis sociais, o cronista

---

<sup>283</sup> BARBOSA. Orestes. Op., Cit., p. 103.

destacou os militares como sendo um dos representantes característicos da malandragem carioca.

Além disso, Orestes Barbosa mais uma vez argumentou que a pobreza era causa constante da criminalidade. Contudo, para além desse fator, o autor acrescenta que “o preço barato da cachaça” que era “fornecida impunemente às crianças” juntamente com os jogos de cartas, tais como a *vermelhinha* e o *monte*, davam ânimo para que a cidade se transformasse num verdadeiro “campo de batalha”<sup>284</sup>. Nesse sentido, vemos que a conexão estabelecida entre as classes armadas e as classes perigosas também foi compartilhada por alguns cronistas e não ficaram restritas aos impressos cariocas. Importante salientar que havia uma transitoriedade entre a população marginal e o serviço militar. De acordo com Rômulo Mattos, isso explica a “permanente antipatia” entre os policiais e os inferiores das forças armadas<sup>285</sup>.

Após averiguarmos como os militares apareciam no noticiário criminal e também em uma crônica de Orestes Barbosa, daqui em diante analisaremos um conflito entre agentes de segurança pública, ou seja, nosso objetivo consistirá em investigar um homicídio protagonizado pelos militares e policiais. Como observamos anteriormente, essas diferentes forças repressivas tinham uma tumultuada convivência na freguesia de Santana, sendo constantes as desavenças entre os agentes. Dentro dos limites dessa freguesia, o Morro da Favela era também mais um palco onde esses conflitos ocorriam com certa periodicidade.

Em especial, um homicídio elucidará as relações conflituosas entre as diferentes corporações no cotidiano dessa região da cidade. E foi justamente no Morro da Favela onde ocorreu o assassinato em que estiveram envolvidos militares, policiais e paisanos. Dessa forma, pretendemos apresentar este caso através de dois ângulos distintos. Em primeiro lugar, examinaremos como os diferentes periódicos construíram as narrativas sobre este caso. E, em seguida, exibiremos algumas similaridades e as incoerências percebidas com a confrontação dos relatos dos jornais com os depoimentos prestados no processo criminal.

---

<sup>284</sup> Ibidem, p.103-104.

<sup>285</sup> MATTOS, Romulo Costa. **Pelos Pobres!** Op., Cit., p. 101.

### **Capítulo III: “O SAMBA DA MORTE”: O homicídio no Morro da Favela. Uma análise comparativa entre os jornais da grande imprensa e os processos crimes**

Neste capítulo, pretendemos cotejar os relatos dos homicídios expostos nas páginas dos periódicos com os documentos produzidos pelas autoridades policiais e judiciárias. Com o fito de construir tal paralelo entre estas fontes de pesquisa, tornou-se imprescindível a consulta dos processos criminais custodiados pelo Arquivo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro e também pelo Arquivo Nacional. Assim sendo, recorreremos à leitura dos processos criminais em busca de mapearmos os contrastes e as semelhanças entre o discurso jurídico e as notícias divulgadas pelos jornais cariocas. Em primeiro lugar, daremos atenção especial aos impressos que noticiaram a mesma cena de sangue.

No dia 5 de Julho de 1909, a notícia do assassinato do soldado da Força Policial Isidro José dos Santos estava estampada nas páginas de quase todos os jornais da cidade do Rio de Janeiro. Ao todo, sete periódicos disseram sobre este crime envolto por um intrincado mistério<sup>286</sup>.

As folhas cariocas regularmente noticiavam os homicídios ocorridos no Morro da Favela. Esta tendência em exibir e divulgar os crimes violentos perpetrados nesse morro tornava-se mais manifesta quando no momento em que os diferentes periódicos da cidade se detinham sobre o mesmo caso de assassinato. Nesse sentido, veremos como os jornais construíram as narrativas sobre a morte do soldado Isidro.

#### **III.1 “Cabeças” das notícias: semelhanças entre os jornais da grande imprensa**

Em especial, estes relatos apresentam um traço comum que engloba todos os periódicos. Isto é, os jornalistas, antes de narrarem os acontecimentos que desencadearam o crime, apresentavam alguns comentários sobre o Morro da Favela e sobre os seus habitantes. O repórter d’*O Paiz* iniciou a narrativa sobre o assassinato do soldado policial da seguinte maneira:

---

<sup>286</sup>“O samba da morte”, *O Paiz*, 05/07/1909, p.3; “O samba da morte”, *A Imprensa*, 05/07/1909, p.2; “Mais um assassinato na Favela”, *O Século*, 05/07/1909, p.3; “Os dramas da Favela”, *Correio da Manhã*, 05/07/1909, p.2; “A Favela em sangue”, *Jornal do Brasil*, 05/07/1909, p.4; “A Favela vermelha”, *Gazeta de Notícias*, p.3; “Uma noite da Favela”, *A Notícia*, 06/07/1909, p.2.

O crime ontem no morro da Favela, deu-se quase em condições idênticas aos inúmeros que tem sido registrados pelo noticiário dos jornais ocorridos naquele famoso morro, verdadeiro campo de lutas sanguinolentas<sup>287</sup>.

O jornalista resgatou a fama da localidade em abrigar crimes sangrentos ao longo dos anos. Por ser essa folha considerada a mais conservadora da cidade no período, poderíamos suspeitar que o repórter estava sendo muito rigoroso no tratamento dado ao Morro da Favela. No entanto, essa opinião era compartilhada por todos os periódicos, sobretudo no que tange as matérias que retrataram o assassinato do soldado Isidro. Com isso, não existiram vozes dissonantes entre os jornais da grande imprensa. Alguns desvios somente, mas as perspectivas criadas sobre o morro claramente se equiparavam.

O vespertino *A Notícia* aproveitou o acontecimento para retomar uma narrativa sobre a ocupação do morro. Segundo o jornalista, o Morro da Favela foi criado “pela emigração da escória da Saúde, da velha Misericórdia, da antiquíssima Lapa”<sup>288</sup>. Com isso, o repórter procurou enfatizar que desde os seus primórdios esta localidade se caracterizava por abrigar indivíduos criminosos. Vale lembrar que nesse período, final da primeira década do século XX, o estigma atrelado ao Morro da Favela havia recaído com maior intensidade para todos os bairros da região portuária<sup>289</sup>.

Vemos que o periodista não mencionou que o Morro da Favela tinha aumentado o seu contingente com a chegada dos soldados que haviam participado da Guerra de Canudos. Inclusive, esse morro passou a ser conhecida como “Favela”, especialmente depois que os combatentes egressos da campanha foram residir na localidade<sup>290</sup>. Cabe frisar que esse morro já era povoado antes da chegada dos militares, sendo anteriormente conhecido como Morro da Providência<sup>291</sup>. Deste modo, no decorrer dos anos ele foi batizado de Morro da Favela. Porém, ainda que o vocábulo Favela tenha sido mais empregado, observamos que ambas as denominações eram utilizadas pela imprensa carioca na construção das manchetes do noticiário criminal.

---

<sup>287</sup> “O samba da morte”, *O Paiz*, 05/07/1909, p.3.

<sup>288</sup> “Uma noite da favela”, *A Notícia*, 06/07/1909, p.2.

<sup>289</sup> MATTOS, Romulo Costa. **A aldeia do mal**. Op., Cit., p. 229.

<sup>290</sup> Segundo o repórter do *Jornal do Brasil*, depois do término da campanha em Canudos, o Morro da Providência “foi crismado pelo nome de morro da Favela pelos soldados que de lá regressaram, e que, em grande parte, nele residem”. “Os crimes da Favela”, *Jornal do Brasil*, 23/11/1903, p.1.

<sup>291</sup> “Favela”, segundo Romulo Mattos, “era o nome de um morro situado na cidade de Monte Santo, na Bahia, onde as tropas republicanas foram derrotadas pelos jagunços de Antônio Conselheiro”. MATTOS, Romulo Costa. **Pelos Pobres!** Op., Cit., p.49.

O repórter do jornal o *Século* também iniciou o relato apontando o Morro da Favela como “coito de facínoras e terríveis desordeiros”<sup>292</sup>. Ele observa que tempos atrás um delegado tentou “expurgar aquele ponto dos maus elementos”<sup>293</sup>. Em vista disso, ele pediu que a prefeitura lhe auxiliasse nessa empreitada. Essa assistência, no entanto, não lhe foi prestrada “e a autoridade policial nada pôde fazer, continuando a Favela entregue aos seus perigosos habitantes”<sup>294</sup>.

Destaco que neste ponto da narrativa o jornalista citou o fato de um antigo delegado de polícia ter feito campanha para o arrasamento desse morro. Mas, como ele não pôde contar com a Prefeitura, ficou de mãos atadas. Quando nos deparamos com uma afirmativa destas nas páginas dos periódicos, uma série de questões são suscitadas. Por exemplo, como uma autoridade policial intervinha em questões que extrapolavam a sua esfera de atuação?

É bem verdade que o delegado de Santana acompanhava *in locu* os desdobramentos dos crimes ali desenlaçados. Deste modo, tudo nos indica, que ele estava mais interessado em diminuir a incidência de crimes na região sob a sua jurisdição. Logo, para esta autoridade, o arrasamento da Favela contribuiria para tal finalidade. Seja como for, o repórter, por simpatia política e/ou pessoal, traçou um paralelo entre o desejo do antigo delegado e a detestável permanência dos habitantes nessa área.

Após uma série de comentários, o jornalista afirmou que tinha pouco a acrescentar sobre os acontecimentos que levaram ao crime, uma vez que a cena de sangue estava descrita em detalhes pela imprensa matutina. Quer dizer, depois do repórter tecer diversas considerações sobre o morro, ele se esquivava de apresentar os pormenores. Isso nos revela que o articulista se preocupou mais em corroborar com o argumento de que a interdição deste morro solucionaria os problemas causados pela proliferação dos crimes.

Os pedidos que clamavam por interferência governamental nessa região da cidade foram predominantes em diversas narrativas. Em particular, um relato se mostrou mais emblemático do que os demais. O repórter solicitou que o governo endereçasse alguns policiais para a Favela para inspecionar esse

---

<sup>292</sup>“Mais um assassinato na Favela”, *O Século*, 05/07/1909, p.3.

<sup>293</sup> Idem.

<sup>294</sup> Idem.

bairro horrível, vigiando-o, cercando-o, fechando-o enfim, com dois destacamentos nas sua duas entradas de ascensão, e assim teria mais ou menos garantida a vida e a propriedade de uma boa parte da população<sup>295</sup>.

Interessante notar o quanto a defesa de tais medidas permanecem, passado mais de um século, na ordem do dia. O jornalista desejava que a prefeitura isolasse esse morro do restante da cidade. Por conseguinte, o Morro da Favela seria convertido em uma espécie de prisão sem grades. Na verdade, nem seria necessária a prisão, pois os habitantes, segundo afirma o articulista, estariam ali por sua própria vontade.

O *Correio da Manhã*, folha que se destacava pela suposta imparcialidade política, também divulgou esse crime em suas páginas. Como de costume, o repórter iniciou a narrativa descrevendo os perfis sociais que viviam no Morro da Favela. De acordo com o jornalista, esse era o lugar onde residia a “maior parte dos valentes da nossa terra” e por isso era o esconderijo perfeito para as pessoas “dispostas a matar, por qualquer motivo, ou, até mesmo, sem motivo algum”<sup>296</sup>. O repórter do jornal *A Notícia* ao comentar os aspectos gerais da Favela observou que “se escolhecesse local para o estabelecimento de um bairro horrível, onde vivesse e morresse a escória da nossa sociedade, não se encontraria melhor que a Favela”<sup>297</sup>.

A *Gazeta de Notícias* foi mais um periódico a divulgar o assassinato do policial Isidro. Não se distanciando muito dos outros impressos, o jornalista introduziu a notícia da seguinte maneira: “a fatídica Favela volta a ocupar o primeiro lugar no noticiário sensacional, que em cada uma das suas notas golpeia um jato de sangue”<sup>298</sup>. O peculiar neste relato é que ele apresenta uma linguagem mais romanceada em relação aos demais.

De acordo com repórter da *Gazeta*, em apenas um breve intervalo de tempo, cerca de alguns dias, a Favela “voltou a chamar sobre si a atividade e argúcia da polícia numa nova tragédia rubra, movimentada e asquerosa”<sup>299</sup>. Inversamente, o *Jornal do Brasil* abordou outro ponto de vista: “já tardava que o morro da Favela, o célebre reduto de facínoras e desordeiros de toda a espécie não viesse enriquecer o cadastro do crime

---

<sup>295</sup> “Uma noite da favela”, *A Notícia*, 06/07/1909, p.2.

<sup>296</sup> “Os dramas da Favela”, *Correio da Manhã*, 05/07/1909, p.2.

<sup>297</sup> “Uma noite da favela” *A Notícia*, 06/07/1909, p.2.

<sup>298</sup> “A Favela vermelha”, *Gazeta de notícias*, 05/07/1909, p.3.

<sup>299</sup> Idem.



com o seu contingente de sangue”<sup>300</sup>. O articulista ainda ressalta que esta calma causava estranheza à reportagem policial.

Assim sendo, os jornais apresentaram uma diferença mínima no modo de compor as notícias sobre o homicídio do soldado Isidro. Nestes dois fragmentos expostos acima, os relatos se distanciam somente no que tange a frequência dos crimes na Favela. A maior parte dos jornais veiculava que este morro não cessava de oferecer tragédias sangrentas. Especialmente neste caso, o *Jornal do Brasil* foi o único a destacar que a Favela andava esquecida do noticiário criminal da cidade.

No entanto, por detrás destas sutis diferenças, os jornalistas abordaram alguns motes que tiveram presentes em todas as narrativas. Em primeiro lugar, indubitavelmente, foram as contundentes críticas ao Morro da Favela e aos seus habitantes. Todos os periódicos, independente das dissensões políticas, compartilharam a perspectiva de que a Favela e seus moradores eram os principais responsáveis pelo aumento da criminalidade vivenciado na capital da recente República. Em seguida, era comum a proposição de medidas visando coibir o povoamento dessa região. Isto é, os jornalistas sustentaram, cada qual ao seu modo, algumas propostas de intervenção no Morro da Favela. Invariavelmente, todas as alternativas levantadas pretendiam expurgar esse morro da paisagem urbana carioca.

As afinidades encontradas nos relatos do assassinato do soldado Isidro não se restringiram somente ao modo pelo qual os repórteres iniciaram suas narrativas. Vale ressaltar que as semelhanças eram verificadas até mesmo no momento da elaboração das manchetes das notícias. Uma vez que tanto o jornal o *Paiz* quanto a *Imprensa* divulgaram este homicídio apresentando o mesmo título<sup>301</sup>. Os periódicos registraram esse crime com a epígrafe de “*samba da morte*”. Isso porque, como veremos adiante, o assassinato do soldado policial havia sido praticado, segundo essas reportagens, em um encontro festivo no Morro da Favela.

Nesse sentido, através dos discursos correlatos, percebemos que os jornais da grande imprensa se harmonizavam quanto à maneira de compor o noticiário dos assassinatos ocorridos no Morro da Favela. Particularmente, essa característica tornou-se mais perceptível nas reportagens em que os diferentes periódicos retrataram a morte do soldado da Força Policial Isidro José dos Santos. Em um período de transição

---

<sup>300</sup> “A Favela em sangue”, *Jornal do Brasil*, 05/07/1909, p.4.

<sup>301</sup> Ambos os jornais intitulam a matéria como “O samba da morte”, *O Paiz*, 05/07/1909, p.3; *A Imprensa*, 05/07/1909, p.2.

política e de construção de uma nova ordem social, vemos que os impressos objetivavam consolidar os padrões, normas e valores considerados fundamentais pelas classes dominantes.

Romulo Mattos compreende os jornalistas como intelectuais “orgânicos”, uma vez que eles eram os principais responsáveis “pelo exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político”<sup>302</sup>. Tendo isso em vista, o papel social desempenhado pelos jornalistas coloca em destaque os reais motivos que contribuíram para a construção de discursos similares nas “cabeças” e manchetes das reportagens dos crimes ocorridos na Favela.

Além disso, é preciso levar em consideração a formação acadêmica dos profissionais da grande imprensa. Segundo Mattos, os repórteres das folhas cariocas “contavam com o capital simbólico fornecido pelos cursos de Direito”<sup>303</sup>. Isso porque os jornalistas incumbidos de narrarem os crimes eram, em número considerável, advogados e/ou estudantes que inicialmente trabalhavam nas folhas da cidade objetivando um cargo no funcionalismo público. Portanto, percebe-se claramente que os repórteres policiais partilhavam do mesmo universo valorativo, sendo este um fator determinante para aparição de reportagens semelhantes.

Deste modo, “os valores e as percepções dos jornalistas não podem ser omitidos”<sup>304</sup> na análise do noticiário dos homicídios desenlaçados no Morro da Favela. A partir dos relatos do “samba da morte”, evidenciamos que a formação cultural dos repórteres moldava esses discursos. Quer dizer, independente das rivalidades políticas e das distintas orientações partidárias, os impressos da capital federal se ajustavam em determinados assuntos. Especialmente, podemos corroborar essa assertiva quando observamos as congruências na maneira de relatar o homicídio do soldado Isidro. Como verificamos, as reportagens sobre esse crime eram demasiadamente parecidas, uma vez que todos os jornais destacaram os criminosos como os principais habitantes da Favela.

Não era somente em relação aos crimes ocorridos no Morro da Favela que os periódicos se assemelhavam no modo de compor as matérias sobre os homicídios. Em geral, as narrativas divulgadas pelos jornais eram provenientes da mesma “fonte”. Em determinadas ocasiões, os jornalistas tinham acesso aos inquéritos policiais para a confecção da matéria. Isto é, eles poderiam estar presentes no momento em que as

---

<sup>302</sup> MATTOS, Romulo Costa. **Pelos Pobres!** Op., Cit., 164-165.

<sup>303</sup> Ibidem, p.95.

<sup>304</sup> Idem.

testemunhas depunham nas delegacias. Outras vezes, os repórteres visivelmente reproduziam o que já havia sido destacado por outra folha. Deste modo, podemos evidenciar alguns possíveis fatores que elucidam a manifestação de relatos congêneres.

Em correspondência a esse mote, Lima Barreto observou em *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, que à exceção do *Jornal do Comércio*, as folhas da cidade eram todas parecidas, pois elas tinham grande preocupação em noticiar os assassinatos. Logo, elegemos esses jornais <sup>305</sup> para analisar os homicídios ocorridos na capital federal. O cronista ainda conclui que esses impressos eram “guiados pelas mesmas leis” e que todos obedeciam ao mesmo critério. Em síntese, Lima Barreto entendia que o leitor não necessitava efetuar a leitura de todos os periódicos da grande imprensa, ou seja, somente a leitura de uma folha já era suficiente para a apreciação das cenas de sangue da cidade <sup>306</sup>.

Sendo assim, após refletirmos sobre as similaridades evidenciadas na forma dos repórteres representarem o morro da Favela nas “cabeças” e manchetes dos relatos do assassinato do praça policial, abordaremos os acontecimentos que antecederam a prática desse crime. Para recompormos estes pormenores, utilizaremos como principal fonte os jornais que descreveram a cena de sangue em que ficou mortalmente ferido o soldado Isidro José dos Santos. Posteriormente, iremos confrontar estas notícias com os depoimentos presentes no processo criminal <sup>307</sup>.

### **III.2 Pormenores do assassinato nas páginas dos impressos**

De acordo com o jornal *A Imprensa*, na madrugada de sábado para domingo, dia 3 para 4 de Julho de 1909, “corria quente e animado um samba medonho” no Morro da Favela. Segundo o repórter, este samba acontecia em um casebre na parte mais alta do morro, próximo ao lugar denominado Largo da Batalha <sup>308</sup>. A matéria divulgada pelo *O Paiz* também confirma esta versão ao alegar que o samba tinha ocorrido na casa de Pedro Irineu, “onde reinava grande entusiasmo” <sup>309</sup>.

---

<sup>305</sup> *Jornal do Brasil, Correio da Manhã, Gazeta de Notícias, O Paiz, A Notícia, A Imprensa, O Século, Cidade do Rio, A União e o Fluminense.*

<sup>306</sup> BARRETO. *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. Op., Cit., p. 102.

<sup>307</sup> Arquivo Nacional. Notação: OR. 7078. Pretoria do Rio de Janeiro 8ª (Freguesia de Santana).

<sup>308</sup> “O samba da morte”, *A Imprensa*, 05/07/1909, p.2.

<sup>309</sup> “O samba da morte”, *O Paiz*, 05/07/1909, p.3.

Entre os convivas, alguns “tocavam violão e cavaquinho, outros cantavam, e os restantes entretinham-se a sambar e conversar”<sup>310</sup>. Como vimos ao longo do capítulo, frequentemente, os impressos representavam os habitantes da Favela como desordeiros e vagabundos. No entanto, para o repórter do *Paiz*, eram muito piores aqueles que tomavam “parte nesses sambas, verdadeiras danças macabras”<sup>311</sup>. Ao descrever os convidados do recinto, o jornalista ressalta que “homens, mulheres, e soldados e crianças cruzavam-se numa promiscuidade entontecedora”<sup>312</sup>.

Por sua vez, o *Jornal do Brasil* informou que a morte do soldado policial tinha se dado em outro recinto. Segundo o repórter, “em um botequim manhoso ali existente realizava-se um samba, como se denominam as festas em que tomam parte a ralé da cidade”<sup>313</sup>. Nestas festas, assim interpreta o periodista, são convidados os valentes do morro, pois, “em caso contrário, eles acabam com o samba, invadindo a casa e espancando as damas e cavalheiros”<sup>314</sup>.

Assim sendo, nota-se que há um sensível desvio entre as notícias dos periódicos. Por um lado, vemos que o *Paiz* e a *Imprensa* relataram que o crime havia desabrochado em um casebre no morro da Favela. Por sua vez, o *Jornal do Brasil* indicou que este crime ocorreu em um botequim na mesma localidade. Entretanto, todos foram unânimes em destacar que na noite do crime acontecia um samba no Morro da Favela, ou seja, os jornais enfatizaram a importância dessa festa para a execução do homicídio. Como vimos anteriormente, os jornalistas criticaram fortemente os sujeitos que participaram do samba, sendo inclusive sublinhada a presença de praças do Exército, do soldado policial e de alguns paisanos: “todos de conduta duvidosa”<sup>315</sup>.

No decorrer da noite, “a serenata foi interrompida subitamente, degenerando a festa em grande conflito”<sup>316</sup>. O policial Isidro José dos Santos começou a “discutir por motivo fútil com Elesbão Francisco, crioulo de grande estatura e compleição robusta”<sup>317</sup>. Assim, como nesse relato divulgado pelo *Paiz*, o repórter do *Jornal do Brasil* também indicou que o crime teve ensejo após a contenda entre Elesbão, “desordeiro conhecido” e o soldado de polícia<sup>318</sup>.

---

<sup>310</sup> Idem.

<sup>311</sup> Idem.

<sup>312</sup> Idem.

<sup>313</sup> “A Favela em sangue”, *Jornal do Brasil*, 05/07/1909, p.4.

<sup>314</sup> Idem.

<sup>315</sup> Idem.

<sup>316</sup> “O samba da morte”, *O Paiz*, 05/07/1909, p.3.

<sup>317</sup> Idem.

<sup>318</sup> “A Favela em sangue”, *Jornal do Brasil*, 05/07/1909, p.4.

Por outro lado, o jornalista *d'A Imprensa* observou que o conflito resultou de uma “desavença qualquer” entre o policial e os “foliões”. Após diversas trocas de insultos e ameaças de ambas as partes, “travou-se luta renhida, ouvindo-se gritos em todos os recantos do casebre”. Esse repórter ainda nos informa que a contenda tinha se dado em desigualdade numérica, uma vez que todos os “desordeiros” que estavam no local investiram contra o policial, cada qual empunhando sua arma <sup>319</sup>. Vale notar que os “desordeiros” apontados nessa matéria eram os soldados do Exército que tomaram parte ativa na luta travada entre Elesbão e o praça de polícia.

Nesse sentido, vemos que os jornais descreveram os soldados rasos como sendo turbulentos e perigosos. Isso porque os indivíduos que interferiram no conflito eram, em sua grande maioria, oriundos das classes armadas. Logo após o início da discussão entre Elesbão e o policial Isidro, esses militares correram em auxílio daquele indivíduo. O praça de polícia quando se viu cercado por esse grupo “lançou mão do revólver que trazia oculto na blusa e zás! Disparou-o. Ouviu-se a detonação do tiro, indo o projétil alojar-se nas costelas do lado esquerdo de Manoel Domingos Sant’Anna” <sup>320</sup>.

Este último trabalhava na estiva e também figurou entre os convidados do “terrível samba” <sup>321</sup>. Segundo percebemos nos relatos dos impressos, Manoel Sant’Anna era um dos indivíduos que perseguiram o policial na ocasião em que o conflito com Elesbão havia recrudescido. O grupo que encurralou Isidro não se intimidou com o disparo que vitimou Manoel Sant’Anna. Longe disso, o procedimento do policial excitou o ânimo do grupo, sendo necessário que o soldado disparasse mais uma vez a sua arma. No entanto, dessa vez não acertou nenhum dos indivíduos.

Isso foi o bastante para que o grupo atacasse e dominasse o policial que caiu “a estrebuchar ferido com uma navalhada no ventre, cuja dimensão e profundidade, foram tais, que lhe puseram os intestinos de fora” <sup>322</sup>. Depois de muitas horas, já pela madrugada, a polícia tomou conhecimento do crime e encontrou o soldado, nos fundos da casa de Manoel Botelho da Silva, com a farda ensanguentada e arquejando de “dores horríveis, com os intestinos à mostra” <sup>323</sup>.

A vítima foi levada de ambulância para o hospital do quartel da Polícia, mas não resistiu aos graves ferimentos recebidos. No entanto, pouco antes de falecer, o

---

<sup>319</sup>“O samba da morte”, *A Imprensa*, 05/07/1909, p.2.

<sup>320</sup>“O samba da morte”, *O Paiz*, 05/07/1909, p.3.

<sup>321</sup> Idem.

<sup>322</sup> Idem.

<sup>323</sup> Idem.

soldado Isidro, ao ser questionado por alguns indivíduos, disse, com extrema dificuldade, que o seu agressor era um soldado do Exército, entretanto, a identidade do acusado não pôde ser revelada. Por sua vez, Manoel Domingos Sant'Anna foi levado em “estado melindroso” para o Hospital da Misericórdia, onde permaneceu internado por mais algum tempo.

Em linhas gerais, foi desse modo que os diferentes periódicos da cidade retrataram os acontecimentos que desencadearam o assassinato do policial Isidro. A despeito das nuances encontradas, um traço em especial une essas narrativas. Isto é, todos os jornais da grande imprensa sublinharam que na noite do crime ocorria um samba no Morro da Favela. Dessa maneira, percebemos que em todas essas matérias, os repórteres das folhas buscaram realçar a importância do samba para a execução do homicídio. A título de exemplo, o noticiário do *Paiz* observou que “como tem acontecido em muitas das outras vezes, teve origem em um samba, onde reinava grande entusiasmo”<sup>324</sup>.

### **III.3 Inquérito policial: depoimentos e o relatório do delegado**

A partir deste momento, após construirmos uma breve exposição dos acontecimentos que desabrocharam no crime e que foram mencionados nas reportagens dos jornais, analisaremos os testemunhos presentes no processo criminal. Com isso, averiguaremos como os protagonistas e espectadores do homicídio descreveram os pormenores da cena de sangue para as autoridades policiais<sup>325</sup>. Ao todo, vinte duas pessoas depuseram no inquérito policial, sendo dezenove testemunhas e três acusados. Importante salientar que alguns depoentes estiveram envolvidos diretamente no desenlace do conflito.

Por conseguinte, vemos que um número expressivo de testemunhas prestou depoimento no inquérito policial instaurado pela delegacia de Santana. Vale ressaltar que esse quantitativo não era comum se formos compará-lo com os outros processos

---

<sup>324</sup> Idem. Grifos nossos.

<sup>325</sup> Em geral, os processos criminais são divididos em duas etapas. A primeira fase abarca os depoimentos prestados pelas testemunhas e o(s) acusado(s) na delegacia. Por sua vez, a segunda fase abarca os depoimentos prestados pelas testemunhas e o(s) acusado(s) na pretoria. Em particular, o processo baseado no assassinato do policial Isidro termina ainda na primeira fase, ou seja, quando ele era somente elaborado pela instância policial. Na verdade, percebemos que os processos criminais de homicídios custodiados pelo Arquivo Nacional raramente alcançaram o veredito final. Não sabemos o motivo, mas a maioria dos processos foi encerrada antes mesmo de ser remetida para a pretoria. Importante salientar, essa assertiva diz respeito aos processos criminais referentes à 8ª Pretoria – Freguesia de Santana.

consultados. Nota-se que esse documento é demasiadamente extenso, porém ele apresenta riqueza de detalhes. Dessa forma, privilegiaremos destacar os fragmentos mais interessantes de cada declaração, sobretudo as partes que dialogam diretamente com as matérias divulgadas pelos jornais da grande imprensa.

Deste modo, abordaremos todos os depoimentos prestados nesse processo, sendo inclusive preservada a ordem cronológica desses testemunhos. Logo, iniciaremos com a exposição das declarações feitas pelas primeiras testemunhas do inquérito. O delegado do 8º Distrito Policial, Raul de Magalhães se encaminhou, acompanhado do escrivão daquela delegacia, para o Hospital da Misericórdia. Com isso, a autoridade policial pretendia inquirir Manoel Domingos Sant'Anna. Brasileiro, 27 anos, trabalhador, preto e morador do Morro da Favela. Manoel Sant'Anna, como vimos nos relatos dos impressos, tinha sido atingido por um dos disparos feitos pelo praça de polícia na madrugada do crime.

Ao que tudo indica, sem perda de tempo, logo pela manhã, o delegado de Santana ouviu as considerações desse indivíduo em uma das enfermarias do Hospital da Misericórdia. Manoel Domingos Sant'Anna declarou que da meia noite para uma hora da madrugada, estando na casa do marinheiro Pedro Irineu,

ouvindo cantar modinhas ao sair viu que havia grande conflito entre praças do Exército, de polícia e populares, no mesmo Morro da Favela, sendo ele declarante foi atingido por um tiro de revólver na altura da nona costela, não conhecendo nem sabendo quem o feriu e muito menos a causa do conflito<sup>326</sup>.

Vemos que Manoel Sant'Anna pouco revelou sobre os pormenores da cena de sangue. Ele somente mencionou que na noite do crime esteve na casa de Pedro Irineu “ouvindo cantar modinhas”. Segundo a testemunha, foi exatamente quando ele se retirou desse recinto que principiou o conflito entre os soldados do Exército e o de Polícia. Contudo, ele não soube, ou provavelmente não quis, explicar o que motivou o desenlace da contenda.

Em todo o caso, através do seu testemunho, vemos que na noite do crime havia um encontro festivo em uma residência no Morro da Favela, pois Manoel Sant'Anna estivera nesse ambiente “ouvindo cantar modinhas”. No entanto, observamos que o crime não ocorreu na casa de Pedro Irineu, uma vez que a testemunha foi atingida pelo

---

<sup>326</sup> Arquivo Nacional. Notação: OR. 7078. Pretoria do Rio de Janeiro 8ª (Freguesia de Santana), f. 2-3.

disparo somente depois de sair desse local. Assim sendo, o conflito teria ocorrido nas proximidades da residência de Pedro Irineu.

Nesse sentido, ao compararmos o depoimento de Manoel Sant'Anna com as matérias divulgadas pelos jornais da grande imprensa, uma divergência salta aos olhos. Isso porque os impressos cariocas relataram que o crime teve como cenário um samba ocorrido na casa – ou botequim – de Pedro Irineu no Morro da Favela. Por sua vez, Manoel Sant'Anna ressaltou que o homicídio do policial não teve ensejo nesse ambiente, mas nas suas imediações. Esse é um mote que será sublinhado ao longo da apreciação dos depoimentos, ou seja, iremos, sempre que for necessário, resgatar as representações construídas pela imprensa em contraste com os testemunhos presentes no inquérito policial.

Dessa forma, seguiremos analisando os depoimentos prestados pelas testemunhas do assassinato do policial Isidro. No mesmo dia 4 de Julho de 1909, Raul de Magalhães inquiriu, já na sede da 8ª delegacia, outros indivíduos. Como era comum, sempre que ocorria um homicídio na cidade eram intimados os policiais que haviam chegado ao local do crime, ou, então, aqueles que eram os primeiros a serem informados do assassinato<sup>327</sup>.

Em particular, no inquérito aberto por essa delegacia, duas praças de polícia deram seu testemunho no dia subsequente ao crime. A primeira delas foi José Tavares, brasileiro, 24 anos, que rondava a Rua da América juntamente com o seu companheiro Leôncio Soares da Silva. Entre meia noite e uma hora da madrugada, José Tavares avistou “um grupo de populares perto da vendinha que sobe para o Morro da Favela e aí também estava um mulato baleado”<sup>328</sup>. Nessa ocasião, o policial procurou saber o que tinha ocorrido, “então soube que o mulato havia sido ferido no Morro da Favela por um praça de polícia onde houve grande conflito entre praças de polícia, de Exército e populares”<sup>329</sup>.

Vemos que essa testemunha também afirmou que o crime surgiu em decorrência de uma questão envolvendo diversos agentes de segurança pública. Além disso, através desse depoimento, podemos inferir que a Rua da América sinalizava a

---

<sup>327</sup> Importante salientar, os agentes de segurança pública foram às profissões mais declaradas entre as testemunhas que depuseram em todos os processos de homicídios analisados. De um total de 902 testemunhas, 219 (24%) exerciam as seguintes profissões: policial, guarda noturno, guarda civil, guarda municipal, Marinha, Exército, empregado público. Ou seja, a cada quatro testemunhas uma delas era agente de segurança pública.

<sup>328</sup> Arquivo Nacional. Notação: OR. 7078. Pretoria do Rio de Janeiro 8ª (Freguesia de Santana), f. 4-5.

<sup>329</sup> *Ibidem*, f. 5.



transição entre o Morro da Favela e as demais microrregiões da Freguesia de Santana. José Tavares ainda declarou que não pôde subir o morro “onde havia apitos de socorro” e que decidiu “comunicar à delegacia para providenciar a respeito”. Deste modo, poderíamos questionar quais seriam os fatores que impossibilitaram o policial de prontamente atender às solicitações de assistência.

Em primeiro lugar, se formos levar em consideração os relatos dos impressos, o Morro da Favela poderia simbolizar um risco para os funcionários da polícia. Em outras palavras, a fama deste morro na imprensa e a incessante divulgação dos crimes perpetrados no local podem ter influenciado na decisão tomada por José Tavares e pelo seu companheiro, ou seja, eles possivelmente evitaram subir a Favela com receio de encarar o inesperado. Entretanto, esse estigma atrelado ao morro não impediu que o soldado Isidro transitasse por aquele território. Apesar das tentativas de afastamento dos policiais das comunidades, frequentemente eles circulavam por esses espaços. Como veremos em relação ao soldado Isidro, os policiais de baixa patente estabeleceram múltiplas relações com os habitantes dessas localidades.

Voltando para a apreciação dos depoimentos prestados pelas testemunhas no inquérito policial, abordaremos as declarações feitas pelo praça que acompanhava José Tavares na noite do crime. Leôncio Soares da Silva, brasileiro, 28 anos, repisou os pontos mencionados pelo seu companheiro que havia acabado de depor. Assim como Tavares, Leôncio se dirigiu para a delegacia pretendendo informar sobre o conflito ocorrido no alto do Morro da Favela. O comissário de plantão, acompanhado de um destacamento, subiu o morro enquanto as testemunhas mencionadas – Tavares e Leôncio – permaneceram na parte mais baixa, onde haviam encontrado ferido Manoel Sant’Anna. Neste local, próximo à escada que dá acesso ao morro, as testemunhas foram informadas por dois transeuntes que “um praça do Exército havia ferido mortalmente a um praça de Polícia de nome Isidro José dos Santos com extenso golpe de navalha no ventre”<sup>330</sup>.

O comissário Manoel Gomes Porto foi mais um funcionário da polícia a depor no inquérito. De acordo com Marcos Bretas, o cargo de comissário foi uma das inovações introduzidas no contexto mais amplo de reforma do serviço policial. Em 1907, esse posto foi criado em substituição aos antigos inspetores seccionais. No exercício cotidiano, apesar das modificações, as atribuições não sofreram nenhuma

---

<sup>330</sup> Ibidem, f. 6.

alteração significativa. Não obstante, os comissários foram criados com o fito “de organizar um corpo permanente de policiais recrutados através de concursos em vez de recomendações políticas”<sup>331</sup>. Dentro da hierarquia do funcionalismo policial, os comissários estavam situados nos escalões intermediários. Por um lado, eles estavam subordinados aos delegados. Por outro lado, eles supervisionavam o trabalho dos soldados e patrulhas policiais.

Após ser informado pelos praças supracitados, Manoel Gomes Porto imediatamente seguiu para o Morro da Favela acompanhado por um destacamento. Nos fundos da casa de Manoel Botelho, encontraram o soldado de infantaria da Força Policial Isidro José dos Santos. O comissário Porto declarou que esse praça estava estendido no chão “com um grave ferimento no ventre”<sup>332</sup>, sendo que o médico da Assistência Municipal já estava no local prestando os primeiros socorros. Em decorrência do estado melindroso, o médico aconselhou o comissário a não interrogar a vítima. Impedido de tomar as declarações, Manoel Gomes Porto efetuou algumas diligências e intimou inúmeros indivíduos para deporem na sede da 8ª delegacia.

Por meio das informações obtidas, o comissário indicou que os seguintes indivíduos eram acusados do crime: Elesbão Francisco, Argemiro de tal e Manoel Domingos Sant’Anna. Assim sendo, esses eram os principais suspeitos da autoria do ferimento que prostrou o soldado policial. Nessa ocasião, o comissário Porto disse que o conflito teve ensejo no “botequim de Fuão Campos”, onde os envolvidos haviam permanecido jogando cartas. Cabe frisar que essas afirmações realizadas pelo funcionário da polícia tinham como fundamento as declarações colhidas com as diligências executadas.

Na madrugada e manhã do crime, a investigação conduzida pelo comissário encontrou valorosos indícios sobre a autoria do assassinato. Em seu depoimento, Manoel Gomes Porto observou que havia encontrado uma blusa com diversas manchas esverdeadas na casa de Elesbão Francisco. Logo, o comissário Porto concluiu que a luta tinha ocorrido em “lugar de mato”. Ao inspecionar o local do crime, Manoel Porto ressaltou que o cenário do conflito apresentava uma vegetação rasteira nas suas imediações. Dessa maneira, o comissário apreendeu a blusa e conduziu Elesbão para ser interrogado pela autoridade policial na sede da delegacia.

---

<sup>331</sup> BRETAS, Marcos. **Ordem na cidade**. Op., Cit., p. 31.

<sup>332</sup> Arquivo Nacional. Notação: OR. 7078. Pretoria do Rio de Janeiro 8ª (Freguesia de Santana), f. 8.

O depoimento prestado pelo comissário é significativo perante diversos ângulos. Em primeiro lugar, através dele podemos observar uma saliente diferença entre as reportagens e o processo criminal. De acordo com as diligências efetuadas por Manoel Porto, o conflito principiou na venda de Fuão Campos, onde os protagonistas do crime estiveram jogando cartas. Em contrapartida, como vimos anteriormente, os jornais cariocas destacaram que o assassinato do soldado Isidro teve origem em um samba na casa de Pedro Irineu.

Além disso, vemos que Manoel Porto era um substituto direto do delegado de Santana. Isso porque na ausência da autoridade policial o comissário ficou responsável por comandar as investigações sobre o assassinato do praça de polícia. Por último, devemos abordar uma particularidade evidenciada no processo criminal. Podemos perceber que no seu depoimento, o comissário Porto destacou algumas informações colhidas no interrogatório das testemunhas. No entanto, na ordem cronológica do inquérito policial, observamos que esses depoimentos não haviam sido registrados. Em outras palavras, o testemunho dado pelo comissário é anterior às declarações às quais ele se refere. Nesse sentido, acreditamos que essas informações teriam sido fornecidas de maneira informal, uma vez que essas revelações não foram feitas na mesma data<sup>333</sup>.

Assim sendo, seguiremos analisando os depoimentos prestados pelas testemunhas. Em seguida, no mesmo dia 4 de Julho, o delegado de Santana inquiriu o proprietário da casa em que a vítima foi encontrada. Manoel Botelho da Silva, 49 anos, brasileiro, casado, empregado público, disse que na noite do crime, entre onze horas e meia noite, estando em sua residência, “ouviu uns gemidos que partiam dos fundos da casa”. Em vista disso, a testemunha imediatamente se encaminhou para o quintal e foi perguntar

quem estava gemendo e pedindo socorro, obtendo como resposta que era um praça de polícia e que lhe fosse socorrer; que ele testemunha então saiu de casa e foi a rua da América chamar o rondante e para o local se dirigiu, depois de narrar a este o que tinha ouvido nos fundos de seu quintal; que chegados ao local encontraram um praça da Força Policial, de cor morena, de trinta e cinco anos presumíveis, deitado ao chão com um grande ferimento na barriga por *onde se via até as tripas*; que o praça que o acompanhou interrogou o ferido e este lhe disse que praças do Exército o haviam ferido<sup>334</sup>.

---

<sup>333</sup> A título de exemplificação: no dia 4 de Julho de 1909, o comissário afirmou que tinha conduzido o acusado Elesbão Francisco para a sede da delegacia. Com isso, poderíamos supor que nesse dia, ou nos dias subsequentes, Elesbão seria interrogado pelo delegado de Santana. Porém, somente no dia 16 do referido mês que a autoridade policial foi inquirir o acusado.

<sup>334</sup> Arquivo Nacional. Notação: OR. 7078. Pretoria do Rio de Janeiro 8ª (Freguesia de Santana), f.11.

A declaração fornecida pelo dono da casa em que o soldado foi encontrado coloca em evidência alguns pontos importantes. Manoel Botelho foi o primeiro indivíduo a entrar em contato com a vítima após o conflito. Por conseguinte, o seu depoimento é valioso, sobretudo na parte em que ele destaca as últimas palavras do soldado Isidro. Segundo Botelho, a vítima havia afirmado tanto para ele quanto para o “rondante” que os seus agressores eram soldados do Exército. Em todo processo criminal pouquíssimas testemunhas mencionaram um provável discurso do soldado Isidro.

Além disso, vemos que o proprietário da casa afirmou que nessa ocasião ele estava acompanhado de um “rondante”, ou seja, um praça de polícia encarregado de circundar a Rua da América. Logo, poderíamos supor que esse indivíduo era um dos praças que já havia testemunhado no inquérito — José Tavares ou Leôncio Soares da Silva. Entretanto, como observamos nos depoimentos desses praças, que inclusive rondaram a rua referida, elas declararam que não subiram a Favela e somente permaneceram no local onde encontraram ferido Manoel Sant’Anna. Dessa maneira, é possível que outro policial tenha seguido Botelho no primeiro contato com o Soldado Isidro. Seja como for, a autoridade policial deveria intimar esse indivíduo para depor no inquérito, pois apenas ele poderia corroborar ou refutar os dizeres de Manoel Botelho. Apesar disso, o “rondante” não foi inquirido pelo delegado de Santana.

O depoimento de Manoel Botelho deixa transparecer uma correlação entre o material produzido pela polícia e as reportagens dos jornais cariocas. Segundo Ana Porto, a imprensa procurava chocar o leitor com a descrição dos detalhes da cena do crime. Dessa forma, ao divulgarem os assassinatos violentos, os jornalistas realçavam as imagens negativas com o fito de tornar a leitura mais atraente para o público <sup>335</sup>. Contudo, não era somente a imprensa que objetivava impactar, uma vez que as próprias testemunhas ressaltavam o quadro tétrico do assassinato.

Em particular, no seu depoimento, Manoel Botelho destacou que a vítima apresentava um ferimento que dava pra ver “até as tripas”. O repórter do *Correio da Manhã* advertiu que “os grandes dias na Favela são os dias de muito sangue, as tardes de refrega em que há tripas humanas expostas ao sol, ou a lua, como aconteceu na

---

<sup>335</sup> PORTO, Ana Gomes. **Crime em letra de forma** Op., Cit., p. 136.

madrugada de ontem”<sup>336</sup>. Por conseguinte, vemos uma nítida aproximação entre o depoimento da testemunha e o relato dessa folha, uma vez que ambos enfatizaram o estado em que o soldado Isidro ficou após o conflito.

O jornalista atrelou o ferimento da vítima – “as tripas de fora” – com o cotidiano do morro. Com isso, o jornalista queria validar o argumento de que o Morro da Favela era um local predisposto para aparição das cenas de sangue. Assim sendo, acreditamos que a declaração prestada por Botelho foi adaptada com a introdução de um linguajar típico do texto jornalístico. O repórter do *Correio* se apropriou, direta ou indiretamente, da informação trazida pela testemunha para a construção da narrativa.

Entretanto, uma característica diferencia os depoimentos das matérias divulgadas pelos jornais da grande imprensa. Ao contrário das testemunhas, os periódicos objetivavam difundir juízos de valor na mentalidade do público leitor. Além disso, em comparação aos processos crimes, as fontes impressas davam maior “espaço para divagações”<sup>337</sup> e se preocupavam em “escolher um estilo narrativo que prendesse a atenção do leitor”<sup>338</sup>.

Dito isso, prosseguiremos na análise dos depoimentos prestados no inquérito policial. Em seguida, no mesmo dia 4 de Julho, o delegado interrogou mais duas pessoas. Importante ressaltar que essas testemunhas são as únicas mulheres a depor no processo criminal<sup>339</sup>. A presença feminina nos “autos” foi motivada por uma denúncia.

Como evidenciamos em alguns depoimentos analisados e também nas reportagens dos periódicos, Elesbão Francisco era o principal suspeito de cometer o assassinato do policial no Morro da Favela. Não obstante, as mulheres que foram intimadas acabaram apontando outro indivíduo como autor desse homicídio. Francisca Paula do Nascimento, 15 anos, brasileira, solteira, serviço doméstico, disse que quando passava pela Rua dos Arcos se deparou com o praça do Exército Manoel Nogueira da Silva. Nessa ocasião, segundo Francisca, o militar mencionou que “estava desgraçado”<sup>340</sup>, pois tinha assassinado um soldado policial no Morro da Favela. A menina notou que Nogueira estava com a roupa suja de terra e com manchas de sangue em um dos dedos

---

<sup>336</sup> “Os dramas da favela”, *Correio da Manhã*, 05/07/1909, p.2.

<sup>337</sup> GARZONI, Leric de Castro. **Disputas políticas e disputas por leitores** Op., Cit., p. 167.

<sup>338</sup> Idem.

<sup>339</sup> Em geral, a participação feminina nos processos criminais não era muito difundida. De um total de 902 testemunhas, somente 110 (12%) eram mulheres.

<sup>340</sup> Arquivo Nacional. Notação: OR. 7078. Pretoria do Rio de Janeiro 8ª (Freguesia de Santana), f.12.

da mão esquerda. Além disso, Nogueira confessou para Francisca que havia matado Isidro “por brincadeira”<sup>341</sup>.

Vemos que a declaração feita pela testemunha colocou em evidência outro suspeito. Francisca disse que era vizinha da mãe de Nogueira na casa de cômodos situada na Rua do Rezende. Com isso, a depoente queria comprovar para as autoridades que a sua declaração era a expressão da verdade, uma vez que ela conhecia realmente o acusado. Na manhã em que Manoel Nogueira desabafou com Francisca, outra testemunha esteve presente. Maria Geralda, 53 anos, solteira, brasileira, serviço doméstico, confirmou *in totum* o depoimento prestado pela sua amiga. Essa testemunha observou que o acusado estava muito “assustado e pálido”<sup>342</sup> na ocasião em que se encontraram na Rua dos Arcos.

Após o intervalo de um dia, o delegado de Santana voltou a inquirir outras testemunhas. No dia 6 de Julho, cinco novos indivíduos depuseram na sede da delegacia. Pelos depoimentos prestados anteriormente, os autores do crime eram praças do Exército, sendo que Elesbão Francisco, Manoel Nogueira e Manoel Sant’Anna eram imputados por alguns desses depoentes. Na continuação do inquérito policial, outras testemunhas revelaram novos detalhes sobre a cena do crime. João Epifânio, 29 anos, brasileiro, estivador, foi o primeiro a inaugurar os trabalhos nessa data. A testemunha disse que por volta de oito horas e meia da noite, entrou na venda de Campos e avistou um grupo jogando cartas, sendo que a testemunha reconheceu as seguintes pessoas: Elesbão, Manoel Sant’Anna, Argemiro, Manoel Nogueira, José Naval e o soldado Isidro<sup>343</sup>.

Neste local, João Epifânio presenciou uma acalorada discussão entre Elesbão e o praça policial. Segundo essa testemunha, o desentendimento surgiu em decorrência de “uma parada de dois mil réis”<sup>344</sup>, ou seja, uma aposta que não foi paga por uma das partes envolvidas. Em seu depoimento, o estivador José Felisberto Ribeiro, casado, 24 anos, disse que também passou pelo botequim de Campos, onde “estavam jogando dois soldados de Polícia” juntamente com alguns soldados do Exército. A testemunha residia na Favela e conhecia de vista um desses policiais – o soldado Isidro. Mais tarde, estando na frente da sua casa, José Felisberto viu passar por ali os seguintes indivíduos: Elesbão, Argemiro e José Naval. Então, o depoente, nessa ocasião

---

<sup>341</sup> Idem.

<sup>342</sup> Ibidem, f.13.

<sup>343</sup> Ibidem, f.16-17.

<sup>344</sup> Ibidem, f.17.

perguntou se eles não iam ao baile na casa de Pedro Irineu ao que retrucaram que não, mas sim que iam à casa de Campos, que ele testemunha dirigindo-se à casa de Pedro Irineu, cerca de meia noite, viu descer um soldado de polícia que conhece de vista e agora sabe chamar-se Isidro José dos Santos<sup>345</sup>.

Vemos que José Felisberto assegurou que os agressores do policial não participaram da festa na casa de Pedro Irineu, uma vez que eles permaneceram na venda de Antônio Campos. Sendo assim, esse grupo teria retornado ao local em que irrompeu o primeiro desentendimento entre Elesbão e Isidro. Essa testemunha foi a primeira a narrar os pormenores do desenlace do conflito. Pouco tempo depois de ter visto o soldado descendo o Morro da Favela, José Felisberto declarou que atrás dele vinham Elesbão Francisco, Argemiro Teixeira e Manoel Domingos Sant'Anna.

Em seguida viu os três aproximarem-se do referido soldado e ouviu Elesbão Francisco dirigindo-se ao soldado dizer: “é melhor que você vá embora, dando-lhe em seguida um empurrão”; que o soldado recuando puxou um revolver e detonou um tiro; que em seguida Elesbão e outras correram para o soldado atacando-se aquele que atirou por terra o praça vendo que esta ficou por baixo de Elesbão conseguindo o mesmo praça dar mais dois tiros, fazendo com isso os agressores deixá-lo livre; que nessa ocasião correram para ali reforçando a luta em auxílio de Elesbão um soldado conhecido por José Naval e o do exército Nogueira e aí todos agarraram Isidro jogando-o por terra e rolarem caindo em uma ribanceira; que nas lutas travadas foi sempre Elesbão a figura principal e quando o soldado Isidro deu o segundo tiro viu afastar-se da luta ferido Manoel Domingos Sant'Anna; que só pode atribuir o ferimento mortal que recebeu o soldado Isidro, a Elesbão visto como viu montado no citado praça<sup>346</sup>.

A testemunha narrou uma grande variedade de minúcias para a autoridade policial, tornando-se uma peça importante no inquérito instaurado pela delegacia. Isso porque o depoente presenciou de corpo presente os dois principais episódios que desencadearam o homicídio: assistiu a discussão entre Elesbão e Isidro no botequim de Campos e acompanhou os passos dos protagonistas até o seu epílogo.

Vemos que a testemunha afirmou que o policial tinha sido encurralado por três indivíduos – Elesbão, Manoel Sant'Anna e Argemiro Teixeira. Ao procurar se defender de um inevitável ataque, Isidro desfechou um tiro de revólver. Então, nesse ínterim, os

---

<sup>345</sup> Ibidem, f.18-19.

<sup>346</sup> Ibidem, f.19.

indivíduos supracitados derrubaram o soldado com a colaboração de José Naval e do soldado Nogueira. Entretanto, na opinião de José Felisberto, Elesbão foi o autor do golpe que prostrou a vítima. Vale salientar que esse depoimento se assemelha fortemente aos relatos divulgados por alguns jornais da grande imprensa.

Além disso, a testemunha contou que havia reparado, já na delegacia, que Elesbão estava “vestido com uma blusa parda manchada de sangue e nódoas esverdeadas”<sup>347</sup>. Uma última característica merece ser abordada no depoimento dessa testemunha. José Felisberto observou que depois dos indivíduos terem empurrado o soldado policial pela ribanceira, ele se afastou e foi para casa. Consequentemente, compreendemos que a testemunha evitou comunicar o crime para a autoridade policial. Isso porque José Felisberto não foi informar imediatamente a polícia sobre o conflito evidenciado no Morro da Favela. Muito pelo contrário, a testemunha se recolheu na sua residência. Apesar da relutância dos populares em prestarem as suas declarações, vemos que essa testemunha narrou todas as etapas da cena de sangue. Inclusive, José Felisberto sinalizou o papel desempenhado por cada um dos protagonistas do conflito.

Vale ressaltar que em uma crônica do período localizamos uma referência ao assassinato de policiais nos morros da cidade. Mais precisamente, em um fragmento, Orestes Barbosa parecia que estava descrevendo o epílogo do “samba da morte”:

Para que um agente de autoridade role morto naquelas rampas – um agente ou um *bambambã* que faça qualquer presepada num samba, ou queira *tapear* na divisão de um *toco* – não há ensaios. Quando o policial é novato, fica cheio de vento e vai ver mesmo a coisa de perto. E morre – o que já tem acontecido a uma porção<sup>348</sup>.

Podemos observar que Orestes Barbosa mencionou diversos atributos que também estiveram presentes na cena do assassinato do policial Isidro. Segundo o cronista, havia uma estreita relação entre os policiais e o Morro da Favela. Inclusive, Orestes citou a “presepada” dos agentes no “samba”. Logo, podemos inferir que os cronistas se aproveitavam dos acontecimentos reais do cotidiano na construção dos seus trabalhos literários.

Dito isto, voltaremos a analisar os depoimentos das testemunhas que depuseram no distrito policial. Arthur Travessa, brasileiro, 26 anos, carpinteiro, solteiro, foi mais uma testemunha a depor no inquérito policial. Travessa morava na Favela e

---

<sup>347</sup> Ibidem, f.20.

<sup>348</sup> BARBOSA, Orestes. Op., Cit., p. 113.



disse que estava “expiando uma brincadeira em casa de Pedro Irineu”<sup>349</sup>. Ao que tudo indica, Arthur se colocou nas proximidades dessa residência, pois ele afirmou que somente observava a festa. Nessa ocasião, a testemunha viu descer a vítima e os acusados supracitados - Elesbão, Argemiro e Manoel Sant’Anna. Inclusive, em sua fala, Arthur destacou que o policial aparentava estar embriagado. Os demais pontos abordados por essa testemunha pouco se distanciam do depoimento prestado por José Felisberto. Logo, Arthur Travessa também acompanhou *in loco* a execução do crime.

Entretanto, essa testemunha acrescentou que Argemiro havia pedido para Elesbão tomar o facão do praça de polícia. À vista disso, sentindo-se injuriado pelos agressores, Isidro atirou pela primeira vez. Nesse momento, os mesmos indivíduos – Argemiro, Sant’Anna e Elesbão – tomaram o facão do policial e o “derrubaram por terra”<sup>350</sup>. Como a testemunha anterior, Arthur Travessa disse que um soldado naval e o praça do Exército Nogueira auxiliaram na agressão que vitimou o policial. Contudo, essa testemunha não pôde indicar, com precisão, qual deles era o responsável pelo profundo golpe que rasgou o ventre da vítima. No entanto, em sua opinião, o autor era um dos seguintes indivíduos: Elesbão, Argemiro, Nogueira, Sant’Anna e José Naval.

O empregado comercial Manoel Lopes da Silva foi mais um indivíduo a depor no inquérito policial. Essa testemunha também residia no Morro da Favela e o seu depoimento é extremamente parecido com os dois últimos analisados. Mais precisamente, o depoente descreveu o conflito de modo semelhante ao que foi mencionado por Arthur Travessa. Entretanto, Manoel Lopes isentou de culpa Manoel Sant’Anna, ou seja, para a testemunha esse indivíduo não teve a chance de golpear a vítima, pois ele tinha se afastado do grupo, gravemente ferido. Em síntese, Manoel Lopes acreditava que o agressor do praça era Elesbão Francisco, pois o depoente tinha avistado esse acusado em posição superior durante a luta.

Além disso, Manoel Lopes declarou que conhecia a vítima de vista. Portanto, acreditamos que o soldado Isidro circulava com certa frequência pelo Morro da Favela, uma vez que os próprios moradores já haviam esbarrado com ele por aquelas paragens. Veremos a proximidade desse policial com os moradores da Favela na apreciação do testemunho do proprietário da venda onde principiou o conflito.

---

<sup>349</sup> Arquivo Nacional. Notação: OR. 7078. Pretoria do Rio de Janeiro 8ª (Freguesia de Santana), f.21.

<sup>350</sup> Idem.

O depoimento de Pedro Irineu é imprescindível para confrontação do inquérito policial com as reportagens divulgadas pelos jornais da grande imprensa. Deste modo, vale a pena recuperarmos, em quase toda a sua extensão, a declaração prestada por essa testemunha. Pedro Irineu era cozinheiro da marinha e tinha 45 anos. Ele disse que estava na sua residência,

em companhia de sua mulher Noêmia Maria da Conceição, Aristeu Rosa Modesto, marinheiro de terceira classe, embarcado a bordo do vapor (?) Andrade, um soldado do Exército, que sabe chamar-se Manoel Nogueira, do quarto batalhão de infantaria do exército, quando ele depoente ouviu a detonação de três tiros de revólver, ao que disse a seus companheiros, ninguém sai daqui, sendo que no lugar denominado Pedra Lisa havia grande conflito, fechou a porta; que terminando o conflito ele depoente saiu a porta, e aproximou-se dele depoente, um indivíduo de cor preta que agora sabe chamar-se Elesbão, o qual lhe pediu um pouco d'água, declarando estar ferido, ao que ele depoente recusando a atender o pedido da água, não deixando Elesbão entrar em sua casa; que ele depoente nessa ocasião, viu que o paletó que Elesbão trazia vestido, achava-se ensanguentado e cheio de lama<sup>351</sup>.

Esse depoimento é fundamental para avaliarmos as congruências e diferenças evidenciadas entre o discurso dos jornais e o documento produzido pela autoridade policial. Note-se que em seu depoimento, Pedro Irineu não mencionou se houve realmente um “samba” em sua casa na noite do crime. Muito pelo contrário, a testemunha apenas afirmou que esteve em sua residência na companhia de mais três pessoas – sua esposa Noêmia, o marinheiro Aristeu Rosa Modesto e soldado do Exército Nogueira.

Além disso, Pedro Irineu afirmou que os tiros foram desfechados em uma localidade popularmente conhecida por Pedra Lisa. Em contrapartida, se formos levar em consideração os impressos cariocas, o conflito tinha ocorrido na casa dessa testemunha. Por conseguinte, há um nítido desencontro entre esses discursos. Nosso objetivo não consiste em apontar qual documento apresenta a verdade sobre os fatos. Em outras palavras, não é nosso interesse esboçar uma hierarquia entre as nossas principais fontes de pesquisa. Nosso fito é tão somente avaliar as nuances inerentes a cada um desses documentos históricos.

Ao visualizarmos em conjunto essas declarações, observamos algumas discrepâncias intrigantes. Dito isto, não devemos enxergar os depoimentos como

---

<sup>351</sup> Ibidem, f.24-25.

verdades absolutas. De qualquer forma, o momento é propício para mais uma vez cotejarmos o inquérito policial com as reportagens das folhas da cidade do Rio.

Nesse sentido, ao englobarmos os depoimentos prestados por essas testemunhas, localizamos uma correspondência entre as diversas falas desses informantes. Os indivíduos, especialmente os que depuseram até essa data, observaram que o crime ocorreu em uma microrregião da Favela conhecida como Pedra Lisa, localidade situada nas imediações da residência de Irineu <sup>352</sup>. Apesar disso, os jornais destacaram em suas matérias que o assassinato teve ensejo na casa da testemunha. Em seu depoimento, Pedro Irineu disse que foi informado pela madrugada, quando se dirigia para o serviço, que o conflito teve origem no Largo da Batalha e que um policial tinha sido assassinado. Logo, podemos inferir que esse crime não teria ocorrido na casa da testemunha, uma vez que ela não tinha ciência dos desdobramentos da contenda. Mais adiante expressaremos nossa opinião sobre esse impasse, pois agora continuaremos avaliando as declarações de outras testemunhas.

No dia seguinte, 7 de julho de 1909, o delegado inquiriu mais dois indivíduos: Aristeu Rosa Modesto e José Henrique de Souza. Modesto foi mencionado por Pedro Irineu em seu depoimento e, é possível que o Delegado Raul de Magalhães o tenha intimado em decorrência do aparecimento do seu nome no depoimento do anfitrião do “samba”. Modesto confirmou todas as informações prestadas por Pedro Irineu. Após terem ouvido os disparos, Modesto contou que “Pedro Irineu mandou fechar a porta da rua, e disse que não saía ninguém” <sup>353</sup>. Apesar disso, essa testemunha adicionou alguns aspectos importantes.

Após o término do conflito, Modesto foi para a rua e “viu um indivíduo paisano de cor parda, caído próximo à casa de Irineu” <sup>354</sup>. Esse era Manoel Sant’Anna que tinha sido atingido por um disparo feito pelo policial Isidro. Sant’Anna implorou

---

<sup>352</sup> O cronista Benjamim Costallat descreveu em minúcias essa microrregião da Favela. Vale a pena recuperarmos um fragmento com o intuito de percebermos como era representado o cenário em que o soldado Isidro foi assassinado:

“Estávamos na subida que desemboca na Rua da América que é conhecida por ‘Pedra Lisa’. É um caminho de cabras. Não se anda, gravita-se. Os pés perdem a função normal de andar, transformam-se em garras. Primeiro é uma rampa forte, talhada na própria rocha. Depois são pequenos degraus – e que degraus! – esperanças de degraus, degraus esboçados na rocha viva, escorregadios, perigosos, traiçoeiros; e lá embaixo é a rua, o precipício, a grande possibilidade de se quebrar o pescoço. Anda-se. Sobe-se. Vaise para diante como um milagre. E quanto mais se sobe, mais se arrisca a um tombo fatal, e um queda na pedreira imensa. Falavam-me sempre no perigo de subir à Favela. Nos seus terríveis valentes. Nos seus malandros que assaltam com a mesma facilidade com que se dá bom-dia. O maior perigo que eu encontrei na Favela foi o risco, a cada passo, de despencar-me de lá de cima pela pedreira ou pelo morro abaixo. COSTALLAT, Benjamim. Op., Cit., p.34.

<sup>353</sup> Arquivo Nacional. Notação: OR. 7078. Pretoria do Rio de Janeiro 8ª (Freguesia de Santana), f.27.

<sup>354</sup> Idem.

para a testemunha conduzi-lo até a “Assistência”. Em vista disso, Modesto pediu a alguns moradores da Favela para ajudarem no transporte do ferido. Nessa ocasião a testemunha foi interrogada pelo delegado Raul de Magalhães. Ao ser interrogado se Elesbão Francisco era um dos indivíduos que socorreram Sant’Anna, Modesto respondeu negativamente.

Na apreciação do interrogatório do acusado, Elesbão alegou que havia conduzido Manoel Sant’Anna para a Assistência Municipal gravemente ferido. Por meio desse álibi, o principal suspeito pretendia esclarecer o motivo de ter aparecido com algumas manchas de sangue em sua vestimenta. Além disso, o depoimento de Aristeu Rosa Modesto deixa transparecer algumas contradições nas declarações registradas na delegacia. Essa testemunha disse que na ocasião em que passava pela Pedra Lisa,

encontrou com um homem de idade, que declarou que nos fundos da casa dele, tinha um soldado de polícia ferido, que ele declarante acompanhou a um indivíduo e o comissário de polícia Porto e viu o referido soldado de polícia caído nos fundos da casa; que o soldado de polícia ainda falasse sendo interrogado pelo comissário Porto declarou que tinha sido ferido por um soldado naval e soldado do exército<sup>355</sup>.

Vemos que o relato do depoente dialoga diretamente com as declarações prestadas por outras duas testemunhas – comissário Porto e Manoel Botelho. No entanto, essas narrativas se distanciam em pontos cruciais. Nota-se que Aristeu destacou que havia acompanhado Botelho e Porto no momento em que encontraram o policial ferido, sendo inclusive possível indagar a vítima. Porém, em seu depoimento, Manoel Gomes Porto disse que não foi permitido inquirir o soldado Isidro em virtude do seu grave estado. Por sua vez, Manoel Botelho, o proprietário da casa em que o policial foi encontrado, ressaltou que ele esteve em companhia de um “rondante”, ou seja, um praça de polícia que circulava pela Rua da América. Portanto, segundo Botelho, o comissário Porto não esteve presente na ocasião em que o policial Isidro revelou alguns detalhes sobre o conflito.

Assim sendo, percebemos que as declarações prestadas pelas testemunhas apresentam inúmeras incongruências, sendo penoso recuperarmos todas as desconexões localizadas. Em relação a esse mote, Sidney Chalhoub adverte que não é possível, quando temos o processo criminal como fonte histórica, descobrirmos como cada conflito “realmente se passou”. Segundo Chalhoub, mais profícuo seria “tentar

---

<sup>355</sup> Idem.

compreender como se produzem e se explicam as diferentes versões que os diversos agentes sociais envolvidos apresentam em cada caso”<sup>356</sup>.

Dessa maneira, foi necessário constatar como cada interpretação foi elaborada pelos indivíduos que depuseram no inquérito policial. Em virtude disso, optamos por analisar separadamente os depoimentos coligidos pela delegacia de Santana. Especialmente, nosso principal objetivo consiste em identificar as “relações que se repetem sistematicamente entre as várias versões, pois as verdades do historiador *são* estas relações sistematicamente repetidas”<sup>357</sup>.

Assim sendo, embora os depoimentos do processo criminal sejam diferentes em vários aspectos, algumas similaridades foram visualizadas. Seguindo a proposta metodológica de Chalhoub, busco estar atento às versões que se repetem. Logo, percebe-se que as testemunhas, em contraposição aos jornais, destacaram que o crime não teve como cenário um samba na casa de Pedro Irineu. Apesar das contradições aparecerem com certa frequência, ao englobarmos todas as declarações, não obtemos bases significativas para afirmarmos que o assassinato ocorreu na casa de Pedro Irineu.

O outro depoente, também era praça do Exército e residia no Morro da Favela. José Henrique de Souza, 22 anos, era um dos indivíduos que permaneceram grande parte do dia e da noite jogando cartas na venda de Campos. Inclusive, a testemunha declarou que “teve uma discussão com o praça de polícia Isidro José dos Santos, porque ganhou da testemunha uma parada de dois mil réis”<sup>358</sup>. No entanto, José Henrique não pôde efetuar o pagamento, uma vez que ele declarou não possuir a quantia combinada. Em consequência, o soldado Isidro ficou revoltado e insultou a testemunha. Além disso, segundo o depoente, o policial estava bastante embriagado e queria a todo custo agredi-lo.

Após esse contratempo, José Henrique se retirou do botequim em companhia do praça de polícia João Baptista de Souza e foi para casa de um sargento também residente na Favela. Enquanto isso, o soldado Isidro continuou jogando com outros indivíduos na venda de Campos. Posteriormente, a testemunha afirmou que foi para casa de Pedro Irineu “*onde havia um baile*”. Nesse recinto, o praça José Henrique estava cantando e tocando violão, “quando repentinamente ouviu grande alarme, gritos

---

<sup>356</sup> CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim**. Op., Cit., p. 40.

<sup>357</sup> Idem.

<sup>358</sup> Arquivo Nacional. Notação: OR. 7078. Pretoria do Rio de Janeiro 8ª (Freguesia de Santana), f.38.

e apitos do lado de fora e saindo com diversas pessoas viu que Manoel Domingos Sant'Anna estava gemendo caído no chão mostrando estar baleado”<sup>359</sup>.

Nesse trecho, foi possível constatar que havia realmente uma festa na casa de Pedro Irineu na noite do crime, pois essa testemunha ali esteve tocando violão e cantando. Confirmando outros depoimentos, José Henrique disse que Manoel Sant'Anna não participou do baile ocorrido na residência de Irineu. As testemunhas somente informaram que Sant'Anna apareceu ferido nas proximidades da casa de Irineu. Apesar disso, se levarmos em consideração os depoimentos do acusado Elesbão e do próprio Manoel Sant'Anna, veremos que esses indivíduos asseguraram que haviam participado do baile. Portanto, localizamos mais uma contradição entre as diversas versões sobre o desenlace do crime.

Além disso, a testemunha revelou que havia outro policial no botequim de Campos durante boa parte da jogatina. Inclusive, segundo o soldado do Exército José Henrique de Souza, esse praça de polícia se retirou do botequim em sua companhia. Dessa maneira, percebemos que havia uma estreita relação entre policiais e militares no Morro da Favela. Os agentes de segurança pública não eram necessariamente inimigos, uma vez que esses indivíduos estabeleceram relações de amizade. O simples fato de estarem jogando e bebendo no referido espaço nos revela que o contato entre as forças repressivas era frequente nessa área da cidade. Contudo, não raro essa aproximação resultava em conflitos sangrentos.

É significativo que grande parte das testemunhas que depuseram no inquérito seja agente de segurança pública. As declarações desses indivíduos nos permite vislumbrar o modo de vida dos policiais e militares residentes no Morro da Favela. Ao se reportar aos acontecimentos que desabrocharam no crime, esses indivíduos acabaram mencionando algumas particularidades do seu cotidiano. Vejamos como isso se dava com a apreciação do depoimento de mais um praça de polícia.

No dia 09 de Julho de 1909, Euclides Gomes foi interrogado pelo delegado de Santana. Esse praça tinha 23 anos de idade e morava no quartel da sua corporação. Na data do crime, Euclides disse que tinha ido ao “Morro da Favela para pagar uma conta a sua lavadeira”<sup>360</sup>. Em seguida, a testemunha passou pelo botequim de Campos e presenciou uma “forte e animada discussão entre o crioulo Elesbão e o praça Isidro José dos Santos”. Pretendendo evitar que esses indivíduos se agredissem, o policial Euclides

---

<sup>359</sup> Idem.

<sup>360</sup> Ibidem, f.40.

interveio na disputa. Após o apaziguamento do conflito, a testemunha observou que “Elesbão foi colocar-se na porta da casa de Pedro Irineu onde havia um baile continuando o praça Isidro no botequim de Campos a jogar”.

Notam-se algumas características interessantes no depoimento dessa testemunha. Em primeiro lugar, a declaração prestada por esse policial nos permite acessar a rotina das classes menos favorecidas, sobretudo o modo de vida dos agentes de segurança pública. Por ser um homem solteiro, Euclides Gomes necessitava e recorrer ao serviço das lavadeiras de roupa. Segundo declarou, esse praça policial foi ao morro para efetuar o pagamento dos ordenados da sua lavadeira. Além disso, percebemos que havia inúmeros policiais e militares jogando cartas no botequim de Campos.

A próxima testemunha a depor no inquérito policial repisou os pontos mencionados pela antecessora. Galdino Olympio dos Santos, 24 anos, trabalhador braçal, residente na Favela, disse que se não fosse pela intervenção de Euclides Gomes, o desentendimento entre Elesbão e Isidro teria acarretado em consequências mais graves no botequim de Campos, pois ambos estavam trocando injúrias de parte a parte. Essa testemunha também observou que após o arrefecimento do conflito, Elesbão seguiu para a porta da casa de Pedro Irineu, onde havia um baile.

Em 10 de julho de 1909 o delegado Raul de Magalhães inquiriu uma única testemunha. Porém, esse depoimento põe em relevo importantes considerações sobre o desenrolar do crime. Saturnino José Luiz, trabalhador braçal, 41 anos, foi mais um morador da Favela a depor na sede da delegacia. Por volta das 10 horas da manhã do dia do crime, a testemunha estava descendo o morro para fazer compras,

quando encontrou com o praça de polícia Isidro José dos Santos com quem mantinha relações de amizade e lhe perguntou o que ia fazer, respondendo-lhe o mesmo praça que estava passeando e aí despediram-se; que ele testemunha ao regressar para a sua casa entrou no botequim de Campos e aí viu que o citado praça estava jogando com outros indivíduos entre eles Campos, um praça do exército pardo claro, cujo nome não sabe, estando a testemunha assistindo ao jogo durante duas horas mais ou menos retirando depois para a sua casa; que a tarde saindo encontrou ainda a jogatina com outros indivíduos cujos nomes ignoram tendo visto por volta das sete horas e meia da noite junto ao botequim o crioulo Elesbão, Argemiro e Manoel Domingos Sant’Anna e notou que ele conversava baixinho, tanto assim que a testemunha perguntou a eles o que faziam ali; respondendo-lhe Argemiro que achava bom que a testemunha se retirasse e notando que Manoel Domingos de Sant’Anna estava um pouco zangado a testemunha lhe perguntou o que ele tinha, e teve

como resposta que ainda não tinha jantado e que hoje queria jantar sangue; que ele testemunha a vista disso retirou-se para a sua casa, sabendo depois que Elesbão entrou depois na jogatina e teve uma questão forte com o praça Isidro por causa de uma parada que este praça tinha ganho e ele não queria pagar; que alta noite ouviu de sua casa tiros de revólver e disse a sua companheira: aquilo com certeza é no botequim do Campos, aonde havia grande jogatina <sup>361</sup>.

A testemunha traçou os primeiros passos do soldado Isidro no Morro da Favela. Como podemos verificar nas informações concedidas por esse morador, o policial assassinado mantinha relações de amizade com alguns habitantes do morro. Inclusive, o soldado Isidro chegou a declarar para o depoente que tinha ido até lá para passear. Logo, podemos concluir que os policiais de baixa patente circulavam com certa frequência pelos territórios ocupados pelas camadas populares da cidade do Rio de Janeiro. Por um longo período, a historiografia brasileira considerou o aparato policial como sendo o braço armado da classe dominante. Em outras palavras, os policiais seriam apenas um instrumento de poder a serviço dos grandes proprietários e dos seus interesses políticos, econômicos, sociais e culturais. Deste modo, este tipo de análise não levava em consideração a especificidade de cada um dos agentes que integrava a corporação.

No entanto, quando reduzimos a escala de análise ao nível do indivíduo, percebemos que os policiais de baixa patente apresentavam hábitos e costumes em maior conformidade com as camadas populares do que em relação às classes abastadas. Mesmo que esses indivíduos tenham se transfigurado em agentes de segurança pública, eles continuavam sendo oriundos dos setores menos favorecidos da capital federal. No que tange ao soldado Isidro, assim como havia sido feito por outras testemunhas, Saturnino Luiz indicou que o policial permaneceu grande parte do dia jogando cartas e bebendo na venda de Campos no Morro da Favela. A testemunha esteve no local em diferentes turnos, sendo destacada a presença do praça policial em todas as vezes. Alguns participantes foram abandonando a jogatina no decorrer do dia, porém o soldado Isidro continuou por todo esse período.

Além disso, Saturnino Luiz mencionou um diálogo estabelecido entre ele e os demais acusados de cometerem o assassinato do soldado Isidro. Mais precisamente, essa testemunha destacou que Manoel Sant'Anna e Argemiro confabulavam com extrema descrição. Com o fito de descobrir o motivo da prosa, Saturnino perguntou o que eles

---

<sup>361</sup> Ibidem, f.44-45.



premeditavam. De maneira hostil, os suspeitos supracitados foram taxativos ao salientar que o conflito seria eminente. Em consequência, a testemunha seguiu para a sua casa antevendo que haveria um desentendimento entre os participantes da jogatina.

Dessa maneira, vemos que Saturnino Luiz foi a primeira testemunha a declarar que Argemiro e Sant'Anna estiveram no botequim de Campos na noite do crime, uma vez que os outros depoentes somente afirmaram que esses indivíduos intercederam no segundo conflito, ou seja, na ocasião em que o praça de Polícia foi assassinado com um golpe de navalha. Saturnino salientou que não presenciou a discussão entre Elesbão com o policial assassinado. Deste modo, essa testemunha pôs em destaque os outros suspeitos de praticarem o homicídio.

Inclusive, Saturnino Luiz postulou que os autores do crime eram os respectivos indivíduos: Elesbão, Argemiro e Manoel Sant'Anna. Por conseguinte, a testemunha isentou de culpa o soldado do Exército Nogueira, pois ele não foi avistado durante o período em que a testemunha permaneceu na venda de Campos. Não obstante, Saturnino acrescentou alguns comentários sobre o caráter dos envolvidos. Especialmente, essa testemunha declarou que conhecia Sant'Anna “como indivíduo desordeiro e perigoso processado já uma ocasião por haver esfaqueado a mulher com quem vive”<sup>362</sup>. Ao evocar o histórico desse indivíduo nos anais do crime, essa testemunha dificultou a situação de Sant'Anna.

Em síntese, as testemunhas denunciaram diversos indivíduos como os principais responsáveis pela prática do homicídio. Nesse sentido, vale a pena recapitularmos as versões mais difundidas pelas testemunhas. De um modo geral, o único indivíduo que foi mencionado como autor do crime pela grande maioria das testemunhas foi Elesbão Francisco. Em outras versões os depoentes acrescentaram a cumplicidade dos demais indivíduos, sobretudo de Argemiro, Manoel Sant'Anna e Manoel Nogueira. Ainda, vale salientar que alguns depoentes inseriram José Naval no grupo que agrediu e assassinou o policial na Favela.

Ao mesmo tempo em que a culpa recaiu para esse grupo, algumas incoerências e imprecisões foram visualizadas durante a apreciação dos depoimentos. Diante de tantos questionamentos, o delegado de Santana intimou novas testemunhas. Acreditamos que as diferentes versões sobre o homicídio contribuíram para que o inquérito ostentasse uma quantidade expressiva de testemunhas. Raul de Magalhães

---

<sup>362</sup> Ibidem, f.45.

devia estar intrigado com as declarações desconexas dos indivíduos que presenciaram o assassinato.

Quase uma semana depois do último interrogatório, a autoridade policial ouviu as considerações de mais quatro indivíduos. No dia 16 de Julho de 1909, Manoel Soares prestou o seu depoimento no distrito policial. Essa testemunha dividia um cômodo no Morro da Favela com dois suspeitos – Elesbão e Argemiro. Em sua fala, Manoel Soares, solteiro, trabalhador braçal, 22 anos, destacou o jogo de cartas no botequim de Campos. Essa testemunha também esteve presente no local observando o desenrolar da partida, porém ela informou que não assistiu a discussão entre os envolvidos na jogatina. Manoel Soares disse que foi para sua casa por volta das oito horas e meia da noite e lá permaneceu até o dia seguinte.

Dessa forma, essa testemunha afirmou que não tinha presenciado o conflito em que foi vitimado o praça de polícia. No entanto, ela “ouviu dizer que os autores desse ferimento foram Elesbão Francisco e Argemiro Teixeira, sendo isto voz pública no morro da Favela”<sup>363</sup>. Além disso, Manoel Soares advertiu que os acusados supracitados não foram repousar no quarto que compartilhavam e que Argemiro Teixeira tinha desaparecido do Morro da Favela desde a noite do assassinato. Embora essa testemunha não tenha revelado grandes detalhes sobre a cena de sangue, acreditamos que o seu depoimento foi solicitado em virtude da sua proximidade com os acusados. Logo, a autoridade policial presumiu que Manoel Soares iria conceder maiores informações sobre o paradeiro de Argemiro.

Em seguida, no mesmo dia o delegado interrogou Oscar Fernandes. Esse depoente tinha 24 anos, era solteiro e residia na Rua do Lavradio. Porém, a testemunha disse que tinha um cômodo alugado com a sua amante no Morro da Favela. Dessa maneira, ao retornar do seu trabalho no Teatro São José, Oscar Fernandes seguiu para o Morro da Favela. Nessa ocasião, quando a testemunha estava subindo o morro, ela se deparou “com um grande conflito no qual foram disparados três tiros e três indivíduos Elesbão, Argemiro e Manoel Domingos de Sant’Anna corriam atrás de um praça de polícia, sendo que o último dizia que estava baleado”<sup>364</sup>.

Oscar Fernandes declarou que ficou bastante amedrontado com o que tinha acabado de presenciar. À vista disso, ele apressadamente seguiu para a sua residência. Segundo essa testemunha, somente no dia seguinte ele teve conhecimento do

---

<sup>363</sup> Ibidem, f.51.

<sup>364</sup> Ibidem, f.52.

assassinato do policial Isidro, tendo sido informado por outros moradores que o autor do golpe que feriu o praça foi Elesbão Francisco. Assim sendo, vemos que Oscar Fernandes foi mais um depoente que sublinhou o protagonismo de Elesbão no assassinato.

Além disso, essa testemunha observou que o conflito foi originado no botequim de Campos, “onde tinha havido jogatina durante o dia e parte da noite”. Inclusive, Oscar Fernandes mencionou a discussão entre Elesbão e o policial assassinado. Mesmo que a testemunha não tenha presenciado o jogo de cartas e o desentendimento entre os participantes, no seu depoimento ele fez referência a esse episódio. Isso nos evidencia que esse momento foi uma etapa fundamental para o desenlace do crime. Dessa forma, para os moradores da Favela que depuseram no inquérito policial, a jogatina no botequim de Campos foi o principal móvel do homicídio, sobretudo se comparado com o baile na casa de Pedro Irineu.

Nesse sentido, vale a pena visualizarmos como o proprietário do botequim relembrou os acontecimentos que motivaram o conflito. Antônio Campos dos Santos, 38 anos, brasileiro, comerciante, declarou que o policial assassinado era seu amigo e que no dia do crime, por volta das onze horas da manhã, ele tinha aparecido no seu estabelecimento. Mais uma vez, é importante salientarmos a proximidade evidenciada entre os policiais de baixa patente e os moradores da Favela. Essa não foi a primeira testemunha a assumir publicamente que conhecia o soldado Isidro. Por conseguinte, obtemos valiosos indícios para afirmar que esse policial frequentava o botequim de Campos no Morro da Favela.

Poderíamos suspeitar que Antônio Campos fosse oferecer informações atualizadas sobre o desenlace do crime, uma vez que ele era o proprietário do botequim onde ocorreu o desentendimento entre praças do Exército, da Polícia e populares. No entanto, essa testemunha disse que estava doente e com muita febre, sendo por isso necessário se recolher à sua residência com o propósito de “medicar-se e não saiu mais de casa essa tarde e noite”<sup>365</sup>. Com isso, acreditamos que Antônio Campos procurou se esquivar de revelar os detalhes sobre o desenvolvimento do conflito. Ao analisarmos os processos criminais custodiados pelo Arquivo Nacional e pelo Arquivo do Museu da Justiça, percebemos que as testemunhas tinham certa relutância em delatarem os envolvidos e também de prestarem os seus depoimentos nas delegacias e pretorias.

---

<sup>365</sup> *Ibidem*, f.53.

Frequentemente as testemunhas desapareciam durante o transcorrer da ação penal. Nessas ocasiões, a autoridade policial e/ou judiciária necessitava intimar outras pessoas para substituírem as que não foram localizadas.

O argumento sustentado pelo dono do estabelecimento em que se deu o conflito era no mínimo questionável. Antônio Campos disse que se ausentou do botequim em virtude do seu estado de saúde. Porém, outra testemunha já havia apontado a sua participação na jogatina. Mesmo que Antônio Campos não tenha tomado parte no jogo de cartas, ele era o proprietário do botequim, ou seja, a sua presença deveria ser imprescindível. Portanto, era mais provável que essa testemunha estivesse ocultando algum detalhe sobre o crime.

Dessa forma, as declarações prestadas pelo dono do botequim são supostamente baseadas naquilo que ele ouviu dizer. Em outras palavras, Antônio Campos narrou somente as informações que ganharam repercussão no cotidiano do Morro da Favela. Por volta das duas horas da madrugada, estando recolhido em sua residência, essa testemunha foi comunicada sobre o conflito e que o comissário de plantão havia exigido a sua presença na delegacia. Em resposta à solicitação feita pelo comissário, Antônio Campos, “apesar de doente”, compareceu ao distrito policial.

Nesse local, o depoente tomou conhecimento dos pormenores do crime. Importante salientar que o depoimento de Antônio Campos não foi registrado no dia subsequente ao crime. Assim como o acusado Elesbão, essa testemunha foi inquirida somente no dia 16 de julho de 1909, ou seja, depois de quase duas semanas do assassinato do policial. Em virtude disso, os assuntos narrados pelo dono do botequim já haviam sido destacados pelas testemunhas antecessoras.

Em síntese, Campos disse que ficou sabendo que a vítima foi agredida nas proximidades da casa de Pedro Irineu pelos respectivos indivíduos: Elesbão, Argemiro, Manoel Sant’Anna e Manoel Nogueira. No entanto, essa testemunha “ouviu dizer por várias pessoas” que o autor do ferimento tinha sido Elesbão Francisco. Por fim, Antônio Campos soube que todos esses indivíduos estiveram jogando no seu botequim, onde houve um desentendimento entre Elesbão e o policial Isidro, “por haver este ganho uma parada e Elesbão negar-se ao pagamento”<sup>366</sup>. Vemos que a testemunha assegurou não ter presenciado nenhum distúrbio em seu estabelecimento, uma vez que ela precisou se ausentar por motivo de saúde. Logo, podemos concluir que o botequim necessitou ficar

---

<sup>366</sup> Ibidem, f.54.

sob a responsabilidade de algum empregado ou pessoa de confiança da testemunha. Conseqüentemente, a autoridade policial deveria intimar esse indivíduo para depor no inquérito.

Em seu depoimento, o proprietário do botequim informou que Argemiro Teixeira tinha desaparecido da Favela desde a madrugada do crime. Esse acusado nunca foi encontrado, apesar das diligências efetuadas pela delegacia. Além disso, o indivíduo conhecido por José Naval, outro suspeito de pertencer ao grupo que agrediu o soldado Isidro, também não foi localizado pela autoridade policial. Deste modo, somente três acusados foram interrogados no inquérito, ou seja, Manoel Sant'Anna, Elesbão e Manoel Nogueira.

Como já observamos anteriormente, Elesbão Francisco era o principal suspeito de desfechar o golpe de navalha que assassinou o policial Isidro. Tanto os jornais da grande imprensa quanto as testemunhas que presenciaram o conflito já haviam destacado o seu protagonismo neste crime. No dia 16 de julho de 1909, após o interrogatório do proprietário do botequim, Elesbão foi ouvido pelo delegado Raul de Magalhães. Com o fito de evidenciar a maneira encontrada pelo acusado para explicar o conflito, optamos por selecionar grande parte de seu depoimento.

Elesbão Francisco, 18 anos, solteiro, trabalhador braçal<sup>367</sup> e residente na Ladeira do Castro, disse que:

na tarde de três do corrente recebeu o seu ordenado de trabalhador do café no escritório da Companhia Leopoldina na importância de vinte dois mil réis, e depois de pagar algumas contas dirigiu-se para o Morro da Favela, onde também foi pagar algumas contas de dois mil e tantos a José da Barra; que sendo dez horas e tanto da noite quando entrou no botequim de Campos onde diversas pessoas estavam jogando; que convidado a jogar tomou parte no jogo e fazendo uma parada com um praça de polícia a qual já estava jogando e que agora sabe chamar-se Isidro José dos Santos, esta perdeu e disse ao depoente: “pode tirar do meu dinheiro”, ao que respondeu o depoente: “no seu dinheiro não toco”, o que levou o praça a injuriar ao depoente que retirou-se e entrou na casa de Pedro Irineu onde pediu dois vinténs de parati, e aparecendo Manoel Domingos Sant'Anna disse para o depoente: “então eu não bebo? Respondendo o depoente: peça que eu pago a parati e ao voltar-se para sair encontrou o praça a qual ele depoente disse: “camarada você vá embora porque eu já fui maltratado por si e eu não quero brigar”; que dando esse praça alguns passos puxou de um revólver e detonou três tiros um dos quais foi ferir a

---

<sup>367</sup> Nas reportagens divulgadas pelos jornais da grande imprensa Elesbão Francisco foi qualificado como estivador. A título de exemplificação ver: “O Samba da Morte”, *O Paiz*, 13/07/1909, p. 4.

Manoel Domingos de Sant'Anna que saía da casa de Pedro Irineu e caiu ferido alguns passos adiante <sup>368</sup>.

Podemos observar que o principal acusado do assassinato mencionou as principais etapas do conflito. No entanto, Elesbão oferece uma narrativa que se distancia dos depoimentos prestados pelos espectadores do homicídio. Em primeiro lugar, Elesbão disse que tinha recebido o seu pagamento no dia do crime, sendo este o motivo do seu comparecimento ao Morro da Favela, uma vez que ele necessitava quitar algumas dívidas contraídas. Nessa passagem, é significativo que o acusado tenha citado o afamado Zé da Barra.

Como foi sublinhado em algumas crônicas que analisamos anteriormente, Zé da Barra era uma espécie de líder dos moradores da Favela. Em virtude da impotência do governo diante desse território, segundo os escritores Benjamim de Costallat e Orestes Barbosa, Zé da Barra desempenhava diversas funções que eram da alçada do poder público. Para os cronistas referidos, esse indivíduo representava para o Morro da Favela o que o delegado de Santana representava para a freguesia, ou seja, ele era a autoridade policial desse território ou “mundo paralelo”. Logo, acreditamos que o acusado mencionou esse personagem em decorrência do prestígio que ele gozava perante os habitantes da Favela.

Além disso, vemos que Elesbão fez questão de ressaltar que havia recebido o seu ordenado no dia do crime. Essa afirmativa não se apresentou despretensiosamente, pois acreditamos que o acusado quis refutar o argumento das testemunhas. Elesbão construiu sua narrativa buscando contrapor as declarações dos espectadores da jogatina. Mais precisamente, em sua versão, Elesbão descreveu esse episódio invertendo os papéis, uma vez que ele disse que foi o soldado policial que não efetuou o pagamento da “parada” combinada.

Depois do desentendimento com Isidro na venda de Campos, Elesbão Francisco declarou que entrou na casa de Pedro Irineu. Nessa parte percebemos uma contradição entre o depoimento do acusado e o das testemunhas. Elesbão disse que esteve nessa residência tomando aguardente em companhia de Manoel Sant'Anna. Por conseguinte, a casa de Pedro Irineu foi descrita pelo acusado de modo semelhante a um

---

<sup>368</sup> Arquivo Nacional. Notação: OR. 7078. Pretoria do Rio de Janeiro 8ª (Freguesia de Santana), f.55-56.

estabelecimento comercial <sup>369</sup>. Entretanto, diversas pessoas que depuseram no inquérito afirmaram que esses indivíduos não participaram da reunião na casa de Pedro Irineu. Inclusive, à exceção de Sant'Anna, nenhum depoente informou esse dado trazido pelo acusado.

Mesmo diante das incongruências apresentadas, conseguimos visualizar algumas similaridades entre o depoimento do acusado e o das testemunhas. Ambas as narrativas abordaram os dois principais momentos do conflito. Em primeiro lugar, o desentendimento entre Elesbão e Isidro na venda de Campos. Embora o acusado tenha narrado os pormenores de maneira distinta dos espectadores da jogatina, todos citaram que houve uma discussão no decorrer da partida. Por último, todos os depoentes, incluindo o acusado, abordaram o confronto dos protagonistas nas proximidades da casa de Pedro Irineu. Elesbão declarou que esteve presente nessa residência, mas os outros convidados não confirmaram sua versão.

Vale ressaltar que não pretendemos optar por uma dessas versões levantadas, pois nosso principal objetivo consiste em visualizar as diferenças e similaridades entre as reportagens dos impressos cariocas e o material produzido pela Polícia. Entretanto, devemos dialogar com as contradições evidenciadas nas declarações dos indivíduos que depuseram no inquérito policial. De um modo geral, percebemos que a versão de Elesbão foi a que mais se afastou dos depoimentos coligidos pelo delegado. Esse acusado disse que transportou para a Assistência Municipal Manoel Sant'Anna na ocasião em que ele foi atingido pelo policial. Em virtude disso, Elesbão não pôde determinar quem tinha ferido o soldado Isidro. Na verdade, esse acusado não soube distinguir os protagonistas do conflito, já que estava muito escuro no local do crime. Por fim, Elesbão informou que tinha sido preso nessa mesma noite na casa de João Paraguai.

Após esse depoimento, o delegado de Santana diminuiu o ritmo das investigações sobre esse homicídio. Isso porque somente na semana seguinte ele voltou a ouvir os envolvidos no assassinato. No dia 23 de Julho de 1909, Manoel Nogueira da Silva foi interrogado por Raul de Magalhães. Esse indivíduo tinha 22 anos, era solteiro, praça do Exército e residia no quartel da sua corporação. Ao analisarmos os relatos dos impressos cariocas e os depoimentos de algumas testemunhas, observamos que ambos

---

<sup>369</sup> Importante salientar que alguns jornais da grande imprensa tinham afirmado que a casa de Pedro Irineu era um botequim. A título de exemplificação ver: “A Favela em Sangue”, *Jornal do Brasil*, 05/07/1909, p.4.

apontaram que o homicídio surgiu em decorrência de uma questão envolvendo praças do Exército, policiais e paisanos. Contraditoriamente, o principal suspeito de matar o soldado Isidro era um estivador. Por conseguinte, outros indivíduos foram apontados como participantes do conflito.

Entre eles encontrava-se Manoel Nogueira da Silva. Esse indivíduo já tinha sido denunciado pelas mulheres que depuseram no inquérito policial. As testemunhas informaram que Nogueira confessou ter assassinado o soldado Isidro no Morro da Favela, durante o encontro casual na Rua dos Arcos. Por sua vez, em seu depoimento Nogueira disse que estava na residência de Pedro Irineu, “quando ouviu a detonação de três ou quatro tiros de revólver lhe parecendo que houve conflito”<sup>370</sup>. Ao se dirigir para a rua, Nogueira “viu um indivíduo de cor preta, de nome Manoel Domingos Sant’Anna, caído junto à porta de Pedro Irineu”.

Segundo o praça do Exército Nogueira, Sant’Anna apresentava diversos ferimentos pelo corpo. Inclusive, esse indivíduo contou para Nogueira que tinha sido atingido por um dos disparos feitos pelo soldado de polícia. Após esse momento, o soldado Nogueira foi pernoitar na casa de Joaquim de Lemos, cuja residência se localizava “nas imediações da casa de Pedro Irineu”<sup>371</sup>. Na manhã seguinte, logo pelas sete horas da manhã, Manoel Nogueira foi para a Rua do Rezende, onde residia a sua mãe. No entanto, por não tê-la encontrado em casa, o acusado, “sabendo que tinham assassinado um soldado de polícia no Morro da Favela, em um conflito, dirigiu-se ao quartel da Força Policial, na Rua da Evaristo da Veiga, para ver o soldado, se era algum conhecido seu”<sup>372</sup>.

Nogueira negou ter confessado para Francisca de Paula do Nascimento que matou um policial no Morro da Favela. Manoel Nogueira somente confirmou que encontrou com essa menina na Rua dos Arcos, mais precisamente no momento em que ele regressava da visita ao quartel da Força Policial. Na conversa estabelecida com Francisca, esse praça do Exército teria afirmado que havia mencionado o assassinato do policial na Favela, porém ele declarou que não cometeu o crime.

No final do interrogatório o delegado Raul de Magalhães fez mais duas perguntas para o acusado. Questionado sobre sua participação no conflito Manoel Nogueira respondeu que não havia tomado parte na luta, sendo que Pedro Irineu

---

<sup>370</sup> Arquivo Nacional. Notação: OR. 7078. Pretoria do Rio de Janeiro 8ª (Freguesia de Santana), f.58-59.

<sup>371</sup> *Ibidem*, f.59.

<sup>372</sup> *Idem*.



“fechou a porta não deixando sair ninguém”<sup>373</sup>. Importante salientar que esse dado esteve presente em diversas declarações prestadas pelos convidados do baile, sendo esta versão repetida algumas vezes no processo.

Por último, a autoridade policial voltou a questionar o acusado sobre a suposta confissão na Rua dos Arcos. Em sua defesa, Manoel Nogueira novamente alegou que não contou para Francisca que havia assassinado o policial. Assim sendo, segundo o militar, ele somente revelou para a menina que tinha ido ao quartel da Força Policial ver o soldado assassinado. Com isso, Manoel Nogueira quis contrapor a denúncia feita pelas mulheres que depuseram no inquérito policial – Francisca de Paula e sua companheira Maria Geralda.

Após esse depoimento, o delegado de Santana encontrou grande dificuldade para concluir o inquérito, pois somente no mês seguinte ele deu continuidade aos trâmites processuais. A autoridade policial esperou o término das diligências efetuadas para a captura dos demais envolvidos – Argemiro Teixeira e José Naval. Porém, esses indivíduos não foram localizados pela polícia. Assim sendo, o delegado resolveu inquirir novamente Manoel Domingos Sant’Anna. Isso porque durante o transcorrer do processo esse indivíduo foi apontado pelas testemunhas como sendo pertencente ao grupo que atacou o policial assassinado.

Vale lembrar que esse indivíduo foi o primeiro a depor no inquérito instaurado pelo 8º Distrito Policial. Como observamos, Raul de Magalhães interrogou Sant’Anna nas dependências da Santa da Casa de Misericórdia, onde ele estava internado em decorrência do disparo efetuado pelo soldado Isidro. Nessa ocasião, Sant’Anna pouco revelou sobre o desenlace da contenda. Ele declarou que foi atingido no momento em que saía da casa de Pedro Irineu, porém ele não soube informar quem tinha sido o autor do disparo e muito menos a causa do distúrbio.

Entretanto, no dia 18 de Agosto de 1909, Manoel Sant’Anna narrou outra versão para a autoridade policial. Diferentemente do seu primeiro depoimento, esse indivíduo mencionou a jogatina no botequim de Campos, onde estavam “o crioulo Elesbão, Argemiro de tal, duas praças de polícia e outros indivíduos”<sup>374</sup>. Durante o transcorrer das disputas, Sant’Anna presenciou o desentendimento entre Elesbão e o policial Isidro. Assim como o principal suspeito, Elesbão Francisco, Sant’Anna declarou que a questão foi motivada pela falta de pagamento da vítima. Em outras

---

<sup>373</sup> Ibidem, f.60.

<sup>374</sup> Ibidem, f.67.

palavras, segundo esse indivíduo, o soldado Isidro se recusou a quitar a dívida contraída na aposta com Elesbão.

Após o apaziguamento do conflito no botequim de Campos, Manoel Sant'Anna disse ter ido para a casa de Pedro Irineu, onde esteve “*brincando e cantando*”<sup>375</sup>. Um pouco mais tarde, acompanhado de outro praça policial, o soldado Isidro passou pelas proximidades da residência de Pedro Irineu. Nesse momento, segundo Sant'Anna, houve uma troca de ofensas e de empurrões entre Isidro e Elesbão. Esse último avançou em direção ao soldado e ambos “caíram por terra em luta”. Em seguida apareceu Argemiro que “mostrou-se favorável a Elesbão tomando parte na luta havendo nessa ocasião disparos de tiros, um dos quais feriu o depoente”<sup>376</sup>.

Deste modo, em seu novo depoimento Manoel Sant'Anna fez outras revelações sobre o desenlace do assassinato na Favela. No dia seguinte ao crime, esse indivíduo evitou mencionar os pormenores do conflito para a autoridade policial. No entanto, passado mais de um mês, Sant'Anna decidiu contar os detalhes da cena de sangue. Se antes ele afirmara não saber quem tinha sido o autor do ferimento que prostrou o policial, desta vez esse indivíduo apontou Elesbão Francisco como sendo o autor da navalhada que causou a morte da vítima.

Manoel Sant'Anna afirmou que Elesbão tinha “pedido com muita insistência para não comprometê-lo”<sup>377</sup>. Em virtude disso, ele não fez essas declarações na época em que ficou internado na Santa Casa. Além disso, esse indivíduo destacou a participação de Argemiro na luta travada entre Elesbão e o soldado Isidro. Por fim, Manoel Sant'Anna comentou que Argemiro não aparecia na Favela desde a noite do crime. Importante salientar que Sant'Anna somente denunciou os participantes do conflito depois de ter sido denunciado pelas testemunhas. Logo, esse indivíduo procurou se desvencilhar da acusação que lhe fizeram, isto é, de ser cúmplice do homicídio.

Esse foi o último depoimento registrado no inquérito policial. É significativo que Manoel Sant'Anna tenha sido o primeiro e último a depor no processo criminal. O delegado Raul de Magalhães ainda esperou três meses para concluir a fase inquisitorial dessa ação penal. Isso porque esta autoridade objetivava colher o depoimento dos demais participantes do conflito. No entanto, esses indivíduos permaneceram distantes

---

<sup>375</sup> Ibidem, f.68.

<sup>376</sup> Idem.

<sup>377</sup> Ibidem, f.69.

do alcance da Polícia. Consequentemente, o delegado necessitava enviar o relatório e remeter os autos processuais para a pretoria de Santana.

No dia 30 de Novembro de 1909, cerca de quatro meses depois do assassinato, o delegado Raul de Magalhães anexou o seu relatório no inquérito policial. Devido ao grande número de testemunhas presentes nesse documento, a autoridade policial construiu um texto extenso e com inúmeros detalhes. Vale ressaltar que os relatórios eram baseados nos depoimentos dos espectadores e protagonistas dos crimes. Em grosso modo, o delegado construía uma síntese das principais declarações prestadas no distrito policial.

Como não poderia ser diferente, a autoridade policial iniciou mencionando a jogatina no botequim de Antônio Campos:

No Morro da Favela formou-se uma banca de jogo denominado “monte” fazendo parte dela: paisanos, praças de polícia e soldados do exército. No correr do jogo, que havia começado pela manhã e, sem solução de continuidade com, apenas, mudanças de parceiros, manteve-se animado até alta noite, houve diversas alterações entre os jogadores, tendo assumido maiores proporções a travada entre o praça de polícia Isidro José dos Santos e o paisano Elesbão Francisco<sup>378</sup>.

Podemos constatar que o delegado sublinhou a importância desse desentendimento para a execução do crime. Inclusive, ele observou que se não fosse pela interferência dos outros participantes, essa contenda teria graves consequências no botequim de Campos. Em seguida, Raul de Magalhães enfatizou a ida de Elesbão e de seus companheiros para a casa de Pedro Irineu, onde beberam parati<sup>379</sup>. Nesse trecho, o delegado considerou a versão fornecida pelos acusados Elesbão e Sant’Anna, pois somente eles mencionaram que haviam comparecido ao baile. Isso porque os outros convivas, em seus depoimentos, negaram a entrada desses indivíduos.

Nesse sentido, é possível que as testemunhas que estiveram nessa residência, incluindo o proprietário Pedro Irineu, tenham ocultado a presença dos acusados no recinto. De qualquer forma, os indícios nos levam a crer que o assassinato não foi perpetrado nessa casa. Além disso, reparamos que os depoentes deram maior importância para o desentendimento no botequim de Campos do que para o baile, ou *samba* (se levarmos em consideração os jornais da cidade do Rio), ocorrido na

---

<sup>378</sup> Ibidem, f.71.

<sup>379</sup> Idem.

residência de Pedro Irineu. Isso nos evidencia que a questão envolvendo o jogo foi uma etapa fundamental para a conflagração do conflito.

Em seu relatório, o delegado Raul de Magalhães também sublinhou a embriaguez da vítima na ocasião em que ela passava pelo local em que Elesbão e seus companheiros estavam, ou seja, quando o soldado Isidro abandonou o jogo e ia descendo o morro. Acreditamos que o conflito seria eminente, visto que os envolvidos já haviam dado provas das suas intenções no botequim de Campos. Dessa maneira, o confronto final teria ocorrido em qualquer outro lugar e circunstância.

Por mero acaso esse crime teve ensejo nas proximidades da casa de Pedro Irineu. Segundo Raul de Magalhães, no instante em que o soldado passava por esse local foi provocado por Elesbão. Por sua vez, Isidro repeliu a ofensa, sendo por isso agredido por um grupo de quatro pessoas – Elesbão, Argemiro, Sant’Anna e Nogueira. Esses indivíduos tomaram o sabre do policial e com ele espancaram a vítima. Nesse ínterim, “agredido e desarmado, Isidro sacou de uma pistola e para defender-se, detonou-a três vezes, sendo que o último disparo já foi feito quando se achava caído por terra”<sup>380</sup>.

Como observamos ao longo da apreciação dos depoimentos, um dos disparos atingiu Manoel Domingos Sant’Anna. Segundo a autoridade policial, esse indivíduo foi um dos agressores do praça de polícia. Por seu turno, o soldado Isidro com extenso ferimento “de navalha no abdômen, e rolando, então, parte da ladeira ali existente, foi cair nos fundos da casa de Manoel Botelho da Silva e que fica em plano inferior à rua, onde se desenvolveu esta cena de sangue”<sup>381</sup>.

No que tange a autoria do golpe que ocasionou o falecimento da vítima, o delegado salientou as diferentes versões presentes nos depoimentos das testemunhas. Segundo essa autoridade, estava claro que todos os indivíduos supracitados tinham responsabilidade no ato criminoso. Porém, não havia uma versão homogênea que dava conta de especificar a atuação individual de cada um desses elementos pertencentes ao grupo.

Nesse sentido, o delegado relembrou que alguns depoentes afirmaram que ouviram a vítima “declarar ter sido agredida por soldados do exército”, o que não foi “confirmado pelos outros testemunhos que presenciaram o conflito e declararam terem,

---

<sup>380</sup> Idem.

<sup>381</sup> Idem.

apenas, visto, nele, envolvido um soldado do exército e de nome Nogueira”<sup>382</sup>. Vale lembrar que os jornais da grande imprensa também salientaram que o conflito se deu entre policiais e militares. Em contrapartida, as diligências efetuadas pela 8ª delegacia não encontraram vestígios da participação de qualquer outro agente oriundo do Exército.

Dessa forma, Manoel Nogueira da Silva foi o único indivíduo qualificado como membro do Exército que teve o seu nome ligado ao crime. Além da suposta declaração da vítima aos primeiros depoentes do inquérito, percebemos que duas mulheres denunciaram o envolvimento de Nogueira no assassinato de Isidro. Contudo, foram poucas as pessoas que mencionaram o protagonismo desse indivíduo. Isso porque a grande maioria das testemunhas denunciou o estivador Elesbão Francisco como sendo o principal agressor do policial. Por fim, outra parcela dos depoentes apontou a participação de Argemiro, Manoel Sant’Anna e José Naval.

Assim sendo, em seu relatório, o delegado Raul de Magalhães defendeu a tese de que todos esses indivíduos supracitados eram autores do homicídio do soldado Isidro. No entanto, para essa autoridade, Elesbão Francisco foi considerado o executor da navalhada e o grande responsável por empurrar a vítima ladeira a baixo. Os demais envolvidos também foram considerados imputáveis, sobretudo por terem prestado “auxílio, sem o qual o crime não seria cometido”<sup>383</sup>.

Na parte final do relatório, Raul de Magalhães comentou a dificuldade encontrada para a descoberta do paradeiro de Argemiro Teixeira, uma vez que esse indivíduo permanecia foragido. Apesar das diligências efetuadas, o delegado também não conseguiu descobrir “o verdadeiro nome do acusado conhecido pela alcunha de José Naval”<sup>384</sup>, que julgavam “as testemunhas ser praça do batalhão naval”<sup>385</sup>. Logo, podemos conjecturar a participação de mais um agente de segurança pública na execução do crime. De qualquer forma, importante lembrar que os espectadores do conflito eram também provenientes das diferentes forças repressivas que atuavam no cotidiano da cidade do Rio de Janeiro.

---

<sup>382</sup> Ibidem, f.72.

<sup>383</sup> Art.18. § 3º. Código Penal de 1890.

<sup>384</sup> Arquivo Nacional. Notação: OR. 7078. Pretoria do Rio de Janeiro 8ª (Freguesia de Santana), f.72.

<sup>385</sup> Idem.

### **III.4 Reflexões sobre as diferenças entre os jornais e o processo criminal**

À vista do exposto, o delegado remeteu o inquérito policial para o juiz da 8ª Pretoria (Freguesia de Santana). Entretanto, ao que tudo nos indica, esse documento nunca foi apreciado pela autoridade judiciária. Não sabemos as circunstâncias e razões, mas o sumário de culpa sequer foi iniciado pelo magistrado. A última folha do processo apresenta um comunicado do escrivão da pretoria de Santana. No ofício, o funcionário do cartório acusou o recebimento do material produzido pela investigação policial. Por conseguinte, poderíamos nos questionar os motivos que impediram o prosseguimento dessa ação penal.

Assim sendo, vale a pena cogitarmos alguns fatores que poderiam ter influenciado no término abrupto desse processo criminal. Em primeiro lugar, o delegado de Santana encontrou grande dificuldade para concluir o inquérito, principalmente em virtude do desaparecimento de alguns participantes do conflito. Cerca de quatro meses após o crime, a autoridade policial redigiu o seu relatório. Porém, esse documento foi recebido pelo escrivão somente no início do ano seguinte, mais precisamente, no dia 12 de fevereiro de 1910. Dessa maneira, é possível supor que a demora na transição das etapas – inquisitorial (delegacia) para acusatorial (pretoria) – contribuiu para abandono do processo crime.

Para termos uma noção, o julgamento da ação penal era realizado, em média, entre seis meses a um ano após a data do assassinato. De um total de 97 processos consultados, 55 foram concluídos durante este lastro temporal. Isso nos evidencia que o processo que estamos analisando apresenta uma especificidade em relação aos demais.

Vale ressaltar que os processos de homicídios referentes à 8ª Pretoria (Freguesia de Santana) - Arquivo Nacional, Fundo: OR - raramente cobriram todas as etapas da ação penal. Em contraposição, os processos abrigados pelo Arquivo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro remontam (quase) todas as etapas necessárias (Inquérito policial, Sumário de Culpa, Julgamento(s)). Somente 10% desses processos não chegaram a uma conclusão. Por conseguinte, o documento que estamos analisando diz respeito ao primeiro arquivo citado, pois a maioria dos processos não apresenta veredito final.

Quando as ações penais se deparavam com algum obstáculo que impedia o seu pleno desenvolvimento, como, por exemplo, o desaparecimento de testemunhas e de acusados, após completar vinte anos elas eram julgadas prescritas. Em especial, nesses

casos, os processos criminais apresentam um comunicado em suas últimas folhas. Por sua vez, no documento que estamos analisando não há nenhuma informação que assegure que essa ação penal foi considerada prescrita. Deste modo, não conseguimos determinar se esse processo foi desmembrado ou se ele realmente não seguiu adiante.

Além disso, não conseguimos rastrear novas referências ao crime e aos envolvidos nas páginas dos periódicos. Inclusive, em busca dos protagonistas deste homicídio, reviramos as gavetas e os fichários presentes no Arquivo Nacional. Apesar disso, mais uma vez, não logramos êxito, pois não encontramos vestígios destes indivíduos novamente.

Seja como for, a análise do inquérito policial foi fundamental, pois ela nos permitiu cotejar o material produzido pela polícia com as reportagens dos jornais da grande imprensa. Nesse sentido, o objetivo principal foi esquadriñar as semelhanças e diferenças entre as nossas fontes de pesquisa. Com este fito, foi necessário analisarmos como cada indivíduo narrou o assassinato do soldado Isidro. Recuperarmos os depoimentos dos espectadores e protagonistas do conflito foi tarefa árdua e de difícil execução. Isso porque optamos por analisar separadamente os testemunhos, sendo inclusive mantida a sua ordem cronológica.

Em determinadas ocasiões foi necessário dialogarmos com as contradições evidenciadas nos próprios depoimentos. Não foram poucas as vezes em que mencionamos os desencontros nas narrativas das pessoas envolvidas. De um modo geral, versões diametralmente opostas são inerentes a qualquer processo criminal. Dessa maneira, procuramos estar atentos aos motes que perpassaram pelos testemunhos dos protagonistas e espectadores do conflito.

Assim sendo, percebemos que os depoimentos coincidiram em um determinado quesito. Os envolvidos mencionaram o desentendimento no botequim de Campos. Por conseguinte, podemos concluir que esse acontecimento foi uma etapa fundamental para a conflagração do conflito que resultou no homicídio do policial no Morro da Favela. Em contraposição, nas páginas dos impressos cariocas identificamos uma significativa diferença no modo de representar este assassinato. Isso porque os jornais destacaram em suas matérias a existência de um samba na casa de Pedro Irineu. Inclusive, os jornalistas apontaram que o crime teve ensejo nesse cenário.

Entretanto, ao confrontarmos as reportagens com os depoimentos de cada um dos espectadores do conflito, vimos que não havia bases materiais para a proposição desse argumento. Por mais que alguns depoentes declararam ter participado de um baile

na casa de Pedro Irineu, nenhum dos envolvidos afirmou que o crime foi cometido nesse ambiente. As testemunhas somente informaram que o conflito ocorreu nas imediações dessa residência. Além disso, em todo o inquérito policial não encontramos qualquer referência sobre o samba.

Nesse sentido, é importante conceituarmos esse vocábulo. Vale salientar que o samba como gênero musical, tal como hoje ele é conhecido, ainda não existia nesse período. Dessa maneira, era mais provável que os repórteres estivessem se referindo aos ritos e festividades das religiões de matrizes africanas, tais como o candomblé e a umbanda<sup>386</sup>. Portanto, a palavra samba foi utilizada no sentido pejorativo, ou seja, para depreciar a cultura das camadas populares, sobretudo dos setores afro-brasileiros.

Isso nos evidencia que o início do século XX não foi apenas um momento marcado pelas reformas urbanas na cidade do Rio de Janeiro. Paralelo ao embelezamento do espaço físico se fazia necessária a modificação dos costumes e hábitos das chamadas classes perigosas. Dentro dessa conjuntura, o grupo dominante valorizou a cultura europeia, principalmente as novidades advindas da França. Em contrapartida, a cultura africana foi relegada por ser fortemente identificada com o período monárquico e escravista<sup>387</sup>.

De acordo com Monica Velloso, neste período o governo exercia forte vigilância sobre as mais variadas expressões culturais das camadas populares, tais como o “candomblé, capoeira, bumba-meu-boi, romarias religiosas, maxixe, violão, serestas e os cordões carnavalescos”<sup>388</sup>. Estas manifestações populares eram vistas com profunda desconfiança, uma vez que elas representavam uma “ameaça aos padrões civilizatórios idealizados”<sup>389</sup>.

O samba estava no rol das manifestações populares indesejáveis. Em outra notícia de um crime no Morro da Favela, o repórter sublinha que sempre aos sábados e domingos havia por ali alguns “sambas e batuques” que terminavam “sempre em grosso

---

<sup>386</sup> Em sua tese de doutorado José Adriano Fenerick analisou as entrevistas concedidas pelos primeiros sambistas. Segundo o autor, alguns sambistas, como Donga e João da Baiana, destacaram que o samba, em seus primórdios, estava “associado a uma festa de teor religioso”. FENERICK, José Adriano. **Nem do morro, nem da cidade. As transformações do samba e a indústria cultural. 1920-1945**. Tese de Doutorado em História, USP, 2002. p.92.

<sup>387</sup> Segundo Monica Pimenta Velloso, “o endeuamento do modelo civilizatório parisiense é concomitante ao desprestígio das nossas tradições”. VELLOSO, Monica Pimenta. **As tradições populares na belle époque carioca**. Rio de Janeiro: Funarte, 1988, p.8.

<sup>388</sup> Velloso, Monica Pimenta. **As tradições populares na belle époque carioca**. Op., Cit., p.9.

<sup>389</sup> Ibidem, p.14.



*charivari*”<sup>390</sup>. Nota-se que aos olhos dos repórteres, o samba era identificado com a barbárie, com a selvageria e com o primitivismo.

No alvorecer da República, a classe dominante recém-chegada ao poder investiu contra os símbolos que eram identificados ao período predecessor. Era necessária a criação de monumentos que indicassem a entrada do país na rota da civilização e do progresso. Em detrimento, as habitações coletivas e os casebres presentes nas encostas se tornaram alvos constantes das picaretas aguçadas, principalmente por estarem em desarmonia com os valores trazidos pela reforma Passos.

Os impressos não buscavam somente condenar as instalações precariamente construídas no Morro da Favela. A crítica se estendia aos seus moradores e ao seu modo de vida. Nas diferentes matérias sobre o assassinato do soldado Isidro, vimos que os jornais sublinharam a existência de um samba na noite do crime. Segundo adverte o repórter d’*O Paiz*, nessas ocasiões eram convidados os indivíduos mais valentes do morro, pois “em caso contrário, eles acabam com o samba, invadindo a casa e espancando as damas e cavalheiros”<sup>391</sup>.

Dessa maneira, vale a pena observarmos como os impressos conceituaram esse termo. Em particular, foi possível identificarmos o significado dessa palavra em dois fragmentos retirados da reportagem d’*O Paiz*. Em determinado momento da narrativa, o repórter dessa folha definiu o samba como sendo uma “verdadeira dança macabra”<sup>392</sup>. Em seguida, ao descrever o local em que se deu o assassinato do policial, o jornalista destacou que “homens, mulheres, soldados e crianças cruzavam-se numa promiscuidade entontecedora”<sup>393</sup>.

Vemos que esse periodista enxergava o samba como uma “dança macabra” e promíscua. Importante ressaltar que esse ponto de vista estava largamente difundido na imprensa carioca. Neste período de tentativa de reformulação dos costumes, a classe dominante perseguiu diversos tipos sociais. O historiador José Adriano Fenerick mencionou alguns arquétipos visados: “o seresteiro e instrumentos populares como violão e o pandeiro, os ‘pés descalços’ e os ‘sem camisas’, os macumbeiros, curandeiros populares”<sup>394</sup>.

---

<sup>390</sup> “Sanguinário”, *Jornal do Brasil*, 14/12/1901, p.2.

<sup>391</sup> “A Favela em sangue”, *Jornal do Brasil*, 05/07/1909, p.4.

<sup>392</sup> “O samba da morte”, *O Paiz*, 05/07/1909, p.3.

<sup>393</sup> *Idem*.

<sup>394</sup> FENERICK, José Adriano. *Op.*, Cit., p.16.

Dessa forma, podemos vislumbrar o contexto sociocultural que fomentou o discurso dos jornais que relataram o homicídio do policial. O público tinha forte predileção pela leitura das matérias de assassinatos. Logo, essas notícias se tornaram um instrumento indispensável para a propagação dos valores considerados fundamentais pela classe dominante. O tipo de abordagem empregada na descrição dos conflitos sucedidos nesse outeiro era uma faceta do projeto que visava reeducar o comportamento dos populares.

Por conseguinte, acreditamos que o vocábulo *samba* tenha sido utilizado com o fito de estigmatizar os habitantes da Favela e o cotidiano da localidade. Esse termo materializava os contrastes entre os dois mundos criados pela mente dos letrados. No início do século XX, segundo Fenerick, a palavra *samba* estava fortemente vinculada “ao universo negro” e “às coisas do norte”<sup>395</sup>. Em outras palavras, esse termo abarcava tanto a cultura dos egressos do cativo quanto as práticas culturais do sertão e do mundo rural<sup>396</sup>.

Vale ressaltar que o Morro da Favela era habitado principalmente pelos grupos atrelados ao significado deste vocábulo. Os impressos repetidas vezes destacaram a cor dos protagonistas do “*samba da morte*”. Além disso, vemos que algumas testemunhas arroladas mencionaram os fenótipos dos envolvidos no assassinato do policial. Em algumas crônicas, os escritores descreveram a Favela como um território intensamente povoado pelos ex-combatentes da campanha de Canudos. Logo, podemos inferir que os indivíduos vindos do “norte” e os ex-escravos residiam em grande número nesse local<sup>397</sup>.

Em relação aos jornais da grande imprensa, observamos uma diferença no modo de representar os acusados do assassinato do policial Isidro. Vimos no inquérito policial que diversos indivíduos foram indiciados como autores do homicídio. Entretanto, no primeiro momento as suspeitas recaíram com maior intensidade para Manoel Nogueira da Silva e Elesbão Francisco. Em resumo, o primeiro tinha sido apontado, de uma forma mais incisiva, pelas mulheres que depuseram na delegacia. Por

---

<sup>395</sup> Ibidem, p. 225.

<sup>396</sup> Esta ascendência nortista e sertaneja do *samba* também foi mencionada em outro noticiário criminal. Segundo o repórter do *Correio da Manhã*, “o *samba* é um divertimento popular, que de cidade em cidade, de aldeia em aldeia, por todo o norte, o povo conhece. No interior de Pernambuco, da Paraíba do Norte e do Maranhão”. “Samba de arrelia”, *Correio da Manhã*, 30/06/1908, p.4.

<sup>397</sup> Infelizmente não foi possível identificarmos o lugar de nascimento das testemunhas e acusados deste homicídio. Todos os depoentes foram apenas qualificados como brasileiros.

sua vez, Elesbão foi denunciado por diversas testemunhas como sendo o principal autor da navalhada que matou o soldado.

Em primeiro lugar, veremos como Nogueira foi descrito pelas folhas da cidade do Rio de Janeiro. O repórter d'A *Notícia* observou que esse praça do Exército “era moço, de olhos azuis e cabelos alourados”<sup>398</sup>. Inclusive, esse repórter destacou que o “pseudo criminoso” era “simpático”<sup>399</sup>. Por sua vez, o jornalista da *Imprensa* narrou os bastidores do depoimento do acusado<sup>400</sup>. Nogueira, segundo esse periodista, negou com “calma e precisão” as acusações feitas pela menina Francisca de Paula. Assim como o repórter anterior, ele também descreveu a fisionomia do acusado: “é moço ainda, de cor branca, cabelos alourados, olhos azuis e bastante simpático.”<sup>401</sup>.

À vista disso, podemos observar que ambos os periódicos foram benevolentes com Manoel Nogueira da Silva. Esse indivíduo foi descrito como sendo um rapaz de boa aparência e com notável capacidade de se expressar. Até mesmo um dos jornalistas acreditava na inocência do acusado. Os adjetivos utilizados na descrição de Nogueira são completamente opostos aos empregados na representação de Elesbão.

Assim sendo, veremos como os periódicos traçaram o perfil de Elesbão. O repórter do *Século* afirmou que o delegado de Santana tinha encontrado indícios que incriminavam o “crioulo” Elesbão Francisco<sup>402</sup>. Uma outra folha da cidade, *O Paiz*, deu publicidade para o depoimento de Manoel Sant’Anna na sede do distrito policial. Segundo essa narrativa, Sant’Anna denunciou o seu companheiro de estiva, o “preto” Elesbão Francisco<sup>403</sup>. Por último, o *Jornal do Brasil* relatou a diligência efetuada pela Polícia na casa de Elesbão Francisco. Em determinado momento, o jornalista teceu um comentário sobre o comportamento do acusado: “indivíduo de má índole, temível pelas suas façanhas”<sup>404</sup>.

Por conseguinte, localizamos um contraste na representação dos principais suspeitos do assassinato do soldado Isidro. Por um lado, Nogueira foi descrito como

---

<sup>398</sup> “Uma noite da favela”, *A Notícia*, 06/07/1909, p.2.

<sup>399</sup> *Idem*.

<sup>400</sup> Importante salientar que a reportagem foi publicada antes mesmo do depoimento do acusado no distrito policial. Isso nos evidencia que o delegado somente registrou as declarações prestadas posteriormente. Em resumo, a matéria foi divulgada no dia 6 de julho, porém, o depoimento foi coligido no dia 23 do referido mês. Portanto, esse é mais um indício de que o inquérito policial apresenta uma lógica interna própria.

<sup>401</sup> “O samba da morte”, *A Imprensa*, 06/07/1909, p.2.

<sup>402</sup> “O crime da Favela”, *O Século*, 13/07/1909, p.3.

<sup>403</sup> “O samba da morte”, *O Paiz*, 13/07/1909, p.4. Vale lembrar que diversas testemunhas também mencionaram que Sant’Anna era negro.

<sup>404</sup> “Favela em sangue”, *Jornal do Brasil*, 13/07/1909, p.5.

sendo um rapaz “simpático, de cor branca, de cabelos alourados e olhos azuis”<sup>405</sup>. Por outro lado, Elesbão Francisco foi representado como “crioulo, preto e de má índole”<sup>406</sup>. Logo, constatamos que a cor da pele interferiu na caracterização das personalidades dos protagonistas deste crime. Nogueira por ser branco foi descrito positivamente – era muito “simpático” e falava com “calma e precisão”. Elesbão por ser negro foi representado como um sujeito aterrorizante e de “má índole”. Este último teve sua fotografia divulgada pelo *Jornal do Brasil*:



“A Favela em sangue”, *Jornal do Brasil*, 13/07/1909.

A utilização de palavras como “preto”, “mulato” e “crioulo” tanto no inquérito quanto nos periódicos era uma forma de desqualificar os egressos do cativo. No período pós abolição, como observou Ana Rios e Hebe Mattos, a simples menção a cor causava suspeição <sup>407</sup>. Nesse sentido, notamos uma certa predisposição dos jornais em culpabilizar Elesbão pela morte do soldado de polícia. Se formos levar em consideração os relatos dos impressos, o soldado do Exército Nogueira não aparentava estar envolvido no assassinato. Porém, uma folha da cidade não acreditava na inocência desse indivíduo:

É mesmo possível que, hoje, seja o caso romantizado por uma forma nova, mas o que é verdade é que o soldado Manoel Nogueira da Silva, tão inocentado no inquérito foi preso por denúncia, acima de qualquer

<sup>405</sup> “Uma noite da favela”, *A Notícia*, 06/07/1909, p.2; “O samba da morte”, *A Imprensa*, 06/07/1909, p.2.

<sup>406</sup> “O crime da Favela”, *O Século*, 13/07/1909, p.3; “O samba da morte”, *O Paiz*, 13/07/1909, p.4.

<sup>407</sup> MATTOS, Hebe & RIOS, Ana Lugão. **Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 298.

suspeita, sendo efetuada a sua prisão por uma autoridade ainda alheia ao feio vício que a polícia tem de inventar histórias para embrulhar populares<sup>408</sup>.

O jornalista do *Correio* fez severas críticas ao delegado e a sua forma de conduzir as investigações. Isso nos revela que os impressos não foram os únicos a preservar Manoel Nogueira, uma vez que a Polícia também foi acusada de ser tendenciosa na apuração dos fatos. O *Correio da Manhã* foi o único diário da cidade a criticar abertamente o resultado das diligências efetuadas pela autoridade policial. Seja como for, a grande maioria dos impressos e das testemunhas mencionaram o protagonismo de Elesbão no conflito.

Em virtude das distintas representações dos acusados, podemos concluir que os jornais da grande imprensa contribuíam para a reprodução das desigualdades (raciais e sociais) na sociedade carioca pós-emancipação. Essa hipótese pôde ser lançada em decorrência das discrepâncias verificadas na descrição dos protagonistas do conflito. Além disso, outra característica merece ser lembrada. Vimos que os repórteres deram destaque para o samba ocorrido na casa de Pedro Irineu. Entretanto, ao verificarmos os depoimentos dos envolvidos, não encontramos referência ao tal samba. As testemunhas deram maior importância para a jogatina no botequim de Campos.

Neste sentido, os jornais deram ênfase em outros aspectos para os acontecimentos que originaram o crime. Eles se apropriaram do baile na casa de Pedro Irineu para criminalizar o comportamento dos populares e das práticas culturais ligadas ao “universo negro”. O jogo era um costume que estava difundido em vários estratos sociais. Logo, tudo nos indica que esse tema era menos interessante se comparado aos ritos e festividades ligados à cultura africana. Isso não quer dizer que o jogo era protegido pela imprensa, muito pelo contrário, críticas ao jogo constantemente apareciam nas crônicas dos escritores do período.

Benjamim Costallat descreveu a compulsão da sociedade carioca com os jogos de azar. Em um trecho, em especial, observamos a proximidade do morro com a jogatina:

A febre do jogador só perdura enquanto ele tem dinheiro. Sem mais um tostão no bolso – sem mais um tostão porque senão ainda é capaz de ir tentar a sorte na vermelhinha com os malandros dos morros – o

---

<sup>408</sup> “Os dramas da Favela”, *Correio da Manhã*, 13/07/1909, p.2.

jogador fica mais calmo. A condição para o seu sossego é que não tenha mais nada nos bolsos. Sem dinheiro, o jogador descansa<sup>409</sup>.

Ao que nos parece o jornalista estava se referindo aos jogadores com alto poder aquisitivo. Após a perda de grande parte do capital, os indivíduos munidos com pouco recurso iriam forçosamente para o morro jogar com os malandros. Logo, podemos concluir que Costallat enxergava os morros cariocas como um ambiente marcado pela jogatina. Aliás, para o escritor esses espaços abrigavam os jogos mais sórdidos e aqueles que eram considerados vulgares.

Ao analisarmos o inquérito policial instaurado para investigar o assassinato do policial Isidro, vimos que as testemunhas mencionaram a jogatina no botequim de Campos. Portanto, pode-se supor que jogos de azar eram práticas comuns no cotidiano do Morro da Favela. A investigação policial concluiu que a “banca” teve início pela manhã e continuou até o início da madrugada somente com a troca de alguns participantes.

Em outro processo criminal consultado nos deparamos com mais um homicídio motivado por uma questão envolvendo o jogo no Morro da Favela. Em resumo, Francisco Honorato Bandeira assassinou com vários golpes de faca o “preto” Roque Jorge. A testemunha Maria Adelina Braga esteve presente na cena do crime. Na delegacia ela declarou ter ido à casa da vizinha recuperar uma cabra que havia fugido do seu quintal. Nessa residência ela assistiu à discussão entre os indivíduos mencionados. De acordo com a testemunha, o acusado “segurou o Roque e queria tirar o baralho deste a força e viu logo em seguida *Francisquinho* com uma faca na mão vibrar diversos golpes em Roque”<sup>410</sup>.

Nota-se que em algumas circunstâncias os homicídios foram praticados após um desentendimento entre os participantes dos jogos de cartas. A repetição de histórias semelhantes tanto nos processos criminais quanto nas páginas dos impressos comprova esse argumento. Em virtude disso, acreditamos que os jornais priorizaram dar maior destaque ao samba, uma vez que esse tema possibilitou o jornalista utilizar uma linguagem que privilegiou o mistério e o suspense. A curiosidade do público era fundamental para alavancar o número de vendas dos periódicos. Um homicídio cometido em situação banal, onde se conhecia o autor e o móvel do crime, não

---

<sup>409</sup> COSTALLAT, Benjamim. Op., Cit., p. 29.

<sup>410</sup> Arquivo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Réu: Francisco Honorato Bandeira; Ano: 1903; Ação: Homicídio. f.6.

monopolizava a atenção da cidade. Assim sendo, os jornais deram um contorno diferenciado para o homicídio do soldado Isidro. A imprensa conferia “aos fatos criminais um juízo de valor adotado pelos jornalistas, visando sempre o interesse do público, pois o jornal é, antes de tudo, um produto a ser vendido”<sup>411</sup>.

Em síntese, o samba era um mote que atendia aos objetivos da imprensa carioca do início do século XX. Por um lado, ele proporcionava a construção de um discurso que objetivava moralizar os costumes das camadas populares, sobretudo das práticas culturais advinda do “universo negro”. Por outro lado, o samba era um objeto que incitava a leitura das reportagens, ou seja, era um tema que aguçava a curiosidade do público leitor e/ou ouvinte.

Em conclusão, neste capítulo propusemos um entrecruzamento entre as nossas principais fontes de pesquisa. A análise do processo criminal nos permitiu avaliar algumas peculiaridades. Através do exame minucioso do inquérito policial referente ao assassinato do soldado policial foi possível constatar as diferentes maneiras de representar o desenlace do conflito no Morro da Favela. Por conseguinte, percebemos que os jornais da grande imprensa tinham forte inclinação em disseminar os valores considerados fundamentais pela sociedade carioca.

Com este fito, vimos que os periódicos elegeram alguns fatos em detrimento de outros na construção das matérias sobre o assassinato do soldado Isidro. Logo, evidenciamos que a linguagem jornalística não pretendia somente informar a população sobre os fatos ordinários da vida cotidiana da cidade, uma vez que ela buscava modificar o comportamento das classes populares, ou seja, influenciar na opinião dos leitores e/ou ouvintes. Vale lembrar que os pormenores do conflito não foram informados pela autoridade policial. Segundo *A Imprensa*, o inquérito policial estava obedecendo ao “mais rigoroso sigilo”, porque a Polícia não queria “comprometer os altos interesses da justiça”<sup>412</sup>.

Nesse sentido, podemos inferir que a falta de informações sobre o conflito deu ensejo para o florescimento da imaginação dos repórteres dos jornais da capital federal. No entanto, é preciso relativizar a total ausência de detalhes sobre o assassinato do policial na Favela. Como observamos em outra ocasião, os periódicos construíram suas narrativas de modo extremamente semelhante. Isso nos indica que estas informações foram extraídas de uma fonte comum. Em geral, constatamos que todas as folhas

---

<sup>411</sup> FONTELES NETO, Francisco Linhares. Op., Cit., p.4.

<sup>412</sup> “O samba da morte”, *A Imprensa*, 06/07/1909, p.2.

cariocas criticaram os hábitos de origem africana<sup>413</sup>. Os costumes africanos estavam estreitamente vinculados à sociedade tradicional e ao passado colonial. Por isso, segundo Marialva Barbosa, a imprensa empreendeu “longas campanhas em favor dos novos costumes, dos novos hábitos e da nova civilização”<sup>414</sup>.

Em parte, este objetivo também foi compartilhado por alguns cronistas do período. Orestes Barbosa retratou o cotidiano dos moradores do Morro da Favela em suas crônicas. Em determinada parte da narrativa, este escritor forjou uma correlação entre a cor da pele e a manifestação de hábitos considerados nocivos pela sociedade carioca:

Negras de longas mamas balançando entre quatro trapos de corpinho, com a saia *sungada* nas nádegas, mostrando toda a perna, passam o dia na tagarelice das vendas sórdidas – que são os *barschics* dali – ou nas pocilgas, deitadas em esteiras descosidas, praticando o vício<sup>415</sup>.

Nota-se se que o cronista fez questão de mencionar a cor das moradoras da Favela. Em seguida, ele relacionou a aparência física com a prática de hábitos contrários aos princípios instituídos pelo organismo social. Assim sendo, foi possível constatarmos que a condenação do “universo negro” estava presente em diferentes gêneros textuais, ou seja, não era uma característica peculiar e restrita aos jornais cariocas.

### **III.5 A Polícia no Morro da Favela: uma análise do cotidiano do serviço policial**

Neste item pretendemos refletir sobre o cotidiano dos agentes responsáveis pelo patrulhamento ostensivo da cidade do Rio de Janeiro. Mais precisamente, iremos reconstituir os passos do soldado policial Isidro José dos Santos, ou seja, a vítima do assassinato sucedido no Morro da Favela. As informações sobre esse indivíduo foram retiradas das matérias dos periódicos que narraram o crime e também dos interrogatórios das testemunhas que depuseram na sede do distrito policial.

Em primeiro lugar, é importante mencionarmos uma contradição evidenciada nas reportagens dos impressos. Os jornalistas criticaram a falta de policiamento ao mesmo tempo em que destacaram a presença de policiais no desenlace do conflito no

---

<sup>413</sup> Vale ressaltar que o samba não estava somente vinculado aos ritos e festividades das religiões africanas, mas também estava relacionado ao entretenimento das camadas populares.

<sup>414</sup> BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**. Op., Cit., p. 194.

<sup>415</sup> BARBOSA, Orestes. Op., Cit., p. 112.



Morro da Favela. A título de exemplificação, o repórter d'*A Imprensa* ressaltou que os crimes eram constantes nessa região, mas “nem mesmo assim a polícia do 8º distrito até hoje se dignou destacar uma patrulha para o morro da Favela, ao menos nos dias de *forrobodó*”<sup>416</sup>. Por conseguinte, o noticiarista concluiu que a negligência do poder público acabou resultando na “impunidade de uma infinidade de criminosos que continuam a zombar da justiça”.

O *Correio da Manhã* também criticou a falta de policiamento nesse território da cidade: “em face da lei, a polícia não cogita a vigilância sobre ela. Como ainda não há um cemitério especial na Favela, é, então, chamada a polícia, para dar sepultura ao herói que tombou”<sup>417</sup>. Nota-se que os respectivos periódicos condenaram a qualidade do serviço policial no Morro da Favela. O *Correio* era um jornal que se destacava pela tenaz oposição ao governo federal e municipal. Logo, podemos concluir que as reportagens sobre os assassinatos ocorridos na cidade seriam uma ótima oportunidade para hostilizar o prefeito, sobretudo para as folhas que eram reconhecidamente adversárias do governo.

Em virtude disso, os impressos citados se preocuparam em destacar a incúria da Polícia. No entanto, os jornalistas destas folhas se esqueceram que haviam policiais entre os participantes do conflito. Isso nos evidencia que o interesse em criticar o governo prevaleceu, isto é, não se levou em consideração a aparição dos praças policiais no Morro da Favela. Vale lembrar que algumas testemunhas já tinham apontado a presença de outro soldado policial na venda de Antônio Campos. Aliás, o delegado arrolou diversos policiais que depuseram no inquérito. Esses indivíduos confirmaram que estavam morro no dia do homicídio. Com isso, o soldado Isidro não foi o único agente pertencente àquela corporação que circulou pela Favela na data do crime.

Nesse sentido, pretendemos analisar alguns excertos extraídos dos jornais que fizeram menção ao comportamento desses policiais. Em especial, iremos averiguar como os jornais descreveram o soldado Isidro José dos Santos e o seu companheiro João Baptista de Souza. O repórter d'*O Paiz* presumiu que a vítima mantinha relações de amizade com Pedro Irineu, pois o soldado Isidro “abandonou o posto para tomar parte no samba, em que veio a morte surpreendê-lo tragicamente.”<sup>418</sup>. Em relação a esse mote, o jornalista da *Imprensa* destacou que esse indivíduo estava de serviço em

---

<sup>416</sup> “O samba da morte”, *A Imprensa*, 05/07/1909, p.2.

<sup>417</sup> “Os dramas da Favela”, *Correio da Manhã*, 05/07/1909, p.2.

<sup>418</sup> “O samba da morte”, *O Paiz*, 05/07/1909, p.3.

uma pedreira localizada próxima ao morro, onde os trabalhadores estavam em greve, quando “ouvindo o som dos pandeiros, do violão acompanhando as *chulas*, o soldado policial abandonou o seu posto, subiu ao Largo da Batalha e, ao que parece, entendeu que devia tomar parte da brincadeira”<sup>419</sup>.

Com a leitura do processo criminal notamos que as testemunhas não mencionaram a participação da vítima no baile na casa de Pedro Irineu, pois elas somente declararam que Isidro permaneceu no botequim de Campos entretido no jogo de cartas. Dessa maneira, é possível que os jornais tenham fantasiado o comparecimento do soldado policial nessa residência. Seja como for, através desses fragmentos, foi possível identificar uma falta disciplinar cometida pela vítima. O praça de Polícia, segundo os diversos impressos, fugiu do seu trabalho para participar do samba no alto do Morro da Favela.

Por sua vez, as testemunhas do inquérito afirmaram que o soldado ficou jogando cartas na venda de Campos durante um longo período. Não sabemos qual discurso apresenta a verdadeira versão sobre o homicídio. Contudo, os indícios nos levam a crer que o policial Isidro revelou um comportamento incompatível com sua ocupação profissional. Isso porque esse indivíduo foi passear pelo Morro da Favela no período em que ele deveria estar vigiando uma pedreira, onde os funcionários estavam em greve. Além disso, foi fácil constatar que o soldado Isidro estava fardado nesse dia<sup>420</sup>.

A descrição das vestes da vítima pelos médicos legistas nos ajudou a concluir que o praça estava de serviço no dia do conflito. Nesse sentido, a crítica ao serviço policial foi projetada em dois níveis. Por um lado, ela se dirigiu aos comandantes da corporação, uma vez que essas autoridades estavam sendo acusadas de serem negligentes com a segurança no Morro da Favela. Por outro lado, houve a condenação da conduta dos membros posicionados nos escalões inferiores da hierarquia militar, ou seja, os soldados que realizavam o patrulhamento nas ruas e avenidas da cidade do Rio de Janeiro.

Na opinião dos impressos uma questão fundamental para o desenvolvimento da criminalidade era o *déficit* no efetivo da Polícia. Segundo o opositorista *Correio da*

---

<sup>419</sup> “O samba da morte”, *A Imprensa*, 05/07/1909, p.2. Grifos no original.

<sup>420</sup> O soldado da Polícia Isidro José dos Santos tinha 36 anos, era pardo, brasileiro e casado. Os médicos legistas da Polícia no decorrer do exame descreveram as vestes da vítima: “traja o quinto uniforme da Força Policial, roupa que está largamente manchada de sangue, como as botinas e mãos”. Arquivo Nacional. Notação: OR. 7078. Pretoria do Rio de Janeiro 8ª (Freguesia de Santana), f.32.

*Manhã*, “mais uma vez, por não ter a autoridade civil força necessária para o policiamento, dera a Favela um dos seus escândalos”<sup>421</sup>. Assim sendo, essa folha pretendeu culpabilizar diretamente o governo pela falta de investimento no serviço policial.

Além disso, a participação dos agentes no homicídio pode ter influenciado a tentativa de ocultação dos pormenores do conflito. Isso porque uma folha (*Jornal do Brasil*) denunciou a Polícia por dificultar o acesso dos jornalistas aos detalhes do assassinato do soldado Isidro. Segundo o *Jornal do Brasil*, essa corporação queria que não fosse divulgada a “tremenda cena de sangue que se deu na madrugada de ontem no morro da Favela, próximo ao Largo da Batalha, lugar por demais conhecido pela gente da pior espécie, que por ali campeia impunemente”<sup>422</sup>. O noticiarista desconhecia as motivações que levaram a Polícia a tentar omitir esse episódio do grande público. Em relação a esse mote, acreditamos que a corporação queria evitar justamente as críticas que foram lançadas pela imprensa carioca.

As informações acerca da vítima são reduzidas, pois a imprensa somente observou que ele era praça de Polícia. No entanto, no processo criminal conseguimos rastrear algumas informações a respeito do finado. Especialmente, no documento da necropsia os médicos legistas informaram que o soldado Isidro José dos Santos era casado, pardo e tinha 36 anos de idade<sup>423</sup>. Infelizmente não foi possível identificar o seu lugar de nascimento e nem mesmo o endereço da sua residência. Contudo, a partir da apreciação dos depoimentos de alguns moradores da Favela, vimos que esse policial era bastante conhecido na localidade.

O repórter da *Gazeta de Notícias* declarou que todos os “camaradas recolheram-se ao quartel, exceção feita de Isidro, que subiu para a Favela e lá ficou toda a noite”<sup>424</sup>. Em sentido inverso, *A Notícia* sublinhou que a vítima seguiu para o morro acompanhado por outro praça policial. O seu companheiro era João Baptista de Souza que “a tudo assistiu covardemente. Chegando a sua pusilanimidade ao extremo de, uma vez livre dos indivíduos que tanto apavoraram, guardar segredo sobre a morte horrível de seu colega”<sup>425</sup>.

---

<sup>421</sup> “Os dramas da Favela”, *Correio da Manhã*, 05/07/1909, p.2.

<sup>422</sup> “A Favela em sangue”, *Jornal do Brasil*, 05/07/1909, p.4.

<sup>423</sup> Arquivo Nacional. Notação: OR. 7078. Pretoria do Rio de Janeiro 8ª (Freguesia de Santana), f.32.

<sup>424</sup> “A Favela vermelha”, *Gazeta de notícias*, 05/07/1909, p.3.

<sup>425</sup> “Uma noite da favela”, *A Notícia*, 06/07/1909, p.2.

Nota-se que os jornais mencionados se distanciaram nesse quesito. De qualquer forma, cabe frisar que a presença de João Baptista também foi percebida pelas testemunhas que depuseram no inquérito policial. Para o periódico *A Imprensa*, esse indivíduo, assim como a vítima, tinha sido “destacado para a guarda de uma pedreira próxima”<sup>426</sup>, cujos operários estavam em greve. Dessa forma, o praça João Baptista cometeu a mesma falta que Isidro, ou seja, ambos abandonaram o trabalho para participarem da jogatina no botequim de Campos e/ou do baile na casa de Pedro Irineu<sup>427</sup>.

Na verdade, o noticiário de *A Imprensa* considerava o procedimento de João Baptista ainda mais grave, pois ele “assistiu impassível e covardemente ao assassinato do soldado Isidro”. Inclusive, ele ocultou o crime e não foi comunicar o ocorrido na sede da delegacia do 8º distrito<sup>428</sup>. Nesse sentido, os policiais presentes no Morro da Favela foram representados de forma semelhante pelos jornais da grande imprensa. Ambos não teriam apresentado conduta em conformidade com o cargo que ocupavam.

Os policiais foram descritos como sendo indivíduos que viviam próximos do cotidiano das camadas populares. Logo, não havia uma separação drástica no convívio entre esses agentes e os habitantes da Favela. Isso nos evidencia que os policiais não podem ser apenas entendidos como defensores da ordem vigente. O repórter do *Jornal do Brasil* teceu diversas considerações sobre o obstáculo encontrado pelo delegado para apurar os acontecimentos que motivaram o crime. Em determinado momento da narrativa ele aponta que a questão se deu entre “desordeiros e facínoras”<sup>429</sup>. Em razão disso, segundo o noticiário, a autoridade teve dificuldade de localizar alguém animado a depor contra os “colegas”<sup>430</sup>. Portanto, percebemos que os policiais foram representados como sendo criminosos, uma vez que o conflito foi protagonizado entre “facínoras e desordeiros”.

A aproximação dos praças com os indivíduos subalternizados foi tema para a literatura brasileira. Em *Memórias de um Sargento de Milícias*, o escritor Manoel Antônio de Almeida mencionou a relação estreita entre os policiais e as camadas populares da cidade do Rio de Janeiro. Essa obra foi lançada em meados do século XIX,

---

<sup>426</sup> “O samba da morte”, *A Imprensa*, 06/07/1909, p.2.

<sup>427</sup> A trajetória dos policiais é incerta, pois depende do material analisado. Algumas testemunhas observaram que João Baptista apareceu no botequim de Campos. No entanto, os jornais apontaram a sua presença no baile na residência de Irineu. Logo, esse indivíduo pode ter comparecido aos dois eventos.

<sup>428</sup> “O samba da morte”, *A Imprensa*, 06/07/1909, p.2.

<sup>429</sup> “Favela em sangue”, *Jornal do Brasil*, 13/07/1909, p.5.

<sup>430</sup> Idem.

ou seja, num contexto em que o aparato policial ainda começava a ganhar os seus contornos.

O personagem principal da trama era o sargento Leonardo. O livro perpassa por todas as fases da vida do protagonista. Desde a sua infância ele foi representado como sendo um indivíduo de caráter e moral controversa. Em grosso modo, Leonardo era uma espécie de malandro transmutado em funcionário policial. Na parte final da história, o sargento de milícias se dirigiu para um batizado na casa do seu pai, Leonardo Pataca. O protagonista foi para essa residência incumbido de espiar os passos de um célebre contraventor que tomaria parte na festa. O major Vidigal estava do lado de fora esperando o momento certo para entrar em cena e prender Teotônio, “um banqueiro de uma roda de jogo”. Nesse sentido, vale a pena observarmos como o autor descreveu os pensamentos do sargento Leonardo:

À proporção que ia se esquentando o fado e das cantigas começou o Leonardo a sentir remorsos pelo papel de Judas que ali estava representando: quando olhava para Teotônio, que desde que entrara lhe havia feito dar boas risadas, pungia-lhe o coração lembrando-se que ele próprio o havia de entregar ao major. Não poucas vezes lhe passou pela cabeça dar lhe escapula avisando-o, porém a disciplina, o papai Lelé, vinham lhe à ideia, e hesitava<sup>431</sup>.

Vemos que o personagem estava confuso e não sabia como resolver esse dilema. A disciplina do seu ofício o forçava a entregar Teotônio, pois esse era um dever moral atrelado ao seu cargo. Além do mais, ele poderia se complicar com o seu superior. O major Vidigal tinha fama de ser implacável com os agentes coniventes com a criminalidade. O sargento Leonardo ficou extremamente comovido com todo o contexto que circundava a sua operação. Ele não estava ali como um membro da família, mas como um representante da Polícia e um mero executor das suas tarefas. Essa mistura de emoções trabalhadas na ficção são semelhantes aos sentimentos vivenciados pelos policiais que transitaram pelo Morro da Favela no fatídico “samba da morte”<sup>432</sup>.

Nesse sentido, as experiências adquiridas anteriormente pelos agentes influenciavam nas decisões tomadas durante a jornada de trabalho. Quer dizer, antes de

---

<sup>431</sup> ALMEIDA, Manuel Antônio de. **Memórias de um Sargento de Milícias**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2010, p. 213.

<sup>432</sup> Importante salientar que o “samba da morte” foi um termo criado pelos jornais cariocas. No entanto, não consegui identificar qual periódico cunhou esta expressão, pois tanto *A Imprensa* quanto *O Paiz* publicaram esta epígrafe na mesma data.

se tornarem policiais esses indivíduos eram oriundos das classes menos favorecidas. O ingresso na corporação não significava o rompimento das relações estabelecidas com o núcleo social de origem <sup>433</sup>.

O sargento de milícias arquitetou um plano para neutralizar a operação para qual ele tinha sido designado. Leonardo se preocupou em não deixar vestígios do seu envolvimento na fuga do célebre contraventor. Então, Teotônio conseguiu escapar da “grande e importante diligência” comandada pelo major Vidigal. O protagonista da trama foi o principal responsável pelo malogro da investida, embora ele tenha conseguido encobrir a sua participação.

Dessa forma, podemos observar que o sargento optou por um procedimento que não estava escrito no regulamento. De acordo com Marcos Bretas, em determinadas circunstâncias, “o procedimento judicial seria o tecnicamente correto, mas o policial ‘decide’ agir de forma diferente, conduzindo a situação com outros recursos que não a detenção” <sup>434</sup>. Nota-se que há uma correspondência entre esse argumento e a conduta do sargento Leonardo, ou seja, a obra ficcional se baseia na realidade vivenciada no cotidiano da cidade do Rio de Janeiro.

Vale ressaltar que Marcos Bretas analisou o comportamento dos agentes policiais do início do século XX, enquanto que *Memórias de um Sargento de Milícias* foi escrito em meados do século XIX. De qualquer forma, apesar da distância temporal, percebemos algumas similaridades entre essa obra ficcional e a conduta dos policiais que patrulhavam a capital da recente República. Inclusive, há uma semelhança entre o sargento Leonardo e a vítima do assassinato que estamos analisando.

Leonardo desistiu de entregar Teotônio no decorrer da festa de batizado da sua irmã. Este último “tocava viola e cantava muito bem modinhas, dançava fado com grande perfeição, falava *língua de negro*, e nela cantava admiravelmente” <sup>435</sup>. Esses atributos mencionados cativaram o sargento de milícias. Por conseguinte, Leonardo decidiu não entregá-lo ao major. Por seu turno, o soldado Isidro abandonou o serviço para tomar parte numa jogatina no botequim de Campos. Nesse ambiente, devidamente fardado, o praça permaneceu por um longo período. No inquérito, o proprietário do estabelecimento disse que o soldado era seu amigo e que no dia do crime ele tinha

---

<sup>433</sup> Eduardo Silva reforça este argumento ao afirmar que as praças policiais “pertenciam à mesma categoria social dos perseguidos – ambulantes, pequenos comerciantes, pescadores, prostitutas, capoeiras”. Ambos “tiveram a mesma origem, a mesma infância; moravam no mesmo cortiço, na mesma estalagem, no mesmo subúrbio”. SILVA, Eduardo. Op., Cit., p.35.

<sup>434</sup> BRETAS, Marcos. **Guerra das Ruas**. Op., Cit., p. 20.

<sup>435</sup> ALMEIDA, Manuel Antônio de. Op., Cit., p. 209. Grifos do autor.

aparecido por volta das onze horas da manhã, sendo que outras testemunhas afirmaram que a vítima continuou jogando até o início da madrugada.

No botequim de Campos o praça policial ignorou os compromissos contraídos com o seu ofício. Neste local, Isidro fez uso de bebidas alcoólicas e participou ativamente de uma banca de jogo. Isso nos evidencia que a Polícia não era apenas um instrumento de poder a serviço da classe dominante. Vale lembrar que a vítima tinha sido destacada para vigiar os funcionários de uma pedreira que estavam em greve. A sua presença era necessária para conter qualquer alteração que colocasse em risco a integridade física e patrimonial das partes envolvidas na disputa. Caso os policiais agissem em conformidade com os interesses da classe dominante, obrigatoriamente eles permaneceriam de prontidão preservando o estabelecimento ocupado.

Entretanto, segundo os jornais da grande imprensa, Isidro e João Baptista seguiram para o Morro da Favela com o intuito de participarem do samba na casa de Pedro Irineu. Por outro lado, as testemunhas declararam que a vítima ficou na venda de Campos jogando o “monte”. Seja como for, constatamos que os interesses pessoais dos agentes foram superiores aos interesses do grande capital. Nesse sentido, como observou Marcos Bretas, a polícia não pode ser entendida como “o resultado da aplicação de um projeto burguês, mas a construção resultante de respostas dadas a necessidades reais e imediatas, transformadas em saber institucional”<sup>436</sup>.

Deste modo, ao analisarmos o “samba da morte”, constatamos que os policiais não seguiram à risca as normas estipuladas pela corporação. Isso nos indica que havia uma margem de autonomia no exercício cotidiano da profissão. Assim sendo, através de uma escala de análise mais aproximada, conseguimos observar a heterogeneidade dos agentes que compunham essa corporação. Os processos crimes e as reportagens dos jornais da grande imprensa são interessantes porque eles nos permitem avaliar a atuação de cada um dos policiais presentes nos homicídios, sejam eles vítimas, acusados ou testemunhas.

Dessa forma, esses episódios nos advertem que a Polícia não pode ser apenas entendida como um mecanismo de controle social. Muito pelo contrário, as histórias dos agentes que estamos analisando nos indicam que eles se identificavam mais com as camadas populares do que a classe dominante. Desde o início do processo de consolidação do sistema policial moderno, segundo Bretas, havia uma grande

---

<sup>436</sup> BRETAS, Marcos. **Guerra das Ruas**. Op., Cit., p. 34.

preocupação em separar os agentes policiais das comunidades <sup>437</sup>. Como vimos em relação ao Morro da Favela, esse território foi representado como sendo o local onde ocorriam os assassinatos. Logo, os policiais que apareceram no “samba da morte” foram identificados como aqueles que eram coniventes com a criminalidade.

Assim sendo, não havia uma clara separação territorial entre os policiais e os indivíduos subalternizados. Os agentes que apareceram na Favela mantinham relações de amizade com os moradores da localidade. Dessa forma, a tentativa de construção de um policiamento impessoal foi suprimida pela presença das relações pessoais. Por conseguinte, a aproximação dos policiais com os populares colocava em risco o cumprimento das leis e a manutenção da ordem. Podemos conjecturar que o soldado Isidro circulava com certa frequência por aquelas paragens.

Nesse sentido, Isidro José dos Santos aparentou ter incorporado uma série de hábitos e de experiências trazidas de suas atividades anteriores. Embora seja difícil recuperarmos os seus antecedentes, uma vez que as nossas fontes não contemplaram essas informações, acreditamos que o seu comportamento não sofreu alteração significativa após a sua inserção na polícia, ou seja, o enraizamento cultural não foi suplantado pela disciplina militar.

Em especial, ao analisarmos o processo crime e as reportagens dos impressos, observamos o estágio incipiente do aparato policial. Segundo Marcos Bretas, os arquivos policiais destacam a imperfeição na constituição e organização da Polícia. No início do século XX, as dificuldades eram provenientes dos “limites da técnica e dos investimentos em segurança” <sup>438</sup>. Essas condições interferiam na qualidade da formação dos agentes. Dessa forma, o treinamento dos policiais se dava no exercício da atividade cotidiana, ou seja, era “em grande medida uma questão de experiência diária e da maneira como essa experiência era compartilhada” <sup>439</sup>.

Vale ressaltar que suas ações eram orientadas pelos valores sociais que pairavam por todo o organismo social. No entanto, existiam determinadas brechas que possibilitavam a escolha de outro procedimento por parte de cada um dos componentes da corporação. A análise dos processos criminais é uma excelente oportunidade para identificarmos a peculiaridade dos agentes. Esse tipo de abordagem nos possibilita acessar as perspectivas e os hábitos dos policiais que dificilmente teríamos

---

<sup>437</sup> Ibidem, p. 25.

<sup>438</sup> Ibidem, p. 33.

<sup>439</sup> BRETAS, Marcos. **Ordem na Cidade**. Op., Cit., p. 16.



conhecimento em outra documentação. Em resumo, ela aprofunda as informações acerca dos indivíduos que trajavam fardas e circulavam pelas ruas e avenidas da capital federal.

Em relação ao soldado Isidro, foi possível constatar que ele encarava a sua atividade de uma forma menos rígida, onde as regras nem sempre deveriam ser levadas ao pé da letra. Acompanhado do seu companheiro João Baptista, a vítima deixou de vigiar a ação dos grevistas e prontamente tomou parte na “banca” na venda de Campos no alto da Favela. Isso nos evidencia que nem sempre a escolha pela carreira policial significava a adoção de um estilo de vida associado à classe média emergente.

As informações coligidas na documentação nos indicam que esse policial obtinha um modo de vida mais próximo dos grupos populares, uma vez que ele transitava por esses territórios e mantinha relações de amizade com os moradores. Além disso, ele frequentava os mesmos espaços de sociabilidade dos indivíduos subalternizados e compartilhava das mesmas experiências. Isidro jogava cartas e bebia na companhia de estivadores, trabalhadores braçais e militares de baixa patente no Morro da Favela.

Segundo Bretas, a “lei era elemento importante para delimitar o seu território, mas tinha um impacto muito restrito na definição da maneira como os policiais deviam se comportar”<sup>440</sup>. Esse argumento é interessante porque ele dialoga diretamente com o procedimento da vítima do “samba da morte”, pois o soldado Isidro não aparentava seguir à risca a disciplina militar.

---

<sup>440</sup> Ibidem, p. 208-209.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, procuramos entender como os impressos cariocas narravam os assassinatos perpetrados na capital federal na primeira década do século XX. Com este fito, iniciamos o primeiro capítulo com a apreciação das taxas de homicídios referentes ao nosso recorte cronológico. Em seguida, apresentamos as principais modificações nas estruturas dos grandes jornais em um período de intensas transformações urbanas e sociais no Rio de Janeiro. Posteriormente, buscamos analisar separadamente os impressos que divulgavam com maior intensidade os assassinatos. Inclusive, evidenciamos as diferenças e congruências na maneira destes periódicos abordarem os mesmos crimes. Além disso, observamos a semelhança entre o noticiário criminal e os romances criminais.

Na parte final do capítulo, propusemos esquadrihar os passos de alguns homicidas. Os jornais são fontes interessantes, pois eles nos permitem acessar os rumos tomados por alguns criminosos no decorrer dos anos. Por último, examinamos alguns casos em que os maridos assassinavam as esposas e/ou rivais. Nesta ocasião, destacamos que os homicidas passionais, na grande maioria das vezes, gozavam do apoio irrestrito dos impressos cariocas.

Em contrapartida, no segundo capítulo, observamos que o tipo de abordagem era diametralmente oposta quando o homicídio ocorria nos morros da cidade, sobretudo no que diz respeito ao Morro da Favela. Nessas circunstâncias, os jornalistas representavam os protagonistas e os moradores da localidade como indivíduos afeitos à prática de diversos crimes e delitos. Nesse sentido, percebemos que o noticiário criminal influenciou diretamente na conceituação do vocábulo “favela”. Esta palavra passou a se referir aos espaços habitados precariamente pelas camadas populares nas encostas da cidade no contexto das reformas urbanas empreendidas por Pereira Passos. Em seguida, analisamos o projeto de desapropriação das residências localizadas no Morro da Favela. A frustrada tentativa de remoção dos moradores contribuiu incisivamente para o aumento da repressão nas páginas impressas.

Na parte final do capítulo, averiguamos algumas similaridades entre o noticiário criminal e as crônicas literárias. Vimos que ambos os discursos – dos repórteres policiais e dos cronistas – procuravam delimitar espaços limítrofes no

território da cidade do Rio de Janeiro. De um lado, a parcela civilizada com seus palácios suntuosos, de outro, o Morro da Favela, ambiente marcado pela desordem e a barbárie. Por fim, concluímos esse capítulo com a microanálise da região que circundava o Morro da Favela, ou seja, abordamos as principais características evidenciadas na freguesia de Santana. Como observamos anteriormente, os conflitos envolvendo os agentes de segurança pública eram muito numerosos naquela região da cidade.

Por conseguinte, o terceiro capítulo versa sobre o homicídio de um policial no Morro da Favela. Segundo noticiaram os jornais da grande imprensa, este crime surgiu após um desentendimento entre um soldado policial e um grupo de militares de baixa patente. Sendo assim, iniciamos o capítulo com a apresentação das “cabeças” das notícias deste crime. Vimos que a maneira de introduzir o relato era demasiadamente semelhante, isto é, havia uma estreita similaridade na forma dos jornalistas iniciarem as narrativas. Independentemente das distintas orientações políticas, vimos que os impressos se ajustavam em um propósito: incriminar os moradores da localidade, seus modos de vida e moradias.

Em seguida, mostramos como os diferentes jornais da grande imprensa retrataram os acontecimentos que deram ensejo ao crime. Nessa ocasião, observamos que os periódicos sublinharam que na noite do assassinato havia um “samba” no Morro da Favela. E foi justamente neste ambiente que ocorreu um desentendimento entre o soldado policial e um grupo de indivíduos oriundos, principalmente, das classes armadas. Inclusive, dois periódicos publicaram este crime sob a epígrafe de “samba da morte”.

Com o fito de avaliar a veracidade dos relatos da imprensa, foi imprescindível consultarmos os documentos produzidos pela autoridade policial. O inquérito instaurado pelo delegado Raul de Magalhães nos permitiu contrapor as nossas principais fontes de pesquisa. Em virtude disso, optamos por avaliar os depoimentos de todos os protagonistas e testemunhas arroladas no inquérito policial. Apesar das versões contrastantes, algo inerente ao estudo dos processos crimes, observamos que os envolvidos deram maior ênfase na discussão no jogo na venda de Campos do que para o tal “samba” ocorrido na casa de Pedro Irineu.

Dessa forma, por mais que algumas testemunhas tenham declarado ter participado de um baile na residência de Pedro Irineu, nenhuma delas confirmou que o assassinato foi perpetrado no local. Na verdade, os envolvidos somente disseram que o

crime foi praticado nas imediações da referida casa. Aliás, em todo o inquérito policial não encontramos sequer uma menção ao tal “samba”.

Neste sentido, procuramos esquadrihar as diferenças entre o discurso jornalístico e o jurídico. Assim sendo, a leitura do processo criminal foi necessária, pois ela nos permitiu visualizar este crime sob outra perspectiva. Em síntese, o principal objetivo da pesquisa foi averiguar o noticiário de homicídios na primeira década do século XX na capital federal. Contudo, diversos assuntos correlatos estiveram presentes no decorrer dos capítulos, tais como a estatística criminal, as crônicas sobre o Morro da Favela, o homicídio passional e, até mesmo, uma análise do cotidiano do serviço policial. Todos estes motes foram importantes para aprofundarmos a reflexão sobre a imprensa carioca e a divulgação dos homicídios.

Em conclusão, através da confrontação das nossas fontes de pesquisa, observamos algumas particularidades na maneira dos repórteres comporem as notícias sobre o assassinato do soldado Isidro José dos Santos. A nosso ver, os impressos priorizaram dar maior destaque ao “samba” em detrimento da jogatina no botequim de Campos, pois ele era um mote que melhor encarnava o projeto que visava moralizar o comportamento das camadas populares, principalmente por estar vinculado com as práticas culturais dos setores egressos do cativo. Além disso, acreditamos que o “samba” era um tema que instigava a leitura das reportagens, ou seja, era uma questão que interessava ao público leitor, principalmente se formos compará-lo com a banca de jogo na venda de Campos.



## BIBLIOGRAFIA E FONTES

### Arquivos (fontes):

Arquivo Nacional, Fundo OR. 8ª Pretoria do Rio de Janeiro. (Freguesia de Santana).

Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

### Leis e relatórios oficiais

Almanaque Laemmert.

Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil, 1890. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>.

Relatórios ministeriais em ordem cronológica:

PESSOA, Eptácio. **Relatório do Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores (1900)**. Rio de Janeiro: 1901.

BARROSO JUNIOR, Sabino. **Relatório do Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores (1901)**. Rio de Janeiro: 1902.

SEABRA, José Joaquim. **Relatório do Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores (1902)**. Rio de Janeiro: 1903.

CASTRO, A. A. Cardoso de. **Relatório do Chefe de Polícia do Distrito Federal**, in: SEABRA, José Joaquim. **Relatório do Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores (1903)**. Rio de Janeiro: 1904.

\_\_\_\_\_. **Relatório do Chefe de Polícia do Distrito Federal**, in: SEABRA, José Joaquim. **Relatório do Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores (1904)**. Rio de Janeiro: 1905.

ESPÍNOLA, Manoel José. **Relatório do Chefe de Polícia do Distrito Federal**, in: SEABRA, José Joaquim. **Relatório do Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores (1905)**. Rio de Janeiro: 1906.

LYRA, Augusto Tavares de. **Relatório do Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores (1906)**. Rio de Janeiro: 1907.

\_\_\_\_\_. **Relatório do Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores (1907)**. Rio de Janeiro: 1908.

\_\_\_\_\_. **Relatório do Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores (1908)**. Rio de Janeiro: 1909.

BANDEIRA, Esmeraldino Olímpio de Torres. **Relatório do Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores (1909)**. Rio de Janeiro: 1910.

CORRÊA, Rivadavia da Cunha. **Relatório do Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores (1910)**. Rio de Janeiro: 1911.

**Periódicos:**

*Jornal do Brasil, Correio da Manhã, Gazeta de Notícias, O Paiz, A Notícia, A Imprensa, O Século, Cidade do Rio, Fluminense, A União, Pharol, O Malho.*

**Fontes primárias:**

ALMEIDA, Manoel Antônio de. **Memórias de um sargento de milícias**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2010.

ALVARENGA NETO, Francisco de Paula. **Comédias e dramas judiciárias (Crônicas de processos célebres) 1912-1933**. Rio de Janeiro: Ed. Marisa, 1933.

BARBOSA, Orestes. **Bambambã**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1993.

BARRETO, Lima. **Clara dos Anjos**. 2ª Ed. São Paulo: Editora Escala, 1999.

\_\_\_\_\_. **Recordações do Escrivão Isaías Caminha**. 2ª Ed. São Paulo: Editora Escala. s/d.

CARVALHO, Dr. Aderbal. **Preleções de Direito Penal**. Rio de Janeiro: Bernard Freres, 1914.

CARVALHO, Elysio de. **A polícia carioca e a criminalidade contemporânea**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910.

\_\_\_\_\_. **Estatística criminal**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1912.

COSTALLAT, Benjamim. **Mistérios do Rio**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1990.

EDMUNDO, Luís. **O Rio de Janeiro do meu tempo**. Edição do Senado Federal – Vol. 1, 2003.

FERRI, Henrique. **Princípios de Direito Criminal. O criminoso e o crime**. São Paulo: Livraria Acadêmica Saraiva, 1931.

LEAL, Aurelino. **Estudos da Sociologia e Psicologia Criminal**. Bahia: Reis e Comp. Editores, 1902.

\_\_\_\_\_. **Germens do Crime**. Bahia: Livraria Magalhães, 1896.

LIMA, Dr. Hermeto. **O Suicídio no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913 (Biblioteca do Boletim Policial -XIII).

LOWENSTIMM, A. **Superstição e Direito Penal. Pecúlio para apreciação da influência dos preconceitos populares nas práticas de crime.** Tradução: Alfredo Ansur. Porto: Livraria Chardron, 1905.

MORAES, Evaristo de. Criminalidade Passional. **O Homicídio e o Homicídio-suicídio por amor. (Em face da Psicologia Criminal e da Penalística).** São Paulo: Saraiva & Cia, 1933.

### **Fontes secundárias**

BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social.* In: ROMANO, Ruggiero (Dir.). **Enciclopédia Einaudi.** Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1985, vol. 5. p. 296-332.

BARBOSA, Marialva. **Imprensa, poder e público: os diários do Rio de Janeiro (1880-1920)** INTERCOM – Revista Brasileira de Comunicação. São Paulo, vol. XX, Nº2, PP87-102, Jul./Dez. 1997.

\_\_\_\_\_. **História cultural da imprensa. Brasil (1800-1900).** Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BRETAS, Marcos Luiz. **As empadas do confeitiro imaginário. A pesquisa nos arquivos da justiça criminal e a história da violência no Rio de Janeiro.** Acervo (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 15, n.01, p. 7-22, 2002.

\_\_\_\_\_. **A guerra das ruas. Povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional – Ministério da Justiça, 1997.

\_\_\_\_\_. **A ordem na cidade. O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro. 1907-1930.** Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1997.

CANCELLI, Elizabeth. **Criminosos e não criminosos na História.** Textos de Historia (UnB), Brasília - UnB, v. 3, n.1, p. 53-81, 1996.

\_\_\_\_\_. **Na virada do século: a cultura do crime e da lei.** SEMINÁRIOS, São Paulo, v. 01, n.01, p. 17-24, 2002.

CERTEAU, Michel de. *“A beleza do morto”*, in: **Culturas no plural.** Campinas, Papyrus: 1995. pp 55-85.

\_\_\_\_\_. **A invenção do cotidiano: artes de fazer.** Petrópolis: Vozes, 1994.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril. Cortiços e epidemias na corte imperial.** São Paulo: Companhia das letras, 1996.

\_\_\_\_\_. **Trabalho, lar e botequim.** Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre certezas e incertezas.** Porto Alegre/RS: Editora da UFRGS, 2002.



CONCEIÇÃO, Antônio Carlos da Lima. **Lavar com sangue a honra ferida: os crimes passionais em Salvador (1890-1940)**. Dissertação de Mestrado em História, FFCH/UFBA, 2009.

FENERICK, José Adriano. **Nem do morro, nem da cidade. As transformações do samba e a indústria cultural. 1920-1945**. Tese de Doutorado em História, USP, 2002.

FONTELES NETO, Francisco Linhares. **Crimes impressos: a imprensa como fonte de pesquisa para a história social do crime**. In: XXV Simpósio Nacional de História, 2009, Fortaleza - CE. XXV Simpósio Nacional de História. Fortaleza, 2009.

GARZONI, Lericce de Castro. **Disputas políticas e disputas por leitores: a criação do Correio da Manhã (1898-1901)**. Topoi (Rio de Janeiro), v. 12, p. 158-177, 2011.

\_\_\_\_\_. **Vagabundas e conhecidas: novos olhares sobre a polícia republicana. (Rio de Janeiro, início século XX)**. Dissertação de Mestrado em História, IFCH/UNICAMP, 2007.

GUIMARÃES, Valéria. **Paixão que Mata - leitura popular no início do século XX em São Paulo**. Klepsidra. Revista Virtual de História, net, v. III, 2002.

KALIFA, Dominique. **Os lugares do crime: topografia criminal e imaginário social em Paris no século XIX**. Topoi (Rio de Janeiro). Rio de Janeiro, v.15, n.25, p.287-307. Jan./Jul. 2014. p.304.

LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza. (orgs.) **História da Imprensa no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MATTOS, Hebe & RIOS, Ana Lugão. **Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MATTOS, Romulo Costa. **A aldeia do mal. O Morro da Favela e a construção social das favelas durante a Primeira República**. Dissertação de Mestrado em História, PPGH-UFF, 2004.

\_\_\_\_\_. **Pelos pobres! As campanhas pela construção de habitações populares e o discurso sobre as favelas na Primeira República**. Tese de Doutorado em História, PPGH-UFF, 2008.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Evaristo de Moraes: justiça e política nas arenas republicanas (1887-1939)**. Tese de Doutorado em História, FFCH-UNICAMP, 2004.

OLIVEIRA, Marília Rodrigues. **“A tragédia da rua Januzzi” : narrativas sensacionais, justiça, ciência e moral no Rio de Janeiro da Primeira República**. Dissertação de Mestrado em História, PUC, Rio de Janeiro, 2014.

OTTONI, Ana Vasconcelos. **Flores do vício: imprensa e homicídios de meretrizes no Rio de Janeiro (1896-1925)**. Dissertação de Mestrado em História, PPGHIS-UFRJ, 2007.

\_\_\_\_\_. **"O paraíso dos ladrões": crime e criminosos nas reportagens policiais da imprensa (Rio de Janeiro, 1900-1920)**. Tese de Doutorado em História, PPGH/UFF, 2012.

PAIXÃO, Cláudia Míriam Quelhas. **Rio de Janeiro e o morro do Castelo: populares, estratégias de vidas e hierarquias sociais (1904-1922)**. Dissertação de Mestrado em História, PPGH/UFF, 2008.

PECHMAN, Robert Moses. **Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista**. Tese de Doutorado em História, FFCH/UNICAMP, 1999.

PEREIRA, Lucas Carvalho Soares de Aguiar. **Sociabilidades e moralização dos costumes: os guardas civis e a experiência do policiamento do meretrício em Belo Horizonte. (1928-1934)**. *História e Perspectivas*, Uberlândia (49):41-68, Jul./Dez., 2013.

PORTO, Ana Gomes. **Crime em letra de forma: sangue, gatunagem e um misterioso esqueleto na imprensa do prelúdio republicano**. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, 2003.

\_\_\_\_\_. **Novelas sangrentas: literatura de crime no Brasil, (1870- 1920)**. Tese de Doutorado em História, UNICAMP, 2009.

ROCHA, Oswaldo Porto. e, CARVALHO, Lia Aquino de. **A era das demolições. Cidade do Rio de Janeiro. 1870-1920 / Contribuição ao estudo das habitações populares. Rio de Janeiro 1886-1900**. 2ª edição. Rio de Janeiro, Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 1995.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.

SILVA, Eduardo. **As queixas do povo**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Historia da Imprensa no Brasil**. 4ª edição com capítulo inédito. Rio de Janeiro: Mauad, 1999 [edição original de 1966].

SOUZA, Wanderson Bispo de. **Nos labirintos da criminalidade: práticas de homicídios no cotidiano dos grupos subalternizados em Salvador (1940-1960)**. Dissertação de Mestrado, UNEB, 2010.

SUSSEKIND, Flora. **Cinematógrafo das letras. Literatura, técnica e modernização no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1987. 1ª impressão, 2006.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. *"Folclore, antropologia e história social"*, in: **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Ed. Unicamp, 2001. pp 227-263.

VELLOSO, Monica Pimenta. **A cultura das ruas no Rio de Janeiro (1900-1930): mediações, linguagens e espaço**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2004.

\_\_\_\_\_. **As tradições populares na belle époque carioca.** Rio de Janeiro: Funarte, 1988.